

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
CURSO DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO

OSWALDO GONÇALVES JUNIOR

DA TRADIÇÃO AO MERCADO:
CONSTRUÇÃO SOCIAL E CAPRINOVINOCULTURA NO SEMI-ÁRIDO

SÃO PAULO
2010

OSWALDO GONÇALVES JUNIOR

DA TRADIÇÃO AO MERCADO:
CONSTRUÇÃO SOCIAL E CAPRINOVINOCULTURA NO SEMI-ÁRIDO

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo.

Área de conhecimento: Transformações do Estado e Políticas Públicas

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Braga
Martes

SÃO PAULO

2010

Gonçalves, Oswaldo Junior.

Da tradição ao mercado: construção social e caprinovinocultura no Semi-árido /
Oswaldo Gonçalves Junior - 2010.
336 f.

Orientador: Ana Cristina Braga Martes

Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Caprino -- Criação. 2. Ovino -- Criação. 3. Desenvolvimento social. 4.
Desenvolvimento rural – Brasil, Nordeste. 5. Economia – Aspectos sociológicos. I.
Martes, Ana Cristina Braga. II. Tese (doutorado) - Escola de Administração de
Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 636.3(812/813)

OSWALDO GONÇALVES JUNIOR

DA TRADIÇÃO AO MERCADO:
CONSTRUÇÃO SOCIAL E CAPRINOVINOCULTURA NO SEMI-ÁRIDO

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo.

Área de conhecimento: Transformações do Estado e Políticas Públicas

Data de aprovação:

25 / 02 / 2010

Banca examinadora:

Ana Cristina Braga Martes (Orientadora)
FGV-EAESP

John Wilkinson
UFRRJ-CPDA

Marco Antônio Carvalho Teixeira
FGV-EAESP

Maria Teresa Miceli Kerbauy
UNESP – Araraquara

Ricardo Rocha Brito Bresler
FGV-EAESP

Dedido este trabalho aos agricultores familiares e aos
“entusiastas” da caprinovinocultura do Semi-árido

Agradeço a todas as pessoas que tornaram a realização deste trabalho possível, seja atuando de forma direta para isso, seja pela convivência, mesmo que por curtos períodos, ao longo desses últimos quatro anos. Em especial, agradeço:

Ana Cristina Braga Martes, pelo incentivo para realização deste estudo e pela orientação.

A CAPES e ao GVPesquisa, pelo apoio que me permitiu prosseguir no Doutorado.

Aos amigos de Mossoró (RN), em especial a Gilberto Jales e Isadora Brasil, e a toda equipe da Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos.

Ao Professor Fernando Viana Nobre, da UFRN e da Coopagro de Natal, pela presteza e atenção a mim dispensadas.

Aos muitos amigos de Cabaceiras (PB), que tornaram a pesquisa de campo divertida e me fizeram sentir em casa. Um agradecimento especial a Arnaldo Junior, pela gentileza e disposição ao diálogo.

A Aldomário Rodrigues, Coordenador do Programa do Leite da Paraíba, pelo entusiasmo contagiante e pela troca de informações.

Aos amigos de Tejuçuoca, que me receberam com disposição e franqueza.

Ao Professor Magno Duarte Cândido, da UFCE, pela troca de informações e gentileza em me levar para conhecer seu espaço de trabalho.

Aos amigos da Embrapa Caprinos e Ovinos de Sobral (CE), em especial a Francisco Selmo, Lea Chapaval, Tânia (Bibliotecária) e Evandro Vasconcelos Holanda Júnior, pela ajuda e por disporem de seu tempo para me receber.

Aos técnicos das Secretarias de Estado e Prefeituras visitadas, pela disposição em contribuir com esta pesquisa.

Aos participantes do I Seminário Nacional de Sociologia Econômica, de Florianópolis (2009), em especial a organizadora do evento, Cécile Raud (*in memoriam*), e a Philippe Steiner, Marie France Garcia-Parpet e Fátima Portilho, pelos muitos aprendizados e estímulo para levar este estudo adiante.

Aos contatos curtos, mas inspiradores, de Amália Safatle, Salo Vinocur, Judith Tendler e Berta Becker.

A Peter Spink, por abrir as portas do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, pela ajuda valiosa na utilização do Banco de Experiências do Programa Gestão Pública e Cidadania e pelas contribuições quando do Exame de Qualificação.

A Maria Rita Loureiro Durand, pelas contribuições quando do Exame de Qualificação e pelos muitos ensinamentos na Pós-Graduação.

Aos professores da Pós-Graduação em Administração Pública e Governo da FGV, especialmente aos professores Francisco Fonseca, Regina Pacheco, Mario Aquino Alves, Marta Farah, Kurt Von Mettenhein, Isleide Fontenelle e Fernando Abrucio.

Ao pessoal do CEAPG, Marlei, Fabi, Rosa e, especialmente, a Marco Antônio Carvalho Teixeira, pela ajuda no processo de seleção de experiências no Banco de Dados e grande apoio nas pesquisas de campo.

A equipe do GVPesquisa, em especial a Isolete Rogeski e Daniela Silveira, pelo trabalho desenvolvido de forma competente e humanizada.

Ao Projeto Conexão Local, nas figuras de Isolete Rogeski, Daniela Silveira, Ricardo Bresler, Fernando Burgos e Peter Spink, pelas oportunidades de enriquecer minha formação conhecendo mais da realidade brasileira e pelo apoio que isso significou para as pesquisas de campo, sem o qual este trabalho não seria realizado.

Por ocasião da participação nas versões 2008 e 2009 do Projeto Conexão Local, na qualidade de tutor, aos “conectandos” Fernando Pagan, Janaina Camassa, Jaqueline Motta e Mônica Quintiliano, companheiros de viagem e de muitos ensinamentos.

Aos colegas da Pós, em especial a Eduardo Granha, Geórgia Carapetkov, Luciana Zaffalon, Elcimar, Stela Reis, Gabriela de Breláz, Valéria Trezza, Gustavo Onto, Juliano Seabra, Marina Bitelman, Patrícia Mendonça, Cibele Franzese, Roberta Sousa, Cecília Oliviere, Fernando Burgos, Fernando Coelho, Maurício Serafim, Maurício Reinert, Henrique Heidtmann, Hironobu Sano, Rodolfo Marino e Ane Katrine.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da FGV e aos funcionários da Biblioteca Karl A. Boedecker, pela presteza e gentileza inabalável no atendimento.

Aos amigos da Oficina Municipal, em especial a José Mário Brasiliense e Mariana Alvarado.

Aos companheiros de relatoria da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades, de Porto Alegre (2008), pela convivência amiga e alegria, com menção honrosa para a vivacidade do pessoal do Instituto Elos, em especial ao Edgard Gouveia e a Thais Polydoro.

A Manuelina Cândido, pelos livros emprestados, pela hospedagem em solo cearense e pelos diálogos sobre a história Nordestina.

A querida amiga Márcia Lima Bandeira, pelo companheirismo e amizade.

Aos companheiros de SEADS, em especial a Fabrício Fialho, Margareth Carpes, Meire Barbosa e Alexandre Faria.

A Marineide Gomes, por todo apoio, ousadia e coragem em me dar a chance de ser professor do Centro Universitário Fundação Santo André.

Aos queridos amigos Carlos Manoel e Elisa Nunes, companheiros de divertidas reflexões.

A minha família, em especial a Erica, Sônia, Raul, Paulo, Lucas, Dora, Corisco e Felício.

A Luciana, pelo amor, companheirismo e pela enorme paciência.

RESUMO

O presente estudo procura compreender como vem se dando a construção social de mercados envolvendo a caprinovinocultura nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará e de que forma esse processo incide sobre temas como pobreza e desenvolvimento, tomando como estudos de caso três experiências em curso nos municípios de Mossoró (RN), Cabaceiras (PB) e Tejuçuoca (CE). A criação de caprinos e ovinos remonta à chegada dos portugueses no século XVI, sendo que a forma tradicional de criação e a piora genética de boa parte desses animais a torna pouco produtiva em termos econômicos. Em comparação aos bovinos, cuja criação na região ligar-se-ia historicamente a status social, esses animais são vistos de maneira inferiorizada. Pragmaticamente, no entanto, essa hierarquização é contraditória na medida em que a criação desses animais é mais adaptada às condições do Semi-árido. Uma cultura de resistência incide sobre o potencial econômico da caprinovinocultura na região, sendo confrontada por uma “rede de entusiastas” formada por agentes-chave ligados a um conjunto de instituições. Diagnosticando aspectos mercadológicos favoráveis, esses atores são fiéis à causa da difusão de técnicas apropriadas de criação aos pequenos agricultores familiares para que estes alcancem melhores condições de vida. Além deles, o governo federal, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com alguns estados, desenvolve Programas do Leite, política pública que visa garantir mercados para os produtos da agricultura familiar e segurança alimentar para os beneficiários do Fome Zero. Nesse processo induzido, um novo arranjo vem aliando tradição e vocação regional com inovação e inclusão social produtiva de parcelas pobres da população. Entre outras constatações, entende-se que a construção de mercados socialmente orientados venha promovendo reestruturação de laços e vínculos sociais, ampliando o rol de relações a que os indivíduos se submetiam anteriormente à vivência dessas práticas.

Palavras-chave: caprinovinocultura; sociologia econômica; construção social de mercados; desenvolvimento; Semi-árido; políticas públicas; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Fome Zero; agricultura familiar.

ABSTRACT

The present study aims at understanding both the social construction of markets concerning sheep and goat raising in the Brazilian states of Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará and the relationship between this construction process and topics such as poverty and development. This case-study research is based on three current experiences in Mossoró (RN), Cabaceiras (PB) e Tejuçuoca (CE). The sheep and goat raising has its origin with the arrival of the Portuguese settlers in the 16th century. The traditional raising procedures and genetic problems that affected most part of these animals caused loss of productivity and profitability. It is also important to mention that the raising of those animals was judged as an inferior activity when compared to the cattle raising, the last enterprise was historically and socially associated with a privileged status. In practical terms, however, this is a preconception once sheep and goats are suitable for the kind of climate in the region (semi-arid). Besides, a culture of resistance has influence over the sheep and goats raising economical potential, and it is confronted with an “enthusiasts network” comprised of key players associated with social institutions. Taking into consideration favorable market aspects, these actors are faithful to the cause of transmission of appropriate raising techniques to small family farmers in order to improve their life conditions. Apart from them, the federal government through a program to support financially the purchase of food (Programa de Aquisição de Alimentos) and milk (Programa do Leite), established public policies and partnership with some states in order to create a market to the products produced by the family farms and food safety to the beneficiaries of Fome Zero (program to eliminate hunger). This stimulated process brought a new productive arrangement that combined regional vocation, innovation and productive social inclusion of poor people. Furthermore, it is understood that the construction of socially oriented markets promotes the reestablishment of social ties and bonds and amplifies the number of relationships with which the individuals had contact before living these practices.

Keywords: goat and sheep raising; economic sociology; social construction of markets; development; semi-arid; public policies; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Fome Zero; family farm.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação dos principais elos da cadeia produtiva da caprinovinocultura leiteira com suas interações lógicas e desejáveis – p. 47

Figura 2 – Representação dos principais elos da cadeia produtiva da caprinovinocultura de corte com suas interações lógicas e desejáveis – p. 48

Figura 3 – Organograma da Embrapa – p. 224

Figura 4 – Esboço da “rede de entusiastas” da caprinovinocultura – p. 273

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da situação sócio-econômica dos assentamentos amostrados – p.71

Quadro 2 – Síntese das características dos assentamentos amostrados de acordo com os fatores que interferem no seu desenvolvimento – p. 72

Quadro 3 – Principais agentes contatados e localidades ou organizações as quais se vinculam – p. 91

Quadro 4 – Evolução na arrecadação do ISS, 1996 a 2003 – Cabaceiras (PB) – p. 180

Quadro 5 – “Casos de sucesso” na área de caprinovinocultura no NE (1999 – 2007) – p. 220

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Roteiro da pesquisa de campo – 2008 – p. 88

Mapa 2 – Roteiro da pesquisa de campo – 2009 – p. 88

Mapa 3 – Nova delimitação do Semi-árido – p. 96

Mapa 4 – Estado do Rio Grande do Norte com destaque para Microrregião de Mossoró e Município de Mossoró – p. 155

Mapa 5 – Estado da Paraíba com destaque para Microrregião do Cariri Oriental e Município de Cabaceiras – p. 177

Mapa 6 – Estado do Ceará com destaque para Microrregião do Médio Curu Município de Tejuçuoca – p. 203

Mapa 7 – Unidades de Pesquisa e de Serviços da Embrapa no Brasil – p. 223

Mapa 8 – Regiões de abrangência do Programa do Leite – PAA e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – p. 239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Total, Urbana e Rural, 1970, 1980, 1991 e 1996 – p. 98

Tabela 2 – Rebanhos bovinos por grandes Regiões e unidades da Federação, sua variação e participação relativa – 1970-2007 – p. 99

Tabela 3 – Efetivo de caprinos e participação relativa segundo UF – 2007 – p. 102

Tabela 4 – Efetivo de ovinos e participação relativa segundo UF – 2007 – p. 103

Tabela 5 – Microrregiões e densidades de caprinos nos anos 1975 e 2003 – p. 104

Tabela 6 – Maiores rebanhos de ovinos e caprinos somados (1.000 cabeças) – Período 1994-1996, 1999-2001, 2004, 2005 e 2006 – p. 105

Tabela 7 – Maiores produtores mundiais de leite de cabra (2007) – p. 107

Tabela 8 – Quantidade de leite de cabra produzido segundo grandes Regiões e unidades da Federação – 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006 e participação relativa em 2006 – p. 110

Tabela 9 – Principais países produtores de carne de ovinos (2006) – p. 113

Tabela 10 – Consumo de carne de ovinos e caprinos por região (2007) – p.114

Tabela 11 – Consumo de carne de ovinos e caprinos – países selecionados (2007) – p. 114

Tabela 12 – Principais países produtores de carne de caprinos (2006) – p. 114

Tabela 13 – População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000 – Mossoró (RN) – p. 153

Tabela 14 – População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000 – Cabaceiras (PB) – p. 175

Tabela 15 – População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000 – Tejuçuoca (CE) – p. 202

SIGLAS

ACAVUJ - Associação Comunitária dos Agroprodutores dos Vales Umari – Jacumã
ACC - Associação Comunitária dos Cachos
ACC - Associação dos Criadores do Crato
ACCOA - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bio-Região do Araripe
ACCOMIG - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Minas Gerais
ADRs - Agentes de Desenvolvimento Rural
ADRS - Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável
AMCAP - Associação dos Municípios do Cariri Paraibano
ANCOC - Associação Norte Rio Grandense de Criadores de Ovinos e Caprinos
APA - Área de Preservação Ambiental
APPCC - Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
ARS - Serviço de Pesquisa Agrícola
ARTEZA - Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro do Distrito de Ribeira
ASCCOM - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Mossoró
ASCOMCAB - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Cabaceiras
ASFOCO - Associação de Fomento a Caprinovinocultura
ASFOCO - Associação de Fomento a Caprinovinocultura
ATER - Assistência Técnica Rural
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPAs - Boas Práticas Agropecuárias
CAPRIBOV - Cooperativa dos Capri-bovinocultores de Cabaceiras
CAPRILEICE - Associação de Criadores de Caprino Leiteiro
CDMAC - Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CE – Estado do Ceará
CEAPG - Centro de Estudos em Administração Pública e Governo
CEBRAE - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CIRAD - Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODECAP - Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Cariri Paraibano
COMPET - Programa de Modernização e Competitividade dos Setores Tradicionais
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEAS - Conselhos Municipais de Segurança Alimentar
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DEM - Partido dos Democratas
DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DLIS - Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas
DNPEA - Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação
DOU - Diário Oficial da União
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
EMEPA - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A
EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
EUA - Estados Unidos da América
FAEC - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará
FAEC - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASC - Fundação de Assistência Social de Cabaceiras
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEARH - Gerência Executiva da Agricultura e Recursos Hídricos
GESPAR - Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local
GTA - Guia de Transporte Animal
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Cooperação Alemã)
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDIA - Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária
IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IGA - International Goat Association
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPA - Índice de Preços dos Alimentos
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPR - Índice de Preços Recebidos pelo Produtor
ISS - Imposto Sobre Serviços
LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MI - Ministério da Integração Nacional
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT - Metric Tons (Toneladas Métricas)
NAI - Núcleos de Assistência Industrial
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs - Organizações não-governamentais
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PB - Estado da Paraíba
PBTUR - Empresa Paraibana de Turismo S.A.
PDA - Plano de Desenvolvimento de Área
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PE - Estado de Pernambuco
PFL - Partido da Frente Liberal

PI - Estado do Piauí
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMEs - Pequenas e médias empresas
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP - Partido Popular
PPS - Partido Popular Socialista
PROCAP - Programa Municipal de Apoio a Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PV - Partido Verde
RN - Rio Grande do Norte
SAIA - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Abastecimento
SAPE - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca
SAPI - Sistema Agropecuário de Produção Integrada
SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAP - Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SICTCC - Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia da Paraíba
SINTEC - Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Norte
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNPA - Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SRD - Sem Raça Definida
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UBLs - Unidades de Beneficiamento de Leite
UFERSA - Universidade Federal do Semi-árido – Mossoró
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 APRESENTAÇÃO	18
1.2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	27
1.3 JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	36
1.4 A ABORDAGEM DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	48
1.4.1 <i>A construção social de mercados</i>	52
1.5 O FUTURO DA AGRICULTURA FAMILIAR	59
1.6 NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	75
2. METODOLOGIA	82
2.1 MODALIDADE DA PESQUISA	83
2.2 BANCO DE DADOS UTILIZADO E ESCOLHA DOS CASOS ESTUDADOS.....	84
2.3 DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS DE CAMPO	87
3. CONTEXTO DO ESTUDO.....	94
3.1 SEMI-ÁRIDO E ESTADOS ENFOCADOS.....	95
3.2 CAPRINOVINOCULTURA: CARACTERIZAÇÃO GERAL E DADOS	101
3.2.1 <i>Produtos da caprinovinocultura</i>	106
3.2.1.1 Leite caprino	107
3.2.1.2 Carnes.....	112
3.3 CAPRINOVINOCULTURA E IMPACTO AMBIENTAL.....	115
4. SERTÃO: OCUPAÇÃO E TRADIÇÃO	118
4.1 SERTÃO — DA PALAVRA AO CONCRETO	119
4.2 INTRODUÇÃO DA PECUÁRIA E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS.....	121
4.3 PECUÁRIA E STATUS SOCIAL	124
4.4 APOGEU E QUEDA DA PECUÁRIA SERTANEJA.....	131
4.5 LAVOURA E OUTRAS GENTES DOS SERTÕES	136
4.6 O PAPEL SOCIAL DOS BICHOS	141
5. CASOS ESTUDADOS.....	149
5.1 MOSSORÓ (RN)	153
5.1.1 <i>O Mercado ou Feira do Bode</i>	155
5.1.2 <i>A Festa do Bode</i>	162
5.1.3 <i>Caprinovinocultura e cenário político</i>	169
5.2 CABACEIRAS (PB)	174
5.2.1 <i>A Festa do Bode Rei</i>	177
5.2.2 <i>A produção do couro</i>	182
5.2.3 <i>Política de desenvolvimento</i>	186
5.2.4 <i>Disputa política e caprinovinocultura</i>	193
5.3 TEJUQUOCA (CE)	198
5.3.1 <i>Emancipação e política de desenvolvimento</i>	200
6. A CAPRINOVINOCULTURA COMO VOCAÇÃO.....	208
6.1 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES: EMBRAPA E SEBRAE	210
6.1.1 <i>Sebrae</i>	213
6.1.2 <i>Embrapa</i>	219
6.2 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) DO FOME ZERO.....	225
6.2.1 <i>O “PAA Leite”</i>	233
6.3 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS DO LEITE CAPRINO	236
6.3.1 <i>Quem é quem na caprinovinocultura do Semi-árido</i>	237
6.3.2 <i>Leite caprino: os casos de Mossoró, Cabaceiras e Tejuquoca</i>	249
7. CONCLUSÕES	278

REFERÊNCIAS	292
ANEXOS	305
ANEXO I - LISTA DE ARTIGOS RELACIONADOS À CAPRINOVINOCULTURA.....	305
ANEXO II - 14 “CASOS DE SUCESSO” DO SEBRAE NA ÁREA DE CAPRINOVINOCULTURA NO NORDESTE (1999 - 2007).....	315
ANEXO III - INSTRUÇÃO NORMATIVA N.37.....	326

1. INTRODUÇÃO

“O que é desenvolvimento? O sentido do termo ‘desenvolvimento’ não costuma ser explicitado, apesar de seu emprego ser tão freqüente. Sempre se faz de conta que será bem entendido. Raros são os que se arriscam a explicar o seu real significado. Consciente do problema, uma sábia professora da Universidade de Cambridge, Joan Robinson, costumava comparar o desenvolvimento ao elefante: difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer. No punhado de países que podiam ser considerados desenvolvidos, as pessoas tinham muito mais chances e opções do que os habitantes do resto do mundo”.

(José Eli da Veiga, *O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento*, 2001, p.104).

1.1 Apresentação

Enquanto construções sociais, os mercados podem assumir diferentes feições. Neste estudo, procura-se compreender como mercados podem ser construídos, visando o combate à pobreza e à promoção de desenvolvimento, tomando-se como casos de estudo três experiências envolvendo a caprinovinocultura em municípios situados no Semi-árido Nordeste (Mossoró – RN, Cabaceiras – PB e Tejuçuoca – CE). Nesse processo, o Estado desempenha um papel central mediante políticas públicas específicas e alocação de recursos financeiros que estimulam à construção de mercados – sobretudo do leite caprino – por meio da indução à participação de novos agentes, da dinamização da produção e do estímulo ao consumo.

Num arranjo institucional voltado para esse fim, a qualidade das instituições e organizações pode ser considerada variável central. Ao contrário do que o senso comum leva a crer quando se trata da região do Semi-árido Nordeste, organizações como as enfocadas na pesquisa mostram-se atuantes e promotoras de um esforço de redesenho institucional para a região, sendo em grande parte responsáveis pelas transformações observadas nesse ambiente. Entende-se que os processos que as envolvem têm sido ainda pouco percebidos por pesquisadores e pela opinião pública em geral, especialmente aquela geograficamente distante da região, sendo que muitas das transformações em curso mantêm-se na penumbra por conta desse enviesamento¹.

Indo contra um diagnóstico comum, foram constatadas também iniciativas inovadoras de governos municipais de cidades do Semi-árido, “normalmente vistos como falidos, clientelistas e tecnicamente inadequados, o que freqüentemente é verdade” (TENDLER, s/d., p.5). Num panorama mais geral, no já clássico estudo de Judith Tandler, *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica* (1998), a autora chama a atenção para o fato de termos poucos modelos de bom governo baseados nas experiências dos países em desenvolvimento. Sabemos mais sobre maus governos, dado o fato que economistas e cientistas políticos têm

¹ Exceção deve ser feita a Jose Eli da Veiga, que em seu livro *A História não os absolverá nem a Geografia* (2005), chama a atenção para “três instituições fora de série”: o Banco do Nordeste (BNB), a Comunidade Ativa e o Sebrae, sendo esta última uma das que recebe destaque no presente estudo. Quanto a ela, o autor afirma que graças a seu apoio decisivo, “604 dos mais carentes municípios brasileiros começaram a construir um ambiente institucional mais favorável às iniciativas individuais e coletivas que podem dinamizar essas economias locais e regionais” (VEIGA, 2005, p. 59).

feito ricos registros sobre isso, usando-os na construção de uma teoria que descreve o fenômeno magistralmente. Embora exatos em muitos aspectos, esses diagnósticos teriam feito surgir um corpo bastante equivocado de recomendações sobre como melhorar o governo. Um dos motivos disso apontados pela autora é que a literatura em questão gosta de rotular países inteiros (ou grupo deles) como bons ou maus governos. Mas seria difícil dedicar-se à caracterização de um país inteiro como bom o mau, na média, e ao mesmo tempo ter curiosidade pela variação de experiências boas e ruins dentro do mesmo país e pelas lições a aprender com elas (TENDLER, 1998, p. 4).

Além dos aprendizados que traz, a compreensão dos processos envolvendo a caprinovinocultura no Semi-árido possibilita a investigação do estágio em que se encontra esse fenômeno, fértil em seus aspectos de construção social, antecipando-se essa análise aquilo que poderia ser posteriormente percebido como sendo mero fruto de uma “aparição espontânea” e/ou “repentina” no meio social em questão.

Por meio das pesquisas realizadas, compreende-se que organizações “vivas”, socialmente significativas e relevantes, mediante sua atuação no campo da pesquisa, bem como disseminadoras de conhecimentos, técnicas e provedoras de corpo de profissionais, podem potencializar a construção social de mercados, “preparando terreno”, induzindo a formulação de políticas públicas a serem aplicadas nesse sentido e dando sustentação a elas mediante sua atuação e de seus profissionais. Esses atores exercem, portanto, um papel fundamental na reorientação de políticas públicas, redefinindo estratégias e as orientando a partir do fornecimento de conteúdo fruto da expertise de seus especialistas. Ao trazerem à caprinovinocultura como alternativa de desenvolvimento para o Semi-árido, revela-se também uma “habilidade de definir para os outros os parâmetros da discussão”, numa referência ao processo de construção de agenda feita a Kingdon por Fligstein (2007, p. 68).

Não obstante essas constatações, uma outra percepção advinda dos estudos realizados aponta que, ainda que bem planejadas, políticas públicas, programas de governo e ações de organizações voltadas para o aprimoramento da cadeia produtiva da caprinovinocultura esbarram num universo próprio à racionalidade, à sociabilidade e aos valores dos agricultores familiares. Isso tem limitado suas aplicações, sendo necessário avançar sobre novas dimensões para uma melhor compreensão e conseqüente maior efetividade dessas iniciativas. Num panorama mais amplo, chama a atenção o fato de que a desorganização da prática da caprinovinocultura vem condicionando uma demanda reprimida, dada a baixa oferta de produtos, sobretudo aqueles de qualidade condizente com o abastecimento de mercados mais

estruturados. E mesmo para a demanda existente, a desarticulação em torno da atividade obriga, por exemplo, a importação de carne para atendimento do significativo mercado Nordeste desse produto. Recentemente, estimou-se o “déficit de carne de caprinos e ovinos em torno de 13 mil toneladas / ano” (NOBRE, 2007, p. 26) naquela Região.

Sem desconsiderar essas dificuldades, nos processos de desenvolvimento enfocados neste estudo, observou-se também transformações significativas que rompem com determinados “paradigmas”. Não obstante, cabe dizer que esses avanços não necessariamente caracterizar-se-iam por rupturas bruscas. Nos casos observados, as mudanças sociais corresponderiam mais a processos capilarizados de transformações na cultura, no poder dos grupos sociais e na representação dos indivíduos, elementos que os levam à construção e adoção de novas formas organizativas (ABRAMOVAY, 2001).

Este ponto é importante para melhor situar aquilo que fora observado em campo e que compõe as análises do presente trabalho. Entende-se que, dependendo do processo histórico e das condições sociais de determinadas regiões – como aquelas vivenciadas na porção do Sertão Nordeste focado, no qual a seca, a miséria, a pouca oferta de oportunidades prevalecem historicamente e inibem a inovação – a ampliação da racionalidade econômica, acompanhada de práticas de mercado, pode não significar ruptura de laços, vínculos sociais e acirramento de características socialmente desagregadoras, como enfatiza parte da teoria social². Pelo contrário, acredita-se que a construção de mercados socialmente orientados pode promover a reestruturação de laços e vínculos sociais, ampliando o rol de relações a que os indivíduos se submetiam anteriormente à vivência dessas práticas.

Ao mesmo tempo em que essa afirmação pode frustrar expectativas fincadas numa perspectiva crítica que elege processos radicais de transformação social como condição básica para maior autonomia dos indivíduos, num extremo oposto, a postura assumida neste estudo certamente também frustrará aqueles que apostam numa inexorável transformação evolucionista com a passagem das sociedades “tradicionais” para “modernas”, num percurso

² Em *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* (1992), por exemplo, Abramovay, refletindo sobre o problema à luz de autores como Kautsky e Lênin, afirma: “Nesse sentido, não é verdade que os fatos tenham desmentido as previsões dos clássicos marxistas: onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde racionalidade econômica toma conta dos comportamentos dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêm esvaírem-se as bases objetivas de sua própria reprodução social” (ABRAMOVAY, 2007, p. 263). Num outro exemplo, em *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*, Schwartzman (2004) afirma que, ainda que Marx reconhecesse o enorme custo humano da modernização e do desenvolvimento capitalista, isto não era suficiente para colocá-lo contra o que ele considerava o curso natural da história e do progresso. Dessa forma, o capitalismo ocidental destruía “tanto a harmonia e a estabilidade das sociedades tradicionais quanto sua habilidade de se juntar ao seleto clube das sociedades desenvolvidas e ricas” (SCHWARTZMAN, 2004, p.65-6).

uniformizador que faria o problema “deixar de existir”, dando corpo a uma visão de processo civilizatório via expansão das tecnologias modernas e da racionalidade (SCHWARTZMAN, 2004).



Rebanho de cabras (sem raça definida) numa das propriedades visitadas no Cariri paraibano. Prática que se confunde com a própria história dos sertões, a caprinovinocultura tem na sua tradição um potencial, mas também alguns dos entraves para os novos rumos do desenvolvimento rural da região.

Os processos enfocados neste estudo revelam um outro percurso, sendo compreendidos com o foco na dimensão socializadora da relação mercantil. Nesse sentido, assim como preconiza Durkheim, o laço social não se circunscreveria somente ao ato da troca, mas se enraizaria e participaria do processo de reprodução das instituições sociais. Sob esse prisma, a relação mercantil é uma relação social (RAUD, 2005a) e, enquanto fenômeno social, assim está sendo compreendida. Concretamente, isso se expressa pela verificação em campo de que, ao mesmo tempo em que se avançou nas práticas de mercados, observou-se a ampliação de vínculos e laços sociais revelados no âmbito da agricultura familiar, por exemplo, com a formação e fortalecimento de associações de pequenos criadores e a construção coletiva de projetos de desenvolvimento social.

Logicamente que, não custa enfatizar, não se credita isso a “qualquer prática mercantil”, nem a “qualquer mercado”, mas àqueles socialmente orientados por uma ação central do Estado e de diversas organizações, entre elas duas – Embrapa e Sebrae – que recebem maior destaque neste estudo pelas constatações advindas das pesquisas de campo realizadas. Sob essa perspectiva, importante salientar que, aliado a isso, constata-se que preocupações de caráter social marcam fortemente discursos e práticas dessas organizações na sua atuação na área da caprinovinocultura no Semi-árido, bem como a de profissionais especialistas a elas vinculados, aspectos esses referenciados científica e tecnicamente, assunto que será devidamente abordado.

Outro aspecto importante refere-se às condições locais para essas experiências de desenvolvimento. Como tornou-se comum nas discussões em torno do chamado *capital social* em sua relação com o tema do desenvolvimento, disseminadas, sobretudo, pela obra de Robert Putnam (2002) e de outros autores que tratam das experiências bem sucedidas dos distritos industriais da Terceira Itália (RAUD, 1999; BAGNASCO, 2001; URANI et. al., 2002), uma série de condições favoráveis de princípio são tidas como fatores cruciais do sucesso no desenvolvimento dessas regiões, produtos da ação coletiva e do senso cívico. Becattini (2002), por exemplo, cita que diversos especialistas identificam um “estado de espírito”, baseado no desabrochamento pessoal, e um sentimento intenso de pertencimento a comunidade local, como características do desenvolvimento dos distritos industriais italianos, nos quais sobressai como traço dominante mais representativo a interpenetração e sinergia entre atividade produtiva e vida cotidiana. Uma perspectiva específica sobre *capital social* advém das reflexões de Granovetter, autor inaugural da Nova Sociologia Econômica, quando trata do tema das redes sociais. Contraposta à visão que ressalta a “força dos laços fracos”, aquele autor chama a atenção para o perigo de um “excesso de capital social”, que se revelaria “quando todos os atores giram em torno de uma mesma rede social” (WILKINSON, 2002, p. 815), limitando seu raio de ação. Ainda que essa seja uma descrição que encontra bastante similaridade com o contexto enfocado neste estudo, neste ponto, a menção ao conceito de *capital social* se dá no sentido dos autores apontados anteriormente, que lhe atribuem um peso decisivamente positivo para o sucesso de experiências de desenvolvimento.

Nos casos analisados, em diferentes medidas, mas, sobretudo no contexto da agricultura familiar desenvolvida num ambiente rural marcado por estruturas tradicionais de desigualdades e pobreza, pode-se dizer que os processos enfocados de construção social de mercados não vieram a reboque de condições sociais pré-existentes ou emergiram por força

maior do ambiente comunitário. Tal constatação mostra, em determinado grau, uma outra lógica que aquela consagrada em parte da literatura que se dedica ao tema do desenvolvimento e dos aspectos que conduzem ao seu virtuosismo, e que delegam significativo peso a uma anterioridade propiciadora desses processos, ancorada em boa medida em valores culturais comunitários “positivos” à organização produtiva como variável explicativa para o caráter bem-sucedido desses fenômenos.

Não obstante, importante salientar que, sob a ótica deste estudo, entende-se que também nesse ponto sobressaia um caráter de construção social, já que se identifica que muitas das condições iniciais favoráveis normalmente identificadas também sejam, em boa medida, frutos de uma ação direta do Estado no passado. Na Itália, uma vasta reforma agrária e um ambicioso programa de aumento da escolaridade de jovens e adultos foram desencadeados após a Segunda Guerra Mundial, fatores tidos como fomentadores de algumas das bases da experiência da Terceira Itália (COCCO et. al., 2002). No caso analisado do Semi-árido Nordeste, ainda que com décadas de atraso, pode-se dizer que os processos analisados assentam-se num novo patamar de valorização da agricultura familiar, fato perceptível pelos diversos assentamentos da reforma agrária visitados, dos quais um significativo segmento formado recentemente de pequenos proprietários rurais participa dos processos analisados neste trabalho.

De qualquer modo, não se quer aqui afirmar que valores culturais comunitários “positivos” inexistam nos municípios estudados, até porque se constatou o desabrochar de experiências bem sucedidas de desenvolvimento e inclusão produtiva de parcelas pobres da população que contam com significativa participação de agentes locais. Mas chama a atenção, no contexto rural das experiências na área da caprinovinocultura analisadas, as formas de organização que as antecederam e, mais que isso, as resistências que muitas vezes se revelam na alteração desses padrões por parte dos agricultores familiares, sejam eles assentados recentes ou pertencentes a comunidades rurais mais antigas. Nesse ponto, importante salientar que a caprinovinocultura, enquanto prática que atravessa os séculos na região, tem na tradição sua força, mas também o entrave maior para que alcance um novo patamar de desenvolvimento, assunto que será devidamente explorado a seu devido tempo neste estudo.

Nesse sentido, pretende-se chamar a atenção para o estágio no qual se situa o contexto analisado, que propicia “estudar a montagem das ‘redes’, das ‘convenções’, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas” (ABRAMOVAY, 2000, p. 2) entre os agentes enfocados, buscando compreender assim os processos em curso de construção social de

mercados da caprinovinocultura no Semi-árido. Em certa medida, esse percurso pode ajudar a esclarecer como se cria capital social onde ele não exista, conforme problematiza Durston³ (1998 apud ABRAMOVAY, 2000).

Não obstante, na problemática estudada, quando se depara com um choque entre tradição e tentativas de sua revisão ou superação, sem dúvida que tal quadro poderia sugerir que haveria certa conotação etnocentrista nas ações de técnicos e organizações que visariam, unilateralmente, “impor” determinadas condições ou padrões de desenvolvimento agrícola, desprezando um universo de valores próprios aos sertanejos. No entanto, pelas pesquisas de campo, acredita-se não se tratar disso, ou que pelo menos o foco para o problema não deva se centrar nisso, ainda mais se considerando que discussões nesse sentido podem ter sua validade questionada quando se verifica o histórico quadro de vulnerabilidades e estagnação que caracterizam a agropecuária das áreas enfocadas do Semi-árido, implicando numa situação de pobreza para maior parte da sua população, e sobre o qual não se deve desperdiçar esforços, inclusive intelectuais, em favor da sua reversão. Em suma, o que se procura chamar a atenção com esses aspectos, mais uma vez, é o caráter de construção social das experiências observadas, do qual participam diversos agentes e organizações induzindo alterações de uma dada realidade, ao invés da prevalência de uma “espontaneidade” local desencadeadora desses processos.

Sem dúvida que esses últimos apontamentos, muitos dos quais potencialmente polêmicos, não se encerram em conclusões tidas como inequívocas neste estudo, servindo para despertar uma discussão a partir das observações possibilitadas pelas pesquisas de campo, conforme se procurará mostrar ao longo deste trabalho.

A fim de possibilitar a exposição de um considerável volume de informações, tanto advindas dos estudos teóricos quanto da parte empírica da pesquisa realizada, este trabalho organiza-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, procura-se situar o leitor quanto aos principais aspectos que circundam o objeto pesquisado, a justificativa para realização do trabalho e as principais referências teóricas, que são pautadas na sociologia econômica e no tema da construção social de mercados. Também são apresentados temas básicos para uma adequada abordagem do objeto estudado, como o são os temas da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.

³ DURSTON, John. Building Social Capital in Rural Communities (where it doesn't exist) - Theoretical and Policy Implications of Peasant Empowerment in Chiquimula, Guatemala. *Latin American Studies Association (LASA)*, The Palmer House Hilton, Chicago, IL, September 24-26, 1998.

No segundo capítulo é apresentada a metodologia utilizada, enfocando-se o banco de dados e o processo de escolha dos casos estudados, além de uma descrição das pesquisas de campo, contendo mapas dos roteiros percorridos e uma lista dos principais agentes contatados.

No terceiro capítulo se procura fornecer elementos para uma melhor compreensão da região do Semi-árido Nordeste, com especial enfoque nos três estados no qual localizam-se os municípios que sediam as experiências analisadas. Num segundo tópico, apresenta-se uma caracterização geral do setor da caprinovinocultura, destacando-se também informações sobre os principais produtos comerciais gerados com essa prática, o leite e a carne.

No quarto capítulo, entendendo-se que, para uma compreensão mais aprofundada sobre diferentes aspectos em torno da prática da caprinovinocultura na atualidade seja necessário não apenas um olhar sobre o presente, mas também voltar-se para um passado de vários séculos que marca o percurso da pecuária no Semi-árido, realizou-se uma significativa pesquisa teórica, recorrendo-se em boa parte a obra de autores clássicos das ciências sociais, e que resultou numa análise de elementos importantes da sociedade colonizadora que lá se desenvolve desde o século XVI. A elaboração desse capítulo parte de um pressuposto de que a cultura importa para compreensão dos processos econômicos – até porque eles são aqui entendidos como sendo essencialmente de natureza social (SWEDBERG, 2004) – sendo que no caso analisado, os processos observados em boa medida não são passíveis de serem compreendidos somente considerando-se um recorte temporal estreito e recente, que equivale ao período aproximado de pouco mais que a última década, quando então uma visão sobre a prática da caprinovinocultura como alternativa de desenvolvimento para o Semi-árido começa a ganhar maior impulso. A permanência de práticas agrícolas através das gerações, as resistências a mudanças e valores que bloqueiam a incorporação de técnicas agrônomicas já disponíveis aos agricultores familiares encontrariam aí elementos explicativos importantes.

O quinto capítulo traz fundamentalmente parte do material de campo sistematizado, enfocando-se os três casos analisados. Os aspectos foram organizados procurando dar conta dos elementos centrais, sendo apresentados em torno de temas entendidos como os mais significativos, dependendo da localidade, para uma compreensão dos processos de construção social de mercados, ressaltando-se aspectos produtivos, agropecuários, sociais, políticos, relações territoriais, entre outros. No caso de Mossoró (RN), destaque é dado ao Mercado ou Feira do Bode, a Festa do Bode e as relações entre a caprinovinocultura e cenário político local. Já sobre Cabaceiras (PB), foca-se a Festa do Bode Rei, a produção do couro e os

aspectos do desenvolvimento ligados também ao turismo, com as disputas políticas e a caprinovinocultura os perpassando. No caso de Tejuçuoca, foca-se a política de desenvolvimento em sua relação com a atividade da caprinovinocultura, a Festa Tejubode e o turismo. Entre outros aspectos, além de iniciativas próprias voltadas para a promoção da pecuária de caprinos e ovinos desencadeadas por ações no plano das políticas públicas, como se pode perceber pela apresentação desses tópicos, elementos de caráter simbólico em torno da figura do “bode” são enfatizados através da realização de festas que extrapolam o universo da agropecuária, revelando dispositivos de um peculiar *marketing* bem sucedido que vem sendo replicado em diversas localidades do Nordeste.

No sexto capítulo são analisados diferentes aspectos visando compreender a emergência da caprinovinocultura, tida como vocação para o Semi-árido, e também o processo que induz à construção social de mercados para o leite caprino nos estados e municípios diretamente enfocados neste estudo. Para isso, aborda-se de maneira breve a história da Embrapa e do Sebrae e algumas de suas principais ações voltadas para a área da caprinovinocultura. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), integrante do Fome Zero do governo federal e, mais especificamente o “PAA Leite”, programa que estimula a formação de mercados para o leite caprino no contexto em questão são apresentados a seguir. Dois outros aspectos são ainda apresentados nesse capítulo, constituindo-se em tópicos da maior importância para este estudo, tendo seu conteúdo majoritariamente baseado em material colhido nas pesquisas de campo. Num deles se procura discernir “quem é quem na caprinovinocultura do Semi-árido”, nome do tópico, e no outro se enfoca diretamente os processos de construção social de mercados do leite caprino em Mossoró, Cabaceiras e Tejuçuoca, centrais em seus elementos no subsídio aos objetivos desta pesquisa.

O sétimo capítulo se destina a apresentar as principais conclusões deste estudo, possibilitadas e referenciadas nos elementos apresentados nos capítulos anteriores.

Entre as conclusões, afirma-se que o movimento recente que elege à caprinovinocultura como alternativa de desenvolvimento rural para o Semi-árido insere-se num contexto de mudança de paradigma do “combate” para “convivência” com a seca (SILVA, 2007). Questiona-se a racionalidade em torno da pecuária bovina em face dos recorrentes efeitos climáticos drásticos, sobretudo diante da permanência de uma mentalidade que valoriza o gado bovino e desvaloriza as “miunças” (pequenos ruminantes), mais adaptadas àquela região. Pelos elementos analisados, procura-se chamar a atenção para o fato de que a cultura importa para conformação do “mundo econômico”. Embora o termo *tradição*

seja usado ao longo deste estudo, na maior parte das vezes, como sinônimo para os entraves que se antepõem à revisão de práticas agropecuárias, não obstante, pode-se dizer que se constitua também na força basilar que sustenta essa estratégia de desenvolvimento impulsionada mais recentemente. Isso porque a presença e disseminação de caprinos e ovinos ao longo dos séculos no Semi-árido podem ser vistas como um fio de esperança, uma pequena dose de “capital social”, aquilo que tantas vezes lhe falta enquanto região, embutido nessa tradição. Por tratar-se de um movimento que busca sua transformação, inevitável não esbarrar nos temas da “modernidade/modernização”. Entre outras conclusões, afirma-se que, ainda que dirigido, esse processo não se confunde com aquilo que se poderia chamar de um projeto de “modernização conservadora”, como se costuma identificar algumas ações também no campo das políticas públicas, inclusive na agricultura. Entendendo-o como uma estratégia alternativa de modernização, ganha destaque nesse processo a) o processo de construção social que exige esforço árduo dos agentes-chave no convencimento à adesão à caprinovinocultura sob novas bases e para organização de etapas dessa cadeia produtiva; b) a reestruturação das relações sociais dos pequenos criadores, que trouxe consigo maior organização nas práticas de produção e melhoria nas suas condições de vida; c) o enraizamento social dessas iniciativas, constatando-se a permanência delas sob diferentes arranjos, que englobam sua inclusão na agenda pública e sua “apropriação” por parte da população.

1.2 Delimitação do objeto de estudo

Há muito tempo, ovinos e caprinos vêm sendo criados pelos seres humanos. Ainda que haja variação em termos de datação conforme a fonte consultada, não há dúvidas que esses animais estão entre os primeiros domesticados e capazes de produzirem alimentos, processo que se iniciou há alguns milhares de anos. Ao longo desse tempo, sempre acompanharam a história da humanidade, conforme atestam os diversos relatos históricos, mitológicos e bíblicos. Ainda que tenham a mesma origem ancestral que os bovinos, ao contrário destes, poucas vezes tiveram seu valor devidamente reconhecido ao longo da história da humanidade (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2006).

Particularmente em países ou regiões menos desenvolvidas, no entanto, caprinos e ovinos assumiram uma função importante na oferta de alimentos a um baixo custo devido principalmente a sua rusticidade e capacidade de adaptação em zonas impróprias a outras

culturas. Dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mostram que há 40 anos o efetivo caprino dos países desenvolvidos era de 31,7 milhões de cabeças, sendo atualmente de 29,1 milhões, o que representa um decréscimo de 9%, enquanto nos países em desenvolvimento esse número era de 315,9 milhões em 1961 e de 686,2 milhões em 2000, mostrando um aumento de 117%.

No Nordeste brasileiro, em que a criação de caprinos e ovinos é uma prática existente há praticamente cinco séculos, uma série de aspectos marca essa trajetória conduzindo a um cenário sobre o qual, neste estudo, se levantam as principais problematizações.

Sendo a criação de caprinos e ovinos prática antiga na região, que remonta à chegada dos colonizadores portugueses no século XVI, a forma tradicional de criação (extensiva e de baixa tecnificação), a piora genética de boa parte desses animais ao longo do tempo e características do tradicional manejo sertanejo a tornam pouco produtiva em termos econômicos. Além disso, estes animais são vistos de maneira inferiorizada em comparação ao gado, cuja criação na região ligar-se-ia historicamente a “status social”, sendo os caprinos e ovinos em geral denominados na cultura regional de “miunça”, o que significa “criação de pouco valor”.

No mais das vezes, para aqueles habitantes dos sertões Nordestinos em melhores condições, como os grandes fazendeiros, criar caprinos e ovinos era visto como “teimosia de gente pobre”, uma atividade marginal e sem futuro, ainda que garantisse carne para o consumo cotidiano, leite como fonte principal de proteínas para as crianças dos trabalhadores rurais e pele, tida como “moeda” para as necessidades mais imediatas das famílias pobres (NOBRE, 2007, p. 1).

Pragmaticamente, essa hierarquização torna-se contraditória na medida em que se verifica que a criação destes animais é mais adaptada às condições do Semi-árido que o gado bovino, sobretudo quando observadas certas condições de manejo e recomendações técnicas pelos criadores.

Numa perspectiva comparativa, esses animais mostram-se superiores aos bovinos nesse contexto, pois consomem menos água, resistem mais à seca e podem encontrar alimentos com mais facilidade na vegetação das caatingas. Em termos estritamente econômicos, o que chama a atenção é que enquanto uma vaca pode custar em torno de R\$ 2 mil, uma cabra pode custar menos de R\$ 50. Enquanto as primeiras produzem uma cria a cada dois anos, as segundas geram até duas crias por ano. Ou seja, com o mesmo valor investido e com um menor custo de manutenção, um pequeno agricultor poderia ter 40 cabras ao invés de

apenas uma vaca, patrimônio exclusivo que ainda corre o risco de perder subitamente com as condições climáticas rústicas do Semi-árido.

Nunes et.al.⁴ (1985 apud PIMENTA FILHO et. al., 1994) analisam a questão contrapondo uma vaca a oito cabras leiteiras, considerando a mesma área e quantidade de alimentos consumidos por ambas as criações. Concluem que, além da maior produtividade das cabras, com mais crias e possibilidade de produção de leite durante o ano todo, estas oferecem um risco de perda de 12,5% (versus 100%).

Nogueira Filho (2000) apresenta outros dados que ajudam a ilustrar essas diferenças. Realizando projeções com intervalos anuais que geram uma série histórica de 12 anos, o autor demonstra que, em criações iniciadas com o mesmo número de animais – uma com 10 vacas e outra com 10 cabras - findo cada período, através das procriações, gera-se um acúmulo de animais bastante desigual. Por exemplo, após 6 anos, enquanto no primeiro caso se acumulariam 29 vacas (as 10 iniciais + 19 geradas a partir delas), no segundo seriam 102 cabras (as 10 iniciais + 92 geradas a partir delas). Essa diferença se acirra ainda mais findo o período total de 12 anos, sendo que acumular-se-iam 62 vacas no primeiro caso e, no segundo, 820 cabras. O que impressiona nesse contraste é que, no modelo apresentado por aquele autor, ambos segmentos iniciaram-se com o mesmo número de dez animais, sendo construídas essas diferenças num período relativamente curto de 12 anos. Em termos de recuperação do capital empregado nesses mesmos rebanhos, realizando igualmente uma série histórica com intervalos anuais com igual período total, o autor sinaliza que, enquanto se investia inicialmente R\$ 10.800,00 em 10 vacas, investia-se R\$ 1.980,00 em 10 cabras (em valores da época do estudo, publicado em 2000). Findo o período de 12 anos, no primeiro caso acumular-se-ia um patrimônio de R\$ 43.700,00, contra R\$ 93.570,00 no segundo caso.

Pelos elementos levantados ao longo deste estudo, tanto em sua vertente teórica quanto em suas fases de pesquisa de campo, acredita-se que o quadro enfocado represente uma excelente “situação-problema” de pesquisa na medida em que expõe a tensão existente entre tradição e tentativas de sua revisão, lançando luz a aspectos culturais em sua interação com fenômenos econômicos.

Entre as principais constatações pela realização desta pesquisa, chama a atenção a forte resistência que incide negativamente sobre o potencial da caprinovinocultura na região no âmbito da produção por parte dos pequenos agricultores familiares, alvos deste estudo. Grosso modo, pode-se dizer que continua imperando, em diversas regiões do Semi-árido, uma

⁴ Não consta referência completa no trabalho original.

atividade de subsistência, numa rotina que se perpetua através das gerações, com resultados muito aquém daqueles que as possibilidades técnicas já existentes permitem, conforme observa Molina Filho⁵ (1981 apud OLIVEIRA et.al., 1995).

Em suma, ovinos e, sobretudo, caprinos, foram amplamente disseminados nos sertões Nordesteiros ao longo dos séculos, mas nesse período também vêm sendo historicamente ignorados em sua potencialidade econômica, prestando-se a um consumo de caráter doméstico e, quando muito, ao abastecimento de mercados de proximidade. Além dessa mudança de perspectiva que recai sobre esses animais, uma transformação efetiva implica também na revisão das formas e dos parâmetros técnicos de manejo por parte dos caprinovinocultores, no caso que mais interessa a este estudo, sobretudo por parte do segmento dos pequenos agricultores familiares. E nesse contexto que surgem as principais problematizações deste estudo, em que se evidenciam as tensões entre tradição e tentativas de sua revisão pelos “entusiastas da caprinovinocultura”, como se enfatizará mais à frente.

Sem dúvida que esse problema não é novo nem circunscrito a esta pesquisa. Oliveira et.al. (1995, p. 133), afirma que “milhares de estudos e pesquisas foram realizados em busca das razões pelas quais os agricultores não vêm incorporando novas tecnologias em seus processos produtivos”. Citando os levantamentos de Rogers e Shoemaker (1971), os autores afirmam que, desde os anos 1940, foram realizados nada menos que 1.750 pesquisas empíricas e 850 estudos não-empíricos sobre a problemática. Fato é que uma série de fatores colabora para essas dificuldades, desde aspectos relativos a problemas que tecnicamente já têm solução, mas que esbarram em questões de extensão rural, aprendizagem e disseminação de conhecimento, até aspectos que extrapolam a dimensão técnica propriamente dita, como aquelas relativas a crédito rural e a furtos de animais.

No caso deste estudo, essa resistência é confrontada por aquilo que aqui se identifica como “rede de entusiastas”, formada por agentes ligados a diferentes organizações: agrônomos, veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas, criadores, pesquisadores e gestores públicos. Compartilhando da visão que diagnostica aspectos altamente favoráveis à caprinovinocultura, são fiéis à causa da difusão de técnicas apropriadas de criação aos pequenos proprietários rurais para que eles alcancem melhores condições de vida.

A identificação dessa “rede de entusiastas” se deu de forma processual com o andamento da pesquisa, sobretudo em sua primeira fase de campo, momento no qual foi sendo possível perceber uma série de conexões entre agentes e, mais que isso, um universo

⁵ MOLINA FILHO, J. Um modelo estrutural-cultural para os estudos de difusão de inovações na agricultura brasileira. *Revista de Economia Rural*. Brasília, 19, n. especial, p.29-46, 1981.

cognitivo partilhado, revelado por visões de mundo muito semelhantes no que tange à compreensão sobre o Semi-árido, à caprinovinocultura e à agricultura familiar. Compartilhando dessas visões, procuram disseminar novos valores e práticas visando transformar uma realidade marcada pela pobreza e pela subutilização de um potencial agropecuário. Alguns desses “entusiastas” são técnicos e pesquisadores ligados especialmente a organizações como Embrapa (Unidade Caprinos e Ovinos – Sobral/CE), Sebrae e Universidades Federais, em algumas de suas unidades instaladas nos três estados enfocados. Outros atuam como gestores públicos e dirigentes de associações de criadores e, em geral, de alguma forma, já estiveram vinculados ao Sebrae, sendo que alguns ainda hoje mantêm-se paralelamente como consultores dessa organização, que tem como característica congregar um grande número de profissionais na condição de prestadores de serviços.

Além dessas organizações, outras participam desse processo: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (EMEPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), entre outras.

Constatou-se a existência de três redes, situadas em cada um dos estados e ligadas de diferentes formas às experiências dos municípios enfocados. Situados em pontos de interligação entre essas diferentes redes, alguns atores desempenham um papel estratégico através da “força de laços fracos”, que empodera a “rede de entusiastas” ao proporcionar ganhos como o intercâmbio de conhecimentos e o referenciamento das ações desenvolvidas em cada um dos estados. Na perspectiva da construção social de mercados, que envolve nesse caso específico, por exemplo, pressões sobre o poder público para reajustes no preço pago pelo leite caprino no âmbito das compras governamentais, entende-se que essas conexões aumentam o poder de ingerência social sobre a economia. Em outras palavras, nesse campo de lutas, ainda que as experiências tenham bases de produção geograficamente separadas e grupos de atores específicos, elas se unem por meio desses nós num movimento regional que vêm ganhando força e importância na medida crescente que conquista novas adesões à caprinovinocultura. Além disso, vêm ganhando também legitimidade pelos resultados que apresenta e por aqueles que propicia vislumbrar num futuro não muito distante, sobretudo no tocante à realidade da agricultura familiar em boa parte do Semi-árido.

Ainda que os caprinos e ovinos, desde sua introdução no território, tenham demonstrado grande identidade com a semi-aridez do Nordeste, esse movimento da “rede de

entusiasta” em prol de uma exploração racional focando a potencialidade econômica da atividade é relativamente recente. Nas pesquisas de campo, constatou-se que o significativo dinamismo, especialmente em torno da prática da caprinocultura leiteira, é um movimento que se inicia a partir da segunda metade da década de 1990 e, de maneira mais incisiva, como se pôde perceber pelos relatos, a partir do ano 2000. De forma mais específica, como foi possível perceber também pelos diversos contatos estabelecidos em campo, diferentes ações vêm sendo tomadas desde então visando à construção e o aperfeiçoamento de mercados para o leite caprino.

Além destas organizações, o governo federal, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vinculado ao Programa Fome Zero, e governos como os dos três estados enfocados, por meio de Programas do Leite, estimulam, em diferentes graus, um capilarizado processo de produção leiteira por parte de pequenos caprinocultores e o acesso ao consumo do produto gerado pela população beneficiária dos alimentos distribuídos pelo Fome Zero. Ainda, associações de criadores estimulam e organizam a produção localmente, processo que conta com a participação, de diferentes formas, de gestões municipais específicas.

Esse quadro permite afirmar que, em diferentes graus, o processo de estímulo aos agricultores familiares para a produção de leite de cabra é induzido. Na somatória, a atuação desses atores e instituições forma um arranjo que propicia pensar em temas como desenvolvimento territorial e local, inclusão social, pobreza, agricultura familiar, entre outros, como elementos constituintes de processos de construção social de mercados, num entrelaçamento entre vida econômica e vida social.

Além das potencialidades em torno da construção social do mercado do leite caprino sob uma perspectiva social para os agricultores familiares, outros aspectos da caprinovinocultura chamam a atenção. Diversos estudos mostram que um investimento no aprimoramento da cadeia produtiva da caprinovinocultura acena com possibilidades bastante otimistas, tanto em termos de mercados nacional como internacional, e encontra bases sólidas em mercados estaduais promissores em regiões como o Nordeste, em que prevalece uma “imensa demanda insatisfeita de carnes e peles” (NOBRE, 2007, p. 20).

Não obstante os elementos ressaltados em torno da produção, cabe dizer que, no âmbito do consumo, outros aspectos mostram-se bastante reveladores para compreensão do processo em foco. Isso porque, também nessa esfera, sob a ótica deste estudo acredita-se que aspectos culturais incidam fortemente, obstaculizando um melhor desenvolvimento da atividade da caprinovinocultura.

No tocante ao leite caprino, historicamente desenvolveu-se uma cultura de sua utilização enquanto alimento funcional⁶, basicamente limitando seu uso a casos em que, por alguma razão ligada à saúde, não se poderia consumir o leite de vaca, constituindo-se assim em alimento alternativo. E isso torna-se paradoxal, pois, sob a perspectiva deste estudo, entende-se que, ainda que uma visão funcional ressalte qualidades intrínsecas do leite de cabra, não obstante reforça uma perspectiva medicinal que dificulta a expansão de sua utilização enquanto produto passível de um consumo cotidiano por uma parcela maior da população, limitando assim a ampliação desses mercados⁷. Em outras palavras, um mercado conquistado e baseado nesse tipo de consumo seria muito restrito e não compensaria a expansão da caprinocultura leiteira, conforme argumenta Simpson⁸ (1987 apud PIMENTA FILHO et. al., 1994).

Diversos autores que tratam de questões sociológicas em torno da alimentação têm identificado aquilo que denominam de “ideologias alimentares” (PORTILHO et. al., 2008), o que torna o tema na atualidade extremamente complexo (BARBOSA, 2007), lançando luz para o devido peso que deve ser dado a esfera do consumo para uma melhor compreensão dos mercados, indo além, portanto, da importância dada a esfera da produção. Entre outras possibilidades, isso se deve ao fato de que novos olhares sobre a questão deslocaram aquilo que seria um ato da esfera privada e individual para uma percepção de um comportamento com consequências diretas na esfera pública. Assim, além das “já conhecidas importâncias atribuídas por vários autores à alimentação – nutricional, simbólica, social e histórica, entre outras – foi acrescentada mais uma, a dimensão política/ideológica” (BARBOSA, 2007, p. 88).

“Ideologia alimentar” pode ser entendida como um fenômeno cognitivo e simbólico que define qualidades e propriedades dos alimentos que os tornam indicados ou contra-indicados em situações específicas. Esse fenômeno seria parte do conhecimento social da população, comportando representações das crenças e dos padrões sociais de uso e das restrições alimentares (CANESQUI, 1988, p. 211) ou, ainda, um sistema em função de um

⁶ Segundo Raud (2008), ainda que a definição de alimento funcional seja polêmica, no estudo que realiza analisando questões em torno de alguns deles, a autora afirma que os alimentos funcionais “são aqueles que prometem ajudar na cura ou na prevenção de doenças”.

⁷ O que acirra ainda mais esse paradoxo é que os alimentos funcionais “são a nova tendência do poderoso mercado alimentício neste início do século XXI. Iogurtes, margarinas, leites fermentados, cereais, águas minerais etc. prometem ajudar na cura ou na prevenção de doenças como as cardiovasculares, certos tipos de câncer, alergias, problemas intestinais etc. Entre os fatores-chave que explicam o êxito dos alimentos funcionais, há a preocupação crescente pela saúde e pelo bem-estar, mudanças na regulamentação dos alimentos e a crescente comprovação científica das relações existentes entre dieta e saúde” (RAUD, 2008, p. 1).

⁸ SIMPSON, J. R. The role of prices and policy on goat production. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GOATS, 4, 1987. Brasília. Proceedings. Brasília: EMBRAPA-DDT, 1987. p.307-312.

modelo pelo qual se conceitualiza a relação entre o alimento e o organismo que o consome e que definem simbolicamente a posição social do indivíduo (WOORTMANN, 1978, p. 4). Um exemplo disso seria o movimento ascendente de adesão a produtos de origem orgânica por conta de “ansiedades contemporâneas” de consumidores em face da origem industrializada de muitos alimentos (PORTILHO et. al., 2008).

No caso enfocado, ganham importância aspectos como o da segurança alimentar, no qual um recente arcabouço institucional, regulado pelo Estado, dissemina o consumo de alimentos produzidos no âmbito da agricultura familiar para os beneficiários do Fome Zero, como se abordará oportunamente no Capítulo 6, com especial enfoque para o leite caprino. Para além desse e de outros aspectos mais recentes promovidos por políticas públicas específicas como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujos desdobramentos ainda não são bem conhecidos para além do curto prazo, também não é tarefa simples compreender o longo processo de formação do perfil do consumo de derivados de caprinos e ovinos no Nordeste, ainda que se constate que, por exemplo, no caso do principal produto consumido, a carne, seja um hábito amplamente disseminado na região, sobretudo para a população de baixa renda, tanto urbana quanto rural (NOBRE, 2007).

Como já exposto anteriormente, no entanto, além de aspectos culturais que encaixam-se naquilo que alguns autores identificam como sendo um processo de “construção social do gosto” (BARBOSA, 2007), neste caso a carne desses animais apresenta um nível de consumo no país também obstaculizado por uma desestruturação desse mercado, em que a oferta inferior condiciona uma demanda reprimida. No Nordeste, onde ela é bastante apreciada e utilizada, estudo de Nobre (2007) baseado em levantamento de informações junto a comerciantes das redes de supermercados, mercados públicos, mercados privados (de pequeno e médio porte), casas de carne, feiras livres, restaurantes, hotéis e pousadas, mostram que há uma grande demanda pela carne de caprinos e ovinos. A maioria dos comerciantes entrevistados afirma que revenderia bem mais se houvesse volume maior, melhor qualidade dos produtos e regularidade nesse abastecimento por parte de fornecedores.

Nobre (2007) também observa que, no que se refere ao leite caprino, foi constatada a generalizada ausência desse produto e seus derivados em todos os pontos de vendas pesquisados na região da Grande Natal (RN). Para além da baixa oferta dos produtos derivados da caprinovinocultura, e voltando ao ponto específico da influência da cultura na ampliação do consumo desses alimentos, tudo leva a crer que no caso em questão também contribuam para isso aspectos ligados ao próprio manejo dos animais. Isso porque, tanto na

operação de realização da ordenha quanto no abate, características como o gosto presente nos produtos finais estão diretamente ligados às condições nos quais estes se dão, como buscam ressaltar os profissionais formadores da “rede de entusiastas” da caprinovinocultura.

De acordo com esses depoimentos, a presença de fel numa veia na parte superior do corpo dos caprinos pode “contaminar” a carne quando do manuseio desta no processo de abate, deixando-a com “gosto forte e ruim”. Da mesma forma, na fase de lactação e ordenha das cabras, o bode, se mantido próximo ao local, pode “contaminar” o produto com glândulas hormonais que possuem odor altamente impregnante, alterando assim o gosto do leite, como podem atestar muitos daqueles que algum dia já o experimentaram sob essas condições.



Carcaça de caprino recém abatido sendo preparada para o consumo na forma de churrasco, prática tradicional e bastante presente na região.

No caso da carne, outro aspecto que influencia a qualidade do produto se refere a idade de abate dos animais, sendo recomendado que isso seja feito até os 6 meses de vida para atendimento ao mercado com um produto de qualidade superior. Até essa fase da vida dos animais, os especialistas afirmam que o sabor e a textura mais macia da carne são melhores, já que o animal ainda não sofreu os efeitos dos hormônios que alteram seu corpo, refletindo esse aspecto também na diminuição ou ausência do mau cheiro muitas vezes identificado nesses produtos.

Em suma, numa maior proporção, a produção e consumo da caprinovinocultura ainda hoje assentam-se em práticas tidas como “desarticuladas” e “não profissionais”, atendendo aquilo que se poderia chamar de “mercados de proximidade” e a um consumo de caráter doméstico. Como afirmam diversos depoimentos de especialistas do setor tomados em campo, e como visto em diferentes estudos sobre a cadeia produtiva da caprinovinocultura consultados, uma ampliação da demanda por mercados mais estruturados e que remunerem mais passa por um aprimoramento de diversos processos.

Não se desconsidera aqui a perspectiva apontada por Wilkinson (2002, p. 816-9), que entre outros aspectos importantes descreve aquilo que seria uma “imposição dos valores de um só mundo”, com o discurso em torno da “qualidade” levando à uniformização, via standardização, de fatores como condições de manejo e controle sanitário. Passariam a ser impostos assim aos produtos, processos e atores, sendo estes submetidos a pressões para se adaptarem às regras impessoais de higiene e sanidade do mercado formal. No caso em questão, o quadro analisado sugere que, além dos aspectos como a mentalidade prevalecente que relega a caprinovinocultura a um segundo plano, e que faz com que a produção nos moldes tradicionais subexplorem os potenciais da atividade, o próprio formato da intervenção recente nesse contexto, com o forte viés de uma perspectiva de inclusão produtiva para agricultores familiares, mediado por processos de convencimento e estímulo à participação capazes de construir confiança, parecem trazer também outros elementos a esta discussão.

No escopo do presente trabalho, os aspectos apontados aproximam as dimensões consumo e produção. Sob a perspectiva da construção social de mercados, portanto, ainda que se privilegie o foco sobre aspectos ligados à produção, na medida do possível, pretende-se que aspectos ligados à esfera do consumo sejam também contemplados, ainda que muitas vezes de forma indireta, dadas as limitações próprias à presente pesquisa.

1.3 Justificativa para realização da pesquisa

O interesse maior deste estudo, em última instância, se liga ao tema do desenvolvimento. Mais especificamente, ele é motivado pela busca por compreender o potencial que novos arranjos e configurações possibilitam gerar englobando aspectos que, grosso modo, em vertentes predominantes de experiências de desenvolvimento, têm sido

tradicionalmente desprezados, deixando de abarcar parcelas da população para os quais seus benefícios incidem muito pouco ou mesmo nada.

Em parte, poder-se-ia argumentar que para aqueles que não desfrutaram desses benefícios, caberia às políticas públicas sociais aliviar os efeitos da pobreza. Estas, por sua vez, são passíveis de críticas por seu caráter muitas vezes limitado em termos de provocarem mudanças sustentáveis para seus beneficiários. Razão pode ser dada a essa visão crítica para casos, por exemplo, em que estas políticas não contemplem mecanismos que impulsionem para uma maior autonomia de seus beneficiários em relação a elas. Mas, sem dúvida, essa não é uma discussão simples e é no sentido de contribuir com ela que se encontra um dos estímulos maiores para realização deste estudo.

Fato é que parece estar se caminhando cada vez mais para certo consenso de que a desigualdade extrema e a pobreza não desaparecerão por si mesmas com o crescimento econômico, requerendo políticas públicas específicas para a sua redução, como argumenta Simon Schwartzman (<http://www.schwartzman.org.br/simon/bndes.htm>). Raciocínio semelhante faz Barros et. al.⁹ (2000 apud ARBACHE, 2003, p. 6) que, creditando a pobreza à distribuição desigual extrema de renda e de oportunidades prevalentes no país, afirma que mesmo taxas elevadas de crescimento teriam efeitos limitados para sua redução, daí a necessidade de se desenhar políticas específicas para o problema

Dentro dessa lógica, nos últimos anos, o Brasil passou a contar com programas de redistribuição e transferência direta de rendas que desempenham um importante papel para mitigar esses problemas. O mais expressivo deles, o Programa Bolsa Família do governo federal, em 2009 já atingia mais de 11 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros (http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/principais-resultados). Mas esse é um mecanismo que, ainda que tenha seus efeitos relativamente conhecidos no curto prazo, deixa em aberto uma série de questionamentos sobre “o que virá depois”¹⁰, preocupações essas muitas vezes expressas por termos como “portas de saída” para seus beneficiários. Em outras palavras, entende-se que, ainda que iniciativas como esta sejam necessárias e fundamentais para reverter situações de sociedades como a nossa, historicamente marcada pela pobreza e pela desigualdade acentuada, há um campo em

⁹ BARROS, Ricardo P. de.; Henriques, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Education and equitable development. *Economia*, v.1, n.1, p.111-144. 2000(a). BARROS, Ricardo P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, Rosane. Evolução recente da pobreza e da desigualdade: marcos preliminares para a política social no Brasil. *Cadernos Adenauer*, n.1, Fundação Konrad Adenauer. 2000(b).

¹⁰ Essas preocupações, por exemplo, marcaram de forma central o evento “Para onde vai o Programa Bolsa-família?”, realizado na FGV de São Paulo no dia 30/09/09 e que contou com as apresentações de Samir Cury, Ricardo Paes de Barros, André Portela, Eduardo Suplicy, entre outros.

construção no que se refere a elaboração de políticas emancipatórias sustentáveis que promovam a inclusão produtiva da população mais vulnerável.

Ainda que não se possa negar que o crescimento seja uma condição necessária para o combate à pobreza, uma indagação inovadora residiria em saber se a vitória sobre ela seria um estímulo para o crescimento econômico, como argumenta Abramovay (2001). O autor considera que essa inversão de perspectiva possibilita entender temas como pobreza e desigualdade não apenas como objeto de políticas sociais compensatórias, mas como elementos constituintes da própria economia, o que implica em repensar o próprio sentido do desenvolvimento, preocupação de algumas correntes do pensamento econômico contemporâneo (ABRAMOVAY, 2001, p. 166). Esse entendimento faz com que comece a ganhar força a convicção de que a redução da desigualdade e da pobreza também não devem ser vistas como pesos, ou custos que colocam limites ao desenvolvimento da economia, mas, ao contrário, como possibilidades importantes para que a economia atinja um novo patamar (<http://www.schwartzman.org.br/simon/bndes.htm>).

Como afirma Schwartzman (2007), a melhoria das condições de vida da população não traz pobreza, mas sim riqueza para a economia capitalista. Essa percepção parece não ser exclusiva apenas de alguns cientistas sociais ou de organizações voltadas para área social. Mantidas as devidas proporções, o tema vem sendo objeto de diversas reportagens. Na mais recente, de novembro de 2009, do Jornal O Estado de São Paulo, intitulada “Pobres já gastam 5% mais que ricos”, chama-se a atenção para estudo da LatinPanel, maior empresa privada de pesquisa domiciliar da América Latina, que mostra avanço no consumo das classes D e E do Norte e Nordeste, que gastaram R\$ 8,8 bilhões com uma cesta de alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza, contra os R\$ 8,4 bilhões gastos pelas classes A e B do Sudeste do país nos mesmos últimos 12 meses. Outras duas reportagens de junho de 2008 também procuraram mostrar como que a alteração nos padrões de vida de estratos mais pobres da população impactam positivamente na economia. Na revista América Economia (edição de 23/06/08, n. 360), em matéria intitulada “Festa do consumo”, abordou-se como que a classe C, maior e com mais dinheiro, vem saindo as compras e atraindo a atenção das empresas. Na revista Carta Capital (edição de 11/06/08, n. 499), que trouxe na capa a manchete “As classes C e D dão lucro”, aborda-se um movimento em curso por parte de grandes empresas no país que poderia ser classificado como uma espécie de “fordismo redescoberto”, segundo a Revista, e que tem por base dar a chance do trabalhador comprar aquilo que produz como forma de alavancar as vendas, conforme a reportagem. A matéria interna, intitulada “O lucro

vem de baixo”, levanta aspectos curiosos como o fato de empresas que faturam bilhões empregarem tempo e recursos, por exemplo, para apelar a velhos métodos de venda porta-a-porta, característico na modalidade das vendas populares. Por trás desta e de uma série de adequações nos negócios estaria a motivação revelada por pesquisas que mostram uma migração crescente de indivíduos das classes D e E para a C e um conseqüente aumento na capacidade de consumo. Segundo ainda a reportagem, em 2005, os estratos mais pobres representavam 51% da população, enquanto a faixa intermediária 34%. Em 2007, as classes D e E passam a representar 39% enquanto a C subiu para 46% da população. Diretamente relacionado a essa transformação, a matéria chama a atenção para aspectos como os sucessivos recordes na geração de empregos formais e os programas sociais que ajudam na diminuição da miséria no país.

Ainda que essas constatações ligadas a esse movimento mais recente de mobilidade na sociedade brasileira sirvam para ilustrar uma série de potencialidades que começam vir à tona, Abramovay (2004a) chama a atenção para o fato de que é possível vislumbrar uma vida econômica mesmo naqueles estratos sociais tradicionalmente taxados de excluídos desses processos. Estudando a vida financeira de famílias pobres, o autor chama a atenção para as ligações sociais expressas por um emaranhado de vínculos informais que, de “forma impressionante, revelam o amplo domínio da reciprocidade nas sociedades contemporâneas” (ABRAMOVAY, 2004a, p. 22). Isso induz a repensar o formato de políticas públicas sociais que, no combate à pobreza, podem aprofundar seu caráter inovador ao viabilizarem canais para potencialidades latentes, mas até então pouco estimuladas, propiciando a indução do desenvolvimento com o fortalecimento das formas de organização e de iniciativas que tenham sua base de produção enraizada em pequenos negócios locais.

Sem dúvida que isso não é uma tarefa fácil, pois implica em inverter a maneira pela qual se enxerga a questão do desenvolvimento, rompendo barreiras entre o econômico, o social e o político (URANI, 2004). Recorrentemente citada quanto se analisa caminhos alternativos, a experiência dos distritos industriais da chamada Terceira Itália¹¹ permite enriquecer as teorias sobre desenvolvimento pela forte interação entre economia e sociedade. Nesse processo, desmentindo o mercado como um livre jogo de forças em que sobressai o individualismo, prevaleceram fortes vínculos de cooperação e confiança sob os quais as

¹¹ O termo Terceira Itália foi empregado pela primeira vez pelo autor italiano Arnaldo Bagnasco no final dos anos 1970 para designar um fenômeno de desenvolvimento que ocorria na região Nordeste e Centro daquele país. A análise do crescimento rápido, mas sólido e durador, caucado em pequenas e médias empresas, levou o autor a contrapor aquela região ao Norte desenvolvido, que se encontrava em crise (“primeira Itália”), e ao Sul atrasado (“segunda Itália”).

transações mercantis, imbricadas em redes concretas de relações sociais, impulsionaram um vigoroso processo de desenvolvimento territorial. Sem dúvida que, como advertem autores que abordam essa experiência (RAUD, 1999; BAGNASCO, 2001; PUTNAM, 2002; URANI, 2004, entre outros), não existe receita ou um modelo replicável a partir desse caso específico, não obstante ele traga constatações importantes que ressaltam ingredientes essenciais que podem também servir a outras experiências, como o papel ativo dos atores e os laços sociais estabelecidos entre eles que, acrescidos de fatores endógenos e exógenos àquela região, mostram-se determinantes daquele virtuosismo. Serve também para mostrar que outras formas de organização trabalhista e produtiva não são apenas válvulas de escape para momentos de queda dos empregos formais, mas que podem ser altamente eficientes, como demonstra a experiência que fez da Terceira Itália “um dos territórios que mais cresceram no mundo nas últimas décadas” (COCCO et. al., 2002, p. 28). Para isso, os sistemas locais de desenvolvimento devem centrar-se na idéia de construção social e política de mercado, com um caráter público da produção e com a cidadania adquirindo um significado intrinsecamente econômico, como apontam Cocco et. al. (2002), refletindo sobre a realidade brasileira à luz da experiência italiana em foco.

Um olhar desse tipo sobre a cidadania é importante, pois a maior “parte da população nunca chegou a participar de forma plena da economia moderna, embora esteja totalmente integrada em termos de suas aspirações de consumo” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 109). Logicamente que essa consideração não desobriga, de forma concomitante, sobretudo pelos desdobramentos no cenário mundial atual, a uma reflexão sobre os limites da expansão do consumo, em outras palavras, do modelo de desenvolvimento que orientará o ingresso de enorme contingente de consumidores contraposto ao esgotamento do suporte físico do Planeta. Publicado originalmente em 1974, *O mito do desenvolvimento econômico*, de Celso Furtado apresenta impressionante atualidade quando se volta a identificar a “pressão sobre os recursos não reprodutíveis”, afirmando que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será privilégio de uma minoria, caso contrário levaria ao colapso de toda uma civilização, colocando em risco a sobrevivência da espécie humana, sendo a sua generalização simplesmente irrealizável¹². O autor ressalta o caráter de *mito* por trás das idéias que sustentam uma irreal possibilidade de que os pobres um dia desfrutem dos padrões de vida

¹² Furtado ampara suas reflexões no relatório intitulado *Limites para o crescimento*, preparado por um grupo interdisciplinar do MIT para o chamado Clube de Roma, na década de 1960, e que, incomodando certos segmentos sociais da época, destacou a impossibilidade em se manter o padrão de produção e consumo da população rica para todo o Planeta por não haver recursos naturais em quantidade suficiente, entre outros aspectos.

dos povos ricos, fator que os induz a aceitar enormes sacrifícios (FURTADO, 1974), colocando-se na atualidade como desafio pensar formas alternativas e equilibradas de inclusão social que contornem esse dilema.



Residência de padrão que pode ser considerado bom, em face das condições de vida no Semi-árido rural. Esta casa pertence a um pequeno agricultor que aderiu nos últimos anos à produção de leite caprino e viu as condições de vida de sua família melhorarem substancialmente.

Dentro deste quadro, este estudo volta-se a pensar em que medida políticas públicas podem induzir à construção de mercados com vistas a gerar desenvolvimento e melhores condições de vida para parcelas pobres da população. Cabe dizer que o tema da construção social de mercados, referenciado neste estudo na abordagem teórica da sociologia econômica, como se discorrerá mais detidamente adiante, mostra-se ainda pouco comum no cenário das ciências sociais em sua utilização para compreensão de processos em torno dos temas desenvolvimento e pobreza. No caso brasileiro, segundo Arbach (2003, p. 5), mesmo a literatura sobre pobreza e mercados “é bastante nova, e somente na última década os estudos e projetos de combate à pobreza focados no mercado começaram a ganhar espaço”. Segundo aquele autor, a escassez de estudos sobre a pobreza e mercados adviria, essencialmente, da expectativa de que a solução da pobreza viria do crescimento econômico.

Importante salientar, ainda, que a perspectiva assumida neste estudo não se confunde com a proposta de deixar a cargo dos “mercados” a solução para problemas sociais. O que se discute neste trabalho é a possibilidade de se entender processos desse tipo como construções

mediadas por atores e organizações socialmente relevantes, possibilitando a compreensão dos mesmos como instrumentos potencialmente favoráveis para fomentar caminhos alternativos de transformação do quadro de defasagem de determinadas regiões ou populações. Ao invés da necessária ruptura com as formas de organização existentes, sob a ótica deste estudo a mudança social e a construção de uma nova sociedade obedeceriam a um processo gradual e capilarizado de superação, pautado em transformações na cultura, no poder dos grupos e na representação dos indivíduos que os leva a adoção de novas formas organizativas e estruturas de cooperação capazes de valorizar atividades produtivas (ABRAMOVAY, 2001).

Em termos de referencial teórico propriamente dito, assume-se uma perspectiva que leva em consideração que as relações sociais se entrelaçam com a vida econômica no processo de formação dos mercados, no seu processo de “invenção social”, como preconizou Polanyi. Esse entendimento difere, portanto, da visão da teoria econômica ortodoxa, que atrela tal fenômeno a leis mecânicas, à “mão invisível” e à aparição espontânea de mecanismos liberadores de energias econômicas (GARCIA-PARPET, 2003).

Levando isso em consideração, como dito anteriormente, o presente estudo foca como vem se dando a construção de mercados envolvendo a caprinovinocultura em determinadas regiões do Semi-árido Nordeste – analisando experiências ligadas a três municípios nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará – e de que forma estes processos vem incidindo sobre aspectos como pobreza e desenvolvimento. Em uma das atividades ligadas a esse segmento da agropecuária, a da produção do leite caprino, um fator determinante relaciona-se a iniciativa do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do Fome Zero do governo federal, circunscrito no âmbito dos temas da segurança alimentar e das compras governamentais. No plano das políticas públicas, observa-se um crescente processo de institucionalização do combate à pobreza e à fome nos últimos anos, como será melhor abordado no Capítulo 6, sendo por hora suficiente lembrar que, de forma emblemática, o Brasil recebeu em novembro último em Roma (Itália), da organização não-governamental Action Aid International, um prêmio por ter sido considerado o país primeiro colocado no ranking internacional de combate à fome. Segundo os organizadores, o país vem conseguindo uma redução substancial, com cerca de 10 milhões de pessoas tendo saído da pobreza extrema nos últimos anos, usando como fórmula políticas coordenadas que combinam crescimento econômico com políticas de combate à pobreza e agricultura familiar (<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/11/15/ult5772u6166.jhtm>).

Cabe dizer que, no caso do fenômeno multidimensional que consiste a pobreza, com conseqüente complexidade na sua abordagem, as percepções deste estudo não se ancoram em análises estatísticas e não pretendem se ater a discussões rigorosas quanto ao conceito, sua definição ou medição, tarefas sem dúvidas necessárias e que vêm sendo objeto do trabalho de diversos autores (ver, por exemplo, ARBACHE, 2003; BARROS et.al., 2003 e 2006; MACHADO, 2006; SILVEIRA, 2006, entre outros).

De forma geral, os parâmetros utilizados neste estudo exploratório se baseiam numa perspectiva qualitativa advinda do contato travado em campo com diversas famílias de pequenos proprietários rurais. Mesmo revelada a multidimensionalidade da pobreza e seus desdobramentos nessas ocasiões, pela própria natureza e foco deste estudo, voltado para compreensão dos fenômenos econômicos e de práticas de mercados em sua interação social, inevitavelmente privilegiou-se um olhar qualitativo em torno de aspectos recorrentemente citados pelos próprios entrevistados, tais como aqueles relativos à melhoria nas condições de vida (renda, infra-estrutura e bens), tamanho da propriedade, número de animais, condições dos rebanhos e de manejo, volume aproximado da produção de leite, entre outros aspectos materiais da vida das famílias. Os dados que embasam essas análises originam-se dos levantamentos realizados, com depoimentos tomados e observações possibilitadas nas pesquisas de campo, processo que será descrito detalhadamente mais à frente na parte referente à metodologia, e de maneira pontual em fontes de estatísticas públicas, sobretudo aquelas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Não obstante, acredita-se que, ainda que seguindo este caminho particular, o caráter multidimensional exigido na compreensão da pobreza seja contemplado de maneira condizente com os limites deste trabalho, em boa medida também pela própria perspectiva teórica que o orienta, em que se entende que os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza (SWEDBERG, 2004), não havendo, portanto, em última análise, qualquer pretensão de segmentar a realidade observada.

Já no caso do desenvolvimento, ainda que por vezes seja plenamente cabível a utilização do termo desenvolvimento local neste estudo, e dessa forma também o será, pelas próprias constatações empíricas acredita-se que a dimensão territorial tenha se mostrado muitas vezes mais adequada, sobretudo em casos em que a dimensão municipal pareceu restrita para dar conta de um melhor entendimento de processos analisados – ainda que se

tenha consciência da perspectiva dialética entre o global e o local implicada em ambos os conceitos.

Outro aspecto importante que leva muitas vezes a essa escolha se relaciona a constatação empírica que faz reconhecer a importância de ações exógenas no estímulo e coordenação de processos locais, constatação essa nem sempre acolhida plenamente quando se nega a capacidade de soluções para problemas locais vindas “do alto”, por vezes entendidas como “reprodutoras de formas estruturais do capitalismo” em detrimento de um projeto alternativo de desenvolvimento. Ainda que esse viés apareça por vezes na literatura sobre desenvolvimento local, não obstante, cabe dizer que uma postura serena sobre essa problemática também é defendida por autores que tratam do tema e entendem que iniciativas de desenvolvimento local são também heterogêneas, plurisetoriais, multiescalares, sendo as causas de dinamismos assim gerados ainda não perfeitamente claras (BECKER et.al., 2002).

Como no caso anterior, não se pretende aqui enveredar por discussões rigorosas em torno de conceitos, neste caso também, como não se ignora, fomentadoras de diversas reflexões expressas em diferentes estudos (ver, por exemplo, FROEHLICH, 1998; CEPAL, 2000; VEIGA, 2001a, 2001b e 2004; FREY, 2001; DINIZ, 2001; OLIVEIRA, 2001; MARTINS, 2002; BAVA, 2003; BRASIL, 2003 e 2007; DOWBOR, 2006; PEREIRA, 2007; CALDAS, et.al., s/d.). Além desses dois usos possíveis – desenvolvimento territorial e local – fato é que, paralelamente a série de críticas a modelos predominantemente associados ao ideal de crescimento econômico, como constata Veiga (1993) cresceu a proliferação de versões adjetivadas do termo: “desenvolvimento comunitário”, “sustentável”, “regional”, “municipal”, “humano”, “integrado” e “endógeno” seriam alguns exemplos. Paralelamente as adesões a esses conceitos, surgem uma série de questões sobre as idéias que os sustentam e a potencialidade em suas realizações. Nesse sentido, Veiga e outros autores questionam muitas vezes as saídas encontradas com as adjetivações atribuídas ao termo, afirmando que haveria um crescente esgotamento deste que seria um dos principais paradigmas sociais dos tempos modernos. Para Veiga, seria necessária a construção de um novo paradigma, mais que apenas superar uma mera insuficiência da noção corrente.

Sem desprezar a validade dessas discussões, pretende-se um uso conceitual menos arraigado de desenvolvimento em favor das evidências empíricas por serem apresentadas. Ainda assim, cabe dizer que a qualificação de desenvolvimento pretendida – seja desenvolvimento territorial ou local – visa, em última análise, melhor situar os processos observados, ressaltando e circunscrevendo suas características de interação a fim de se evitar o risco de

que se percam num recorte mais amplo ou genérico de pesquisa, ou se reduzam por uma compreensão apenas setorial das iniciativas analisadas. Em suma, entende-se que uma definição satisfatória de desenvolvimento territorial abarca múltiplas dimensões – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – comportando estratégias essencialmente integradoras de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas (<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=477>), e nesse sentido que será tomada.

Por uma série de dados levantados ao longo da pesquisa, tanto em sua vertente teórica quanto em suas fases de campo, averiguou-se que a caprinovinocultura apresenta um significativo potencial enquanto atividade voltada para populações pobres e para contextos específicos limitados pelas condições naturais como é o Semi-árido Nordeste. Nas pesquisas empreendidas foi possível estabelecer contato e interagir com diversos exemplos de pequenos proprietários rurais que têm obtido uma renda significativa principalmente a partir da produção de leite de cabra. Tiveram sua vida e de suas famílias transformada, pois antes viviam numa situação de instabilidade e pobreza. Hoje possuem bens e um padrão de vida superior à realidade na qual estão inseridos.

Não sendo uma percepção originária da presente pesquisa, no entanto, essas potencialidades reúnem em torno de si um significativo corpo de atores sociais e organizações que têm atuado de diferentes formas e decisivamente nos processos observados de construção de mercados, levando a cabo uma série de medidas visando um maior desenvolvimento por meio de uma visão integradora de diferentes etapas que envolvem a atividade. Em outras palavras, visam impulsionar a cadeia produtiva (Figuras 1 e 2)¹³ da caprinovinocultura, buscando que a prática que a fundamenta vá além de uma atividade tradicional, doméstica e comercialmente marginal, como veio se dando ao longo do processo histórico no qual está inserida.

¹³ As definições para cadeia produtiva são muitas e variadas. Grosso modo, e dessa forma está sendo tomada neste estudo, pode-se dizer que uma cadeia produtiva compõe todos os estágios voltados para elaboração, distribuição e comercialização de um bem ou serviço até o seu consumo final. Dessa maneira, esta concepção envolve o conjunto de agentes ligados à produção, distribuição e consumo de determinado bem ou serviço, e as relações que se estabelecem entre eles. Ao longo de um conjunto de etapas consecutivas, os diversos insumos sofrem algum tipo de transformação - desde a extração e manuseio da matéria-prima -, até a constituição de um produto final (bem ou serviço) e sua distribuição no mercado. Ainda que não seja objeto deste estudo, cabe dizer que algumas definições adotam um conceito mais amplo que estendem esta abrangência, incluindo também etapas relativas ao retorno da matéria-prima à natureza, concepção que abarca assim os estágios de recuperação, tratamento e eliminação de efluentes e resíduos sólidos.

Figura 1 – Representação dos principais elos da cadeia produtiva da caprinovinocultura leiteira com suas interações lógicas e desejáveis

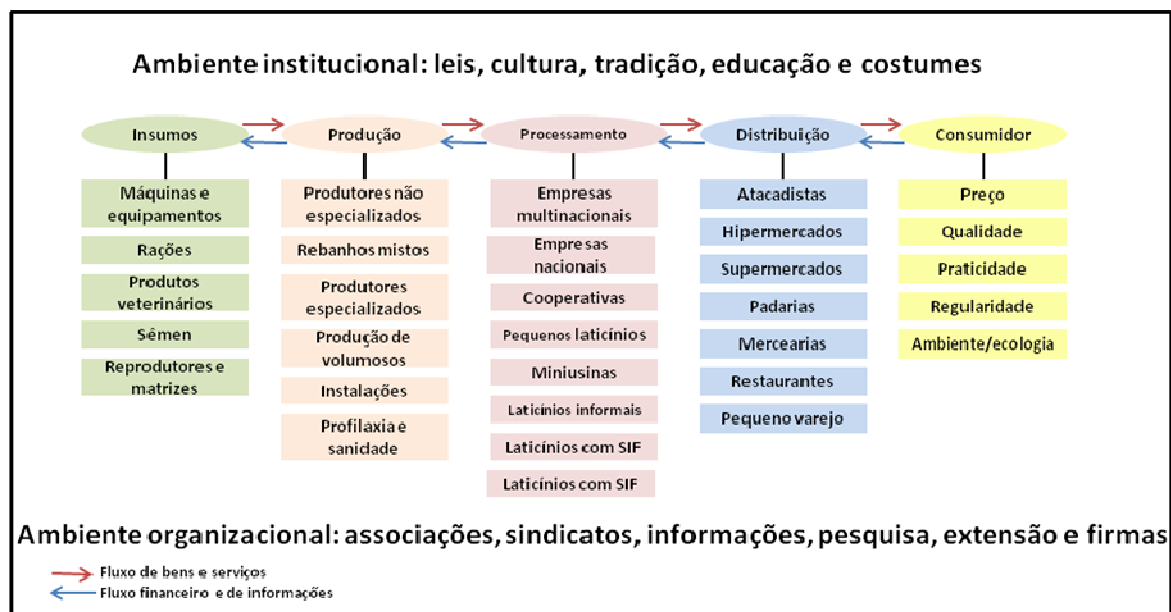
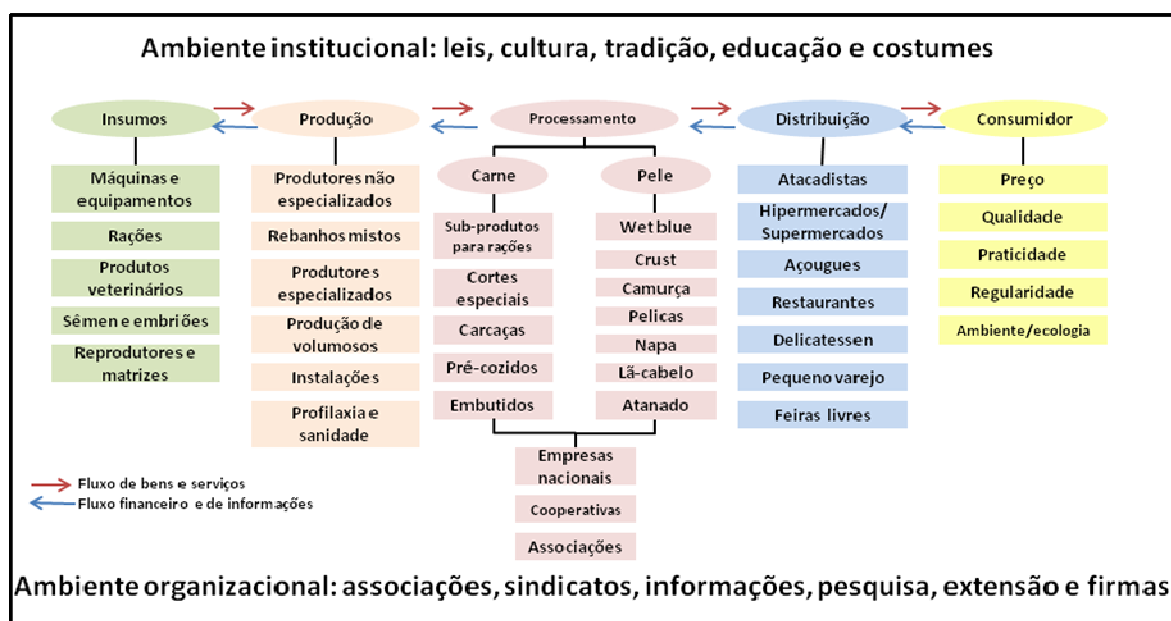


Figura 2 – Representação dos principais elos da cadeia produtiva da caprinovinocultura de corte com suas interações lógicas e desejáveis



Fonte: NOGUEIRA FILHO et. al., 2000.

Uma análise dos aspectos em torno da organização dos agentes-chave na construção desses mercados envolvendo a agricultura familiar, portanto, se constitui num dos eixos centrais deste trabalho. Enquanto promotores das transformações neste campo, estes agentes-chave exercem habilidade social (FLIGSTEIN, 2007) que os possibilita induzirem a

cooperação dos outros, motivando-os a tomarem parte em uma ação coletiva. Para isso, buscam produzir um novo quadro cultural que procura reorganizar identidades, interesses e idéias, visando mobilizar pessoas para sua aceitação e adoção. Estariam buscando, assim, em processos de construção e reprodução de ordens sociais locais, elaborar novos espaços sociais nos quais os envolvidos possam dominar ou prosperar.

Além dos agentes pertencentes a organizações de destaque nesse processo – especialmente Embrapa e Sebrae, representadas por algumas de suas unidades no Nordeste – um papel de destaque cabe também a agentes da esfera estatal que, por meio de políticas públicas específicas, como aquelas ligadas a programas de compras governamentais, desempenham um papel fundamental no estímulo a construção desses mercados, sobretudo aqueles voltados para a produção por parte de agricultores familiares ligados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e consumo do leite caprino pelos beneficiários do Programa Fome Zero do governo federal no Nordeste. Não obstante essa importância das esferas estadual e federal, como constatado, governos municipais e seus agentes mostram-se também fundamentais nesses processos, como será devidamente abordado, além de arranjos específicos que tocam a dimensão territorial e que envolvem mais de um município.

Pela sua natureza social, antes que fenômenos circunscritos, tendo parte expressiva de suas raízes fincadas em processos que induzem a participação, em diferentes medidas, os casos enfocados neste estudo demonstram diferentes dinâmicas que acabam por extrapolar o universo da produção agropecuária, envolvendo também atividades correlacionadas como festas populares e a atividade do turismo. Nesses processos, as dimensões não mercantis podem ser vistas como tão importantes quanto às atividades produtivas propriamente ditas, ainda que, em diferentes graus, estas atividades revelam-se como importantes fatores de dinamização das economias locais enfocadas, atreladas tanto a aspectos endógenos quanto exógenos, o que propicia uma visão integradora de elementos constituintes dos fenômenos de desenvolvimento territorial.

Em última instância, entende-se que tais fenômenos ligam-se a processos de reorganização social e produtiva nesses territórios, processos que envolvem, entre outros aspectos, relação entre atributos locais e tradicionais com inovação e desenvolvimento econômico fomentadores de novos arranjos. Aspectos como integração entre municípios de uma mesma microrregião, ajuda governamental estadual e federal no financiamento de ações municipais, sinergia entre organizações significativas e atuantes, emergência de novos agentes

e associações, além da definição de marcos legais específicos, são ingredientes importantes dos processos observados.

Diante do exposto, enfatiza-se que este estudo busca compreender *como mercados podem ser construídos com a finalidade específica de combate à pobreza e promoção de desenvolvimento territorial*.

1.4 A abordagem da sociologia econômica

A existência de mercados não se restringe ao sistema capitalista, nem tampouco as trocas motivam-se exclusivamente pelo interesse econômico. Essa premissa não é nova e não deve causar estranheza, sobretudo no campo das ciências sociais.

No clássico *Os argonautas do Pacífico ocidental* (1922), Malinowski, considerado um dos fundadores da antropologia, mostra como no *kula*, sistema de trocas que exerce influência fundamental na vida e nas instituições dos habitantes de ilhas do Pacífico Sul, inexistia a noção de posse permanente dos objetos trocados, prevalecendo a reciprocidade mediante a consciência da necessidade de sua circulação.

Um ano depois, em 1923, Mauss lançou a obra *Ensaio sobre a dádiva*, na qual expôs seu entendimento da constituição da vida social por um constante dar-e-receber. A dádiva seria assim fundamento de toda sociabilidade e comunicação humanas, sendo sua presença em variadas formas de institucionalização observadas em diferentes sociedades capitalistas e não capitalistas (LANNA, 2000).

Ambos os autores são caudatários de Durkheim, autor que em *Da divisão do trabalho social* (1893), procurou mostrar a dependência social de uns para com os outros expressa no conceito de “solidariedade orgânica”, ponto crucial de sua teoria sociológica. Nela, cada indivíduo desempenha uma função própria e a consciência individual formada socialmente (já que a sociedade a precede) não se traduz como sinônimo de egoísmo – como no individualismo utilitarista – mas como comunhão de idéias e partilha de um mesmo conjunto de regras, dado o fato dos indivíduos estarem ligados uns aos outros e, ao invés de independentes, ajustam seus esforços e formam laços sociais. Durkheim entende que os efeitos econômicos que a divisão do trabalho proporciona são de menor monta ao lado do efeito moral que produz, criando entre duas ou mais pessoas um sentimento de solidariedade, esta sim sua verdadeira razão, que alimenta o sentimento de dependência recíproca. Daí que

ela está além dos interesses puramente econômicos, consistindo numa ordem social e moral que se estende por meio de uma solidariedade que não age somente nos curtos períodos em que se trocam serviços.

No bojo dessas perspectivas, engrossada por contribuições de autores como Weber – que preocupado com o sentido da ação social, mostrará que aquelas puramente racionais representam apenas uma parcela daquilo que dá sentido a ação dos sujeitos – nasce a Sociologia Econômica no final do século XIX, em parte como reação à hegemonia da teoria econômica marginalista, criticando suas limitações e denunciando seus pressupostos teóricos e metodológicos. Sem se limitar a este papel crítico, no entanto, a Sociologia Econômica procura aplicar seu próprio modelo analítico ao estudo dos fenômenos econômicos (RAUD, 2005a).

Para Swedberg (2004), sob essa perspectiva, ao invés de puramente econômicos, entende-se que todos os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza. Para ele, de forma concisa, a Sociologia Econômica pode ser definida como a “aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos” (SWEDBERG, 2004, p.1). Remetendo a Weber, Swedberg afirma que este ramo das ciências sociais

[...] estuda tanto o setor econômico na sociedade (“fenômenos econômicos”) como a maneira pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade (“fenômenos economicamente condicionados”) e o modo pelo qual o restante da sociedade os influencia (“fenômenos economicamente relevantes”). (SWEDBERG, 2004, p.1).

Ao passo do século XX, um incremento para essa perspectiva será dado com a obra de Polanyi. Em *A grande transformação*, de 1944, o autor mostrará como que se constrói a submissão da sociedade ao mercado por meio de um pacto político altamente intervencionista no qual o estado desempenha papel central, consciente e às vezes violento, não sendo o progresso e o equilíbrio resultantes da "mão invisível" como pretendia a ideologia econômica liberal. Não obstante, de maneira paradoxal, difunde-se que todo comportamento contrário aquilo entendido como racionalidade econômica seria visto como interferência externa, decorrendo dessa percepção um entendimento dos mercados como instituições naturais, que surgiriam espontaneamente se apenas se deixassem os homens em paz.

Nada seria mais natural, portanto, do que um sistema econômico que consistia em mercados sob o controle único dos preços de mercado, e uma

sociedade humana baseada em tais mercados seria, assim, o objetivo de todo o progresso. (POLANYI, 2000, p. 290).

Como conclui Polanyi, “o comportamento do homem, tanto em seu estado primitivo como através do curso da história, foi praticamente o oposto do comportamento implícito nessa perspectiva” (POLANYI, 2000, p. 290).

Baseado nessas constatações, Polanyi chamará a atenção para o engano que é pensar que a “mentalidade de mercado” sempre tenha existido, visão errônea motivada pela confusão que se faz entre circulação de bens com troca mercantil. Para o autor, sendo o movimento de descolamento e supremacia do mercado, que se constitui e passa a corroer a sociedade, localizado no tempo, a atividade econômica sempre esteve integrada ao mundo social. Com a prevalência da sociedade de mercado, a esfera econômica é desenraizada, ao contrário do que ocorria anteriormente quando então a economia estava imersa nas relações sociais.

A perspectiva de imersão da economia nas relações sociais será uma das contribuições mais perenes de Polanyi, sendo retomada tempos depois por Granovetter, autor inaugural da Nova Sociologia Econômica que, com o artigo *The strength of weak ties*, de 1973, analisa os vínculos interpessoais, procurando mostrar como as redes em que predomina uma interação entre laços fracos incidem sobre fenômenos sociais mais amplos como difusão, mobilidade social, organização política e coesão social.

O conceito de *embeddedness* (“imersão”) é abordado por Granovetter no artigo *Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness* (1985), em que o autor discute uma questão clássica da teoria social, qual seja: como que as instituições e os comportamentos individuais são afetados pelas relações sociais. O autor procura analisar até que ponto a ação econômica está imersa nas estruturas das relações sociais. Para isso, separa a influência das relações sociais sobre os comportamentos e as instituições entre concepções que identifica como sendo supersocializada, em que o sujeito tem pouca influência sobre a ação, sendo esta direcionada majoritariamente pela estrutura social, e uma concepção subsocializada, em que indivíduos atomizados recebem pouca influência das relações sociais.

Criticando ambas visões, Granovetter afirma que elas arrancam os atores do seu contexto social, sendo um correto entendimento realizado através do conceito de imersão, retomado a partir da noção de Polanyi, em que os indivíduos não agem nem de maneira totalmente autônoma nem de maneira impotente, sendo sim suas ações imbricadas em sistemas concretos, contínuos, de relações e redes sociais (RAUD, 2005b).

Não obstante essa forma de compreensão, Granovetter discorda quanto as intensidades com que Polanyi relaciona a imersão na sociedade de mercado e naquelas anteriores a esse domínio. Para Granovetter, tanto a imersão nas sociedades pré-mercantis teria sido menor do que o defendido por Polanyi, quanto teria havido uma menor modificação na passagem das sociedades tradicionais para a sociedade de mercado auto-regulado. Para Swedberg (2003), enquanto Polanyi introduz a noção de “incrustação” enfatizando a constatação da economia como parte orgânica das sociedades pré-capitalistas, Granovetter, com um objetivo quase oposto, procura mostrar que na sociedade capitalista as ações econômicas são, na verdade, ações sociais.

De forma geral, para Granovetter¹⁴ (1990 apud STEINER, 2006), duas proposições fundamentais caracterizam sua perspectiva teórica na Sociologia Econômica:

[...] em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições sociais não brotam automaticamente tomando uma forma incontornável; elas são construídas socialmente.

Os enredamentos da ação no contexto social, com sua historicidade considerada, e a perspectiva de construção dos fenômenos sociais serão dois traços da Sociologia Econômica. Estando interrelacionados com a sociedade e a cultura, e constituído de redes interpessoais, esta visão sobre os mercados se contrapõem a idéia de um mercado no singular, generalizado e aplicável nos mesmos moldes a todos os contextos. Não por acaso Polanyi (2000, p. 292) dirá que “o fim da sociedade de mercados não significa, de forma alguma, a ausência de mercados”.

No desenvolvimento da Nova Sociologia Econômica, a contribuição de outros autores avançará com outras perspectivas na compreensão dos fenômenos sociais como aqueles situados na intersecção entre cultura e economia. DiMaggio (2003) afirma que o comportamento econômico se encontra incrustado não apenas na estrutura social – como argumenta enfaticamente Granovetter (1985) – mas também na cultura. Para DiMaggio, o termo “cultura” diz “respeito à cognição social, ao conteúdo e às categorias do pensamento e a tudo aquilo que tomamos por certo”. Consiste, assim, “em cognições partilhadas que variam no seio de qualquer população teoricamente relevante”. Abrangendo vários níveis, a cultura, segundo o sentido atribuído pelo autor à palavra, estaria “estranhamente” ausente da maior

¹⁴ GRANOVETTER, M. The old and the new economic sociology. In: FRIEDLAND, R.; ROBERTSON, A.E. (Ed.). *Beyond the marketplace*. Aldine de Gruyter, 1990.

parte da teoria econômica: “quando a cognição social dá origem a variações, como acontece com os gostos, os economistas tratam-nas como questões exógenas, que devem ser deixadas para os sociólogos” (DIMAGGIO, 2003, p.171). Daí que o autor pretende mostrar como que essa preocupação tem uma importância maior para a compreensão dos fenômenos econômicos que a concedida por muitos economistas.

DiMaggio remete a Talcott Parsons, que em *A estrutura da ação social* (1937) faz uma distinção analítica entre cultura e estrutura social, separando-as em duas partes num sistema integrado de funções. Ainda que entenda esse isolamento da cultura como uma estratégia útil para abordagens de pesquisa, diminuindo o risco de deixar questões passarem despercebidas e serem menosprezadas, DiMaggio entende como artificial em muitos aspectos essa separação. Não obstante, o próprio autor admita certa culpa por também se valer de estratégias analíticas que acabam por ser reducionistas no entendimento de cultura, mas defende sua desagregação em elementos mais simples como indispensável caso se pretenda fazer alguns progressos nesse campo. O autor distingue quatro diferentes níveis de cultura que incluem “uma variedade de fenômenos cognitivos partilhados e analiticamente diferenciáveis, entre os quais não se pode presumir uma coerência necessária” (DIMAGGIO, 2003, p.168). Referindo-se a um nível de maior profundidade ou complexidade, no qual se destacam os sistemas de classificação, esquemas categoriais de pensamento e de avaliação, termos de comparação e conteúdos, DiMaggio cita Polanyi, que para ele ilustrou tão bem que “o próprio mercado é uma construção cultural segundo a qual as pessoas orientam o seu comportamento, bem como um sistema de relações sociais no qual participam” (DIMAGGIO, 2003, p.170).

Sob essa perspectiva, portanto, uma ampla gama de fatores sociais, mantidos na penumbra, conteriam elementos importantes, não devendo ser desprezados para uma melhor compreensão do funcionamento dos mercados. A importância da cultura, enquanto cognições partilhadas encontra, nesse sentido, grande relevância no estudo das condições sociais de realização e de funcionamento dos mercados.

1.4.1 A construção social de mercados

O termo “construção social de mercados” teria sido utilizado pela primeira vez por Bagnasco, em sua obra de 1988, intitulada *La costruzione sociale del mercato*. Muito pouco conhecido no Brasil por esta produção, tempos depois o nome do autor surgiria como um dos

estudiosos do processo de desenvolvimento envolvendo a Terceira Itália e seus distritos industriais. Juntamente com outros autores, Bagnasco mostrará que o processo de desenvolvimento remete a formas específicas de interação social, que combinam fatores ligados a história, as tradições e a confiança expressa, por exemplo, nos laços comunitários e nos valores sociais, aspectos que poderiam ser circunscritos a cultura local, e aspectos mais ligados a lógica dos mercados, tais como flexibilidade e produtividade, caracterizando um processo de industrialização difusa formada por redes de pequenas e médias empresas (PMEs). Esses autores não entendem esse processo como “dado”, mas como originado de uma série de condições socialmente construídas de forma intencional por diversos atores e organizações.

A importância dessa visão é que ela permite abordar mercados como fenômenos sociais e compreender internamente esses processos. Nesse sentido, Fligstein fornece um instrumental valioso para avançar no entendimento desse tema específico, caro a sociologia econômica.

Contraposto ao peso que assume a racionalidade dos agentes para algumas correntes da teoria econômica, Fligstein (2007) afirmará, não obstante, que na sociologia clássica as pessoas são vistas como agentes da estrutura que possuem pouca independência para influenciar na constituição de seu mundo social. Segundo o autor, na renovação teórica dos últimos 20 anos, esse debate tem sido desenvolvido em torno de questões que relacionam a estrutura e os atores/agentes, estimulando novas reflexões sobre o “importante papel que as pessoas reais exercem na reprodução da vida social”. Isso implica em compreender como que, no processo social, atores e estruturas “estão envolvidos nos momentos de construção das instituições” (FLIGSTEIN, 2007, p.76).

Fligstein se insere nesse debate procurando desenvolver uma visão sociológica da ação, utilizando para isso um conceito que encontra suas raízes no interacionismo simbólico, identificado pelo autor de “habilidade social”. A ideia de habilidade social é que os atores induzem a cooperação dos outros, motivando-os a tomarem parte em uma ação coletiva, que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais (FLIGSTEIN, 2007). Segundo o autor, a ideia pode ser utilizada para compreender como identificar a contribuição distinta dos atores nesses processos. Para ele, o propósito de apresentar a ideia da habilidade social é fornecer um microfundamento sociológico, em oposição ao individualismo metodológico, para utilizar teorias neo-institucionalistas. Segundo ainda o autor, girando a vida social em torno da obtenção de uma ação coletiva, os participantes dessa ação são

induzidos a cooperar. Ainda que se utilize de coerções e sanções para compeli-los a isso, muitas vezes, no entanto, atores estratégicos hábeis proporcionam identidades e quadros culturais para motivar os outros. O autor afirma desenvolver essas idéias visando fornecer um conjunto de ferramentas para que os sociólogos empíricos, quando estudando a formação dos campos, ao longo da ampla variedade de cenários possíveis, possam melhor analisar o papel dos atores no surgimento, estabilidade e transformação de vários tipos de ordens sociais locais. Em outras palavras, essa abordagem permitiria melhor compreender como as ordens sociais locais são criadas, sustentadas ou transformadas, em que condições e quando grupos em um campo podem criar novas ordens.

Criticando visões que hora tomam os atores como “receptores passivos das instituições”, “seguidores de roteiros” ou “atores sem interesses” (*neo-institucionalismo*), hora “conceitualizados como indivíduos, mesmo quando representam coletividades”, com “a natureza das arenas sociais e o papel dos atores em produzir, manter e assumir posições” sem o devido embasamento teórico (*teoria da escolha racional*), Fligstein (2007, p. 66-7) propõe uma concepção alternativa da ação. Nela, “os atores interessam porque alguns precisam ajudar os grupos a decidir quais são seus interesses e identidades e a se envolver em negociações entre grupos”. Para induzir à cooperação para formar instituições, os atores sociais devem ter a necessária habilidade. Quando presente nos atores-chaves, é essa habilidade social que permite que os grupos funcionem, possibilitando o surgimento e a reprodução das instituições.

Enquanto atores sociais hábeis, eles produziram “significado para os outros porque, ao fazê-lo, produzem significado para si mesmos”. Seu senso de eficácia, não obstante, não viria de alguma concepção estreita de interesse próprio, ainda que tendam a se beneficiar materialmente de sua habilidade, mas do ato de induzirem a cooperação e ajudarem os outros a alcançarem seus fins. Fazendo o que for necessário para induzir à cooperação, compreendendo melhor determinada situação e se utilizando da produção de significados compartilhados para os outros – processo que envolve a elaboração de “histórias” que apelem a identidade e aos interesses daqueles – os atores sociais hábeis se comportariam com motivações mais ou menos “opostas às dos atores racionais, que se limitam a buscar seus próprios interesses e metas em uma espécie de competição com os outros” (FLIGSTEIN, 2007, p.67).

Fligstein elenca alguns subcampos da sociologia que versam sobre grupos organizados, que possuem certa identidade coletiva e razões para determinar regras para um

espaço social específico, compostos por atores autoconscientes para organizar grupos com fins coletivos. Sendo aqueles passíveis de serem mais bem analisados a partir da perspectiva proposta pelo autor, entre eles estaria o subcampo da economia em que empresas e governos criam mercados. Neste, como outros subcampos citados pelo autor, enquanto arenas de ação, possuiriam atores buscando a construção de instituições para orientar suas interações de forma que suas identidades e interesses coletivos possam evoluir, numa dinâmica em que a produção de identidades e idéias pelos atores visaria mobilizar o grupo para sua aceitação e adoção, buscando, em última instância, construir novos espaços sociais nos quais eles possam dominar ou prosperar.

De acordo com Fligstein, na dinâmica da teoria dos campos, a observação pelos pesquisadores dos processos de transformações ou surgimento de um campo torna necessária a identificação dos principais atores coletivos, seus recursos ou ferramentas disponíveis e regras que orientam suas possibilidades de ação. No caso da habilidade social, em que por vezes determinados atores buscam elaborar projetos institucionais alternativos para organizar o campo nas situações de instabilidade, o objetivo do analista deve ser o de identificar os principais projetos e quem são seus defensores. Não obstante, essas observações se deparam com o fato de que, para os atores, “empreendedores institucionais”, normalmente é pequeno o número de modalidades de instituições passíveis de serem criadas em um campo específico. Apesar disso, seja nas situações de maior estabilidade ou de instabilidade, enquanto grupos dominantes ou contestadores, os atores hábeis sobressaem-se na reprodução de um determinado poder social. Nas situações sociais mais turbulentas, seja numa crise ou com o surgimento de um campo, os atores sociais hábeis exercem um papel ainda mais visível, elaborando quadros alternativos para nova organização, propagando-os e convencendo outros a cooperarem, processo que culminaria quando emerge o campo e institucionaliza-se o quadro para formar sua estrutura.

Essas contribuições de Fligstein à sociologia econômica são importantes para uma melhor compreensão das dinâmicas de processos como a construção social de mercados, já que os atores sociais passam a ser visto não apenas como reprodutores de estruturas nas quais estão inseridos, mas sim como sujeitos dotados de capacidade para alterar a correlação de forças dentro de um determinado campo (ABRAMOVAY, 2006).

Apesar da riqueza desse e de outros referenciais oferecidos pela sociologia econômica, fato é que não são muitos os exemplos de estudos que se dedicam a aplicá-lo à realidade brasileira. Em alguns casos, alguns autores tem refletido sobre as potencialidades dessa

abordagem, sem no entanto realizarem pesquisas empíricas propriamente ditas. Esse é o caso do artigo *Construção de mercados e combate à desigualdade* (2004), de André Urani, um dos raros exemplos de produção nacional sobre o tema.

Pela relevância para este estudo, o trabalho de Wilkinson, *Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil* (2002), merece destaque pela síntese que faz de aspectos principais da obra de Granovetter, além das questões fundamentais que traz para reflexões sobre o tema da agricultura familiar.

Utilizando o referencial das habilidades sociais fornecido por Fligstein, Magalhães (2007), em seu artigo *Habilidades sociais no mercado do leite*, constata que previsões feitas nas últimas décadas de que o mercado lácteo concentraria a captação de leite em grandes empresas multinacionais do setor não se confirmaram, mostrando que novos sistemas de cooperativas de agricultores familiares vêm ampliando sua posição no mercado da região Sul do Brasil. Entre as hipóteses de ter havido erro nas previsões dos especialistas ou uma excepcional capacidade das novas cooperativas, o autor argumenta que o que parece justificar a aparente contradição entre prognósticos e fatos são as insuficiências teóricas que sustentam os estudos sobre os mercados e as organizações. Isso porque “os estudos tradicionais que se valem apenas de preços e mercados não são capazes de compreender como os resultados históricos de construções sociais e a habilidade de atores para a mobilização de diferentes formas de capital alteram as estruturas de um mercado e determinam as novas posições que os atores passam a ocupar” (MAGALHÃES, 2007, p. 23).

Não sendo exclusivo deste caso, o autor argumenta que isto se refletiria em muitas análises que levam em consideração apenas o impacto de mudanças globais ou macroeconômicas sobre as condições locais de produção. Sob essas perspectivas, o destino de muitas regiões estaria selado. Em seu artigo, o autor lembra que mercados são arenas sociais onde ocorrem trocas estruturadas, que por sua vez necessitam de regras e estruturas sociais para guiar e organizar as transações. Na pesquisa sobre o mercado de leite enfocado em seu trabalho, afirma ter descoberto a existência de interações complexas entre diversos agentes, que compartilham pressupostos cognitivos, padrões habituais e regras para governar novas interações. Analisando as estruturas sociais, o autor afirma que a capacidade de mobilizar e desenvolver importantes recursos de forma eficiente propiciou aos participantes a expansão do mercado em questão. Nesse processo, argumenta que a falta de capital econômico dos pequenos agricultores fora compensada “por fortes e densos capitais, especialmente

simbólico, social e tecnológico” (MAGALHÃES, 2007, p. 23). Reconstruindo processos históricos, o autor afirma que essas diferentes formas de capital foram constituídas ao longo de décadas de organização social pela relação com Comunidades Eclesiais de Base, sindicatos e ONGs, resultando numa forte identidade dos participantes estimulando a confiança, a credibilidade e o reconhecimento da organização (cooperativas).

Num levantamento sobre estudos empíricos em âmbito nacional, constata-se que alguns outros poucos trabalhos começam a trilhar esse incipiente caminho no Brasil, versando sobre experiências específicas. Um dos trabalhos mais consistentes é *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da experiência catarinense*, de Raud (1999) que, partindo de uma reflexão sobre o caso da Terceira Itália, procura refletir sobre o percurso do processo de industrialização difusa de Santa Catarina. Este trabalho é especialmente significativo por trazer à cena dos debates acadêmicos brasileiros uma série de referências de autores que se dedicaram a compreender a Terceira Itália.

Outros trabalhos advindos dos levantamentos bibliográficos do presente estudo são: *A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras*, Carneiro (2007) aborda o processo de construção de mecanismos de apoio à emergência da produção de madeiras certificadas e da atuação de empresas pioneiras na obtenção do selo de certificação do *Forest Stewardship Council (FSC)* no interior do campo econômico da indústria de madeiras tropicais. Em *Construção social dos mercados de hortigranjeiros: comparações entre dois casos no Rio Grande do Sul*, Souza et. al. (2008), contrapondo-se a um entendimento padronizado sobre o destino dos agricultores familiares, e analisando mudanças no varejo alimentar, enfocam o processo de construção dos mercados locais, discutindo como a assimetria de poder e aspectos institucionais envolvidos nas relações entre agricultores e agentes supermercadistas são decisivos no desenvolvimento da produção local e inserção dos agricultores. Já Vieira (2007), em *Construção social da produção ecológica: racionalidade da organização das entidades de agricultores ecológicos no litoral norte do Rio Grande do Sul*, procura discutir o tema da racionalidade da organização de entidades de agricultores ecológicos e como esta influencia o trabalho dos agricultores, entre outros aspectos. Na dissertação de mestrado *A construção social do mercado olerícola na ótica da Nova Sociologia Econômica. Estudo de caso em Urubici – Santa Catarina*, Mazon (2005) foca atores políticos e econômicos que participaram do processo de industrialização da agricultura e da montagem do Ceasa naquele estado,

vislumbrando uma assimetria de poder entre agricultores e atacadistas, colocando-se alguns desafios para a sobrevivência dos agricultores nesse campo de lutas.

Sem dúvida que esses trabalhos têm como mérito a utilização pioneira da aplicação do referencial teórico da sociologia econômica no país, mas refletem ainda um cenário incipiente, como dito, que aguarda ainda maior densidade e/ou acúmulo para que das descrições feitas possam emergir novas teorias, como preconiza Steiner (2006). Cabe dizer que o presente estudo não se coloca acima dessa crítica.

Extrapolando a esfera nacional, entre os exemplos de aplicação da sociologia econômica no que tange a construção de mercados, um dos estudos mais relevantes é o já clássico trabalho de Garcia-Parpet (2003), *A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne*, que foca a formação de um mercado de “morangos de mesa” na França. Nesse trabalho, a autora mostrou que agentes dotados de interesses convergentes e de uma visão compartilhada foram os construtores desse mercado específico, e não a “mão invisível”, como enfatiza, constatando que tal mercado fora resultado do trabalho de alguns interessados, por diferentes razões, em mudanças das correlações de força entre agricultores e comerciantes e não a simples aparição espontânea de um mecanismo liberador de energias econômicas que se imporia graças à racionalidade e à eficácia de seus processos. Como esse mercado implicou em ruptura com práticas correntes e não foi um simples desenvolvimento de relações mercantis já existentes, produto de um mecanismo que se aperfeiçoaria na medida em que ocorressem interações entre parceiros comerciais, a autora argumenta que “as práticas constitutivas desse mercado não são práticas mercantis”. Ainda assim, o funcionamento em “condições próximas daquelas que correspondem à realização do modelo de concorrência pura e perfeita descrita pela teoria econômica” é explicado pela autora como sendo “puro produto de uma construção econômica e social, realizada por um certo número de agentes dotados de interesses convergentes, e que é a própria teoria econômica que serviu de quadro de referência direto na instituição de cada detalhe de tal mercado, em especial na constituição do espaço e dos regulamentos” (GARCIA-PARPET, 2003, p. 1).

Sendo o “perfeito” deste mercado em questão decorrência do trabalho de alguns indivíduos com interesse em que ele viesse a existir e da aceitação dos limites do jogo impostos a todos os demais participantes que também chegaram a se beneficiar de sua existência, a autora chama a atenção para o fato de que ele deve ser considerado mais como um “campo de lutas”. Longe de qualquer equilíbrio definitivo, esse campo pode ser posto em questão a qualquer momento segundo as correlações de força entre produtores, expedidores,

cooperativas e a ação dos poderes públicos. Não por acaso o funcionamento do mercado deve ser objeto de vigilância incessante por parte de seus organizadores, que devem lutar contra todas as ações dos participantes que possam prejudicar o desenrolar das transações mercantis nas suas formas idealizadas.

A perspectiva teórica fundada na Sociologia Econômica permite descortinar uma série de fatores cruciais para o entendimento da formação de mercados, em outras palavras, do seu processo de “invenção social” (POLANYI, 2000). A influência mútua entre fenômenos econômicos e sociedade, considerando que relações sociais se entrelaçam com a vida econômica no processo de formação dos mercados, lança luz a uma série de aspectos envoltos a reciprocidade, cooperação, solidariedade, enfim, as interações entre atores, suas ações e a estrutura social.

A consideração desses aspectos analíticos possibilita construir uma visão de que mercados são configurações de interesses econômicos e relações sociais que se estabelecem de diferentes formas, sob condições específicas de sua formação histórica em determinado território (ABRAMOVAY, 2006; MAGALHÃES, 2007). Como dito anteriormente, em poucas palavras, pode-se retomar que a Sociologia Econômica considera nesse processo interações complexas entre diversos agentes, não sendo restritas as relações construídas entre eles ao campo econômico. No rol de explicações possíveis, isso se opõe a idéia da “mão invisível”, como afirma a teoria econômica ortodoxa acerca de tal fenômeno social (GARCIA-PARPET, 2003).

Na ótica deste estudo, significa dizer que a perspectiva fundada na sociologia econômica ajuda a revelar a riqueza dos fenômenos observados de construção social de mercados da caprinovinocultura. Mas também cabe dizer que, ainda que abra essa possibilidade, este trabalho exploratório não tem por pretensão dar conta de esgotar esse complexo assunto.

1.5 O futuro da agricultura familiar

Para onde vai a agricultura familiar? Respondida prontamente e baseada no senso comum, é provável que a resposta para essa questão leve a concluir que ela desaparecerá. Mesmo porque quando se consideram dados como a taxa de urbanização do país ao longo das décadas passadas, isso parece se confirmar, com a drástica diminuição relativa da população

vivendo no campo. De acordo com dados do IBGE (2000), enquanto em 1940 a população rural do país correspondia a cerca de 70% e a urbana 30%, no ano 2000 isto se inverte, sendo que aproximadamente 19% passam a corresponder à população rural frente aos mais de 81% de população urbana.

Apesar dessa evidência, no entanto, alguns autores têm usado uma série de argumentos para demonstrar que o desaparecimento da agricultura familiar não está em andamento, pelo contrário. Antes que um fenômeno brasileiro, em países de capitalismo avançado isso seria ainda mais evidente com a agricultura familiar desempenhando um papel fundamental na produção de alimentos, incorporando tecnologia, integrando-se aos mercados e estando conectada às políticas governamentais (ABRAMOVAY, 2007). Citando os estudos de Gasson e Errington (1993), Abramovay (2007) lembra que, no panorama mundial, não há setor ou atividade econômica mais familiar que a agricultura e em que a participação da mão-de-obra não contratada seja tão importante, sendo o trabalho e a gestão estruturados centralmente nos vínculos de parentesco. Para o autor, esses seriam traços marcantes da agricultura capitalista contemporânea e não, portanto, um sinal de atraso a ser varrido pela liberalização comercial.

No levantamento sobre o tema no âmbito desta pesquisa, constatou-se que esse entendimento é corroborado por uma vertente que rejeita “certa percepção evolucionista das transformações da agricultura moderna” (LAMARCHE, 1998, p. 15), chamando a atenção para o potencial que a agricultura familiar pode desempenhar nos processos de desenvolvimento, sem tomá-la como um “problema” face à “modernização” – não por acaso, nesse sentido muitas vezes denominada criticamente de “modernização conservadora”. Rejeita-se também certo determinismo social presente em autores clássicos do marxismo que se dedicaram à questão agrária, como Kautsky e Lênin, cujas visões atrelam um destino inexorável à agricultura familiar, culminando com seu desaparecimento (ABRAMOVAY, 2007; SABORIN, 2009).

Ainda que reconhecidos grandes desafios que marcam o desenvolvimento dessa parcela do campo, as estatísticas referentes à realidade brasileira também não deixam de impressionar e surpreender o senso comum. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, elaborado pelo IBGE, os estabelecimentos rurais familiares correspondem a 84,4% do total (4.367.902), ainda que ocupem apenas 24,3% em área, já que os 15,6% (807.587) de estabelecimentos não familiares ocupam 75,7% do espaço territorial da agropecuária.

Em termos de tamanho das unidades produtivas, em média, enquanto os estabelecimentos familiares ocupam 18,37 hectares, os não familiares ocupam 309,18

hectares. A despeito dessa diferença em termos de área, a agricultura familiar é a principal responsável pelo fornecimento dos alimentos básicos a população brasileira, tendo destaque com a produção de 70% do feijão, 58 % do leite, 87% da mandioca, 50% das aves e 59% dos suínos consumidos, entre outros produtos. Ocupando 12,3 milhões de pessoas ou 75% da mão-de-obra do campo, em termos de valores brutos de produção, em 2006, a agricultura familiar respondeu por R\$ 54 bilhões contra R\$ 89 bilhões da outra modalidade. Isso significa que houve um aumento da participação relativa da agricultura familiar no valor bruto da produção, saltando de 38% em 1996 para 40% em 2006.

Mas os dados tornam-se ainda mais relevantes quando se considera o valor bruto da produção por área total: na agricultura familiar ele é de R\$ 677 por hectare, valor que é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar (R\$ 358 por hectare). Portanto, pode-se afirmar que a agricultura familiar produz mais ocupando uma menor área.

Se por um lado, no entanto, esses dados ajudam a desmistificar certa visão que atrela à agricultura familiar ao atraso, a unidades improdutivas e precárias que geram pouca renda, a incapacidade de incorporação de avanços técnicos etc., por outro, pela natureza própria desses dados estatísticos, eles não dão conta daquilo que muitos autores chamam a atenção, ou seja, a grande variedade de perfis que compõem um complexo universo sob a denominação de *agricultura familiar*, daí resultando discussões em torno do próprio conceito.

Segundo Schneider (2006), a utilização do termo agricultura familiar no Brasil, enquanto uma categoria social específica e mandatária de políticas públicas direcionadas, teria sua origem em meados da década de 1990. De acordo com aquele autor, entre outros aspectos, isto seria consequência da mobilização sindical rural, efervescente no período dadas pressões sofridas pelo setor, sendo o termo capaz de unificar um conjunto de categorias sociais do campo, tais como assentados, arrendatários, parceiros, colonos, camponeses, pequenos produtores, entre outros. Para Altafin (2007), esse segmento ganha visibilidade justamente quando passa a se organizar, assumindo “lutas conjuntas por um espaço próprio na economia e na sociedade” (ALTAFIN, 2007, p. 9). Não obstante, ambos autores concordam ainda que, no âmbito das políticas públicas, o termo ganharia legitimidade com a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar.

Oficialmente, os critérios que definem o que é agricultura familiar foram determinados pela Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326), aprovada em 2006. Ela determina que quatro

módulos fiscais seja o limite de tamanho máximo para um empreendimento familiar. Determina também que a mão-de-obra deve ser predominantemente da própria família e a renda deve ser originada nas atividades da propriedade, sendo ainda a direção do estabelecimento necessariamente feita por um membro da família. Essa delimitação norteou, por exemplo, os critérios utilizados pelo IBGE na elaboração do Censo Agropecuário de 2006. Considerado mais restritivo, no entanto, o Censo baseou-se também numa outra diretriz, considerada outro marco para o setor, demonstrando também por ocasião da elaboração do Censo a complexidade em torno dessa definição. Trata-se do estudo financiado pela FAO/INCRA em 2000, intitulado *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto* (GUANZIROLI et. al., 2000). Ainda que possuam características em comum, quando consideram aspectos como a necessária direção do estabelecimento por membro da família e a predominância de utilização de mão-de-obra familiar, os dois documentos diferem quanto à delimitação do tamanho da área do estabelecimento, a proporção entre trabalho familiar e mão-de-obra contratada, além da questão da origem das atividades geradoras de renda. No geral, pode-se dizer que os “critérios utilizados pela FAO/INCRA ampliam a abrangência do universo delimitado pela Lei da Agricultura Familiar” (BRASIL, 2006).

A despeito da importância desses estudos e do marco legal criado com a Lei da Agricultura Familiar, o uso operacional do conceito agricultura familiar, objetivando delimitar o público alvo de políticas públicas específicas, reconhecidamente formado por um grupo social bastante heterogêneo (ALTAFIN, 2007), não eliminou os debates em torno do conceito, deixando em aberto um campo para reflexões em torno dele.

E boa parte dessas reflexões nascerá concomitante a essas ações específicas do poder público para o setor iniciadas em meados da década de 1990, quando então passa a haver uma retomada do interesse de pesquisadores com a reorientação dos olhares para novos temas ligados a ruralidade, trazidos com a emergência da agricultura familiar e de seus aspectos correlatos, superando em certo sentido o foco em determinados impasses que marcaram a problemática do campo e os debates acadêmicos sobre o tema (SCHNEIDER, 2006).

No âmbito dos estudos acadêmicos, ainda que haja variação entre autores, alguns critérios comuns servem para clarificar aquilo que designaria o termo agricultura familiar. Em geral eles dialogam com aqueles tomados como centrais tanto na Lei da Agricultura Familiar como no estudo da FAO/INCRA, ou seja, tamanho ou limite de área das propriedades; predominância do trabalho familiar não assalariado; presença de trabalhadores assalariados

temporários, mas não permanentes; centralidade da unidade familiar nas decisões e estratégias tomadas; variando no peso atribuído a cada um deles conforme o autor.

Para além das questões ligadas a discussão em torno do que se entende pelo termo agricultura familiar, cuja não observância em sua devida complexidade acarretaria num “reducionismo classificatório”, como argumenta Schneider (2006, p. 6), uma série de reflexões têm sido feitas a fim de compreender o papel que esta modalidade desempenha na sociedade contemporânea.

Compreender o “problema da evolução e da transformação das unidades de produção agrícola” (LAMARCHE, 1998, p. 18) é, portanto, uma questão central. Parte desse debate procura focar a origem, o processo de formação da agricultura familiar e seu atrelamento ou não com formas antecessoras, como o campesinato (ALTAFIN, 2007), ou seu distanciamento e sua constituição enquanto nova categoria. Questões como subordinação, autonomia ou integração da agricultura familiar em relação ao capital constituem-se, portanto, pontos-chave desse debate.

Grosso modo, pode-se dizer que, para parcela importante da literatura brasileira, nas últimas décadas, firmou-se o uso do termo agricultura familiar, refletindo uma percepção da complexidade do segmento que o termo abarca em face de uma perspectiva muitas vezes homogeneizadora trazida à reboque do termo campesinato, construído em torno de uma categoria emblemática a um discurso de luta política caro a movimentos sociais dedicados a causa.

Essa prevalência em termos de abordagem não significa anular, no entanto, tanto perspectivas políticas quanto diferenças significativas que englobam esse termo que acaba por ser um “amplo guarda-chuva conceitual” (ALTAFIN, 2007, p. 15), inclusive levando-se em conta aspectos que podem ser considerados próprios a uma “identidade camponesa”, em termos de cultura e de modo de vida tomados como tradicionais do mundo rural, aspectos esses que podem variar de intensidade conforme distintas realidades e estando sujeito a evoluções (SABOURIN, 2009). Num dos extremos, não se poderia também deixar de considerar aqueles segmentos marcados pela precariedade de famílias que ainda lutam pela terra, ou já as possuem e mantêm-se sob a forma de subsistência no campo e mesmo sob a condição de pobreza rural.

Em outras palavras, mesmo considerada uma tendência no uso do termo agricultura familiar, como não poderia deixar de ser, há espaço para uma miríade de interpretações que se voltam a compreender processos correlatos, ressaltando diferentes aspectos, diante da grande

diversidade de formas que combinam os elementos família-produção-trabalho, formas essas disseminadas praticamente por todo Planeta.



Menino a cavalo conduz cabras para dentro do aprisco. Nas regiões visitadas do Semi-árido, o envolvimento da família é uma constante e facilita à execução das várias tarefas que a caprinovinocultura aprimorada exige.

Em um dos estudos mais significativos sobre o tema, intitulado *A agricultura familiar: comparação internacional* (1998), coordenado por Hugues Lamarche, na diversidade de situações observadas tanto no Brasil quanto nos países europeus pesquisados, ganhou peso um distanciamento daquilo que se entende hoje por agricultura familiar contemporânea em relação à idéia clássica de campesinato, ainda que se ressalte laços históricos entre eles. Nesse estudo comparativo, os autores compreendem a agricultura familiar como uma realidade multiforme que comporta significativa diversidade, resultado de sua capacidade de adaptação a contextos sociais e políticos os mais diversos. Eles rejeitam assim uma concepção de “agricultura familiar como uma forma residual, transitória ou em vias de desaparecimento e consideram que ela ocupa um espaço próprio nas sociedades modernas” (LAMARCHE, 1998, p.15).

Isso não anula a constatação de que, em alguns casos, de fato a agricultura familiar acaba sucumbindo, como aponta Schneider (2006), ao analisar algumas possibilidades com que as formas familiares de trabalho e de produção interagem no interior do sistema

capitalista. Para ele, além dessa possibilidade, em alguns casos a agricultura familiar acaba sendo absorvida pelo próprio capitalismo sendo que, em outros, manteria relações estáveis de integração, como no caso entre agricultores familiares e agroindústria. Haveria casos também em que se manteria relativa autonomia destes com o capital, que se reproduziriam nessas condições, metamorfoseando-se conforme condições históricas específicas, prevalecendo um dinamismo adaptativo ao invés de uma condição estática ao longo do tempo.

O autor elenca alguns elementos que considera úteis para uma melhor definição do papel exercido por esta categoria social na contemporaneidade. Um primeiro elemento diz respeito a forma de uso da força de trabalho: ainda que seja predominante a utilização da própria família, considera-se a possibilidade de se fazer uso da contratação de trabalhadores temporários; um segundo elemento diz respeito aos obstáculos oferecidos pela natureza, o que limitaria o desenvolvimento das economias de escala na agricultura, garantindo assim a continuidade das operações com base em relações de trabalho não assalariadas. Por ser uma atividade muito dependente de fatores naturais, grande parte da produção agroalimentar, mesmo dos países capitalistas mais desenvolvidos, continua hoje nas mãos dos agricultores familiares. Ou, no raciocínio original de Abramovay (2007, p. 264), pelo “fundamento biológico de seu processo produtivo”, a natureza exerceria significativa importância nos rumos da produção agrícola, opondo assim resistência ao avanço da organização não familiar na agricultura.

Um terceiro aspecto seria relativo à teoria social, chamando a atenção para necessidade de se considerar a variabilidade de formas de articulação da agricultura familiar com o ambiente social e econômico na qual está inserida e que se constituem num conjunto de instituições que estimulam e limitam suas possibilidades, aspecto a ser melhor explorado no item seguinte deste trabalho.

Não obstante, ainda que importantes, todos esses aspectos são perpassados por um elemento central, que é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que se assenta nas relações de parentesco e de herança, sendo o posicionamento de seus membros crucial para definir as trajetórias e estratégias que determinarão seus rumos, ainda que eles dependam de um intrincado e complexo jogo no qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço no qual se inserem (SCHNEIDER, 2006).

Diferenciações entre agricultura de base familiar e agricultura camponesa ganham destaque numa das obras brasileiras mais expressivas sobre a questão agrária. Publicado originalmente em 1992, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, de autoria de

Ricardo Abramovay, volta-se a compreender a estrutura social da agricultura de países capitalistas avançados – Estados Unidos, Grã-Bretanha e países da Europa continental – nos quais a agricultura familiar é a principal forma social do progresso técnico no campo, processo que se acentua após a Segunda Guerra Mundial. Mantendo laços cada vez mais tênues com o campesinato, o autor afirma que, enquanto fenômeno altamente generalizado, a agricultura familiar nesses países não poderia ser explicada pela sua herança histórica camponesa, ainda que ela exista em certa medida. Justifica essa presença maciça pela atuação determinante das políticas agrícolas de Estado, as quais incidiram sobre uma estrutura pulverizada, como é própria a agricultura familiar, aspecto que a difere de outros setores, no qual prevalece a lógica da concentração econômica. Ao contrário do que se poderia imaginar, no entanto, antes que fruto de pressões deste segmento, essas políticas de Estado desempenharam uma função estratégica no processo de reprodução social, fornecendo a própria condição para a agricultura familiar desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade capitalista, garantindo o abastecimento alimentar, imprimindo novos padrões de consumo e permitindo que o gasto com alimentação fosse cada vez menor para a massa de assalariados, ainda que o autor rechace uma visão funcionalista da agricultura.

Nesse processo, como dito, o autor ressalta a destacada intervenção do Estado, “maior do que em qualquer outro campo da vida econômica”, por exemplo, regulando o setor com política de preços e influenciando com inovação técnica, “num quadro de permanente organização pública dos mercados”, sem que a concorrência tenha sido abolida (ABRAMOVAY, 2007, p. 32-3). No processo de busca incessante de progresso técnico numa estrutura competitiva, cuja tendência leva a redução de preços e ganho em produtividade, o Estado garantiria a manutenção da renda agrícola, impedindo a derrubada violenta das cotações. Ainda que possa ser interpretada como sendo uma intervenção estatal em favor de determinado segmento de classe, fato é que a sociedade como um todo se beneficia com a oferta de alimentos advinda dessa política de estabilização de preços e controle da renda agrícola (ABRAMOVAY, 2007, p. 257-8).

E essa matriz seria generalizada em situações mundiais diversas, tanto em países de colonização mais recente, como Estados Unidos e Canadá, quanto em países de tradição camponesa secular. Neles, a agricultura se constituiria num “setor atomizado em milhões de unidades produtivas, mas que funciona de certa forma como organismo planejado, sob o comando e o controle do Estado e das organizações profissionais e cada vez mais com base

em critérios públicos sobre o uso de seus recursos produtivos” (ABRAMOVAY, 2007, p. 220), onde o mercado pesa cada vez menos nas decisões. Para o autor, esta seria

[...] uma das razões pelas quais as políticas públicas para agricultura capitalista contemporânea tendem a incorporar elementos que não são exclusivamente econômicos: o meio ambiente, a luta contra o abandono do campo, o estímulo a diversificação das atividades produtivas [...] (ABRAMOVAY, 2007, p. 266),

prevalecendo preocupações de valorização do meio rural, não sendo o mercado, portanto, a instância socialmente organizadora deste espaço.

Para o autor, desenvolver-se-ia sob essa vertente uma agricultura de base familiar, mas não camponesa, no caso dos estabelecimentos mais importantes dos países centrais pautada numa “natureza fundamentalmente empresarial” (ABRAMOVAY, 2007, p. 29), não obstante tendo como traço marcante tanto a propriedade da terra, como a direção, a organização e a execução dos trabalhos a cargo da família. Para o autor, essa natureza e as circunstâncias que ela envolve, com integração e capacidade de responder aos mercados e as políticas de governo, se contrapõem as características de reprodução do campesinato, apoiadas na tradição, em laços comunitários locais e cuja ligação se dá de forma parcial a mercados incompletos, misturando-se a um conjunto de regras coletivas cujo peso das relações pessoa-pessoa incide fortemente.

Mesmo feitas essas considerações, Abramovay considera que não seja simples essa diferenciação, sendo necessário que se busque as raízes dessa diferença fundamentalmente no ambiente social, econômico e cultural que as caracteriza, já que a própria racionalidade da organização familiar não dependeria da família em si, mas da capacidade que esta tem de se adaptar e exercer um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve. Nesse sentido, o autor critica parte da literatura sobre o tema que desconsidera os limites da racionalidade camponesa, difundindo a noção de sua integração ao capital e da subordinação de seu modo de produção a ele. Para o autor, subordinar à lógica camponesa a lógica do capital seria um equívoco grave que impediria de se enxergar os aspectos mais importantes da estrutura social do capitalismo contemporâneo, não sendo possível sua compreensão centrada na idéia de comportamento econômico, mesmo porque a “racionalidade econômica do camponês é incompleta”, não se traduzindo em “regras redutíveis a elementos puramente econômicos” (ABRAMOVAY, 2007, p. 263).

Ainda que voltado ao estudo da agricultura nos países centrais, Abramovay entende que essa perspectiva levante questões que são também decisivas ao caso da agricultura brasileira. Num ambiente marcado pela desigualdade e persistência da miséria, o autor questiona o sentido da “pequena produção” por aqui: até que ponto ela estaria cumprindo a função decisiva que cumprira nos países centrais com o barateamento dos preços e ampliação da oferta dos alimentos, sob as diretrizes e o controle do Estado, constituindo-se numa das bases sociais do desenvolvimento ao englobar de forma estratégica os agricultores familiares?

Na busca por uma resposta, o autor reflete que, desde os anos 1960, tornou-se lugar-comum na análise da economia agrícola do país a visão de que ela cumpriria de maneira adequada suas funções no desenvolvimento econômico, encarregando-se o capitalismo no campo de resolver a “questão agrícola” brasileira. Tomando-se como “não econômicas” questões como o custo social e as exclusões embutidas nesse modelo, nos anos 1980 “consolidou-se a idéia de que a agricultura do país havia atingido um importante grau de *maturidade*, dado seu processo de integração com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem [...]” (ABRAMOVAY, 2007, p. 269). Nessa lógica, os complexos agroindustriais, conectados aos mercados e capazes de promover a acumulação de capital, “sepultariam definitivamente os problemas *agrícolas* [...]” (ABRAMOVAY, 2007, p. 270) do país.

Nesse ponto, Abramovay chama a atenção para o fato de que, numa perspectiva comparada, nos países centrais o desenvolvimento do capitalismo agrícola não consistiu simplesmente num elo importante da cadeia insumo-produto ou simplesmente como um meio de valorização dos capitais agroindustriais ou, ainda, não se deu com a prevalência do assalariamento, com o agricultor familiar colocando-se enquanto fornecedor de mão-de-obra para o capital. Como dito anteriormente, nesses países, com as características que lá se implantaram, o desenvolvimento da agricultura familiar “foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário” (ABRAMOVAY, 2007, p. 32), situando-se na própria base do desenvolvimento das nações centrais.

Enquanto isso, no Brasil, o autor questiona o quanto a agricultura contribui para um “padrão de desenvolvimento capitalista em que os ganhos do trabalho sejam um elemento central do crescimento econômico” (ABRAMOVAY, 2007, p. 271). Enfatizando essa perspectiva, o autor afirma que

Se para produzir lucros o desenvolvimento da agricultura brasileira nos últimos anos tem sido brilhante, em contrapartida sua contribuição para que

seja implantado no país um tipo de desenvolvimento em que o consumo de massas exerça um papel relevante é tão negativa que põe definitivamente abaixo a idéia de que suas funções essenciais no desenvolvimento econômico estão sendo adequadamente cumprida. (ABRAMOVAY, 2007, p. 271).

Nesse sentido, para o autor, a idéia de “maturidade” da agricultura brasileira deve ser questionada, não somente pelo que ela tem de atrasada – improdutividade, subutilização de terras e desigualdades – mas também por aquilo que se entende como seu setor mais moderno, incapaz de estender benefícios para a sociedade como um todo, assim como o fez a agricultura de base familiar nos países centrais. Nesse sentido, o autor afirma que esse quadro sugere que a agricultura brasileira não teria ainda enfrentado o dilema que os países centrais enfrentaram após o *New Deal* e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. Diante disso, restaria então saber “se a atual estrutura produtiva do capitalismo agrário brasileiro será capaz de progredir [...] ou se, para levar adiante uma política durável de distribuição de renda, o próprio padrão de crescimento da agricultura terá que ser modificado” (ABRAMOVAY, 2007, p. 272).

Acompanhando esses dilemas, na realidade brasileira, a concentração fundiária, a luta histórica pelo acesso a terra e as políticas desencadeadas no processo de reforma agrária construíram uma situação complexa nas dinâmicas do universo rural, tornando possível a convivência simultânea, grosso modo, de um agronegócio voltado para exportação e de uma agricultura familiar fornecedora de alimentos para o mercado interno.

As questões levantadas por Abramovay (2007) em torno do perfil da agricultura do país, em que o desenvolvimento capitalista, diferentemente dos países centrais, aqui se dá em torno da agroindústria empresarial, colocam em suspeição o papel futuro que a agricultura familiar poderá ter nesse destino. Não obstante, a realidade atual mostre a importância dela sob diferentes aspectos, como atestam os dados do Censo Agropecuário 2006, destacados anteriormente. Como entender essa aparente contradição? No segmento da agricultura de base familiar, que é o que mais interessa a esse estudo, a variedade de perfis sob essa denominação, como alertado anteriormente, requerem cuidados a fim de se evitar generalizações que comprometam um entendimento sobre um objeto especificamente estudado.

A título de ilustração, o *Atlas da questão agrária brasileira* (GIRARDI, 2009) secciona a realidade agrária do país em diferentes tipos de agricultura familiar, denominados no documento de “campe sinatos”. Naquele prevalecente na região Sul do país, por exemplo, formado a partir da imigração européia que colonizou boa parte da região, se daria uma

agropecuária dinâmica, com uma produção diversificada, com alto grau de produtividade e grande produção. Dentre os “campesinatos”, este é o que estaria inserido de forma mais contundente no mercado e se constituiria numa exceção a regra no panorama nacional do setor. Já na região Nordeste, num outro exemplo extremo, assim como a região na qual está inserido, o segmento seria marcado pelas perdas, expressas principalmente pela baixa produtividade da agropecuária e utilização de meios de produção precários, tendo como resultado as baixas rendas e indicadores sociais negativos. Lá, os projetos restritos de irrigação beneficiariam, de forma geral, os produtores já capitalizados, como no caso de projetos de irrigação voltados para produção frutas destinadas à exportação (<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/configuracao.htm>).

No entanto, ainda que importantes para proporcionar uma visão geral, essas classificações mostram-se ainda insuficientes quando se procura compreender determinados processos internos a essas regiões. No âmbito do presente estudo, com um aprofundamento possibilitado pelas pesquisas de campo, observou-se uma diversidade de perfis dentro do segmento da agricultura familiar em áreas específicas dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Numa primeira divisão possível de ser feita, uma parcela destes seriam aqueles pertencentes a comunidades rurais tradicionais, sendo caracterizados pelo parentesco e herança, com a permanência em terras pertencentes à família distribuídas através das gerações, sendo ocupadas de forma compartilhada ou dividida entre os herdeiros.

Outra parcela seria aquela representada pelos assentados da reforma agrária, sobretudo promovida pelo Incra¹⁵. Nesta categoria, uma significativa diversidade foi também observada, variando o perfil dos assentados desde pessoas sem histórico de vida no campo até agricultores que antes viviam das atividades agropecuárias, mas que não eram proprietários da terra da qual tiravam o sustento de suas famílias. Mesmo após receberem o lote pela reforma agrária, tanto em um quanto outro segmento, observou-se também que parte desses assentados continuou exercendo atividades outras que não aquelas diretamente ligadas as suas terras, ocupando-se, por exemplo, como assalariados em agroindústrias ou tendo sua renda baseada na aposentadoria rural¹⁶. Nestes casos, o lote recebido cumpriria a função de moradia.

¹⁵ Segundo dados do Incra, estima-se que existem hoje no país mais de 7 mil assentamentos da reforma agrária e cerca de 1 milhão de famílias assentadas ao longo da história do Instituto.

¹⁶ Iniciado ainda nos anos 1960, um processo de tentativas de ampliação do alcance do benefício previdenciário para o contexto rural, fora somente com a Constituição de 1988 que tal movimento ganhara impulso, inclusive com a busca de sua universalização, como preconizou o texto constitucional. Tal concretização, de fato, ocorreu a partir da década de 1990, com forte aceleração na concessão de benefícios, hoje tidos como universalizados, sendo considerado este como um importante instrumento no combate à pobreza rural (DAVID, 1999).

Como se pôde observar também, tornar o lote recebido pela reforma agrária numa unidade produtiva é um desafio que mobiliza uma série de políticas e programas de Estado, além de outros atores pertencentes a diversas organizações, sendo que nesta categoria se inserem também as experiências voltadas à caprinovinocultura analisadas no presente estudo, ainda que não excluam aqueles agricultores familiares de comunidade rurais tradicionais. Neste caso, observou-se que, em ambos os segmentos, muitos dos pequenos proprietários rurais antes de aderirem aos programas em foco também não retiravam seu sustento e o de suas famílias de atividades produtivas desenvolvidas em suas terras, mas sim trabalhando, por exemplo, como “alugados” em atividades agropecuárias de grandes propriedades rurais existentes em suas regiões. Outros, quando o faziam, em geral se dedicavam a outras atividades agropecuárias que não a caprinovinocultura.

Fato é que, assim como a variabilidade de perfis englobados sobre o termo *agricultura familiar*, no que tange à realidade dos assentamentos da reforma agrária diversos elementos acabam por condicionar uma também considerável variabilidade de situações. Estudo referência quando se trata do tema é *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil* (BITTENCOURT et. al., 1999), realizado para o INCRA/FAO, que elege uma série de indicadores de qualidade de vida dos assentados. Após explorar uma série de temas, os autores sintetizam os fatores que influenciam o desenvolvimento de uma amostra de assentamentos enfocados naquele estudo, conforme os quadros reproduzidos seguir, a título de ilustrarem a referida variabilidade.

Quadro 1 – Síntese da situação sócio-econômica dos assentamentos amostrados

Itens	Situação dos assentamentos	
	Com maior desenvolvimento	Com menor desenvolvimento
Moradia	- boa a regular (madeira ou alvenaria)	- regular a ruim (madeira ou taipa)
Eletricidade	- praticamente todos têm acesso	- maioria não tem acesso
Eletrodomésticos (TV, geladeira)	- maioria possui	- maioria não possui
Educação	- todos têm acesso ao primário; - maioria concluiu o 1º grau; - acesso ao 2º grau, com limites	- maioria tem acesso ao primário; - poucos têm acesso/concluem o 1º grau; - acesso ao 2º grau muito limitado
Alfabetização	- programas em curso na maioria	- programas existentes em poucos
Saúde	- todos têm acesso, mesmo que no município	- nem todos têm acesso, motivado pelas dificuldades de locomoção (estradas)
Estradas Internas	- regulares a boas, não comprometem o escoamento da produção	- péssimas a regulares e na maioria comprometem o escoamento da produção
Estradas Externas	- em boas condições	- péssimas a regulares, comprometendo o escoamento da produção
Transporte coletivo	- existente e freqüente na maioria	- inexistente ou sem freqüência na maioria
Renda Monetária	- varia 1/2 a 10 sm/mês, com média de 3 sm/mês	- varia de 0 (zero) a 2 sm/mês, com média de 0,6 sm/mês

Fonte: BITTENCOURT et. al., 1999, p. 50.

Quadro 2 – Síntese das características dos assentamentos amostrados de acordo com os fatores que interferem no seu desenvolvimento

Fatores	Característica dos fatores nos assentamentos	
	Com maior desenvolvimento	Com menor desenvolvimento
Quadro Natural	- relevo plano a suave ondulado; disponibilidade de água; solos de fertilidade média a boa, de composição argilosa; - poucas limitações no quadro natural	- relevo suave ondulado a forte ondulado; problemas na disponibilidade de água; solos de baixa fertilidade, de composição arenosa; - fortes limitações no quadro natural
Origem e Forma de Ocupação	- predominância de assentados com tradição em gestão de unidades familiares - houve mobilização para conquista da terra	- predominância de assentados com tradição em gestão de unidades familiares; - ausência de mobilização para conquista da terra; - casos de excedentes de outras áreas de RA; - casos de regularização fundiária
Entorno	- fácil acesso a municípios; - economia agrícola local dinâmica, com a presença de agroindústrias ou com mercado consumidores	- difícil acesso aos municípios; - economia agrícola local pouco dinâmica, com poucas/ausência de agroindústrias e inexistência/sem ligação com mercados consumidores próximos.
Sistemas de Produção	- produção majoritária voltada para o mercado e para obtenção renda monetária - sistemas adaptados a produção familiar e com maiores níveis de produtividade - integração a agroindústrias locais/regionais e/ou inovadores aos produtos preexistentes	- produção majoritária voltada para subsistência familiar - baixa integração com mercado local - sistemas não adaptados à produção familiar - baixa produção e baixa produtividade
Organização Produtiva	- presente em 50% dos PA's - atua majoritariamente na produção e pouco na comercialização e agro-industrialização	- praticamente inexistente
Crédito Rural	- tiveram acesso a quase todas as modalidades de crédito da RA e de alguns programas estaduais - boa aplicação do crédito e melhor resposta pela ajuda da AT e do quadro natural - baixa/inexistência de inadimplência	- maioria não recebeu todas as modalidades de créditos da RA, com pouco ou nenhum acesso a créditos / programas estaduais - aplicação pouco eficiente, sendo que muitos precisaram utilizá-lo para manutenção familiar - alta inadimplência do crédito
Assistência Técnica	- quase todos tiveram acesso à AT, pelo menos em uma parte do projeto - contribuiu para incorporar novas tecnologias - maior comprometimento dos técnicos	- maioria não teve acesso à AT, quando existiu ficou restrita aos projetos de créditos - pouco comprometimento
Organização Política	- integração a movimentos sociais - associações locais de representação fortes e atuantes	- pouca integração a movimentos sociais - associações locais de representação pouco atuantes e com problemas de gestão interna
Relações Institucionais	- mantém boas relações com o poder público local - contaram com maior apoio dos órgãos federais e estaduais	- fraca relação com o poder público local - pouco apoio e tardio dos órgãos federais e estaduais vinculados à RA
Renda Agrícola	- todos tem garantida a subsistência familiar - quase todos obtêm renda monetária através do lote - pouca ou nenhuma renda não agrícola	- subsistência não garantida em alguns PA's, com presença de fome e/ou desnutrição - a maioria não obtém renda monetária - muitos vendem mão-de-obra para garantir a subsistência

Fonte: BITTENCOURT et. al., 1999, p. 51.

O papel do Estado e de organizações de profissionais ligados à temática do campo são centrais nos processos que buscam imprimir novos rumos a agricultura familiar. Ainda que

esta participação tenha sido observada como fundamental nos países centrais por Abramovay (2007), no Brasil ela é recente, se estruturando na última década e externalizada em políticas públicas que procuram, além de atuar no âmbito da promoção ao acesso a terra, ampliar a atuação sobre aspectos como o crédito, suporte a este segmento com programas de assistência técnica rural e acesso a mercados.

Sem entrar no mérito de todas as críticas possíveis de serem feitas em termos do ritmo e da qualidade desse processo em face da demanda de trabalhadores sem terra ou daqueles pequenos agricultores que já as possuem ou que receberam recentemente suas glebas, caberia perguntar, no limite, enquanto promotoras de transformações no campo, qual o potencial dessas iniciativas para alçarem a agricultura de base familiar a assumir um papel estratégico para o desenvolvimento do país?

Sem dúvida que essa pergunta requer uma necessária relativização que leve em conta a real dimensão e o perfil da agricultura familiar no Brasil, com sua significativa heterogeneidade que engloba, num de seus extremos, uma população marcada pela chamada “pobreza rural”, face ao processo vivenciado pelo segmento familiar nos países centrais, como procura demonstrar Abramovay em sua obra, onde se atingiu um patamar sem termos de comparação com a nossa realidade agrária histórica e atual. Mesmo porque, naqueles países, o curso da história acabou por ressaltar uma diferença de natureza social entre o campesinato e a agricultura familiar, processo que levou aquilo que o autor aponta como o “paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2007, p. 142). No Brasil, como argumenta Altafin (2007, p. 12-3),

não se comprovou a hipótese de que o desenvolvimento capitalista no campo levaria ao desaparecimento de camponeses, caipiras, pequenos produtores, integrados, colonos, assentados e demais formas familiares de produção rural, que persistiam e apresentavam novas estratégias produtivas e organizativas.

Pela história e características da sociedade brasileira, e particularmente da esfera política em sentido estrito, em que as transformações estão condicionadas pela necessidade de coalizão como mecanismo de sustentação do poder executivo, acredita-se que um sistema misto, com a convivência simultânea da agricultura familiar com aquela de base empresarial, prevalecerá, salvo alguma ruptura mais profunda que mostre o contrário.

Sabourin (2009) descreve esse quadro denominando-o de “agricultura dualística”, produzido a partir de 1995, quando então passam a coexistir o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visando apoiar a agricultura familiar, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), voltado para agricultura patronal. Segundo aquele autor, a partir daí desencadeia-se um processo de radicalização em que se opõe, na estrutura do Estado e se amplia na mídia, aquilo que seria uma “agricultura capitalista competitiva que proporciona divisas ao país”, representada pelo agronegócio e “uma agricultura familiar improdutiva, associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas ao contribuinte”, ao contrário do que demonstram as estatísticas agropecuárias (SABOURIN, 2009, p. 40-1).

Não obstante, mesmo conflituosa, garantida essa co-existência, restaria saber os limites que se colocam para o futuro na hipótese de, num pleno desenvolvimento mútuo, se acirrar o conflito entre esses dois segmentos na disputa pela alocação dos bens públicos, tais como recursos financeiros estatais, terras, recursos naturais etc., e o papel que assumirá o Estado nesse embate.

Refletindo sobre a opção estratégica da sociedade brasileira em relação a seu espaço rural, Elie da Veiga (2000) afirma que, se a opção for pelo modelo baseado no patronato agrícola, de grandes propriedades que há muito não ampliam a oferta de trabalho e nas quais a maior parte da área é destinada à pecuária extensiva, o número de ocupados nas atividades do campo cairá progressivamente. Se a opção for preferencialmente pela agricultura familiar, haverá margem para que a atual relação de ocupação no campo se mantenha, ou até aumente. O autor afirma que, conforme a tendência demográfica, ainda que se possa afirmar que em ambos os casos ocorrerá queda proporcional da ocupação agrícola, a pressão sobre o mercado de trabalho urbano será muito diferente conforme a opção. Em última instância, Veiga chama a atenção para importância de se atentar para o fato de que a ampliação e o aprofundamento das políticas voltadas ao campo são cruciais também para questões relativas ao desenvolvimento do espaço urbano, no caso, naquilo que se refere à problemática do desemprego de trabalhadores não-qualificados acirrado por fatores como o êxodo rural.

Ao longo da história do país, fato é que o Estado brasileiro assumira um papel indubitável em favor dos grandes empreendimentos agroindustriais, privilegiando-o como foco praticamente exclusivo das políticas agrícolas. Altafin (2007), afirma que o segmento formado por um mosaico de formas camponesas ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno foram historicamente deixados à margem das políticas públicas,

ocupando assim uma posição secundária dentro do modelo de desenvolvimento do país que privilegiou a grande propriedade voltada para monocultura de exportação.

Essa ação numa única direção começou a se alterar somente em meados dos anos 1990, com a legitimidade que a agricultura familiar – e mesmo implicitamente a diversidade de população rural que o conceito abarca – passa a assumir no âmbito das políticas públicas a ela destinadas, como ressaltado anteriormente.

Ainda que incipientes, quando consideradas num panorama histórico de ausências do Estado no tocante a agricultura familiar, essas e outras transformações recentes indicam certa movimentação que acena para novas possibilidades de desenvolvimento do campo brasileiro. Além delas, a própria função que cumpre a agricultura familiar, como demonstrado pelos dados do Censo Agropecuário 2006, possibilita, na mais modesta das hipóteses, que ela seja vista como indispensável para o sustento mais básico do país, fortalecendo seu peso político enquanto “esfera produtiva e útil a nação”.

Para além de todas essas questões, novas percepções sobre o mundo rural precisam ser consideradas, pois ampliam a compreensão para esta problemática para além de aspectos tradicionalmente considerados quando se centra o foco exclusivamente na produção agropecuária, como demonstram muitas das discussões que vem se dando em torno do tema do desenvolvimento rural, tratadas a seguir.

1.6 Novas perspectivas para o desenvolvimento rural

Subjaz, na mentalidade de parte da sociedade brasileira que as iniciativas estatais em prol da agricultura familiar situam-se no âmbito das “necessárias ações de resgate da chamada ‘dívida social’” (VEIGA, 2000, p. 5). Como argumenta Veiga (2000), sob certa visão, portanto, elas não teriam qualquer importância estratégica em termos de crescimento econômico e desenvolvimento, mas apenas um caráter social, compensatório ou de “alívio da pobreza”.

Não obstante, pelo crescimento do agronegócio e sua importância exposta recorrentemente nos noticiários que ressaltam, por exemplo, as contribuições de seu desempenho no favorecimento da balança comercial do país, constrói-se uma visão na qual se torna decorrência quase que natural crer que o setor impacte positiva e decisivamente sobre aspectos como a pobreza e a desigualdade, sobretudo em contextos territoriais nos quais esse

modelo de agropecuária se desenvolve. Por mais surpreendente que possa parecer, alguns estudos tem mostrado que isso não ocorre, ao menos na intensidade que se imagina.

Guidolin et. al. (2007), analisando os benefícios trazidos para a população pobre em áreas de fronteira agrícola de cerrado que apresentaram elevadas taxas de crescimento econômico, afirmam que, na verdade, observaram elevadas taxas daquilo que chamam de “crescimento empobrecedor” e concentrador das riquezas geradas. Os autores chamam a atenção para necessidade de se atentar para a “qualidade” daquilo que está sendo entendido como crescimento econômico para que se avalie se taxas elevadas trazem, de fato, melhorias ao bem-estar da população com a redução da pobreza. Outro estudo, de Rosa et. al. (2009), ao analisar cinco municípios da fronteira agrícola que ocupam posição de liderança no *ranking* nacional do valor adicionado da agricultura, cujos indicadores foram comparados com o de outras cinco cidades-espelhos, que detém PIBs majoritariamente formados por contribuições de setores industriais e de serviços, não observaram que o agronegócio tenha influenciado de forma mais expressiva os indicadores sociais desses municípios em relação aqueles aos quais foram comparados.

Para se alcançar uma renovação nas idéias sobre o desenvolvimento na sociedade brasileira e se contornar essa visão, Veiga (2000) entende que seja necessário superar três considerações “para que a importância estratégica dos programas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar deixe de ser ofuscada” (VEIGA, 2000, p.12): abandonar a visão de que o crescimento nada tem a ver com a desigualdade; na consideração da eficiência econômica, deixar de entender eficiência distributiva como se ela fosse extra-econômica, ou seja, “apenas social”; e deixar de ignorar o processo histórico de desenvolvimento rural das nações mais avançadas.

Quanto a essa última recomendação, com o enfoque no item anterior deste Capítulo, foi possível compreender os rumos que a agricultura familiar tomou e a importância que assumiu na base do desenvolvimento dos países centrais. Não obstante essa potencialidade, fato é que o universo rural passa hoje por transformações que extrapolam a perspectiva de uma vocação exclusivamente agropecuária. Nesse sentido, não se trata mais apenas de comparar agricultura familiar à agricultura empresarial na esfera da produção agrícola para se obter uma compreensão sobre a real dimensão das transformações por que passa o ambiente rural na atualidade.

No bojo desse debate se forjaram novas denominações, tais como *Nova ruralidadade* (Eli da Veiga) e *Novo rural brasileiro* (José Graziano da Silva), procurando expressar uma

gama de transformações por que passam esses espaços, muitas delas ligadas a atualização da compreensão sobre as relações “cidade-campo” – propositalmente não mais ordenadas “campo-cidade” – com a redefinição das dimensões do rural e do urbano, trazendo à tona expressões como “rurbano”, que procuram dar conta de uma crescente interatividade entre esses dois mundos tradicionalmente compreendidos de forma seccionada.

Veiga (2001a) chama a atenção para a necessidade de se desfazer a confusão em torno de população rural, população agrícola, população ocupada no espaço rural e população ocupada na agropecuária, já que no espaço rural também existem os setores secundário e terciário. Segundo o autor, “as melhores pesquisas sobre a economia rural indicam que a renda de suas atividades primárias já é bem inferior à de seus outros dois setores [...] indicando que a economia agrícola represente no máximo um terço da efetiva economia rural” (VEIGA, 2001a, p.102). Como observado pelo mesmo autor em outro trabalho (VEIGA, 2000, p. 181), “o crescimento econômico sempre tenderá a reduzir o número de ocupados no setor agropecuário”, ainda que isso não signifique que esteja em curso um processo de extinção dessas ocupações.

De acordo com aquele autor ainda, ao contrário do fatalismo que condena as econômicas rurais a um inexorável declínio, pesquisas da OCDE demonstram que as regiões rurais voltaram a ter um dinamismo econômico, enquanto as regiões urbanizadas estagnavam ou decaíam nos países mais desenvolvidos. Esses estudos demonstram que o segredo dessa inversão de tendência está na diversificação das econômicas regionais. E esse grau de diversificação, ao contrário de uma maior especialização, sempre considerado como insuficiência “do ponto de vista setorial, agora é tido como um dos mais preciosos trunfos de desenvolvimento rural” (VEIGA, 2000, p.103).

Nesse panorama, muitas das famílias que formam a população rural desenvolvem um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas de forma flexível, exercendo inclusive outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seus estabelecimentos, por exemplo, empregando-se, de forma parcial ou temporária em outros negócios instalados na sua região. Outro arranjo possível seria aquele em que alguns membros da família se dedicam as atividades agropecuárias da propriedade, enquanto outros exercem suas atividades profissionais como assalariados – tendo destaque aí, por exemplo, a importância relativa que os empregos públicos assumem na maior parte dos pequenos municípios brasileiros – ou têm sua renda proveniente da aposentadoria rural, compondo um universo em que se têm origens variadas nas fontes de remuneração e receitas, dentre outros arranjos possíveis na realidade

brasileira desses espaços, como também se pôde observar nas pesquisas de campo do presente estudo.

A composição dessa dinâmica em torno da diversificação e dessa atuação multifacetada passou a ser conhecida como “pluriatividade”, conceito-chave para as discussões em torno do desenvolvimento rural na atualidade, e que expressa “o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas” (SCHNEIDER, 2003, p. 10)¹⁷. Segundo Schneider (2003), ao “contrário do que se poderia supor, essa não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos” (SCHNEIDER, 2003, p.5), ainda que nestes se desenvolva mais plenamente. Até porque, muito dessa constatação advém da percepção de que, apesar de se apresentar como um fenômeno social relativamente novo, as características ressaltadas pelo conceito de pluriatividade, em essência baseadas na combinação de mais de uma atividade ocupacional, há muito estão presentes nas diversas formas de trabalho exercidas no âmbito dos espaços urbano-industriais (SCHNEIDER, 2003, p. 32). Um sintoma disso é que, em certa medida, a estrutura ocupacional da economia rural se tornou semelhante à da economia urbana, ainda que não se tenha reduzido o contraste entre ambas as regiões num sentido mais geral (VEIGA, 2000)¹⁸.

Outro conceito que referencia boa parte das discussões acerca do desenvolvimento rural na atualidade é o de “multifuncionalidade”, que considera que em torno da agricultura existam diferentes funções-chave a serem cumpridas. De acordo com Soares (2000/2001), estas seriam relativas à segurança alimentar e as funções ambiental, econômica e social. Segundo este mesmo autor, de acordo com Aldington (1998)¹⁹, a perspectiva de uma agricultura multifuncional amplia a noção que a origina, que é aquela ligada a noção de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS), surgida “das reflexões da FAO e de outras instituições nas décadas de 1970 e 1980, em torno da evolução da agricultura e sua relação com a segurança alimentar, produtividade e sustentabilidade” (SOARES, 2000/2001: 41-2), ao englobar também em sua perspectiva a análise da importância dos sistemas agrícolas e suas relações com outros setores da economia. De maneira semelhante ao que ocorrera com

¹⁷ Schneider (1994 e 2003) faz uma revisão da literatura buscando as origens e a evolução do conceito nas últimas décadas. Nesse processo, a pluriatividade teria nas suas origens entorno de conceitos como *part-time farming* (“agricultura em tempo parcial”), *multiple job holding farm household* (“unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo”), entre outras considerações.

¹⁸ Não obstante essas considerações que buscam reafirmar a ocorrência deste fenômeno em curso em diversas regiões do país, onde a simbiose de ocupações agrícolas e não-agrícolas caracteriza a pluriatividade da agricultura familiar, tal fenômeno não ocorreria nos espaços onde predomina a agricultura patronal, como lembra Veiga (2000).

¹⁹ ALDINGTON, T.J. Multifunctional Agriculture: A Brief Review from Developed and Developing Country Perspectives, FAO, 1998.

o uso do conceito *desenvolvimento sustentável*, a multifuncionalidade viria se expandindo na opinião pública, assim como na agenda política.

Levando-se em conta um panorama evolutivo e o patamar em que os conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade se situam, pode-se dizer que eles refletem a ampliação da compreensão sobre as possibilidades de relações que se estabelecem no espaço rural, tanto no que se refere às atividades ocupacionais da sua população, quanto em termos de uso desses territórios.

Além desses conceitos que abarcam uma gama de possibilidades, o entendimento desse processo requer também uma atualização na compreensão das relações cidade-campo, relações essas que sofreram mudanças radicais a partir da segunda metade do século XX (VEIGA, 1998).

A principal característica é a tendência ou acirramento das relações de interação entre esses espaços. Abramovay (1999) procura mostrar que a revalorização das regiões interioranas é um dos mais importantes fenômenos demográficos, sociais e culturais do início do milênio, ao passo que as aglomerações metropolitanas cresceram mais que em qualquer outra época. O autor entende que esse crescimento urbano seja um trunfo para revitalização rural, quanto mais intensas forem as suas ligações, sobretudo aquelas marcadas por dinamismo e diversificação com as cidades. Para Elie da Veiga, vem se tornando “cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas” (VEIGA, 2006, p. 334), “cada vez mais ligado a tudo o que se opõe à cidade: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa e ar puro. Tudo o que os americanos chamam com muita razão de ‘*amenity values*’” (VEIGA, 2000, p. 9). Para aquele autor, fenômeno novo que pouco teria a ver com formas estabelecidas no passado, seria em boa parte resultado do grande aumento das possibilidades de mobilidade nos deslocamentos, alçando as paisagens rurais a um inédito patamar de valorização.

Nesse escopo, o espaço rural ocuparia, entre outros aspectos, dimensões relacionadas a valorização da natureza enquanto reduto de bem-estar, como no caso de atividades de recreação e turismo, ou como espaço para casas de campo, ou eventos destinados a congressistas e estudantes, esportes radicais, residência de aposentados em busca de tranquilidade, negócios na área de saúde e qualidade de vida etc. Outra dimensão se somaria com aquela ligada ao aspecto que valoriza este espaço enquanto patrimônio ambiental, que remete a temas como biodiversidade e regulação térmica do Planeta. Em suma, tanto por conta dos aspectos de conservação do patrimônio natural como pelo decorrente

aproveitamento econômico das suas amenidades (VEIGA, 2006), cada vez mais, as áreas rurais teriam sua valorização impulsionada por esses aspectos.

Dessa forma, esse processo mostraria uma tendência de deslocamento da base da economia rural da exportação de produtos primários e manufaturados para a importação de pessoas e de dinheiro (ABRAMOVAY, 1999), captado nas ocupações proporcionadas por essas novas atividades, bem como por meio de negócios relativos aos serviços ofertados.

Não obstante, como ressaltado no tópico anterior que tratou do tema da agricultura familiar, uma necessária relativização deve ser feita quando se trata da realidade brasileira, cuja diversidade e dimensão continental não comporta generalizações, já que se observa que boa parte desses processos são inexistentes ou ainda bastante incipientes em determinadas localidades, sobretudo naquelas mais distantes das cidades maiores ou de regiões concentradoras de riqueza. Nesse sentido, cabe um dado que serve para ilustrar essa situação: enquanto os ocupados agrícolas são apenas um décimo dos ocupados no meio rural estadunidense, eles continuam a ser cerca de quatro quintos no meio rural brasileiro, ainda que deva se levar em conta o maior peso relativo que estas atividades desempenham na estrutura de ocupação daqui em relação à daquele país (VEIGA, 2000: 19).

Frente a todos os aspectos levantados nos parágrafos anteriores deste item, o que se procura chamar a atenção é o fato de que o desenvolvimento rural não pode ser concebido apenas como simples expansão das atividades agropecuárias (ABRAMOVAY, 1999). Ações limitadas ao setor agrícola não dão conta de solucionar o rol de problemas ligados ao desenvolvimento rural (SABOURIN, 2009). Além de uma compreensão sociológica dessas transformações, o que elas trazem de novo, portanto, é a necessidade de se reformular as políticas voltadas ao espaço rural a fim de que estejam sintonizadas com esse processo de mudanças. Isso porque, ainda que a diversificação presente nos aspectos elencados constituam-se em fatores importantes no fortalecimento econômico desse espaço, acredita-se que, por si só, eles não sejam suficientes para garantir o êxito de seu desenvolvimento (VEIGA, 2000).

Em certa medida, como se verá, especialmente no Capítulo 5, os casos estudados trazem elementos que ajudam nessa reflexão, pois, ainda que com projetos voltados para o tema da caprinovinocultura, acabam por abarcar elementos que extrapolam essa dimensão unicamente agropecuária, revelando estratégias inovadoras no contexto em que se dão e que têm se mostrado bem sucedidas ao promoverem desenvolvimento com elementos de uma

nova relação entre campo-cidade, sem deixar de ter como eixo central contemplar também a inclusão produtiva de parcelas pobres da população.

2. METODOLOGIA



2.1 Modalidade da Pesquisa

O estudo em questão insere-se na modalidade de pesquisa qualitativa, usando como estratégia estudos de caso exploratórios. Segundo Yin²⁰ (1984 apud ALVES-MAZZOTI, 2006), estudos de caso exploratórios visam aprofundar a compreensão sobre fenômenos pouco investigados, através da utilização de múltiplas fontes de dados, visando obter assim uma visão a mais completa possível do objeto estudado.

A pretensão de se compreender um fenômeno social complexo, mediante a utilização de múltiplas fontes de evidências, requer aquilo que Stake²¹ (2000 apud ALVES-MAZZOTI, 2006) denomina de *descrição densa*, que envolve aspectos como uma descrição detalhada dos sujeitos, das relações entre eles, dos comportamentos, situações e ambiente que os envolve. Em última instância, a análise desses elementos visa formar uma cadeia lógica de evidências que justifique, desde a explicitação dos critérios para a seleção de um caso, que este se constitui em uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço para sua compreensão (ALVES-MAZZOTI, 2006).

Não obstante, ao contrário do que prevalece no senso comum, tanto para Yin quanto para Stake, estudos de caso não são tarefas fáceis de serem realizadas, sendo que se revestem de grande complexidade, o que exige o recurso a técnicas variadas de coleta de dados (ALVES-MAZZOTI, 2006).

Nesse sentido, o presente estudo se valeu de uma significativa diversidade de fontes de informação e estratégias na sua obtenção. Grosso modo, elas podem ser divididas basicamente em duas vertentes: numa delas, voltada para um aprofundamento teórico sobre o tema, privilegiou-se a pesquisa bibliográfica, focando tanto textos impressos constantes do acervo de diferentes bibliotecas quanto em formato eletrônico, sendo esta última categoria reflexo de intenso trabalho de pesquisa via Internet, que resultou no acúmulo e leitura de considerável número de artigos, além do contato com sites de instituições afins ao tema estudado. No intuito de contribuir com futuras pesquisas voltadas ao tema da caprinovinocultura, além das obras referenciadas na bibliografia desta tese, outra parte compõem uma lista de artigos gerada por essa parte específica do trabalho, reproduzida no Anexo I. Na outra vertente, pesquisas de campo, realizadas em duas etapas de aproximadamente 30 dias cada, na região

²⁰ YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. London: Sage, 1984.

²¹ STAKE, Robert E. Case Studies. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (eds.) *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 2000. p. 435-454.

do Semi-árido Nordestino, nos anos de 2008 e 2009, permitiram a coleta de dados via entrevistas, observação e posterior análise documental de significativo volume de materiais coletados, como se descreve mais detidamente em item específico abaixo.

Uma das características do estudo de caso qualitativo se refere ao fato de se constituir numa investigação de uma unidade específica, que pode ser, por exemplo, um indivíduo, uma organização ou um setor. Na pesquisa em questão, procurou-se a realização de um estudo comparativo articulado entre casos significativos, privilegiando-se o diálogo e as interações tanto no que se refere as suas características específicas quanto comuns, face à problemática estudada e ao recorte da pesquisa.

Em outras palavras, procurou-se analisar a realidade de três municípios Nordestinos em seus aspectos voltados para projetos/programas ligados ao tema da caprinovinocultura em sua interação com o tema da construção social de mercados, analisando seus desdobramentos sobre aspectos como pobreza e desenvolvimento. Pelos processos observados, acredita-se que os casos estudados sejam representativos de processos mais amplos em curso, como será oportunamente exposto. Em última análise, ainda que circunscrito a casos específicos, pretende-se que este estudo possa de alguma forma contribuir para iluminar uma discussão mais ampla ligada ao tema do desenvolvimento.

2.2 Banco de dados utilizado e escolha dos casos estudados

No início de 2008 iniciou-se pesquisa no Banco de Dados do Programa Gestão Pública e Cidadania do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. O Banco de Dados abarca mais de 8.000 experiências inovadoras de centenas de municípios, distribuídos por todos os estados brasileiros, entre outros origens, e pertencentes a diferentes áreas da ação pública, fornecendo “informações importantes sobre o que está acontecendo em uma parte dos governos subnacionais, orientada para a mudança e para a inovação” (<http://www.fgv.br/inovando>).

O intuito da pesquisa no Banco de Dados foi o de realizar um levantamento de experiências inovadoras que pudessem revelar um potencial enquanto alternativas de desenvolvimento, sobretudo privilegiando realidades e setores pobres da população brasileira.

As experiências presentes no Banco de Dados derivam de um estímulo para participação baseado em um ciclo anual de premiação relativo a um período de dez anos (1996-2005), período esse em que os “programas, projetos e práticas inscritos foram avaliados

por pesquisadores, técnicos e especialistas em administração pública, sendo escolhidas com experiências como semifinalistas. Após enviar mais detalhes sobre suas atividades, trinta eram selecionadas anualmente para receber visitas in loco e vinte, selecionadas como finalistas do ano” (<http://www.fgv.br/inovando>).

Cabe dizer que o Banco de Dados é organizado a partir de algumas grandes “áreas” e diversas “subáreas” nas quais as experiências são alocadas, procurando-se assim dar conta de uma catalogação seguitada conforme diferentes temas. Mas essas divisões devem ser consideradas com cautela, já que muitas experiências, pela sua natureza intersectorial, são passíveis de contemplarem mais de uma área ou subárea. Outro aspecto que requer um olhar atento do pesquisador advém do processo auto-referenciado de inscrição das experiências, sendo a classificação nas áreas e subáreas realizada pelos responsáveis pelas iniciativas²², fator que gera uma carga de subjetividade que pode requerer um posicionamento de “reclassificação” por parte do pesquisador, de acordo com as definições que ele estabeleça para sua pesquisa. Outra característica advinda desse auto-referenciamento se liga ao comportamento das iniciativas ao longo do tempo, já que não necessariamente o período da inscrição da experiência em determinado ciclo de premiação corresponderia ao período de sua existência, podendo esta anteceder consideravelmente ao ano de sua inscrição²³. Levando em consideração esses cuidados, aliado ao interesse do presente estudo, em última análise foi possível privilegiar a pesquisa na “Área 5 – Desenvolvimento Económico e Social”.

Após uma seleção prévia de cerca de 20 experiências catalogadas e entendidas sob a ótica do presente estudo como potencialmente reveladoras em seus aspectos de gerarem caminhos alternativos de desenvolvimento, um processo de seleção seguinte acabou por levar à escolha de experiências envolvendo a caprinovinocultura no Nordeste do país, mais especificamente em três estados com características peculiares que os aproximam, mesmo se considerados num contexto da realidade regional, como melhor exposto no Capítulo 3 deste estudo. As três experiências selecionadas pertencem aos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

Cabe dizer também que as três experiências alcançaram um status de destaque nos ciclos de premiação, seja como “Finalista”, “Pré-finalista”, “Semi-finalista” ou “Destaque”, como se pode verificar na descrição mais à frente. Ainda que esse fator não tenha sido

²² “A identificação da área de atuação é feita pelo gestor da experiência, a partir de uma lista com mais de 50 áreas diferentes de atuação” (<http://www.fgv.br/inovando/>).

²³ Essas considerações em grande parte advêm de conversas com o Professor Peter Spink, coordenador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo.

decisivo para a escolha desses casos, não obstante, importante salientar que não se pode deixar de reconhecer que, enquanto tal, gerou-se uma expectativa de que estas experiências apresentassem um grau de estruturação diferenciado em termos daquilo que representam enquanto iniciativas inovadoras em se tratando de transformação social e desenvolvimento. Mas esse e outros assuntos serão explorados oportunamente ao longo deste estudo, sobretudo a partir do Capítulo 5.

A seguir, é apresentada uma breve descrição inicial sobre cada uma delas, com respectivos órgãos responsáveis, subárea na qual estão classificadas no Banco de Dados, ano de inscrição e status alcançado nos ciclos de premiação.

- Programa Municipal de Apoio a Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura – PROCAP, da Gerência Executiva da Agricultura e Recursos Hídricos da Prefeitura de Mossoró (RN).

A experiência foi inscrita por três anos consecutivos, alcançando diferentes status e sendo classificada nem sempre da mesma forma:

- ✓ 2003 - Semi-finalista – Subárea 5.3. Agropecuária e Pesca;
- ✓ 2004 - Finalista – Subárea 5.4. Desenvolvimento Regional e Local em Bases Sustentáveis;
- ✓ 2005 - Inscrito – Subárea 5.4. Desenvolvimento Regional e Local em Bases Sustentáveis.

Resumo que consta do Banco de Dados:

“Promove a geração de emprego e renda, incentivando o empreendedorismo na cadeia produtiva da caprinocultura, mediante o resgate, a valorização e a profissionalização das atividades de produção e comercialização de caprinos e ovinos; busca-se dar ênfase no fomento de pequenos e médios empreendimentos rurais, individuais e coletivos”.
(<http://www.fgv.br/inovando/>).

- Turismo como Alternativa de Desenvolvimento no Semi-Árido, da Prefeitura Municipal de Cabaceiras (PB).

- ✓ A experiência foi inscrita em 2004, recebendo o status “Destaque”. Foi classificada na Área 5. Desenvolvimento Econômico e Social.

Resumo que consta do Banco de Dados:

“Ações integradas buscam desenvolver todo o potencial turístico do município como forma de gerar emprego e renda, proporcionando melhorias da qualidade de vida e sem perder de vista a preocupação com o princípio da sustentabilidade e com a construção de um ambiente onde o morador se sinta feliz com sua cidade”. (<http://www.fgv.br/inovando/>).

- **Projeto Tejubode: Mais que uma Festa, uma Idéia de Desenvolvimento**, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Tejuçuoca (CE).

- ✓ A experiência foi inscrita em 2004, recebendo o status “Pré-finalista”. Foi classificada na Subárea 5.4. Desenvolvimento Regional e Local em Bases Sustentáveis.

Resumo que consta do Banco de Dados:

“Consiste na promoção do desenvolvimento sustentável no semi-árido através do fomento à ovinocaprino cultura, ao artesanato e ao turismo rural e ecológico; realiza cadastramento e capacitação dos artesãos, produtores rurais, jovens e comerciantes, para qualificar os serviços prestados à população e aos turistas; fornece assessoria técnica e implementação da infra-estrutura, além de criar um curso universitário de Zootecnia; uma de suas principais atividades é a realização da Feira de Ovinos e Caprinos de Tejuçuoca – a Tejubode”. (<http://www.fgv.br/inovando/>).

2.3 Descrição das pesquisas de campo

Em julho de 2008 empreendeu-se uma primeira ida a campo, abarcando os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, privilegiando-se as cidades de Mossoró (RN) e Cabaceiras (PB), que sediam duas das experiências selecionadas no Banco de Dados. Em julho de 2009, uma segunda ida a campo contemplou novamente as mesmas localidades, acrescidas do estado do Ceará, com especial ênfase as cidades de Sobral, aonde se situa a Embrapa Caprinos e Ovinos, principal instituição de pesquisa brasileira ligado ao setor, e a cidade de Tejuçuoca, sede da terceira experiência selecionada. Os roteiros desses dois momentos da pesquisa envolvem outras cidades e podem ser melhor visualizados em seus detalhes a seguir, nos respectivos mapas 1 e 2.

MAPA 1 - ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO 2008



MAPA 2 - ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO 2009



As idas a campo tiveram por objetivo levantar dados e informações que possibilitassem cumprir o objetivo central da pesquisa, qual seja, compreender como vem se dando a construção de mercados envolvendo a atividade da caprinovinocultura e de que forma estes processos vem incidindo sobre temas como a pobreza e o desenvolvimento, como já ressaltado anteriormente.

Durante as duas idas a campo foi possível interagir com um significativo número de atores pertencentes a diferentes segmentos sociais envolvidos de variadas formas com a caprinovinocultura dessas regiões. Foram contatados gestores, coordenadores, dirigentes e técnicos pertencentes ao setor público (municipal e estadual) e a órgãos como Embrapa, Emater, Sebrae, Universidades Federais etc., e também de membros de associações de pequenos criadores de ovinos e caprinos, além de pequenos e médios produtores e associações de moradores de várias comunidades e assentamentos rurais, negociantes e trabalhadores do setor, como artesãos (couro). Um contato cotidiano foi também possível de ser feito com consumidores de derivados da caprinovinocultura (leite, carne e couro) e população em geral.

Quanto ao segmento dos pequenos proprietários rurais, percorreu-se uma significativa área territorial pertencente aos municípios enfocados. Por ocasião dessas incursões nas áreas rurais, foi possível estabelecer contato com diversos pequenos proprietários e suas famílias, revelando diferentes extratos que forjam uma realidade bastante complexa. A primeira grande divisão que pode ser estabelecida se refere a dois tipos de comunidades características: as comunidades rurais mais antigas e as comunidades de assentamentos da reforma agrária, estabelecidos mais recentemente. Tanto em uma quanto em outra, verificou-se ser variada também a forma de adesão à caprinovinocultura, variação essa que vai desde a não adesão (ausência desses animais e presença de gado bovino em pequeno número ou somente prática da agricultura ou nenhuma prática agropecuária), passando pela prática realizada em moldes tradicionais (criação doméstica, com animais soltos na Caatinga, com baixa produtividade e principalmente voltada para exploração esporádica da carne), até aqueles que aderiram à caprinovinocultura em moldes difundidos por instituições e técnicos do setor. Neste último caso, observou-se também a adesão em diferentes graus a esses preceitos técnicos.

Nas situações de campo, o tipo de abordagem para coleta de informações variou. Com alguns agentes foi possível a realização de entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio, que depois foram transcritas. Na medida em que isso não foi possível devido ao dinamismo dos acontecimentos no cotidiano, adotou-se como forma de registro anotações em um caderno de campo, tanto no caso de algumas entrevistas quando por ocasião de contatos mais curtos e

observações em geral. A dinâmica em torno dessa forma de registro seguiu a lógica de um diário de campo, registrando-se dados e informações levantadas, além de reflexões em torno da pesquisa surgidas no dia-a-dia. Uma lista com os principais agentes contatados e as respectivas localidades ou organizações as quais se vinculam encontra-se mais a frente, no final deste capítulo.

Outras informações coletadas advieram da participação em reuniões de associações e órgãos técnicos, tendo destaque reunião realizada em julho de 2008 na cidade de Monteiro, no Cariri paraibano e distante cerca de 80 quilômetros de Cabaceiras. Na ocasião reuniram-se diversos agentes ligados a associações de produtores de caprinos e ovinos da região, professores da Universidade Federal da Paraíba, técnicos da Embrapa Caprinos de Sobral e o Coordenador do Programa do Leite do Estado da Paraíba. Nesta reunião discutiu-se a formatação final de um projeto destinado a buscar financiamento do CNPq e intitulado “Projeto de Produção Integrada de Caprinos Leiteiros”, cujo principal objetivo é a implantação do sistema de avaliação da conformidade da matéria-prima e do produto da caprinocultura, passos entendidos pelos participantes como fundamentais para o aprimoramento dessa cadeia produtiva.

Neste mesmo ano foi possível participar de eventos públicos como o encontro do Pacto Novo Cariri (PB) e a Festa do Bode de Mossoró (RN). Por ocasião desta última, foi possível também assistir um seminário na Ufersa (Universidade Federal do Semi-árido – Mossoró) abordando diferentes aspectos ligados à caprinovinocultura e proferido por pesquisadores e criadores especialistas no tema. Além disso, foram colhidos diversos materiais produzidos localmente, tanto promocionais quanto de caráter técnico: folhetos, apostilas, cópias de relatórios e projetos, além da aquisição de livros. Foram também realizados centenas de registros fotográficos.

Ao final desta etapa da pesquisa, foi elaborado um relatório sistematizando todo o conteúdo levantado em campo, sendo boa parte dele incorporado no presente texto. Como continuidade da pesquisa, na etapa de campo realizada em 2009, visando aprofundar aspectos específicos sobre o tema e sobre o objeto da pesquisa, teve destaque a ida a Embrapa Caprinos e Ovinos de Sobral, na qual foi possível realizar uma imersão de alguns dias, momentos em que se privilegiou a interação com técnicos e diretoria, além da realização de significativa pesquisa na biblioteca da Instituição. Neste ano foi possível também participar daquele que é considerado por muitos como o maior evento agropecuário do Ceará, denominado ExpoCrato, que teve sua 58ª edição em 2009 na cidade de Crato, promovido pela Secretaria do

Desenvolvimento Agrário (DAS), realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará, Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bio-Região do Araripe (ACCOA) e Associação dos Criadores do Crato (ACC).

Ainda no estado do Ceará, teve destaque a visita ao Memorial do Vaqueiro, exposição permanente do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) na cidade de Fortaleza, sendo esta uma etapa relevante para uma melhor compreensão do secular valor social da pecuária bovina naquela Região e no imaginário do brasileiro.

Paralelamente a essas duas etapas da pesquisa, ao longo de 2008 e 2009 fora sendo realizado um aprofundado levantamento bibliográfico sobre o tema. Sua sistematização, visando à construção de um atualizado e completo quadro de referência teórica como parte da necessária fundamentação do estudo empreendido, somada aos outros instrumentos de pesquisa descritos anteriormente, embasam as análises do presente trabalho.

Quadro 3 – Principais agentes contatados e localidades ou organizações as quais se vinculam

RIO GRANDE DO NORTE	
MOSSORÓ	
Organizações	Interlocutores
ASCCOM (Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Mossoró)	Presidente e membros da Associação
ANCOC (Associação Norte Rio Grandense de Criadores de Ovinos e Caprinos)	Membros da Associação
ASFOCO (Associação de Fomento a Caprinovinocultura)	Membros da Associação
Comitê Gestor da Caprinovinocultura de Mossoró e Região	Membros do Comitê
Associação de Caprinos e Ovinos Nativos do Rio Grande do Norte	Presidente da Associação
SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)	Gestor da área de ovinocaprinocultura
PROJETO APRISCO (Sebrae)	Técnicos atuantes na região
SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural)	Técnicos atuantes na região
EMPARN (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte)	Técnicos atuantes na região
CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica)	Técnicos atuantes na região
GEARH (Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos – Prefeitura Municipal)	Gestores públicos responsáveis e equipe
VISÃO MUNDIAL (PDA – Plano de Desenvolvimento de Área)	Técnicos atuantes na região
IDIA (Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte)	Técnicos atuantes na região
UFERSA (Universidade Federal do Semi-árido)	Professores pesquisadores

Organizações	Interlocutores
Comunidades rurais	
Jacuri	Moradores e criadores
Assentamentos da Reforma Agrária	
Hipólito	Assentados e criadores
Mulugunzinho	Assentados e criadores
Independência	Assentados e criadores
Lorena	Assentados e criadores
Recreio	Assentados e criadores
Cristais	Assentados e criadores
São Romão	Assentados e criadores
Vingt Rosado	Assentados e criadores
OUTRAS CIDADES DO RIO GRANDE DO NORTE	
COOPAGRO - Cooperativa de Serviços Técnicos do Agronegócio (Natal)	Presidente e técnicos da Cooperativa
PARAÍBA	
CABACEIRAS	
Organizações	Interlocutores
ASCOMCAB (Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Cabaceiras)	Presidente e membros da Associação
CAPRIBOV (Cooperativa dos Capri-bovinocultores de Cabaceiras)	Presidente e membros da Cooperativa
ARTEZA (Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro do Distrito de Ribeira)	Presidente e membros da Cooperativa
Prefeitura Municipal	Funcionários públicos - Técnicos
Secretaria Municipal de Turismo	Funcionários públicos - Técnicos
Secretaria Municipal de Agricultura	Funcionários públicos - Técnicos
EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural)	Técnicos atuantes na região
Comunidades rurais	
Caruatá de Fora	Moradores e criadores
Alto do Fechado	Moradores e criadores
Distrito de Ribeira	Moradores e criadores
Lajedo do Pai Mateus	Moradores e criadores
Cacimba	Moradores e criadores
Assentamentos da Reforma Agrária	
Serra do Monte	Assentados e criadores

OUTRAS CIDADES DA PARAÍBA	
Organizações	Interlocutores
Pacto Novo Cariri (Campina Grande)	Prefeitos e outros membros participantes
Universidade Federal da Paraíba - Campus Areias (Monteiro)	Professor pesquisador
SEDAP - Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuário e da Pesca (João Pessoa)	Coordenador do Programa do Leite
CEARÁ	
TEJUÇUOCA	
Organizações	Interlocutores
Prefeitura Municipal	Prefeito e funcionários públicos
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	Secretário e funcionários públicos
Comunidades rurais	
Contatos variados em comunidades do entorno da cidade	Moradores e criadores
Assentamentos da Reforma Agrária	
Fazenda Macaco	Assentados e criadores
Fazenda Chaparral	Assentados e criadores
OUTRAS CIDADES DO CEARÁ	
Embrapa Caprinos e Ovinos (Sobral)	Presidente e técnicos
CAPRILEICE - Associação de Criadores de Caprino Leiteiro (Fortaleza)	Membros da Associação
Universidade Federal do Ceará (Fortaleza)	Professor pesquisador
Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA (Fortaleza)	Funcionários públicos - Técnicos
Centro Cultural Dragão do Mar (Fortaleza)	Técnicos
SEBRAE (Fortaleza)	Técnicos
ExpoCrato (Crato)	Técnicos e criadores

3. CONTEXTO DO ESTUDO

A Morte do Vaqueiro

(Luiz Gonzaga e Nelson Barbalho)

Numa tarde bem tristonha
Gado muge sem parar
Lamentando seu vaqueiro
Que não vem mais aboiar
Não vem mais aboiar
Tão dolente a cantar
Tengo, lengo, tengo, lengo,
tengo, lengo, tengo
Ei, gado, oi
Bom vaqueiro nordestino
Morre sem deixar tostão
O seu nome é esquecido
Nas quebradas do sertão
Nunca mais ouvirão
Seu cantar, meu irmão
Tengo, lengo, tengo, lengo,
tengo, lengo, tengo
Ei, gado, oi
Sacudido numa cova
Desprezado do Senhor
Só lembrado do cachorro
Que inda chora
Sua dor
É demais tanta dor
A chorar com amor
Tengo, lengo, tengo, lengo,
tengo, lengo, tengo
Tengo, lengo, tengo, lengo,
tengo, lengo, tengo
Ei, gado, oi
E... Ei...

3.1 Semi-árido e Estados enfocados

No trabalho intitulado *Nova Classificação do Semi-árido Brasileiro* (2005)²⁴, do Ministério da Integração Nacional, se afirma que a área oficialmente reconhecida como semi-árida no Brasil corresponda atualmente a 969.589,4 quilômetros quadrados, sendo composta por 1.133 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais, totalizando uma população de 20.858.264 milhões de pessoas, com 44% delas residindo na zona rural. Essa população total faz com que a região seja tida como aquela de clima semi-árido mais populosa do mundo (Mapa 3).

No contexto do Semi-árido Nordeste, sob a delimitação do território das unidades da federação, importante salientar que a porcentagem de área semi-árida varia de estado para estado, sendo que aqueles que mais concentram essa característica são justamente os estados diretamente enfocados neste estudo, ou seja, a Paraíba, o Ceará e o Rio Grande do Norte, com cerca de 76%, 81% e 88% da totalidade de seus territórios respectivamente sob essa condição, tendo mais de 50% de suas populações vivendo nessas áreas. Nesses estados, como já dito, especial atenção é dedicada a experiências envolvendo o tema da caprinovinocultura nos municípios de Cabaceiras (PB), Mossoró (RN) e Tejuçuoca (CE).

Num panorama geral, sabe-se que a população do Semi-árido ainda é predominantemente rural e a ocupação principal de sua força de trabalho é a agropecuária. Ainda que a estrutura fundiária seja extremamente concentrada, é grande o número de pequenos estabelecimentos ou unidades de produção familiar, como demonstra o Censo Agropecuário de 2006, elaborado pelo IBGE. Ainda que os dados se refiram as Regiões do país como um todo – não havendo dado específico para o Semi-árido – não deixam de ser significativos, já que 50% de todos os estabelecimentos rurais familiares e 35% da área territorial ocupada por eles no país concentram-se no Nordeste.

²⁴ De acordo com esse estudo do Ministério da Integração Nacional, para a nova delimitação do Semi-árido brasileiro, fora formado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tomou por base três critérios técnicos para esta nova classificação: “I. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II. Índice de acidez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período de 1961 e 1990; e III. Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Esses três critérios foram aplicados consistentemente a todos os municípios que pertencem à área da antiga SUDENE, inclusive os municípios do norte de Minas e do Espírito Santo”. (www.integracao.gov.br/.../download.asp?...semi_arido...semi_arido).

Mapa 3 – Nova delimitação do Semi-árido



Fonte: Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro – Ministério da Integração Nacional – 2005.

Boa parte desses agricultores, como os demais habitantes do Semi-árido, vivencia uma situação de dificuldades, como é de conhecimento geral, sobretudo quando se expõe na mídia uma série de aspectos acirrados por conta dos efeitos das secas periódicas. Para se ter uma idéia, a dimensão desses efeitos pode ser ilustrada por um dado do setor da agropecuária, que nos anos de seca mais severa tem sua contribuição para o PIB regional decrescida em 60%. Num panorama mais geral, quanto aos indicadores sociais, bastaria, para ilustrar melhor dizer

também que, dos 500 municípios que apresentam os menores IDH-M registrados no país, 238 (47,5%), localizam-se no Semi-árido (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Sob certo ponto de vista, os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará apresentam aspectos em comum, sob os quais é possível agrupá-los, destacando-os dos demais estados Nordestinos.

Um primeiro aspecto é que esses três estados têm sua área territorial quase integralmente contida no chamado Polígono das Secas, que se caracteriza basicamente pelo escasso e irregular regime de chuvas, sendo elas concentradas num curto período de cerca de três meses ao ano, além do predomínio da vegetação da Caatinga e das temperaturas elevadas (<http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/poligono-das-secas>). Em segundo lugar, a economia agrícola desses três estados, diferentemente dos demais estados nordestinos, praticamente não apresenta setores modernos. Em terceiro, a economia tradicional agrícola e agropecuária que neles se pratica é feita em áreas de grande risco climático e sob condições técnicas rudimentares (GOMES, 2001, p. 115).

A reunião desses aspectos por Gustavo Maia Gomes, em seu livro *Velhas Secas em Novos Sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-árido e dos Cerrados nordestinos* (2001), o leva a qualificar o comportamento desses três estados como sendo aqueles que, ao longo do tempo, melhor representariam a *economia tradicional do Semi-Árido*, que seria aquela estruturada em torno da pecuária extensiva e da economia agrícola, atividades caracterizadas pelas baixíssimas produtividades nos moldes em que lá se dão.

Numa visão panorâmica, isso se traduziria por um acentuado declínio, ou em alguns casos estagnação, da sua produção total agropecuária, implicando em déficit no abastecimento de alimentos e tendências de longo prazo preocupantes em termos de atividade econômica para esses três estados.

Em relação à população, e de forma surpreendente quando se considera o fenômeno da seca e desdobramentos como a migração, ela cresceu nas últimas décadas no Semi-árido Nordeste como um todo. Estima-se que, no início da década de 2000, cerca de 10 milhões de pessoas viviam no Semi-árido da agricultura e da pecuária tradicionais, atividades altamente vulneráveis às crises climáticas (GOMES, 2001, p. 8; 126-135). O comportamento demográfico do Nordeste nas últimas décadas é possibilitado pela visualização da Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – População Total, Urbana e Rural, 1970, 1980, 1991 e 1996

Área	1970	1980	1991	1996
População Total				
Nordeste da Seca	14 105	16 555	19 285	20 027
Nordeste Fora da Seca	14 004	18 259	23 125	24 739
Nordeste Total	28 109	34 814	42 410	44 766
Brasil	93 127	119 010	146 858	157 078
População Urbana				
Nordeste da Seca	4 343	6 454	9 622	10 865
Nordeste Fora da Seca	7 412	11 112	16 118	18 326
Nordeste Total	11 755	17 566	25 740	29 191
Brasil	52 094	80 435	110 862	123 080
População Rural				
Nordeste da Seca	9 762	10 101	9 663	9 162
Nordeste Fora da Seca	6 592	7 147	7 007	6 413
Nordeste Total	16 354	17 248	16 670	15 575
Brasil	41 033	38 575	35 996	33 998

Tabela reproduzida do livro *Velhas Secas em Novos Sertões* (GOMES, 2001, p. 136).

Fonte dos dados: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991, e Contagem Populacional de 1996. Nota: O *Nordeste da Seca* é a área geográfica formada pelos atuais 1.122 municípios do Nordeste (exclui, portanto, municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo) diagnosticados como *em situação crítica* na seca de 1998, e nos quais foram abertas frentes de trabalho da SUDENE; o *Nordeste Fora da Seca* é simplesmente o restante da região (idem).

Ainda em relação à população, alguns estudos apontam também que, paralelamente ao declínio de uma economia desorganizada, intimamente vinculada a atividade agropecuária, parte da população do Semi-árido viveria de uma “economia sem produção”, ou seja, baseada em rendimentos de trabalhadores aposentados, de renda advinda dos empregos públicos, das transferências da União para as prefeituras e governos estaduais (GOMES, 2001; EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

No caso da pecuária bovina, historicamente, sob o ponto de vista econômico a mais importante atividade agropecuária da região, nos três estados analisados ela teve uma variação negativa no período que vai de 1970 a 2007, como se pode verificar na Tabela 2. Ainda que não se possa dizer que sejam os únicos estados da federação em que isso tenha acontecido, e ainda que qualquer tentativa de se estabelecer um parâmetro de comparação em âmbito nacional fique comprometido pela distorção causada pelo enorme crescimento do setor nas Regiões Norte (2.119,3%) e Centro-oeste (294,6%) no período, que juntas representam mais de 50% do volume dos rebanhos nacionais – com aproximadamente 105 milhões de cabeças de um total de 200 milhões em 2007 – cabe chamar a atenção para a importância relativa da atividade num contexto como o do Semi-árido, tanto pelo que representa em termos históricos

(basta lembrar que Capistrano de Abreu lá identificou, não por acaso, aquilo que chamou de “civilização do couro”), quanto pelo que representa enquanto atividade produtiva para uma economia periférica em termos de desenvolvimento regional.

Tabela 2 – Rebanhos bovinos por grandes Regiões e unidades da Federação, sua variação e participação relativa – 1970-2007

Grandes Regiões e UFs	Rebanho bovino (cabeças)		Variação no período (%)	Partic. Relat. (%)	
	1970	2007		1970	2007
NORTE	1 706 177	37 865 772	2 119,3	2,1	19
Rondônia	23 125	11 007 613	47 500,4	0,0	5,5
Acre	72 166	2 315 798	3 108,9	0,0	1,2
Amazonas	263 487	1 208 652	358,7	0,3	0,6
Roraima	238 761	481 100	101,4	0,3	0,2
Pará	1 043 648	15 353 989	1 371,1	1,3	7,7
Amapá	64 990	103 170	100,2	0,0	0,1
Tocantins	3 603 813*	7 395 450	105,2	4,5	3,7
NORDESTE	13 805 921	28 711 240	107,9	17,5	14,4
Maranhão	1 473 788	6 609 438	348,4	1,8	3,3
Piauí	1 195 447	1 736 520	45,2	1,5	0,9
Ceará	1 713 110	2 424 290	41,5	2,1	1,2
Rio Grande do Norte	604 057	1 010 238	67,2	0,7	0,5
Paraíba	865 948	1 139 322	31,5	1,1	0,6
Pernambuco	1 196 055	2 219 892	85,6	1,5	1,1
Alagoas	483 180	1 112 125	130,1	0,6	0,6
Sergipe	616 761	1 073 692	70	0,7	0,5
Bahia	5 657 275	11 385 723	101,2	7,2	5,7
SUDESTE	26 845 044	38 586 629	43,7	34,1	18,4
Minas Gerais	15 140 493	22 575 194	49,1	19,2	11,3
Espírito Santo	1 386 809	2 142 342	54,4	1,7	1,1
Rio de Janeiro	1 193 064	2 078 529	74,2	1,5	1,0
São Paulo	9 110 633	11 790 564	29,4	11,5	5,9
SUL	18 953 024	26 500 261	39,8	24,1	13,3
Paraná	4 692 677	9 494 843	102,3	5,9	4,8
Santa Catarina	1 955 228	3 488 992	78,4	2,4	1,7
Rio Grande do Sul	12 305 119	13 516 426	9,8	15,6	6,8
CENTRO-OESTE	17 252 084	68 088 112	294,6	21,9	34,1
Mato Grosso do Sul	8 871 154	21 832 001	146,1	11,2	10,9
Mato Grosso	9 428 840	25 683 031	172,3	12	12,9
Goiás	7 792 839	20 471 490	162,6	9,9	10,2
Distrito Federal	30 405	101 590	234,1	0,0	0,1
Brasil	78 562 250	199 752 014	154,2	100	100

Tabela elaborada pelo autor. * Dado disponível referente a 1985.

Fonte dos dados: Censo Agropecuário 2006 e Produção da Pecuária Municipal, 2007, IBGE.

Muito mais que um indicativo de decréscimo numérico, portanto, fato é que a pecuária da região sofre pelo seu caráter extensivo e pouco aprimoramento técnico, o que acarreta numa atividade marcada pela baixa produtividade. Ainda que, mais uma vez, essas também não sejam características exclusivas da pecuária Nordestina, podendo-se dizer que seja

mesmo a característica predominante também das áreas nas quais os rebanhos cresceram enormemente nas últimas décadas (Norte e Centro-oeste). Mas, no Semi-árido, esses fatores não são “compensados” pelo considerável crescimento numérico dos rebanhos como o são nessas outras duas regiões. Em suma, o que se procura chamar a atenção é o fato da desorganização desse importante segmento da pecuária, tida historicamente como a principal “vocação” da região.

Numa perspectiva histórica, Gomes (2001) afirma que nesse quadro, se houve decadência das áreas que abrigaram no passado atividades agrícolas mais prósperas, por exemplo, como foram um dia as zonas canavieiras do litoral, o interior Nordeste, por sua vez,

[...] permaneceu sendo o que sempre foi, e isso não é muito. Se mudança houve, foi para pior: de periferia do centro, o Sertão tornou-se periferia da periferia, só que, agora, com uma população muito numerosa. Um lugar de pobreza permanente, assolado por desastres climáticos ocasionais, mas não raros, que tornam as coisas ainda piores: as secas. (GOMES, 2001, p. 8).

E nesses casos, a história mostra que a população rural tende a sofrer mais diretamente seus impactos, já que as secas, antes de afetarem drasticamente as cidades, já devastaram o campo (GOMES, 2001, p. 96). Para além dos períodos de seca, Gomes (2001) considera que, *em seus tempos normais*, a economia agropecuária tradicional dos sertões seria uma atividade que produziria em abundância “apenas a escassez e a miséria”, sendo os assalariados, temporários, parceiros e pequenos proprietários do Semi-árido, nessa ordem, as maiores vítimas dessa economia, ocupando, na escala de renda, as posições mais baixas (GOMES, 2001, p.104).

Ainda que duras, não existe nenhum fatalismo nessas considerações visando condenar o Nordeste a um destino inexorável, sobretudo aquele mais diretamente enfocado no contexto do Semi-árido. Essa advertência torna-se necessária já que, por vezes, um discurso fincado no “determinismo geográfico nordestino” estaria ligado às estratégias da elite regional conservadora para conseguir maior participação na divisão das verbas federais, como chama a atenção Ribeiro (1999). Outras possibilidades de uso de discursos que se apóiam nas condições climáticas como justificativa para o atraso da região, num binômio “indissociável” entre seca e miséria, com o tempo ganharam status de “verdade” e se popularizam, como lembra aquele autor.

Ao contrário, neste estudo, além do próprio objeto desta pesquisa que procura mostrar um movimento de revisão e as alternativas para um padrão pecuário em decadência, outros indícios ajudam a perceber que novos ventos de desenvolvimento vêm soprando sobre a região, desmentindo visões “deterministas”. Edição da revista Exame (4/11/09, edição 955, n.21), por exemplo, chamou a atenção em sua capa para o fato de que é no Nordeste que o Brasil vem crescendo mais rápido. Segundo a reportagem, recentemente, milhões de pessoas passaram a fazer parte do mercado consumidor e uma nova safra de empreendedores e investidores passou a se interessar pela região. Além de liderar com a maior taxa nacional de empregos formais criados em 2008 (2,52%, sendo a média do país de 0,95% para o período), o PIB da região também foi o que mais cresceu tomando-se como base o mesmo ano: 5,3%, contra 5,1% do PIB nacional. Em termos de reflexos sociais, a reportagem afirma que, desde 2003, cerca de 10 milhões de nordestinos ingressaram nas classes C e D, numa mobilidade social sem precedentes naquele contexto. Ainda segundo a reportagem, além dos benefícios de programas sociais como o Bolsa Família que impulsionam esse processo, a Região nunca recebera tantos recursos privados, sendo que os investimentos passaram dos 2 bilhões em 2003 para 13,3 bilhões em 2008.

Mas, como enfatizado anteriormente, o foco principal deste estudo não reside em analisar aspectos já consagrados de desenvolvimento, como seria o caso desses grandes investimentos que vem sendo feitos no Nordeste no campo da construção civil, da exploração de petróleo, das grandes obras públicas de infra-estrutura ou de grandes redes comerciais. Como dito, neste estudo procura-se compreender alternativas de desenvolvimento que possam abranger parcelas da população como aquelas que vivenciam a agricultura familiar nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, em geral pouco beneficiadas por iniciativas que movimentam investimentos de maior envergadura como os acima exemplificados.

3.2 Caprinovinocultura: caracterização geral e dados

Historicamente, a caprinocultura e a ovinocultura extensivas desenvolveram-se no Nordeste nas áreas mais desfavoráveis a outras atividades, dada à resistência e capacidade de adaptação dos animais. Tal fato acarretou numa enorme difusão dos caprinos e ovinos pelos

sertões, servindo de suporte à existência humana, sobretudo para população mais pobre e, de maneira mais ampliada, à todos nos períodos mais duros de seca.

Não por acaso, os dados estruturais do Censo Agropecuário 2006 demonstram que, no tocante aos efetivos de animais, a região Nordeste concentra mais de 90% dos caprinos e quase 60% dos ovinos do país, o que corresponde, respectivamente, a mais de 9 milhões e mais de 8 milhões de cabeças. A concentração estadual de caprinos e ovinos, com destaque para os três estados enfocados nesse estudo, de acordo com o documento Produção Pecuária Municipal 2007, do IBGE, pode ser visualizada nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 - Efetivo de caprinos e participação relativa segundo UF – 2007

Unidades da Federação	Efetivo de caprinos (cabeças)	Participação relativa (%)
Bahia	3 187 839	33,7
Pernambuco	1 595 069	16,9
Piauí	1 317 392	14,5
Ceará	976 880	10,3
Paraíba	636 457	6,7
Rio Grande do Norte	401 510	4,2
Maranhão	379 054	4,0
Paraná	141 341	1,5
Minas Gerais	135 246	1,4
Pará	91 697	1,0
Rio Grande do Sul	88 771	0,9
São Paulo	69 554	0,7
Alagoas	67 549	0,7
Santa Catarina	49 812	0,5
Mato Grosso	41 245	0,4
Goiás	40 780	0,4
Mato Grosso do Sul	31 881	0,3
Rio de Janeiro	30 909	0,3
Tocantins	21 923	0,2
Sergipe	17 972	0,2
Espírito Santo	17 585	0,2
Rondônia	16 575	0,2
Amazonas	14 808	0,2
Roraima	9 790	0,1
Acre	9 762	0,1
Amapá	2 771	0,0
Distrito Federal	2 140	0,0
Brasil	9 450 312	100

Tabela elaborada pelo autor. Fonte dos dados: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2008.

Tabela 4 - Efetivo de ovinos e participação relativa segundo UF – 2007

Unidades da Federação	Efetivo de ovinos (cabeças)	Participação relativa (%)
Rio Grande do Sul	3 830 061	23,6
Bahia	3 096 155	19,1
Ceará	1 998 165	12,3
Piauí	1 437 219	8,9
Pernambuco	1 256 270	7,7
Paraná	532 091	3,3
Rio Grande do Norte	514 224	3,2
Mato Grosso do Sul	464 851	2,9
Mato Grosso	429 176	2,6
São Paulo	415 431	2,6
Paraíba	409 634	2,5
Minas Gerais	242 801	1,5
Santa Catarina	241 089	1,5
Maranhão	226 216	1,4
Pará	213 599	1,3
Alagoas	201 273	1,2
Goiás	172 221	1,1
Sergipe	147 102	0,9
Rondônia	124 661	0,8
Tocantins	74 855	0,5
Amazonas	54 793	0,3
Acre	51 663	0,3
Rio de Janeiro	50 172	0,3
Espírito Santo	33 674	0,2
Distrito Federal	19 990	0,1
Amapá	2 069	0,0
Brasil	16 239 455	100

Tabela elaborada pelo autor. Fonte dos dados: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2008.

Em termos de comportamento regional, estudo de Martins et.al. (2007), visando analisar a dinâmica e a concentração na caprinovinocultura nacional no período de 1975 a 2003 afirma que, em termos gerais, houve um aumento de 35% no efetivo total desses animais em termos de Brasil, com crescimento observado em todas as regiões, com exceção da região Sul, que registrou decréscimo de 24%. O estudo enfatiza também que os caprinos estão presentes em 552 das 558 microrregiões classificadas pelo IBGE. Mostra ainda que, mesmo não tendo havido mudanças significativas na localização espacial em termos de território nacional, houve mudanças entre as microrregiões concentradoras dos maiores rebanhos de caprinos: quatro delas que figuravam entre as dez de maior densidade em 1973 saíram da lista em 2003, ao mesmo tempo em que passaram a figurar quatro novas microrregiões que não constavam naquela data anterior.

Essa dinâmica pode ser melhor visualizada na Tabela 5, chamando-se a atenção para o Cariri paraibano, sobretudo a Microrregião do Cariri Oriental, na qual se situa a cidade de Cabaceiras, um dos casos enfocados neste estudo, e que configura nas duas tomadas. No caso do Rio Grande do Norte, chama a atenção a entrada de duas microrregiões na tomada de 2003 entre aquelas com maior densidade, o que corrobora com outras fontes que atestam a crescente importância do segmento naquele estado, sendo a Microrregião da Chapada do Apodi fronteira à Microrregião de Mossoró, onde se localiza a cidade de mesmo nome, outro caso focado neste estudo.

Tabela 5 – Microrregiões e densidades de caprinos nos anos 1975 e 2003

ANO 1975			ANO 2003		
UF	Microrregião	Densidade (cabeça/km ²)	UF	Microrregião	Densidade (cabeça/km ²)
PE	Petrolina	18,044	PE	Itaparica	49,753
PE	Sertão do Moxotó	17,346	PB	Cariri Ocidental	31,916
BA	Esclides da Cunha	16,569	BA	Juazeiro	30,143
PE	Itaparica	15,477	PE	Sertão do Moxotó	27,113
PB	Cariri Ocidental	15,262	PB	Cariri Oriental	22,449
PE	Vitória de Sto. Antônio	15,223	RN	Chapada do Apodi	21,833
BA	Paulo Afonso	14,978	PE	Alto Capiberibe	21,007
PE	Médio Capiberibe	14,396	RN	Angicos	17,862
BA	Juazeiro	14,325	PB	Esperança	17,652
PB	Cariri Oriental	14,271	PE	Petrolina	17,437

Fonte: Martins et.al. (2007).

No entanto, ainda que regionalmente importantes, na somatória geral, os rebanhos ovino e caprino do Brasil representam, cada qual em seu segmento, menos de 2% do efetivo mundial. As concentrações dos maiores rebanhos mundiais podem ser vistas na Tabela 6, com destaque para o Brasil, que ocupa a décima quarta posição.

**Tabela 6 - Maiores rebanhos de ovinos e caprinos somados (1.000 cabeças) –
Período 1994-1996, 1999-2001, 2004, 2005 e 2006.**

País	1994- 1996	1999- 2001	2004	2005	2006
China	245.350	279.775	340.693	366.641	372.924
Índia	172.560	182.983	186.789	187.760	188.739
Austrália	125.080	115.228	101.882	101.586	100.555
Sudão	71.759	84.595	91.089	92.323	90.500
Paquistão	69.286	71.533	79.379	81.565	87.300
Irã	76.648	79.657	77.971	78.026	78.049
Nigéria	38.667	47.333	51.000	52.000	51.800
Bangladesh	31.639	35.232	43.830	47.000	50.380
Etiópia	19.590	20.796	32.925	37.098	42.193
Nova Zelândia	48.815	42.828	39.424	40.035	40.253
Reino Unido	43.160	41.290	35.937	35.345	34.818
Turquia	45.262	37.072	32.203	31.811	31.822
África do Sul	35.462	35.248	31.732	31.690	31.383
Brasil	27.028	23.777	25.105	25.895	26.421
Mongólia	21.051	25.376	21.409	23.924	26.152
Somália	25.767	26.143	28.300	29.300	25.800
Espanha	25.654	26.946	25.743	25.654	25.408
Argéria	20.309	20.707	21.744	22.499	23.370
Indonésia	20.471	19.928	20.856	21.736	22.770
Marrocos	17.939	21.939	22.385	22.204	22.615
Síria	13.210	14.313	18.695	20.947	21.300
Mali	13.180	16.273	20.400	20.403	21.000
Quênia	18.386	18.828	23.689	23.917	19.428
Burkina Faso	13.348	15.376	17.221	17.718	18.226
Rússia	35.427	15.026	17.030	17.771	18.213
Peru	14.433	16.442	16.694	16.779	16.779
Argentina	19.125	17.015	16.650	16.650	16.600
Turcomenistão	6.464	8.017	13.900	15.089	16.598
México	16.144	14.878	15.935	16.511	16.381
Iêmen	10.266	13.232	15.684	15.844	16.239
Tanzânia	13.788	15.377	16.071	16.071	16.050
Afeganistão	18.094	22.188	17.784	17.750	16.005
Mauritânia	9.315	13.130	14.450	14.450	14.450
Cazaquistão	26.309	9.721	12.247	13.409	14.335
Grécia	14.220	14.581	14.621	14.336	14.213
Uzbequistão	9.924	8.847	10.580	11.352	12.007
Nigéria	9.489	11.114	12.300	12.600	12.000
Uruguai	20.409	13.272	9.782	10.852	11.102
Bolívia	9.361	10.343	10.484	10.712	10.914
França	11.897	10.967	10.391	10.321	10.136
Mundo	1.739.680	1.768.991	1.877.702	1.935.980	1.955.407

Tabela elaborada pelo autor. Fonte dos dados: FAO Statistical Yearbook 2007-2008.

Contrapostos a dimensão territorial brasileira, bem como as “condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento da ovinocaprinocultura, nossos rebanhos são numericamente inexpressivos, principalmente quando comparados com a criação de bovinos” (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2006, p. 4) que, com cerca de 200 milhões de cabeças, faz do Brasil o país detentor do maior rebanho comercial do mundo nesse segmento da agropecuária.

3.2.1 Produtos da caprinovinocultura

O *Atlas of Goat Products* (2004), da International Goat Association (IGA)²⁵, em seu levantamento acerca da variedade de produtos de caprinos atualmente existentes e comercializados ao redor do mundo, catalogou 233 diferentes tipos. Reconhecidamente incompleto pelos próprios organizadores, esse levantamento, além de abarcar apenas 28 países, mostra que oito deles respondem por 70% dos produtos elencados no Atlas.

Por mais surpreendente que possa parecer, o Atlas aponta que no Brasil são fabricadas 11 modalidades de produtos, ainda que isso represente cifras muito pequenas em termos de produção mundial, como ressaltado anteriormente, também no que tange ao tamanho dos rebanhos. Os produtos que constam do Atlas são: carne de caprino enlatada, produzida na Paraíba; doce de leite pastoso, produzido “no país como um todo”, mas “principalmente no Sudeste”, segundo a visão dos organizadores do Atlas; iogurte, produzido e consumido em diversos estados do país; leite pasteurizado e congelado, produzido no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará; leite longa vida, sem especificação de lugar de produção, com ênfase no consumo em caráter de dieta por questões de saúde; licor de leite de cabra, produzido “em diversos estados do país”; leite sabor chocolate (“achocolatado”), produzido no Rio de Janeiro; produtos de beleza como xampus e sabonetes, produzidos no Sudeste; queijo fundido, feito no Rio de Janeiro; queijo minas frescal e queijo temperado, “disseminado por diversas regiões”, mas sobretudo no “Centro Sul”, de acordo com os levantamentos da IGA.

²⁵ A IGA constitui-se numa rede mundial de pessoas e organizações que visa promover pesquisas e disseminar informação, experiências e boas práticas no segmento da caprinocultura, defendendo uma sociedade mais justa, ambientalmente responsável e economicamente viável no que tange a produção de caprinos, de acordo com a página eletrônica da organização. “The International Goat Association (IGA) promotes goat research and development for the benefit of humankind, to alleviate poverty, to promote prosperity and to improve the quality of life” (<http://www.iga-goatworld.org/>).

Fato é que o *Atlas* não discrimina as dimensões dessas produções, quando muito apenas “classifica” se se tratam de produções “industriais”, “artesaniais”, “caseiras” etc., deixando em aberto estimativas sobre esses mercados e o consumo correspondente. De modo geral, a falta de maior detalhamento ou especificação não é rara quando se trata dos produtos da caprinovinocultura, como se constatou por diversas vezes ao longo do presente estudo.

3.2.1.1 Leite caprino

No panorama mundial, que coloca o país em décimo quarto lugar em termos de tamanho de rebanho caprino e ovino somados, o Brasil contribui, por exemplo, com pouco mais de 1% da produção de leite de cabra produzido no mundo, segundo dados do IBGE relativos ao início da década de 2000. Segundo dados da FAO expostos na Tabela 7, o Brasil ocupa a décima nona posição mundial na produção de leite caprino.

Tabela 7 - Maiores produtores mundiais de leite de cabra (2007)

País	Produção (\$1000)	Produção (MT)	
Índia	1205760	4000000	F
Bangladesh	607703	2016000	F
Sudão	425729	1456000	
Paquistão	205582	682000	
França	174232	579000	F
Grécia	137146	505523	*
Espanha	127509	488500	F
Irã	123590	410000	F
Somália	118465	393000	F
Rússia	78281	259693	
China	75508	262744	F
Indonésia	71742	238000	F
Turquia	71588	237487	
Argélia	69331	230000	F
Mali	61194	203007	Fc
Nigéria	58780	195000	Fc
México	50467	167423	
Jamaica	49737	165000	F
Brasil	41146	136500	Fc
República Dominicana	35268	117000	F

* :Unofficial figure / F: FAO estimate / Fc: Calculated data.

Tabela elaborada pelo autor. Fonte dos dados: FAOSTat.

Mas fato é que essa baixa produção não é apenas uma característica do Brasil, mas de países menos desenvolvidos em geral, já que aproximadamente 6% dos caprinos localizados em regiões desenvolvidas são responsáveis por 26,3% do leite produzido mundialmente pela espécie. Essa alta produtividade se contrapõe ao fato de que cerca de 94,2% dos caprinos no mundo encontram-se em regiões menos desenvolvidas. De acordo com o *Atlas of Goat Products* (2004), estima-se que 80% das cabeças de caprinos estejam localizadas na África e na Ásia. Segundo Pimenta Filho et. al. (1994), estes dois continentes seriam responsáveis por cerca de 70% do leite produzido mundialmente.

Fazendo um balanço dessas informações, pode-se dizer que elas evidenciam a capacidade dos caprinos de se adaptarem às condições ambientais adversas, o que justifica sua reputação de animais rústicos, mas também evidencia condições precárias de manejo a que está submetida essa produção nos países que concentram a maior parte dos rebanhos (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2006).

No caso de derivados lácteos da caprinovinocultura como queijo, chama a atenção a valorização desses produtos em países europeus como a França, sendo que no Brasil, quando muito, esse comércio restringe-se a um tímido “mercado de luxo”, explorando-se um alto valor agregado dos poucos produtos ofertados nos poucos pontos de venda das regiões e cidades mais ricas do país.

E aí, nesse como nos outros casos que envolvem produtos da caprinovinocultura, problemas pontuais devem ser vistos sob a perspectiva da integralidade da cadeia produtiva, pois, formada por elos, uma dependência sistêmica de várias instâncias acaba por incidir sobre o sucesso ou fracasso do segmento como um todo. No caso em questão, Ribeiro²⁶ (1993 apud PIMENTA FILHO et. al., 1994) menciona a dificuldade enfrentada por laticínios do país especializados em leite de cabra em face da concorrência de produtos lácteos importados, sobretudo da França. O autor afirma que, dos sete laticínios que fabricavam queijos finos de leite de cabra em funcionamento no início dos anos 1980, todos fecharam as portas até o final da década. De fato, os autores chamam a atenção para a enorme vantagem dos países da Comunidade Econômica Européia em termos de produtos mais elaborados, colocando em questão os nichos de mercado sobre os quais seria mais vantajoso países como o Brasil investirem com vistas a capacidade de expansão de mercados. Sob essa perspectiva, segundo aqueles autores, um aumento do valor agregado com a melhoria da qualidade de produtos

²⁶ RIBEIRO, S. D. A. Produção intensiva de caprinos. Revista Brasileira de Reprodução Animal. Suplemento, n.4, p.143-149, 1993.

como o queijo (equilibrando-se melhor qualidade a um menor custo ao consumidor) e a ampliação do comércio do leite *in natura* poderiam ganhar importância no âmbito do mercado interno. Mas para isso, evitando-se que ocorra processo semelhante como no passado recente de fechamento de laticínios, uma série de medidas têm que ser colocadas em prática possibilitando um aprimoramento da cadeia produtiva, processo que envolve melhoria das condições de manejo, produção, qualidade da matéria-prima, certificação, rastreamento dos produtos etc.

Para se ter uma idéia das dificuldades que envolvem imprimir um novo padrão de produção, basta procurar e constatar a escassez de informações relativas ao setor. No âmbito nacional, uma das poucas fontes encontradas nos levantamentos realizados refere-se aos dados estruturais dos censos agropecuários do IBGE, e que fazem referência à produção de leite de cabra, como se pode ver mais à frente na Tabela 8, elaborada a partir dessas informações (mais especificamente através do confronto dos dados estruturais de diferentes edições dos censos agropecuários), que traz em destaque os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, aqueles que mais interessam a este estudo.

Em termos de estudos de mercados, são ainda mais raras as fontes de informações quando se trata de caprinovinocultura. No âmbito desta pesquisa, os estudos encontrados mais consistentes referem-se ao estado do Rio Grande do Norte, e tem como um de seus autores aquele que é um dos agentes-chave do setor, principal expoente contatado da “rede de entusiastas” daquele estado.

Segundo o estudo *A Caprinovinocultura no Rio Grande do Norte – aspectos mercadológicos na Grande Natal*, baseado num levantamento junto a comerciantes de diversos segmentos visando avaliar a oferta e demanda por produtos da caprinovinocultura, Nobre (2007) afirma que o estado é o maior produtor do país de leite caprino pasteurizado, com uma produção diária em torno de 11 mil litros²⁷. Estima-se que essa produção, somada a da carne, envolva mais de 10 mil criadores de diferentes portes, sendo boa parte de pequenos agricultores familiares, em todos os 167 municípios do estado, além dos envolvidos indiretos nos demais elos dessa cadeia produtiva. Em outro estudo de Nobre et. al. (2006), que foca especificamente a caprinocultura leiteira, intitulado *Panorama da produção de leite caprino no Rio Grande do Norte*, estima-se que o rebanho caprino a partir do qual se obtém leite com finalidade comercial gire em torno de 10% do efetivo total, o que representaria cerca de 40

²⁷ A mesma afirmação foi ouvida em depoimentos de especialistas no que se refere ao estado da Paraíba, que também reivindica o primeiro lugar na produção nacional de leite caprino. Na ausência de dados mais confiáveis, o que se pode afirmar é que hoje os dois estados são os maiores produtores nacionais.

mil cabeças, sendo o número médio de matrizes (em lactação e secas) de aproximadamente 16 mil animais.

Tabela 8 - Quantidade de leite de cabra produzido segundo grandes Regiões e unidades da Federação – 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006 e participação relativa em 2006.

Grandes Regiões e UFs	Leite de cabra (1 000 L)					% 2006
	1975	1980	1985	1995	2006	
NORTE	19	134	428	173	119	0,55
Rondônia	4	92	171	26	34	0,18
Acre	1	-	1	28	2	0,01
Amazonas	3	7	28	10	23	0,10
Roraima	-	0	-	4	-	-
Pará	11	33	64	56	42	0,19
Amapá	0	-	1	0	-	-
Tocantins	-	-	171	49	16	0,07
NORDESTE	10 836	21 987	27 625	15 275	14 201	66,7
Maranhã	91	298	211	353	46	0,21
Piauí	511	2 147	974	1 250	962	4,52
Ceará	1 551	3 162	5 620	2 333	1 111	5,22
Rio Grande do Norte	530	804	935	229	2 287	10,74
Paraíba	1 608	1 752	3 642	1 248	3 995	18,77
Pernambuco	2 818	3 450	8 194	2 335	2 022	9,5
Alagoas	374	253	279	359	374	1,75
Sergipe	63	57	143	97	151	0,70
Bahia	3 290	10 059	7 624	7 071	3 254	15,29
SUDESTE	1 172	1 364	4 748	4 629	5 224	24,55
Minas Gerais	606	685	3 010	2 062	2 214	10,40
Espírito Santo	118	67	118	441	148	0,69
Rio de Janeiro	104	271	743	848	875	4,11
São Paulo	343	340	875	1 278	1 986	9,33
SUL	1 263	1 936	2 427	1 058	1 216	5,71
Paraná	976	1 453	2 027	346	272	1,27
Santa Catarina	131	101	86	367	354	1,66
Rio Grande do Sul	56	381	313	345	591	2,77
CENTRO-OESTE	104	102	594	765	514	2,41
Mato Grosso do Sul	39	23	41	275	104	0,48
Mato Grosso	29	35	435	90	52	0,24
Goiás	34	33	81	150	267	1,25
Distrito Federal	2	10	36	250	91	0,42
Brasil	13 394	25 527	35 834	21 900	21 275	100

Tabela elaborada pelo autor. Fonte dos dados: Censo Agropecuário 2006, IBGE

Atualmente, além daquilo que é consumido nos próprios estabelecimentos rurais (cerca de 27% em 2000, segundo pesquisa citada por Nobre e realizada pelo Sebrae/Sintec), a produção do estado é encaminhada para cinco usinas que beneficiam ou processam o leite caprino. Entre elas, destaca-se a usina Leite do Sertão (Nutrívida Indústria de Laticínios Ltda.), que atende a região de Mossoró, um dos casos estudados, e que movimentaria em média 300 litros/dia de leite caprino (NOBRE et. al., 2006). Nobre (2007) ressalta que todas

as cinco usinas, enquanto unidades fabris, têm potencial físico para crescimento nas suas atuais atividades. No entanto, o autor chama a atenção para a questão da sustentabilidade econômica do segmento por conta daquele volume de leite de cabra ser hoje praticamente todo ele comercializado no âmbito dos programas governamentais, o que suscita incertezas quanto ao futuro e impõe a necessidade de se assegurar outros mercados.

Nesse sentido, aquele estudo aponta algumas iniciativas ligadas a associações comunitárias de agroprodutores que já se organizam nesse sentido no Rio Grande do Norte, sendo exemplos disso citados por aquele autor a Associação Comunitária dos Agroprodutores dos Vales Umari – Jacumã (ACAVUJ), sediada no município de Afonso Bezerra, que iniciou suas atividades em 2006 e está equipada para beneficiar o leite caprino e fabricar queijos, bebidas lácteas e iogurtes a partir dele; e a Associação Comunitária dos Cachos (ACC), instalada na zona rural do município de São João do Sabugi e em funcionamento desde 2007 e funciona em moldes semelhantes a anterior. Além dessas duas iniciativas, o autor afirma que existem ainda no estado outras iniciativas de pequenas unidades artesanais que processam cerca de 500 litros de leite caprino por dia e produzem queijos e outros derivados para um mercado informal, sendo que, esses negócios, devidamente apoiados, poderiam crescer e estimular o surgimento de novos empreendimentos. Segundo aquele estudo, em Mossoró seriam duas unidades semi-artesanais em funcionamento, uma destinada à produção de rapadura e outra de molhos (picantes e condimentados) e doces tendo como base o leite caprino, o que corrobora com as informações colhidas nas pesquisas de campo realizadas.

Diante dessas constatações, e de maneira geral, Nobre et. al. (2006) afirma que, mesmo enfrentando diversas limitações, a caprinovinocultura caracteriza-se como uma das mais promissoras atividades econômicas do agronegócio estadual. Por isso, exige, tanto por parte do setor público quanto privado, “uma ação permanente de modernização que lhe assegure sustentabilidade econômica e crescente conotação social” (NOBRE et. al., 2006, p. 22). Ainda que essas considerações partam de um autor voltado para a realidade do Rio Grande do Norte, na ausência de outros estudos e pelas constatações das pesquisas de campo que revelam uma identidade regional no segmento da agropecuária em foco, entende-se que essas informações sejam significativas para compreensão da realidade atual da caprinocultura leiteira do Nordeste. No caso específico do Rio Grande do Norte, e sob o viés de uma produção tendo por base a agricultura familiar, eles também, espelham o estágio mais avançado nesse setor. Não obstante, ainda que não tenham sido encontrados dados disponíveis

nesses moldes relativos ao estado da Paraíba, como se demonstrará nos Capítulos 5 e 6, essa posição de destaque encontra, na verdade, destaque nesses dois estados do Nordeste.

3.2.1.2 Carnes

Sob o sistema extensivo, a exploração de caprinos e ovinos no Nordeste do Brasil é voltada principalmente para o consumo de sua carne pelo mercado regional, não sendo, grosso modo, adotadas práticas consideradas adequadas por órgãos e especialistas do setor no que se refere ao manejo alimentar e sanitário, fatores que têm contribuído para a baixa produtividade também nesse segmento.

As potencialidades da caprinovinocultura vêm sendo recorrentemente citadas por agentes da “rede de entusiastas” e indicam que já começam a ganhar significativo espaço não somente na opinião pública do Nordeste, região em que isso definitivamente já se constata. Um dos fortes argumentos em favor da atividade se refere ao seu potencial econômico, visivelmente estrangulado. Por exemplo, segundo Nobre (2007, p. 26), “diversos estudos revelam uma demanda reprimida para o consumo de carne caprina e ovina no país. O Nordeste, em particular, apresenta um déficit de carne de caprinos e ovinos em torno de 13 mil toneladas/ano”, o que obriga a importação, tanto de outros estados do Sudeste e Sul, quando de outros países como o Uruguai.

Esse e outros aspectos marcaram a Audiência Pública, tida como marco para o setor, realizada em 2007 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal. Objetivando sensibilizar os parlamentares para a necessidade de um pacote de políticas públicas para a caprinovinocultura, discutiram-se as potencialidades, desafios e dificuldades do setor no país. Na ocasião, pesquisadores mostraram que para garantir o abastecimento interno na atualidade seria necessário aumentar o rebanho desses animais em 23 milhões de cabeças, o que equivale a 204 mil toneladas de carne, meta ainda bastante distante da realidade atual. Técnicos participantes da Audiência também estimaram que esse aumento da oferta seria capaz de gerar 575 mil novos empregos e de movimentar R\$ 277 milhões na economia. Outra estimativa apresentada foi aquela que considera que cada 40 animais geram um emprego. Considerando-se, por exemplo, um aumento do consumo de carne de caprinos e ovinos para uma taxa equivalente a 12% do

consumo de carne bovina no país, geraria-se 3,6 milhões de novos empregos (<http://blogdafolha.blogspot.com/2007/09/audiencia-pblica-na-cmara-federal.html>).

Cabe dizer que a referida Audiência Pública coloca-se no contexto de tentativas de construção de uma maior institucionalidade para o setor. Um avanço nesse sentido foi a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos, instalada em maio de 2004 em Salvador (BA), e que passou a reunir 22 organizações de diferentes segmentos, entre as quais duas que mais interessam ao presente estudo, Embrapa e Sebrae. Entre os objetivos da Câmara destaca-se o aprimoramento da interlocução, exposição e negociação das dificuldades e das demandas do setor de ovinos e caprinos junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e demais agentes públicos e privados.

Com relação ao rebanho ovino, cabe dizer que no panorama mundial da carne destes animais, o Brasil contribui com cerca de apenas 1%, apresentando um abate médio anual de pouco menos de 1 milhão de cabeças, com fortes flutuações entre os anos, segundos dados oficiais. Um panorama da produção mundial e do consumo desse segmento pode ser visualizado nas Tabelas 9 e 10.

Tabela 9 – Principais países produtores de carne de ovinos (2006)

País	Produção (ton.)	Participação (%)
China	2.431.000	29,1
Austrália	625.629	7,5
Nova Zelândia	500.000	6,0
Irã	388.880	4,7
Reino Unido	331.000	4,0
Turquia	272.000	3,3
Índia	238.800	2,9
Espanha	226.587	2,7
Síria	200.000	2,4
Outros	3.141.486	37,6

Fonte: FAOStat (ZANELLA, 2007).

Tabela 10 - Consumo de carne de ovinos e caprinos por região (2007*)

Região	Consumo (kg/hab/ano)	Consumo (mil ton eq. carc.)	Variação per capita 2000-2007 (%)
Oceania	17,9	600	-1,0
Europa	2,8	1.459	-1,3
África	2,4	2.224	-0,1
CEI 12	2,2	598	2,3
Ásia (excluída CEI)	2,1	8.221	3,4
América Central	1,0	195	2,2
América do Sul	0,9	342	-0,5
América do Norte	0,6	200	-0,4
Desenvolvidos	2,3	3.036	-0,5
Em desenvolvimento	2,1	10.817	2,6

*Previsão. Fonte: FAO (ZANELLA, 2007).

Essa pequena participação do Brasil não se justifica pelo cenário que apresenta o mercado de carnes e outros derivados de caprinos e ovinos, tido como altamente favorável à caprinovinocultura, conforme mostram uma série de dados e afirmam insistentemente especialistas do setor e agentes da “rede de entusiastas”. Há estimativas, por exemplo, que mostram que por aqui o consumo de carne desses animais não chegue a 700g habitante/ano, enquanto que em países do chamado primeiro mundo ele varie de 20 a 28 kg habitante/ano ([http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/49A7E70DA9FFD4FA83257340040EE7C/\\$File/PERFIL%20SETORIAL%20DA%20CAPRINOVINOCULTURA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/49A7E70DA9FFD4FA83257340040EE7C/$File/PERFIL%20SETORIAL%20DA%20CAPRINOVINOCULTURA.pdf)). Nas Tabelas 11 e 12, pode-se ter uma melhor dimensão do panorama do consumo de carne de ovinos e caprinos e da produção mundial deste segmento.

Tabela 11 - Consumo de carne de ovinos e caprinos – países selecionados (2007*)

País	Consumo (kg/hab/ano)	Consumo (mil ton eq. carc.)	Variação per capita 2000-2007 (%)
Nova Zelândia	39,7	158	-0,6
Austrália	19,1	391	0,7
Sudão	7,7	279	-0,8
Irã	7,6	550	2,1
Turquia	4,2	318	-3,6
África do Sul	4,1	184	-2,0
China	3,5	4.663	7,0
Paquistão	3,3	564	0,4
UE25	2,7	1.237	-4,2
Nigéria	1,9	265	-0,7
Argentina	1,5	59	-1,0
México	1,4	152	2,4
Rússia	1,1	157	1,9
Brasil	0,7	130	0,1
Índia	0,6	718	-0,8
Estados Unidos	0,5	157	-1,6

* Previsão. Fonte: FAO (ZANELLA, 2007).

Tabela 12 – Principais países produtores de carne de caprinos (2006)

País	Produção (ton.)	Participação (%)
China	1.926.914	41,7
Índia	475.000	10,3
Paquistão	392.000	8,5
Sudão	186.000	4,0
Nigéria	147.066	3,2
Bangladesh	137.000	3,0
Irã	105.000	2,3
Indonésia	53.270	1,2
Mali	48.510	1,0
Outros	1.154.650	25,0

Fonte: FAOStat (ZANELLA, 2007).

Mesmo sendo relativamente baixo o consumo nacional, dados mostram que, para atender a demanda interna, vem sendo necessária a importação de carne caprina, que passou de US\$ 833 em 1996 para US\$ 17,1 mil em 2000, e a importação de carne ovina, que passou de 2,3 mil toneladas em 1992 para 14,7 mil toneladas em 2000, representando neste último caso um crescimento acima de 600 % (<http://www.cnpq.embrapa.br/artigo-8.htm>). Nesse sentido, pode-se dizer que a atividade aponta para um negócio com grande potencial de expansão no Brasil, ainda que seja necessário para isso vencer uma série de obstáculos como a falta de maior organização dessa cadeia produtiva, com destaque para necessidade de melhor estruturação de canais de comercialização, entre outros aspectos.

3.3 Caprinovinocultura e impacto ambiental

Além das questões apresentadas até aqui, com relação a esse contexto cabe dizer que as características naturais confrontadas com as transformações do Semi-árido, intensificadas nas últimas décadas, têm chamado a atenção também para problemas ambientais. Nesse panorama, a caprinovinocultura extensiva, na qual os animais são criados soltos, podendo consumir intensamente a vegetação da Caatinga, colocam a prática como potencial contribuidora para a degradação deste bioma.

Além dessa atividade, outras de origem antrópica, associadas a práticas inadequadas de exploração – principalmente representadas por sistemas de cultivo espoliativos, supermanejo da Caatinga e extrativismo predatório – levam a estimativas que calculam em 20 milhões de hectares, ou 22% da Região Semi-árida, como sendo a área em processo de degradação (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006). Outras estimativas afirmam que a Caatinga já perdera parte significativa dos aproximados 850 mil quilômetros quadrados que ocupava originalmente – que equivaliam a aproximadamente 9% do território nacional -, estando entre as principais causas dessa destruição a agropecuária extensiva e o desmatamento para uso de lenha como fonte de energia.

A Caatinga compreende grande parte da região Nordeste, sendo o segundo bioma a sofrer ação antrópica no processo de ocupação do Brasil através do desenvolvimento da pecuária, segundo dados do IBGE (2004), os impactos da ação humana podem ser verificados em 36,3% de sua área, restando 62,8% de sua vegetação nativa, sendo 24,4% de floresta (http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/configuracao_territorial.htm).

Não obstante, tratado com baixa prioridade, o ecossistema é tido como um dos menos conhecidos cientificamente. Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente (vinculado ao IBAMA), a Caatinga tem apenas 4% de seus remanescentes protegidos em unidades de conservação, ainda que abrigue 932 tipos de plantas, das quais 380 exclusivas de lá. Uma exclusividade também se refere ao fato da Caatinga ser considerado o único bioma restrito ao território nacional, já que o Brasil divide a Mata atlântica, o Pantanal e a Amazônia com outros países da América Latina (<http://www.agrosoft.org.br/agropag/100639.htm>).

Esse quadro ambiental tem levantando questionamentos sobre o problema da ameaça de desertificação a que o Semi-árido está submetido e, como dito, a potencialidade que a caprinovinocultura nos moldes tradicionais e extensivos opera nele. Por conta disso, e como será melhor focado no Capítulo 6 do presente estudo, recaem também as tentativas de revisão dessa prática nos moldes em que ela vem se dando ao longo do tempo.

Nas pesquisas teóricas realizadas, não são raros os registros encontrados de pesquisadores que vem realizando diagnósticos sobre o problema. Quanto ao Cariri paraibano, por exemplo, segundo o geógrafo Bartolomeu Israel de Souza, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a criação de cabras está contribuindo de forma significativa para a destruição da vegetação da caatinga local. Para o pesquisador, e como constatado nas pesquisas de campo de forma unânime entre os técnicos do setor, o grande problema está no modelo de manejo dos animais, que são criados soltos para retirarem alimento da caatinga, já que os proprietários rurais não têm por hábito produzirem alimento para os mesmos, ficando seus animais na dependência da vegetação nativa como suporte de suas atividades. Com o movimento crescente das criações, estimuladas por iniciativas como os Programas Estaduais do Leite, a vegetação que já era escassa passou a ser insuficiente para suportar o aumento no número de animais, acelerando o processo de degradação. Uma estimativa preocupante é aquela que qualifica que mais de 90% das áreas do Semi-árido paraibano sejam susceptíveis à desertificação, o que significa que se nenhuma providência for tomada agora, num futuro próximo, praticamente todo o Estado sofrerá as consequências. Não obstante esse alerta, pesquisas do geógrafo revelam também que, apesar do diagnóstico que faz do estado avançado de ameaça de desertificação presente em quase todo o Cariri, os solos da região continuam férteis, sendo possível sua recuperação desde que providências sejam tomadas (http://www.vitrinedocariri.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22384&Itemid=87).

Por último, cabe situar que, sob a ótica do presente estudo, uma reflexão em torno desse problema específico pode ser entendida também como estratégica no momento em que o Planeta se debruça sobre o tema do aquecimento global. Enquanto o debate ainda parece se situar no plano da mitigação dos efeitos daquilo que, cada vez mais, parece incontornável – o aumento da temperatura do Planeta – experiências como as enfocadas nesse estudo, e desenvolvidas no Semi-árido, podem ser bastante instrutivas no sentido de antecipar cenários, propiciando reflexões que buscam por soluções mais adaptadas a novas condições climáticas e que tocam o tema do desenvolvimento, sobretudo para parcelas pobres da população, como se prognostica as que mais sofrerão com os efeitos das mudanças planetárias em curso.

4. SERTÃO: OCUPAÇÃO E TRADIÇÃO

Para melhor compreender os processos de construção social de mercados da caprinovinocultura entende-se como necessária uma visão histórica sobre o desenvolvimento da sociedade dos sertões Nordestinos. Nesse sentido, o estudo da história da (re)ocupação dessa região e da formação da vida sertaneja visa lançar luz às formas de sociabilidade que lá se estabelecem, tendo como traço marcante à cultura de valorização do gado bovino. Em outras palavras, partindo do pressuposto de que a cultura importa para conformação do “mundo econômico”, procura-se compreender como que esse processo histórico influencia o presente, sobretudo no que tange às resistências que muitas vezes se revelam por parte de pequenos agricultores familiares e que se contrapõem a aceitação da caprinovinocultura como atividade com potencial econômico.

Cabe dizer preliminarmente que, em seu apogeu, a atividade da pecuária bovina proporcionou ao Semi-árido um patamar econômico nunca mais visto, ainda que num curto período. Por mais que hoje ela apresente limitações evidentes, com a sua decadência no contexto enfocado, para os produtos do gado bovino haveria um mercado claramente identificado, estimulando uma aposta na atividade que dosa aspectos do imaginário social e da economia “de fato”. Tal cenário difere da caprinovinocultura, atrelada a um consumo doméstico e a comercialização esporádica e ocasional na comunidade do entorno para a maior parte dos pequenos criadores. Ainda, o status de “miúnga” (criação de pouco valor) dos pequenos ruminantes, atrelada historicamente a população mais pobre, completariam um quadro cognitivo de desvalorização dos caprinos e ovinos, sobretudo em seu aspecto comercial. Sob uma perspectiva histórica, esses e outros aspectos são enfocados a seguir neste Capítulo.



Landseer, Charles. (1799-1879) - Certanejo ou cattle driver. s/d.

“A alma da terra passa para o homem”, disse Victor Hugo.
A alma do sertão modelou a alma do sertanejo.
(Gustavo Barroso. *Terra de Sol – Natureza e Costumes do Norte*, 1912).

A compreensão sobre o processo de ocupação dos sertões Nordestinos pelos colonizadores, no qual a pecuária é elemento central, encontra, nas crônicas e relatos de viagens pelo território nos primeiros séculos da colonização, subsídios importantes para uma visão sobre esse passado.

Recorrendo a vários autores que testemunharam esse período, desde anônimos até o Jesuíta Antonil, que publicara, em 1711, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, talvez o mais considerado entre todos, diversos desses textos embasam boa parte dos trabalhos de historiadores e outros cientistas sociais que se voltaram posteriormente ao tema. Esses são os casos de Capistrano de Abreu, Gustavo Barroso, Caio Prado Junior, Euclides da Cunha, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Manuel Correia de Andrade entre outros, que, em maior ou menor grau, dedicaram parte de seus estudos ao tema da ocupação colonial desta porção do território, destacando sua importância no processo de constituição da nação e ressaltando suas peculiaridades enquanto fenômeno social.

Uma melhor compreensão sobre o valor social que a pecuária detém, ainda nos dias de hoje, sobre boa parte da população, sobretudo aquela mais diretamente ligada ao campo Nordeste, foco deste estudo, é pretendida pela leitura desses e de outros autores que, direta ou indiretamente, acabam por trazer elementos reveladores sobre aspectos da cultura e da economia da vida sertaneja.

4.1 Sertão – da palavra ao concreto.

Gustavo Barroso afirma que nenhuma palavra é mais ligada a história do Brasil, em especial à do Nordeste, do que a palavra sertão. Desde o início da colonização ela apareceria “rotulando o interior das terras”. Mas isso não seria uma particularidade das terras daqui, pois os portugueses já teriam feito uso do termo em suas colônias de outros continentes e na própria Metrópole, utilizando-o para designar qualquer “*locus mediterraneus*” (BARROSO, 2004).

No nosso caso, de acordo com Manuel Correia de Andrade, considerando-se a classificação das regiões geográficas do Nordeste, Sertão seria uma das quatro grandes divisões que, juntamente com a Mata, o Agreste e o Meio Norte, caracterizam grosso modo

essa região do país. Podendo-se dizer que seja comum ao menos um elemento sobressair na caracterização das paisagens, no caso do Nordeste este elemento seria o clima. Daí distinguir-se-ia, desde o tempo colonial, uma região conhecida como sendo a da Mata, caracterizada por seu clima quente e úmido, com duas estações bem definidas, uma chuvosa e outra seca. Esta equivaleria à área por excelência ocupada pela cultura canavieira, das grandes fazendas e engenhos do período colonial. Já o Sertão, também quente, porém seco, área sujeita à secas periódicas, muitas das quais rigorosas, seria a área por excelência da pecuária, sobretudo a extensiva, que predominou ao longo dos séculos naquela região. Entre elas se situa o Agreste, zona de transição, com trechos secos e outros úmidos, agregando assim elementos dos dois sistemas anteriores e condensando atividades tanto agrícolas quanto pastoris, conforme dinâmicas específicas ao longo do processo histórico (ANDRADE, 1998).

Segundo aquele mesmo autor, ainda que seja complexa a origem das paisagens geográficas, pode-se dizer que de fatores naturais e da organização dada pelo homem ao espaço, se influenciando mutuamente, resultariam as paisagens naturais e culturais.

Deste processo resulta que, na fase inicial da colonização do território brasileiro, com exceção de São Paulo, centro de expansão dos bandeirantes, todos os núcleos da ocupação colonizadora ficavam na costa marítima. Tal constatação levou Frei Vicente de Salvador, em sua *História do Brasil*, obra de 1627, a comparar os portugueses a caranguejos, analogia que se fez tantas vezes repetida para ressaltar o desinteresse em se adentrar o continente e repovoá-lo, situação que assim não permaneceria por muito tempo.

No Nordeste, isso começaria a se transformar com a introdução do gado, sendo as conseqüências decisivas para o perfil da colonização, com os portugueses empreendendo atividades pastoris num espaço continental ultramarino, o Sertão. Para Gilberto Freyre, a presença do gado contribuirá decisivamente para alterar a fisionomia da paisagem em seus traços essenciais (FREYRE, 2004).

Tanto é que, no início do século XVIII, a analogia aos caranguejos perderia a razão de ser ante a admiração de testemunhos como os de Antonil e Rocha Pitta, face à constatação do alargamento do território “rasgado pelos cascos de boi”. Numa das passagens, ao descrever a dimensão das boiadas, sabendo que seus leitores estavam habituados aos parques rebanhos europeus, Antonil conclui prudentemente: “temo que não seja crível” (ALENCASTRO, 2000, p. 340). Com o passar do tempo, o contínuo processo de alargamento do território que vai sendo ocupado no Sertão, acompanhado do também crescente número de animais das

criações, continuaria surpreendendo seus observadores, até alcançar mais tarde a dimensão de “civilização do couro”, nas palavras de Capistrano de Abreu.

4.2 Introdução da pecuária e transformações sociais

Segundo Sergio Buarque de Holanda, as primeiras cabeças de gado que aqui chegaram remontam ao ano de 1549, vindas com a frota do governador-geral, Tomé de Sousa. No ano seguinte uma nova leva de animais é desembarcada, valorizados nas palavras do governador-geral como “a maior nobreza e fartura nestas partes”. Rapidamente multiplicaram-se as criações e, em 1552, já se configuravam estreitas as terras de Garcia d’Ávila, funcionário da Coroa, que então requeria mais terras para comportar “suas duzentas cabeças de gado, sem contar os porcos, cabras e éguas que tinha (...)” (HOLANDA, 1960, p.117).

Mas de fato, apesar do movimento de expansão de terras das sesmarias e dos desdobramentos específicos dessa história que fariam a Casa da Torre de Garcia d’Ávila ilustre por mais de três séculos (HOLANDA, 1960, p.118), a pecuária era atividade secundária e acessória, situada num segundo plano em face de outras grandes atividades econômicas da colônia voltadas para exportação.

No Nordeste, num primeiro momento essa atividade principal restringe a colonização à orla dos canaviais, na qual os engenhos voltam-se para a produção do açúcar para exportação. Ao incorporar o “zig-zague sertanejo do gado” (ALENCASTRO, 2000, p. 340), a colonização avança também sobre a zona da caatinga. Dessa forma, nas palavras de Nelson Werneck Sodré, a criação de gado proporcionou uma “segunda dimensão da terra brasileira” (HOLANDA, 1960, p. 218).

Com o aumento de sua atividade, a pecuária não traz somente mudanças na expansão dos domínios colonizados. Ao mesmo tempo em que alarga o território, ela vai transformando a sociedade luso-brasílica, especialmente aquela que circunda a grande unidade produtora na qual se assenta toda a estrutura do país, econômica e social, qual seja, baseada na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo (PRADO JUNIOR, 1994, p. 123).

Ainda que interdependentes, as atividades desenvolvidas no interior do território e na zona litorânea forjarão relações sociais distintas. Apêndice indispensável da economia açucareira, a atividade pastoril dá origem a relações de produção que se apartam do escravismo, engendrando uma camada social distinta daquela do litoral. Não obstante, a

produção de carne dos sertões influencia o litoral aumentando a oferta alimentar nas fazendas e engenhos, facilitando assim a concentração do trabalho escravo na agricultura de exportação (ALENCASTRO, 2000, p. 341). Tem sua importância relevante ainda no fornecimento de animais para o trabalho nos engenhos, boa parte movida a tração animal, assim como para o transporte da cana das áreas de plantações para os engenhos e do açúcar para os portos de embarque, entre outras necessidades de transporte da época.

Não obstante, nesse processo, na medida em que a procura por animais como bois e cavalos para o trabalho intensifica-se com a ampliação da atividade açucareira, ocasiona concomitantemente o escasseamento dos criatórios na zona mais próxima ao litoral, empurrando-os para o sertão, em virtude do privilégio que é dado ao uso das terras para economia de exportação. Pelo antagonismo que cedo se instituiu no Brasil entre a grande lavoura monocultora e a pecuária, deu-se um processo no qual uma foi se afastando da outra tanto quanto possível (FREYRE, 1973, p. 36), mas como organizações antagônicas que são, a um só tempo, se opondo e se complementando (ANDRADE, 1998, p. 174).

Sobre esse processo de transformações, Sergio Buarque de Holanda denomina o sertão como o *hinterland* da zona canavieira, a mais antiga, rica e densamente povoada da colônia. Abastecendo-a e dando vazão aos excedentes demográficos da mesma, atraiu assim indivíduos sem posses e marginais que lá encontraram um meio de vida (HOLANDA, 1960, p. 219). Para Manuel Correia de Andrade, enquanto atividade econômica subsidiária da cana-de-açúcar, nos primeiros tempos, adeptos da pecuária, que não dispunham de capital para montar engenhos, adquirir escravos e plantar canaviais, poderiam vivenciá-la “com espírito demasiado independente para se submeterem à hierarquia social rígida da civilização açucareira” (ANDRADE, 1998, p.137).

Ainda que Gilberto Freyre afirme não haver nem casas-grandes, nem senzalas nos sertões, com falta d’água e ausência de solo que justificassem uma agricultura hierárquica, com o “senhor a cavalo mandando o negro fazer isso, fazer aquilo, e o escravo a pé fazendo tudo, junto com a besta e com o boi” (FREYRE, 2004, p. 108), possivelmente o autor tenha sido influenciado pelas características mais livres do manejo do gado, já que estudos posteriores “constataram também aí a presença de escravos de origem africana, ao lado da gente livre pobre” (FAUSTO, 1995, p. 84). E mesmo Freyre, numa passagem de *Casa-grande & Senzala*, chegaria a fornecer mais um dado que possibilita compreender melhor a sua percepção, talvez mais voltada para o menor peso daquelas relações de poder, do que para a

demografia escrava, já que para cá foram trazidos “negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril” (FREYRE, 1973, p. 309).

De forma geral, as características de maior liberdade ou mobilidade social parecem ter exercido considerável atração frente à sociedade que se forjou em torno dos engenhos do litoral. Mas fato é que, mesmo sob o efeito desse aspecto positivo, não fora sem percalços o lento processo de ocupação dos sertões pelos colonizadores. Terras pouco valorizadas, sem metais preciosos, com suas características naturais árduas e habitada por indígenas resistentes a invasão de suas terras, não por acaso Gustavo Barroso chamaria este processo de “uma das grandes epopéias da formação do Brasil” (BARROSO, 2004, p.13). Também não por acaso a figura central nesse processo é a do sertanejo que, na definição de Euclides da Cunha “é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 1968, p. 86).

O sertanejo habita uma região de extremos, de “natureza incompreensível” (CUNHA, 1968, p. 90), que teria sua glória associada, na visão de Gustavo Barroso, a dos santos e dos mártires, feita de provações e dores, sendo todo destemor e resignação dos lá nascidos advindos de um sofrimento secular (BARROSO, 2004); teriam sua existência marcada pelo contraste, passível ao mais leve exame, que se revelaria a todo o momento, em todos os pormenores da vida, entre horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias, sendo caracterizado o sertanejo pela “intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas” (CUNHA, 1968, p. 87).

Esses contrastes e extremos se revelariam, por exemplo, na vegetação da caatinga – *mata branca*, em tupi-guarani – que parece morrer e renascer todos os anos, alternando de forma radical suas feições entre galhos retorcidos e secos, e o verde intenso da época das chuvas. Ou no clima, com suas inconstâncias: “sem rios em que o homem pudesse confiar para as largas permanências” (FREYRE, 2004, p. 108), ao mesmo tempo em que a história registra longos períodos de trágicas secas, em 1899 choveu com tal intensidade e por tanto tempo que o ano é tido como mais desastroso do que o anterior, 1898, que não choveu. Tal fato fez com que se chamasse o fenômeno de “*Seca d’água!*” (BARROSO, 2004). O problema serve para ilustrar o necessário entendimento sobre o fenômeno da seca no Nordeste, “pois é a distribuição regular de chuvas que assegura boas safras e pastagens, e não a quantidade absoluta de precipitações” (CHANDLER, 1980, p. 194).

Nesse ambiente inóspito se desenvolveu a pecuária dos sertões, tendo o sertanejo se destacado na figura do vaqueiro. Euclides da Cunha afirma que todo sertanejo é vaqueiro e

que “a criação de gado é, ali, a sorte de trabalho menos impropriedade ao homem e a terra” (CUNHA, 1968, p. 91).

Nessa lida, o desastre social que se constituem as secas têm uma importância capital sobre a visão de mundo do sertanejo. Sua ocorrência periódica combinada com a constante ameaça de se repetir, chegando sem nenhum sinal visível, fazia com que pairasse como uma sombra de incerteza, criando nos indivíduos uma veia fatalista que, em grande medida, influencia seu modo de ver o mundo. “Seu negativismo diante do futuro, na realidade, não era infundado” (CHANDLER, 1980, p. 193).

Ao longo da vida, divorciado do resto do Brasil e do mundo, o vaqueiro “atravessou a mocidade numa intercadência de catástrofes. Fez-se homem, quase sem ter sido criança (...). Cedo encarou a existência pela sua face tormentosa. É condenado à vida” (CUNHA, 1968, p. 89).

Para Caio Prado Junior, esse “caráter épico” da pecuária dos sertões, “tão bem pintados por Euclides da Cunha [seria] admirável nos seus efeitos dramáticos, mas deplorável no terreno prosaico da economia” (PRADO JUNIOR, 1994, p. 199). Nos próximos itens se procura entender melhor o porquê disso.

4.3 Pecuária e status social

Segundo Sergio Buarque de Holanda, desde os fins do século XVII o sertão do Nordeste encontra-se devassado e ocupado, apesar de ser rala a população, que o ocupa de maneira não uniforme, já que ao longo dos rios ela se apresentava em maiores densidades, sendo outras áreas praticamente desprovidas de população e apenas atravessadas pelas rotas de boiadas. Já as vilas na região apareceram principalmente no século XVIII, sendo geralmente insignificantes e de crescimento lento (HOLANDA, 1960, p. 221-2).

Com a fixação do homem nos sertões, as primeiras medidas voltadas para organizar o sistema administrativo foram determinadas por Carta Régia de 1699, que “autorizava a criação de freguesias, de juízes escolhidos dentre os mais ricos, além da função de capitão-mor e seus auxiliares, os cabos de milícias” (JUCÁ, 1995, p. 19).

A essa conformação da área mediante sua ocupação e organização, soma-se uma delimitação legal para a prática da pecuária, com Carta Régia de 1701, que definiu as fronteiras para a criação de gado, determinando sua proibição numa área de dez léguas – que

equivale a aproximados 80 quilômetros – contadas a partir da faixa litorânea a fim de que esta não atrapalhasse a atividade canavieira.

Mas fato é que, mesmo anterior a esta legislação, uma dinâmica imprimiu o movimento de deslocamento da pecuária, primeiro em direção ao Agreste para, em seguida, atingir o Sertão, já que desde o início da colonização se observa o deslocamento das zonas criatórias se afastando do litoral (PRADO JUNIOR, 1994, p. 188). Em *A Terra e o Homem do Nordeste* (1963), Manuel Correia de Andrade descreve esse processo afirmando que, numa fase inicial, senhores de engenho costumavam fundar, em áreas mais secas e distantes, fazendas e currais onde soltavam o gado com vistas a abastecerem seus engenhos. A criação extensiva, com o gado criado solto, não exigia muitos braços, sendo pequeno o número de escravos utilizados. A fazenda era em geral administrada por um vaqueiro, que zelava pelo gado, sendo as instalações das sedes de fazendas desse tipo bastante pobres, com os proprietários vivendo geralmente nas cidades ou nos engenhos da Mata (ANDRADE, 1998).

Não é muito claro o impacto que a Carta Régia de 1701 tenha tido, pois, como dito, à época de sua publicação a pecuária já tinha iniciado seu avanço em direção aos sertões, processo que relegaria a atividade para áreas afastadas e predominantemente impróprias para a grande lavoura. Impelida para zona das caatingas, pouco favorável também para o gado bovino, a justificativa por traz desse movimento de ocupação, eivado de contras, reside na lógica de utilização dos espaços que levava a falta de outros mais favoráveis para os mesmos fins. Como resultado, apresentando um “ativo favorável”, a atividade permitiu nos sertões “o que de outra forma teria sido impossível realizar: a ocupação humana e povoamento regular” (PRADO JUNIOR, 1994, p. 190-1) pelos colonizadores. Ainda, na perspectiva de Caio Prado Junior, além daquilo que representou para a subsistência da colônia, fornecendo-lhe alimento, bastaria o papel que realizou a pecuária na conquista do território para “colocá-la entre os mais importantes capítulos da nossa história”, qualidades estas injustamente não reconhecidas em suas devidas proporções, segundo aquele autor (PRADO JUNIOR, 1994, p. 187).

No ambiente dos sertões, a pecuária seguiria um sistema tal que, dada a pobreza dos pastos nativos, impunha áreas muito extensas para sua efetivação. Tal amplitude espacial faz com que Manuel Correia de Andrade, ao se referir à prática nestas condições, utilizasse o termo “pecuária ultra-extensiva”. Ausentes construções apropriadas para abrigar os animais, sem a prática da silagem que provesse alimentos aos mesmos nos meses de estiagem, além de outros processos característicos da criação intensiva, somava-se a isso ainda a ausência de cercas divisórias entre as propriedades de enormes dimensões. Existindo então apenas cercas

feitas de pedaços de pau e ao redor dos currais de pau-a-pique, somente por volta dos anos 1930 que se passou a utilizar cercas de arame para delimitar as propriedades dos sertões (CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA, 1999). Essa ausência exigia a vigilância constante contra extravios de animais, absorvendo assim grande parte do tempo e do esforço dos vaqueiros, inclusive para recuperar o gado que pelo abandono poderia se tornar semi-selvagem.

Por conta disso, tanto no Agreste como no Sertão, para que os animais de uma fazenda não se confundissem com os da outra, recebiam o “sinal” ou a “ferra”. O sinal em geral era feito em caprinos e ovinos, sendo que consistia em um corte na orelha de maneira diferente para cada dono. Já o gado bovino era marcado com um ferro em brasa com as iniciais do seu proprietário e da localidade da fazenda. Ao final do inverso, época em que se costumava enviar os animais para o abate, os vaqueiros reuniam o gado para as “juntas” ou “apartações”, eventos que serviam para separar os animais de acordo com seus proprietários e que acabavam se tornando verdadeiras festas. A exigência de perseguição a algum animal bravo semi-selvagem gerava fama e prêmio ao vaqueiro bem sucedido. Festas populares ainda nos dias de hoje no Nordeste, como a vaquejada, teriam aí sua origem (ANDRADE, 1998).

Com o tempo, Agreste e Sertão seguirão rumos distintos. O primeiro abandonou seu caráter essencialmente pecuário dos primeiros tempos para tornar-se predominantemente agrícola nos séculos XIX e XX, com a melhoria das técnicas utilizadas e uma melhor divisão das terras, diversificando-se e tornando-se região policultora. Ainda que a pecuária vá perdendo espaço físico nessa região, não obstante ela vai tornando-se economicamente mais rentável na medida em que passa a se aproximar do modelo intensivo de criação. Como resultado dessas transformações perpassadas por um conjunto de dinâmicas que fariam da região um “verdadeiro mosaico”, se teria, por exemplo, um maior desenvolvimento da vida urbana, ao contrário do que ocorria com a zona monocultora da cana-de-açúcar, sendo esses reflexos visíveis contemporaneamente no maior desenvolvimento e fluxo comercial desta região em relação à da Mata. Exemplos expressivos disso seriam as feiras populares existentes nessa região, com destaque para as de Campina Grande (PB) e Caruaru (PE), que com grande diversidade de produtos e amplitude do comércio realizado estão entre as maiores do país. Não obstante essa qualidade, não se afastou problemas como a elevada densidade e as precárias condições de vida para uma boa parte da população, fatores que também fizeram desta região um centro de emigração (ANDRADE, 1998).

Já o Sertão, ainda mais distante, fator que lhe confere maior isolamento e dificuldades de comunicação com o litoral, aliado as condições naturais mais árduas, vivenciará um processo no qual o avanço do movimento repovoador será fundamentalmente concretizado por indivíduos não proprietários, que em outras palavras não dispunham de prestígio para influenciar o poder para conseguirem doações de terras ou sesmarias. Dispostos a “enfrentarem o calor e a sede das caatingas adustas” (ANDRADE, 1998, p. 168), num primeiro momento quase sempre suprindo a ausência dos proprietários legais, como vaqueiros e administradores, noutros como posseiros, foreiros ou rendeiros ao longo dos séculos, não teriam tido ainda seu justo reconhecimento pelos narradores, como reclama Manuel Correia de Andrade, assim como o tiveram os latifundiários da Casa da Torre, herdeiros de Garcia d’Ávila, que, pela sua influência e poder, chegaram a possuir 340 léguas de terras, extensão maior que muitos reinos europeus.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), Caio Prado Junior vê uma coerência nesse sistema de organização do espaço agrário, no qual a concessão de sesmarias visava atender as expectativas dos colonos de origem fidalga ou nobre que, não pretendendo levar aqui “vida mesquinha de pequeno camponês”, não poderiam aceitar outra coisa senão grandes extensões de terra (PRADO JUNIOR, 1994, p. 120). Como sistema de produção, a monocultura acompanharia necessariamente a grande propriedade tropical. Correlatas, teriam por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial e por isso altamente lucrativos. Se assim não fosse, não seria tentada ou logo pereceria. Seria natural, portanto, que todos os esforços fossem canalizados para aquela produção. Para o autor, já no caso do Sertão, o que “prevalece é o grande proprietário absentista, senhor às vezes de dezenas de fazendas, que vive nos centros do litoral e cujo contacto único com as propriedades consiste em receber-lhe os rendimentos” (PRADO JUNIOR, 1994, p. 191).

Fato é que, mesmo como atividade complementar e na maior parte das vezes distante dos olhos dos sesmeiros, a expansão território adentro estabeleceu diversas fazendas na “interlândia sertaneja”. Guerras contra os indígenas foram estabelecidas, com o aniquilamento, aldeamento ou expulsão das mesmas, possibilitando a ocupação pela pecuária e incorporação econômica à colônia portuguesa de várias extensões até então pouco exploradas, como eram os sertões do atual Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Com sistema de criação semelhante àquele do Agreste dos primeiros tempos, as diferenças se destacavam pelas extensões maiores das fazendas e pelo maior rigor das secas, que acabavam por acarretar em grandes prejuízos aos criadores (ANDRADE, 1998, p. 170).

Mas uma diferença fundamental se refere ao tempo, já que no Sertão a pecuária se estenderia sem sofrer alterações significativas em suas “estruturas seculares” (ANDRADE, 1998, p. 186), como atestam de diferentes formas diversos autores. Billy Jaynes Chandler, por exemplo, ao realizar pesquisas de campo na região dos Inhamuns, no Sertão cearense, na segunda metade dos anos 1960, afirma ter observado que as coisas, “aparentemente, não mudaram muito desde o século XVIII” (CHANDLER, 1980, p. 162). No recorte temporal de 225 anos que faz em sua pesquisa, afirma ainda não ter constatado mudanças significativas nem na agricultura nem na pecuária.

O isolamento dos habitantes dos sertões nordestinos contribuiu para forjar um estilo de vida que possibilita compreender melhor o termo, elaborado por Capistrano de Abreu, de “civilização do couro”, como se evidencia na descrição que o autor faz:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, s/d, p. 348).

Não obstante a sua importância central na sociedade que lá se estabelece, forjando ao longo do tempo um *modus vivendi* que carrega consigo um significativo arcabouço cultural, um diagnóstico de ausências e faltas caracterizam o “olhar de fora” sobre a forma com que se dá a pecuária no Sertão, lastimando seu atraso. Já em 1859, a Comissão Científica de Exploração, gerada dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o objetivo de estudar as províncias do “norte do Império”, e que partiu do Ceará e adentrou os sertões, em seus relatórios advertia sobre o “espírito de rotina” que marca o “pouco ou nenhum aperfeiçoamento” do “processo rude” de criação do Sertão, “o mesmo que ensinaram os primeiros colonos”, no qual o gado seria abandonado para que de sua produção as simples forças da natureza e do solo cuidassem, sem os criadores se darem conta que suas fontes iam progressivamente se definhando, ficando a todos os momentos em risco de aniquilarem-se, passando da riqueza a penúria (BRAGA, 2004, p. 380). No geral, e de forma surpreendente, essa visão encontra grande similaridade com as críticas que se fazem ainda hoje, a serem tratadas no seu devido tempo neste trabalho.

Mas apesar disso e de todas as dificuldades para aqueles que lidam com a atividade pecuária nos sertões, Capistrano de Abreu observa que os sertanejos tinham pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procuram com empenho serem nela ocupados, “consistindo toda a sua maior felicidade merecerem algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles” (ABREU, s/d: 329).

Um aspecto importante que pode ajudar a avançar na tentativa de compreender tal pretensão se refere à maior possibilidade de mobilidade social, opondo-se a prevalência social da área canavieira, já que, no contexto pecuário sertanejo, depois de quatro ou cinco anos de serviço, o vaqueiro começava a ser pago. O sistema de pagamento utilizado baseava-se em crias nascidas, sendo que de cada quatro caberia uma ao vaqueiro. Após algum tempo, o vaqueiro podia então constituir seu rebanho, tendo chances de fundar sua própria fazenda. Em *A Terra e o Homem do Nordeste*, publicado originalmente em 1963, Manuel Correia de Andrade afirma que a prática teria então “uso ainda generalizado no Sertão” (ANDRADE, 1998, p. 159). Segundo ainda aquele autor, no Agreste, ao contrário, ao passo que as criações se tornam mais intensivas, inclusive utilizando aprimoramento racial via cruzamentos (“*raceamento*”) com animais mais recentemente importados, fator que eleva o preço dos mesmos, tal sistema fora sendo substituído pelo salário, proletarizando os vaqueiros e mingando suas possibilidades de um dia também virem a se tornar fazendeiros.

Por trás das oportunidades dos sertões estrutura-se um sistema de relações sociais no qual o vaqueiro era muito mais que um simples encarregado “tomador de conta de reses”. A começar pela sua importância na hierarquia da sociedade pecuária. Depois do patrão, a pessoa mais importante na fazenda era o vaqueiro. Nas fazendas pequenas, às vezes não havia vaqueiro e o patrão fazia suas vezes, situação que se torna mais comum na medida e nas localidades em que se expande o processo de divisão de terras. Nas fazendas onde os donos não residiam, quem realmente dirigia tudo era o vaqueiro. Por essas características, a posição social do vaqueiro gozava de muito prestígio (CHANDLER, 1980, p. 164).

Para Caio Prado Junior, essa forma de remuneração contribui para a multiplicação das fazendas já que o vaqueiro, recebendo suas cabeças de gado e podendo ir-se estabelecer por conta própria, funda novas unidades adquirindo terras ou, mais comumente, arrendando-as dos grandes sesmeiros. Ainda que este tipo de propriedade esteja, para o referido autor, longe de ser o predominante, como já dito anteriormente como sendo aquele do grande proprietário absentista, nas mãos dos vaqueiros as fazendas seriam do tipo modesto, vivenciadas por eles, os quais participariam inteiramente do trabalho com suas próprias mãos. Esses aspectos se

ligam ainda a outros dois que imprimem uma “facilidade incrível” para que se estabeleça uma fazenda, estendendo as possibilidades daqueles possuidores de escassos recursos: por um lado, o crescimento do consumo do litoral e das minas estimula a ampliação da produção pecuária; por outro, levantada uma casa coberta de palha, feitos uns toscos currais e introduzido o gado, estaria formada uma fazenda. Para além disso, dez ou doze homens constituiriam o pessoal necessário. Mão-de-obra não faltaria e, não havendo escravos, bastariam “mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, têm uma inclinação especial para a vida aventureira e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda” (PRADO JUNIOR, 1994, p. 191).

Não obstante essas considerações, importante salientar que, antes de esse aspecto remuneratório ser fator que contribui para expansão das fazendas, pelo lado dos quase sempre distantes proprietários, “ele era um ótimo método para fazer com que o vaqueiro se interessasse pelo desenvolvimento da criação” (HOLANDA, 1960, p. 223).

Além desse sistema de remuneração baseado na “quarteação”, que incide sobre o processo de divisão das terras, com os vaqueiros se tornando donos de fazenda por “vaqueirice”, outra forma de acesso às terras se dava por herança (JUCÁ, 1995, p. 35). E essa forma de divisão das terras revela aspectos importantes sobre as limitações das transformações nos sertões.

Em suas pesquisas nos Inhamuns, Billy Jaynes Chandler observa que ainda que o sistema de heranças servisse teoricamente para promover alterações, a prática do latifúndio não era facilmente modificada. Na sequência de fragmentação das terras por seguidas gerações de herdeiros, surgiria um fator neutralizador, levando ao reagrupamento das propriedades e a reconcentração fundiária. Isso porque muitos proprietários de pequenas áreas acabavam vendendo-as por reconhecerem que o modelo de criação de gado vigente era inviável em áreas pouco extensas. E o faziam para aqueles que tinham condições de comprar terras, via de regra donos de muito gado e já de outras fazendas. Em suma, ainda que o sistema de divisão entre herdeiros tenha tido o efeito de fragmentar grandes propriedades por algum tempo, por serem, no entanto, subdivisões não econômicas, o processo de reagrupamento dessas porções de terras se tornaria uma consequência natural (CHANDLER, 1980, p. 157). Da manutenção de processos como esse resulta o poderio que determinadas famílias conquistarão e deterão em diversas regiões do Nordeste, atravessando gerações.

Apesar dessas implicações, é inegável que, com o passar do tempo, tenha se ampliado substancialmente o número de fazendas em relação às fases iniciais desse processo, característica que corrobora com o categórico repovoamento dos sertões e sua ocupação pela pecuária. Isso seria visível, por exemplo, na conformação de muitas propriedades que, como afirma Manuel Correia de Andrade, na sucessão hereditária acabaram se tornando estreitas e alongadas, tendo algumas braças de testada na margem de um rio importante e quilômetros de comprimento penetrando para o interior das caatingas. Tal conformação encontra seu sentido no fato de na extensão de beira-rio as terras concentrarem seu maior valor, já que a porção restante seria quase sempre desvalorizada (ANDRADE, 1998, p. 181).

Nessa estrutura agrária se estabeleceu e se disseminou o sertanejo na figura do vaqueiro, que se tornou típica e central na sociedade dos sertões por exercer uma atividade fundamental a ela. Indivíduo “merecedor de respeito, em razão da superioridade que lhe conferia o conhecimento da terra, do gado, dos métodos de criação e a responsabilidade direta das cousas da fazenda” (JUCÁ, 1995, p. 35). Nos períodos mais duros de seca,

[...] como responsável pela sobrevivência do rebanho, ele redobra cuidados e não mede sacrifícios: cava poços especiais, raciona água, retira da caatinga alimentos de fontes antes insuspeitas, corta e queima a palma e o mandacaru para dar ao gado e, se o boi já não se pode em pé, faz-lhe uma rede, espécie de estrutura de varas, para evitar que ele se postre em terra, permitindo que continue se alimentando. (CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA, 1999).

Pelo papel que desempenhou ao longo dos séculos, não por acaso, mesmo com o tempo e a modernidade que pressionam pelo seu desaparecimento, como figura emblemática do sertão, fardado de couro da cabeça aos pés, com perneira, gibão, chapéu, peitoral, luvas e botas, herói de cordéis e cantorias, o vaqueiro mantém presente sua mística no imaginário social (CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA, 1999).

4.4 Apogeu e queda da pecuária sertaneja

Ao passo que se constroem e vão estabilizando as estruturas agrárias típicas do Sertão, um modo de vida vai se estabelecendo em torno da unidade econômica e social que representa a fazenda. A partir do século XVIII, intensifica-se o movimento de fixação de donos de fazendas e suas famílias no interior, com o surgimento de casas sólidas e espaçosas

(CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA, 1999). Não tinham necessariamente a opulência das casas-grandes da zona canavieira, mas eram casas de dimensões avantajadas, “baixas, de paredes grossíssimas e madeirame pesado – verdadeiras casas fortes – para atender às exigências de estabilidade e segurança” (JUCÁ, 1995, p. 34).

Ainda que, em algumas regiões a utilização da terra para fins comerciais tenha demorado mais que em outras, com a ampliação do consumo na região do litoral e das minas, o gado acabou por revelar-se uma mercadoria de condições excepcionais, já que ela mesma era o valor e ela mesma transportava a si (JUCÁ, 1995, p. 37). Percorrendo enormes distâncias, a capacidade de auto-transportar-se acabaria fazendo da pecuária uma atividade economicamente interessante para os sertões, que poderiam abastecer mercados consumidores distantes. Essa afirmação, no entanto, deve levar em conta a série de aspectos que vem sendo apontados até aqui, já que, como atividade econômica, ela jamais se comparará a outras grandes atividades voltadas à exportação, como a mineração e a grande lavoura monocultora.

Numa percepção bastante realista, seria mais correto dizer que, para aqueles proprietários que não possuíam grandes latifúndios, exigência para que a pecuária se tornasse economicamente viável nas condições ultra-extensivas, de um modo geral a produção pecuária era pequena, sendo o padrão em que viviam ligeiramente superior ao daqueles que nada possuíam (CHANDLER, 1980, p. 162). Assim, a pecuária sertaneja seria uma atividade que, de maneira genérica, não daria grandes despesas, nem também grandes lucros, não obstante, em boa parte dos sertões, fosse a única fonte de riquezas (ANDRADE, 1998, p. 143).

Mesmo para os latifundiários grandes proprietários de rebanhos, a baixa produtividade era regra. Um dos fatores que contribuía para isso se refere às conseqüências das enormes distâncias para se chegar aos centros de consumo. Para se ter uma idéia, o cronista Von Martius “avalia em 50%” a porcentagem da perda de animais nos traslados entre interior e centros de consumo, isso mesmo já no primeiro quartel do século XIX (PRADO JUNIOR, 1994, p. 195). Mesmo assim, necessário considerar que, na sociedade pecuária tradicional do Nordeste, mesmo predominando a baixa produtividade, a concentração dos ganhos gerados fez surgir fazendeiros relativamente ricos que, contrastados com a maior parte da população muito pobre, caracterizou uma sociedade extremamente desigual.

Outra característica advinda dos deslocamentos do gado é que, por serem longas as rotas das boiadas, podendo as viagens se estenderem por semanas, ocupavam parte considerável dos moradores. Além das pessoas especializadas na condução dos animais,

tangendo-os e vigiando-os para que não se dispersassem, outros se ocupavam dos campos nos quais o gado ia se recuperar devido ao emagrecimento das viagens, já próximos aos mercados consumidores (ANDRADE, 1998, p. 172).

Ao final das longas viagens, o gado seria comercializado nas feiras de Pernambuco ou Bahia, cidades cujos solos propícios dos arredores fizeram proliferar as lavouras de cana-de-açúcar, tornando-as os mais importantes centros de consumo do Nordeste desde meados do século XVI. Pelas condições relativas à perda de peso dos animais durante esses trajetos, surge uma atividade correlata relativa à engorda dos mesmos. Além da recuperação normal para ganho de peso, dependendo do estado em que chegavam, parte dos animais poderia estar tão debilitada que não havia condições físicas para seu abate. Daí que negociações eram feitas com fazendeiros locais ou com comerciantes dedicados especificamente a reengordas de rebanhos, que os compravam, sendo que essas transações, em geral, eram caracterizadas pelo baixo valor pago pelos animais. Tal fato se explica em face da perspectiva de prejuízo com a volta daquelas reses para a fazenda de origem, sendo que no intuito de evitar isso que “os proprietários geralmente as vendiam por qualquer preço” (JUCÁ, 1995, p. 38). Percebe-se que a prática das transações comerciais em torno da reengorda, como outros aspectos da pecuária dos sertões, também permaneceu ao longo do tempo. Manuel Correia de Andrade, ao comentar a economia sertaneja contemporânea, observa que proprietários de fazendas adquirem “animais magros de outras regiões para engordá-los e vendê-los para o açougue quando, terminada a estação chuvosa, o pasto torna-se escasso” (ANDRADE, 1998, p. 182). Nas pesquisas de campo realizadas no presente estudo, essa prática também foi observada como sendo comum nos dias de hoje.

A importância resultante do conjunto de aspectos correlatos à atividade da pecuária acabou por promover a multiplicação das transações comerciais (JUCÁ, 1995, p. 39), permitindo também a transformação do gado em outras utilidades e gêneros os quais se necessitava no interior.

Mas o apogeu da atividade nos sertões ainda estaria por vir, já que no século XVIII uma alteração fundamental revolucionaria a produção Nordeste. Sendo Bahia e Pernambuco os maiores centros consumidores, o gado vindo do Ceará, sobretudo da zona mais próxima ao litoral, tinha seu custo aumentado pelas maiores distâncias em relação àquele dos sertões norte-riograndense e paraibano. Esse aspecto, somado aos tributos cobrados nos deslocamentos e para participação nas feiras em que o gado seria vendido, minoravam os lucros com as boiadas. Para poder competir, passaram então os cearenses a exportar suas reses

já abatidas, transformadas em carne seca, salgada e em couros. Surgiram assim as fábricas de beneficiar carne, as chamadas “oficinas” para fabricação do charque, também conhecido no Nordeste como “carne-do-ceará” ou “carne-de-sol”, atividade favorecida pela matéria-prima abundante, ventos constantes e baixa umidade relativa do ar do litoral norte do Nordeste, aspectos impulsionadores da secagem e duração do produto, além da grande quantidade de sal existente na região e das barras acessíveis a cabotagem para escoamento marítimo da produção (GIRÃO, 1995, p. 65).

Territórios equivalentes aos hoje estados do Rio Grande do Norte e do Piauí também aderirão a esta prática de beneficiamento, sendo que este último, por possuir características como melhores rebanhos, suplantará o Ceará na produção do charque no último quartel do século XVIII (PRADO JUNIOR, 1994, p. 196). Nesses contextos específicos, a pecuária teria atuado como atividade econômica básica, e não subsidiária do açúcar como ocorrera no restante do Nordeste (http://nehscfortaleza.com/livros_resenhas_arquivos/pecuaria.pdf).

Dessa forma, as reses transformadas em carne, chegariam aos mercados consumidores agora “não mais com os próprios pés”, mas por via marítima. Essa mudança do eixo de deslocamento das boiadas do norte Nordestino traz profundas modificações já que, ao invés de se deslocarem por terra para as feiras pernambucanas e baianas, o fluxo agora se desloca do interior para os portos, movimento esse que “revolucionou a feição econômica, social e política da Capitania. O litoral e o sertão interpenetram-se comercialmente”, promovendo o início de um mercado interno com as regiões nutrindo-se de utilidades trazidas de outros centros, além do estímulo ao surgimento de núcleos urbanos, alguns dos quais tidos como “vilas progressistas” em virtude da riqueza e do “contato com as gentes mais civilizadas” (GIRÃO, 1995, p. 66).

O charque tornava-se assim “um dos produtos mais importantes no comércio interno da colônia” (HOLANDA, 1960, p. 224). Segundo Valdelice Carneiro Girão, a comercialização de carne e de couro tomou tamanha dimensão que, em 1757, comerciantes pernambucanos propuseram ao governo, ainda que sem sucesso, a criação de uma Companhia de Carne Seca e Couros do Sertão, com vistas a exportar os produtos para outras regiões da colônia (GIRÃO, 1995, p. 66).

Mas essa situação virtuosa perduraria somente até o final do século XVIII. Em meados do século, a pecuária de Minas Gerais, que se dava em condições naturais mais favoráveis e se utilizava de técnicas mais aprimoradas, já tirava do mercado de abastecimento da zona

mineradora a pecuária do Nordeste. Além disso, a recorrência das secas que se sucedem com regularidade dramática vão minando as fontes daquele progresso.

A literatura que faz referência a essas secas traz sempre dados drásticos sobre a quantidade de animais perdidos, acompanhados de maciço êxodo da população e morte de pessoas. Com efeitos profundos e duradouros ao longo dos anos seguintes a elas, as secas ocasionavam o desaparecimento de rebanhos inteiros e fortunas pessoais, fazendo com que até mesmo pessoas antes ricas começassem a sentir o gosto amargo das privações, como ressalta Chandler (1980). De forma avassaladora, a seca acabava por levar a um “estado geral de desânimo, causando uma desmoralização geral” (CHANDLER, 1980, p. 202), estado esse não completamente revertido ao longo do tempo pela recorrência do fenômeno. Para Gomes (2001, p. 8), nas épocas de seca, o Sertão mostraria sua face mais cruel: “a da terra onde os ricos são pobres e os pobres, miseráveis”.

Na literatura de ficção, semelhante estado de espírito aparece na obra de Graciliano Ramos que retrata, em *Vidas Secas*, romance de 1938, uma família de retirantes sob as agruras da seca. Penetrando no mundo introspectivo dos personagens, que mal dominam a linguagem para externalizar aquilo que pensam, numa das passagens o autor descreve Fabiano, um dos personagens principais, vaqueiro desempregado que procura manter-se fiel a seus hábitos, sendo vencido por um soldado raquítico que o desafia. Humilhado, acaba preso sem conseguir se defender dada a fragilidade que o impossibilita de comunicar a injustiça que sofrera.



Seca do Nordeste, 1950. Água forte s/papel. Aldemir Martins.

Em *Velhas Secas em Novos Sertões*, Gustavo Maia Gomes afirma que, no que se refere aos registros históricos, são fragmentadas as informações sobre as secas ocorridas nos dois primeiros séculos da colonização. Já nos séculos XVIII, XIX e XX, sabe-se que no Nordeste houve 85 anos de secas. Isso significa um ano de seca a cada dois anos e meio de inverno normal, que é teoricamente a estação chuvosa. Respalado por esse histórico de 300 anos, o autor enfatiza que as secas a cada dois anos e meio seriam regra, não a exceção. Seria então o caso de se perguntar se e por que elas continuam surpreendendo (GOMES, 2001, p. 75).

Para a principal atividade econômica da região dos sertões de então, o golpe fatal parece ter vindo com a seca que durou de 1790 a 1793, que ficou conhecida como “*Seca Grande*”, e que acaba por transferir o centro produtor de charque para o Rio Grande do Sul.

Da mesma forma que existira anteriormente a esse período áureo, mesmo após esse choque a pecuária continuará existindo nos sertões. Nas palavras de Gustavo Barroso, isso porque, após as secas, “sobrou sempre e sempre há de sobrar semente de gado e semente de gente para continuar a luta travada ali entre o homem e a natureza” (BARROSO, 2004, p. 15).

Sobre esse processo de decadência, Caio Prado Junior afirmará que o sertão não mais se refaria deste golpe. “Vegetará daí por diante num estado crônico de debilidade congênita que se prolongará até nossos dias” (PRADO JUNIOR, 1994, p. 196).

4.5 Lavoura e outras gentes dos sertões

A visão de que o interior do Nordeste pouco se modificou ao longo do tempo deve ser tomada com cautela. Isso porque há regiões, por exemplo, tanto no Sertão quanto no Agreste, no qual desde os anos 1970, modernas culturas irrigadas e uma incipiente indústria têxtil e de calçados despontam como atividades econômicas bem sucedidas (GOMES, 2001, p. 9). Mas assim como essa advertência serve de exemplo contra generalizações na contemporaneidade, em certa medida serve também ao contexto da tradicional pecuária dos sertões. Isso porque, ainda que houvesse a prevalência de vaqueiros e do gado bovino, outros personagens, ainda que menos valorizados, coexistiam com a feição mais prestigiada desse mundo.

Pode-se dizer, de uma forma geral, que a empolgação dos sertanejos pelo gado bovino contribuiu para seu desinteresse pela agricultura a ponto desta muitas vezes ser insuficiente até mesmo para cumprir devidamente seu caráter de subsistência. Isso, no entanto, não era

exclusivo dos sertões e de parcelas pobres da população da colônia. No litoral, o interesse centrado na monocultura canavieira causaria fenômeno semelhante, como observa Gilberto Freyre, ao afirmar que, “por mais esquisito que pareça, faltava à mesa de nossa aristocracia colonial legumes frescos, carne verde e leite”. No século XVIII, a “falta de farinhas” chegou a tal ponto que, na Bahia, o governo mandou “incluir nas datas de terra a cláusula de que ficava o proprietário obrigado a plantar ‘mil covas de mandioca por cada escravo que possuísse empregado na cultura da terra’” (FREYRE, 1973, p. 36-7).

Para a parcela mais pobre da população, no entanto, a falta de acesso à propriedade da terra acabava por não incentivar um maior enraizamento nela pela prática da agricultura. Assim, ao menos num primeiro momento, a agricultura não cumpriria nos sertões sua função milenar de fixação do homem ao solo, informação que corrobora com certo nomadismo que as atividades pastoris de lá foram muitas vezes caracterizadas. Além disso, as incertezas do clima, a inexistência de implementos agrícolas, tanto para retirada da vegetação nativa quanto para o trato do solo, a falta de transportes, de mercados consumidores e de capital, também contribuiriam fortemente para isso (JUCÁ, 1995, p. 36).

Não obstante esse quadro de barreiras e dificuldades, o início da atividade agrícola nos sertões data da mesma época do desbravamento do interior pela pecuária. Ela era feita mediocrementemente e de forma penosa, ocupando pequenas áreas e visando o abastecimento dos moradores da fazenda, que necessitavam equilibrar uma difícil situação entre o isolamento e a auto-suficiência. Sem importância comercial, plantando gêneros como milho, mandioca, feijão, jerimum, melancia, algodão, entre outros, os “pequenos roçados eram feitos, a princípio, pelo próprio vaqueiro com a sua família ou agregados, de vez que os proprietários não tinham preocupação direta com o abastecimento de seus prepostos” (ANDRADE, 1998, p. 174).

Essa atividade se amplia na medida em que os moradores passam a constituir o grupo social mais numeroso nas fazendas. Com origem variada, em geral descendentes de pessoas que não possuíam terras ou que as perderam pela fragmentação das heranças ou pelas secas, incluindo descendentes de índios e escravos e muitos mestiços, esses moradores se dedicavam a agricultura de subsistência, habitando pequenas e rudimentares casas espalhadas pelas terras dos proprietários. Levando uma vida simples, tinham tão poucas obrigações quanto direitos. Plantavam nas terras sem nada pagar e de vez em quando levavam um presente a mesa do patrão. Não eram presos a terra nem trabalhavam para pagar dívidas e não raro mudavam de

uma propriedade para outra, ainda que certas famílias atravessassem gerações fixadas nas mesmas (CHANDLER, 1980, p. 165).

De acordo com Gisafran Nazareno Mota Jucá, em determinado momento, as relações que se estabelecem nessas terras assentar-se-ão no regime do compadrio, sob o qual cada fazenda representa uma família, com laços de parentesco unindo todos ao Senhor. Nessa lógica, haveria “os parentes sanguíneos (legítimos e ilegítimos) e o restante, em numero maior, por parentescos canônicos ou convencionais” (JUCÁ, 1995, p. 35). Como na “quarteação” que remunera os vaqueiros, essas relações também seriam próprias de uma sociedade amonetária, não havendo pagamento de salário, mas troca de serviço, já que no caso dos agregados seu trabalho seria trocado por comida, casa e roupa fornecidas pelo fazendeiro.

Difícil saber exatamente, sobretudo pelo alcance do presente estudo, até que ponto e em que grau, no tempo e no espaço, esse tipo de sociedade amonetária prevaleceu. Tudo leva a crer que, com a multiplicação das transações comerciais advindas da pecuária e do próprio desenvolvimento da agricultura, com maior valorização dos produtos agrícolas em determinados períodos, aspectos que vão incidindo de forma diferenciada nas distintas localidades dos sertões, tal processo trouxe consigo outras formas de relacionamento entre proprietários e moradores.

Em *Coronelismo, Enxada e Voto* (1949), Victor Nunes Leal afirmará que a superação das relações marcadas pelo patriarcalismo, concentrador do poder econômico, social e político sobre o grupo parental, se dará com o surgimento do coronelismo, construído justamente como reação à decadência do poder privado dos donos de terras. Como fenômeno social e político típico da República Velha, os coronéis passariam então a se valer do poder público que progressivamente vai sendo fortalecido, objetivando, em última instância, a conservação do conteúdo residual do poder privado. Isolados nos sertões, recebendo um ordenado miserável e sem legislação que os protegesse, os trabalhadores rurais, residindo dentro das fazendas por aceite dos coronéis elegeriam, em contrapartida, os candidatos apoiados por eles, dando corpo a prática do “voto de cabresto” (LEAL, 1993).

Billy Jaynes Chandler, analisando as relações entre patrão e moradores no sertão dos Inhamuns, afirma que, até a chegada do século XX,

[...] a relação patrão-morador era um instrumento altamente anti-econômico que permitia à sociedade oferecer escassos meios de sobrevivência à sua mais pobre e numerosa classe. Aquela relação ao mesmo tempo, ajudou a integrar a classe dos sem-terra numa organização social contribuindo assim

para ordem e estabilidade. A sociedade, na realidade, ajustou-se para acomodar no seu seio uma classe com uma função sem a menor segurança econômica, numa economia baseada na criação de gado que não exigia muita mão-de-obra. (CHANDLER, 1980, p. 166).

Com o assalariamento, que possivelmente coexistirá com as formas amonetárias de remuneração ao menos por algum tempo, os indivíduos passarão a trabalhar como “alugados”, tanto em atividades da agricultura quanto da pecuária, relação essa sem vínculos empregatícios, sob a qual os indivíduos recebem a remuneração em dinheiro equivalente aos dias trabalhados. O uso do termo “alugado”, e a prática a qual se refere, são correntes ainda nos dias de hoje no meio rural do Nordeste, como se pôde verificar nas pesquisas de campo deste estudo.

Tanto no passado quanto nos dias de hoje, um arranjo possível é aquele no qual o indivíduo dedica parte do seu tempo no roçado próprio, trabalho esse realizado geralmente em família, sendo outra parte dedicada a trabalhar como “alugado” nas grandes e médias propriedades. De acordo com a literatura consultada, sabe-se que, no passado, o salário, parco, era utilizado na aquisição da farinha, que deveria ser consumida com parcimônia para durar durante o período de estiagem. Junto com os preás que eram caçados, constituíam o alimento cotidiano (ANDRADE, 1998, p. 179).

Ainda que já bastante duro, esse era apenas um de vários aspectos que marcavam a vida de boa parte dos habitantes dos sertões. Ainda que essa dureza se impusesse a todos, para a parcela de moradores pobres elas se mostravam ainda piores, pois moravam em casebres de taipa, cobertos de palha e com chão de barro batido, com teto baixo e poucas opções para entrada de luz e ventilação. Levavam, grosso modo, uma vida rudimentar e de privações.

A adesão a agricultura por parte dos moradores se justifica na medida em que essa população se amplia, já que a pecuária, enquanto atividade econômica, empregava relativamente poucas pessoas. Outro fator de incentivo é que, diferentemente da pecuária, a agricultura exigia pouco ou nenhum investimento. Além disso, ainda que fosse mais susceptível ao clima que a criação de gado, era mais fácil a sua recuperação após um ano ruim. Ainda que, em termos de prestígio e lucro, a agricultura nunca tenha chegado a suplantar a pecuária, dados estatísticos como os do ano de 1903, da Câmara Municipal de Tauá, no Sertão cearense, mostram que ela era responsável pela sustentação de mais de 90% da população do município, como lembra Billy Jaynes Chandler em sua pesquisa.

Não obstante essa adesão maciça da população à agricultura, a atividade pouco se aprimorava com o passar do tempo. Fatores como as incertezas climáticas e a ausência da

posse da terra, somados a falta de acesso à educação ou a outras experiências positivas que dessem esperanças de uma melhora de vida aos agricultores, impediam de se vislumbrar um progresso dentro daquele mundo limitado, desfavorecendo um clima para inovações, reprimindo iniciativas e bloqueando progressos na agricultura – bem como na pecuária (CHANDLER, 1980, p. 170).

Exceção a regra da agricultura sertaneja foi o algodão que, na virada do século XVIII para o XIX, revolucionaria tanto o Agreste quanto o Sertão. Cultura autóctone e de ciclo vegetativo curto, mesmo já sendo cultivado anteriormente, uma série de circunstâncias impulsionariam as lavouras de algodão nesse período, gerando riquezas que alcançariam até mesmo pessoas antes pobres, o que lhe conferiu um caráter “mais democrático” que a cana-de-açúcar. Mesmo para grandes proprietários, a segurança de consolidar sua economia em duas culturas para não ficarem na dependência de um só preço, fez do algodão o único na história do Nordeste a enfrentar com algum êxito a disputa pelas terras com a cana-de-açúcar. As vantagens de associação também abarcaram a pecuária, que poderia se beneficiar dos restos da cultura algodoeira que serviriam de alimento ao gado, sobretudo nos meses de estiagem. Dessa forma, grandes pecuaristas também se animaram já que poderiam aumentar seus lucros sem abandoná-la, mas ainda melhorando sua atividade econômica tradicional. Ainda que com o fim da Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865), que leva a queda pela procura do produto no mercado internacional e a diminuição do seu preço no país, fatores que impactam fortemente a atividade, Manuel Correia de Andrade afirma que de 1750 até 1940 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos (ANDRADE, 1998, p. 143). Outros fatores, como pragas agrícolas, também colaboraram para sua decadência.

Com o passar do tempo, no panorama da agricultura Nordestina, nos séculos XIX e XX o Agreste alcançaria significativas alterações no campo com a introdução de melhorias nas condições técnicas e modificações na estrutura agrária. Até mesmo o Sertão, para além das características predominantes anteriormente expostas, e levando-se em conta certo grau de diversidade sempre possível que impede generalizações categóricas, chegaria a ter pequenos engenhos, sendo construídos e funcionando para produção de rapadura e aguardente, com as plantações de cana feitas em determinadas áreas úmidas como aquelas existentes nas serras e nos brejos.

De qualquer forma, para a maior parte da população pobre dos sertões, grosso modo as lavouras quase sempre foram incapazes de gerar alterações significativas e duradouras nas

suas condições de vida, seja pelas limitações impostas pelo meio natural e pelas condições técnicas, seja pela transferência dos ganhos para as mãos dos proprietários das terras.

4.6 O papel social dos bichos

Pode-se dizer que, assim como os humanos, os bichos também desempenham papéis sociais específicos, dependendo do lugar que ocupam na sociedade. Logicamente que, diferente de nós, sua posição é subordinada a um mundo dominado pelos humanos. Acaba que, para os animais domesticados pelo homem, o papel social que desempenham é decorrência dessa interação, seja nas criações, comerciais ou não, seja como animais de trabalho ou simplesmente como bichos de estimação.

Como é sabido, essa interação é muito antiga, remetendo ao período no qual o homem deixa de ser exclusivamente coletor e caçador para se tornar também agricultor e pastor, com a domesticação de animais há cerca de 10.000 anos.

No contexto Nordestino enfocado neste estudo, além do gado bovino, diferentes espécies animais exerceram importância material e simbólica, funções essas que desnudadas ajudam numa melhor compreensão daquela sociedade.

Em *Nordeste – Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil* (1937), Gilberto Freyre dedicará um capítulo inteiro ao tema. Ainda que o foco do autor recaia sobre a zona canavieira, traz elementos importantes para compreensão das relações entre seres humanos e animais estabelecidas na Região como um todo.

Para o autor, o cavalo e o boi foram os dois grandes animais da civilização do açúcar. Quanto ao primeiro, Freyre fala que o senhor de engenho foi quase um “centauro, metade homem, metade cavalo”. Sobre o animal, o aristocrata conseguia se posicionar quase na mesma altura que lhe proporcionava a casa-grande, possibilitando assim o exercício em movimento de domínio sobre as massas. Tratado com esmero e bem alimentado, até mesmo com ração, pouco comum para época, o cavalo do senhor de engenho se diferenciava dos cavalos dos sertanejos, estes mais angulosos e ossudos. Se diferenciava mesmo de qualquer outro animal criado no engenho, sem as mesmas regalias, salvo algum animal de estimação como um “carneirinho mocho de menino ou um ou outro gato de iaia solteirona criado no colo” (FREYRE, 2004, p. 98-9).

Os cavalos dos senhores de engenho tiveram destaque também enquanto animais de tração dos carros da família patriarcal, chamados cabriolés. A importância social deles pode ser vista em cartas e papéis presentes em antigos arquivos de senhores de engenho, ou em “gazetas coloniais e do tempo do Império, cheias de anúncios de cavalos e carros. Cartas comerciais e anúncios de venda e troca de cavalos, descritos com a mesma minúcia, às vezes com as mesmas palavras, com que se descreviam os negros”. (FREYRE, 2004, p. 101-2). Por sua vez, existem anúncios também de cavalos fugidos, usados por pessoas pobres no trabalho, que são descritos pelas suas marcas de doenças e maus tratos que os identificam, imagens essas que se confundem com muitos anúncios de negros procurados e igualmente doentes e maltratados, como descreve Freyre (2004).

Para aquele autor, o cavalo estaria para o senhor de engenho como o boi está para o escravo, sendo esses últimos que formariam o “alicerce vivo da civilização do açúcar” (p. 104), “o pé-de-boi da colonização agrária do Brasil” (FREYRE, 2004, p. 105). Juntas de bois para os carros de transporte da cana e do açúcar, para mover as moendas, atividades desempenhadas com uma capacidade “quase mística para o sofrimento, para a rotina, para o serviço do homem. O escravo da África não encontrou aqui melhor companheiro do que o boi para seus dias mais tristes. Para os seus trabalhos mais penosos” (FREYRE, 2004, p.106). Já nos momentos de festa, o boi seria glorificado e exaltado por eles, enquanto o cavalo seria depreciado pela sátira presente no bumba-meu-boi (FREYRE, 2004, p.106-7).

Nos sertões, a figura chave da sociedade pecuária tradicional, o vaqueiro, não se cercava somente de gado, mas também do cavalo e do cachorro, auxiliares imprescindíveis para execução do seu trabalho de vigilância do gado e para caça. Resistentes as duras condições dos sertões, tendo que penetrar no emaranhado das caatingas, tanto o cavalo quanto o cachorro, da mesma forma que o gado, não possuem raça definida, sendo resultados das adaptações ao ambiente e dos cruzamentos sofridos ao longo de gerações.

Sobre o animal chave dos sertões, importante ressaltar que o fenômeno em torno de seu prestígio não seria originário daqui. Em *Casa Grande & Senzala* (1933), Gilberto Freyre, analisando os estudos de Melville J. Herskovits sobre a África, afirma que na área oriental daquele continente (Banto), a posse de gado numeroso e não a de terras extensas é que daria aos indivíduos prestígio social (FREYRE, 1973, p. 309). Mesmo anterior a isso, essa importância parece se perder no tempo e no espaço, muitas vezes expressa na figura do boi, animal que

[...] tem ocupado um lugar destacado no imaginário da humanidade. Nas mais antigas civilizações, aparece não somente como animal de inúmeras utilidades, mas também como ícone singular no universo das representações simbólicas. Signo zodiacal, forma tomada por divindades no Egito, animal sagrado na Índia, totem entre os bantus, entidade devoradora em Creta, monstro aterrorizador na Espanha, figura imprescindível do presépio cristão, ídolo pagão na Bíblia, por muito tempo, sua figura esteve ligada a valor pecuniário (de onde derivou a palavra pecuária), moeda, ganho (de onde derivou gado), e serviu como mercadoria padrão e valor de referência. (CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA, 1999).

Não obstante, como já dito, o mundo dos sertões não se encerrava nessa esfera de prestígio própria aos vaqueiros e ao gado. Assim como as gentes pobres que orbitavam a pecuária dedicando-se a trabalhos eventuais ligados a ela e, sobretudo, a agricultura, outros animais também diversificavam as criações nos domínios das fazendas.

Jumentos, porcos, galinhas, patos, cabras e ovelhas aparecem em diferentes contextos, desempenhando funções de trabalho ou servindo à alimentação de forma complementar aos produtos de origem vegetal.

No caso dos caprinos e ovinos, interesse maior deste estudo, nesse contexto foram animais em geral desprestigiados. Juntamente com outros animais de pequeno porte, eram genericamente denominados de “miunças”, expressando não só seu menor porte, mas também sua menor importância econômica. Em seu aspecto positivo, as cabras aparecem como “cabras de leite” nos sertões, animal destinado ao sustento de crianças de colo, em geral de pobres e sertanejos. Tinha outra grande utilidade como fornecedora de peles, matéria-prima largamente utilizada na confecção da indumentária dos vaqueiros. No âmbito do grande comércio, fornecia produto de exportação que manteve relativa importância ao longo do tempo, culminando com o Brasil como segundo maior fornecedor do produto em escala mundial no início do século XX.

Mas é sobretudo em seu aspecto negativo que mais aparecem na literatura consultada. Nos domínios da grande lavoura, cabras e ovelhas, assim como outros animais domésticos, chegam a ser considerados como “criaturas inúteis”. Mais que isso, os caprinos eram vistos como inimigos da cana e deveriam ser evitados como forma de se prevenir contra danos às lavouras, já que bastava que começasse o brotamento no campo trabalhado que lá iam elas investirem contra as plantas, alimentando-se. Baseado em *Corografia Brasílica* (1817), de Manuel Aires de Casal, primeiro livro publicado no Brasil, Gilberto Freyre afirma que, por isso, porcos, cabras e até mesmo bois eram mortos face ao descumprimento da advertência de serem mantidos presos em cercados (FREYRE, 1973, p. 76).

Mas, pelo que parece, essa feição dos hábitos alimentares caprinos não tinha nenhum interesse especial pela cana. Gilberto Freyre, referindo-se aos estudos do botânico sueco radicado no país Alberto Löfgren (1864-1918) sobre o problema florestal do Nordeste, afirma que este não teria hesitado em “incluir bicho tão daninho, quando criado à solta, entre as ‘causas artificiais’ que vêm contribuindo para o aumento da desnudação nos trechos já saarizados do Nordeste” (FREYRE, 2004, p. 111). Argumento como esse foi igualmente ouvido de técnicos e especialistas no assunto por ocasião das pesquisas de campo deste estudo, mantendo-se o mesmo diagnóstico sobre o problema na atualidade, portanto.

Para além de “inimigo terrível” de toda planta, Freyre vê nesses animais um potencial que muito se assemelha também àquele observado, nas pesquisas de campo deste estudo, nas proposições de entusiastas da caprinovinocultura do semi-árido Nordestino da atualidade, assunto a ser abordado no seu devido tempo. Diz aquele autor:

Criada de outro jeito, isto é, sob vigilância ou dentro de cercado, a cabra poderia ser um animal realmente útil aos dois nordestes [o da pecuária e o da grande lavoura], dando-lhes o leite e excelente requeijão – e não apenas a pele para o grande comércio israelita de peles. Mas sem lhes destruir as plantas. Criando-lhes os filhos e fornecendo-lhes mais facilmente que a vaca a manteiga e o queijo. Sendo a perfeita ‘comadre cabra’, como diz quase franciscanamente o sertanejo de cabra menos arisca que dá leite aos seus filhos. (FREYRE, 2004, p. 111).

Os caprinos são animais extremamente curiosos, hábeis em se equilibrar e ultrapassar obstáculos, podendo chegar até mesmo a andar sobre superfícies mínimas como um fio de cerca de arame. Esforçam-se para alcançar ramos que lhes possam servir de alimento fazendo verdadeiros malabarismos. São também animais que podem tornar-se bastante dóceis e interativos com os humanos, dependendo do processo de domesticação a que forem submetidos. Extremamente adaptáveis, não por acaso existem bodes e cabras em praticamente todos os continentes, habitando climas os mais variados e assumindo importância também variada conforme a época e a sociedade que as criam.

Em muitos casos, a história mostrou que eles eram a melhor opção entre os animais a serem criados, revelando uma série de vantagens, por exemplo, sobre o gado bovino. Nem sempre, no entanto, essas vantagens foram suficientes para convencerem, ocasionando mudanças que pudessem levar a outros rumos no desenvolvimento de determinadas civilizações, como chama a atenção Jared Diamond, em algumas passagens do livro *Colapso – Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso* (2005). Numa delas, abordando as

tentativas de colonização da Groenlândia pelos europeus do norte por volta do ano 1300, o autor afirma que no início desse processo parte significativa dos colonos chegaram com aspirações baseadas na combinação de animais domésticos criados pelos prósperos chefes noruegueses: muitas vacas e porcos, menos ovelhas e ainda menos cabras. Com o tempo, as condições naturais do lugar condenaram parte dessas possibilidades, revelando que a melhor opção era apostar em cabras e ovelhas. No caso das vacas, por exemplo, sua existência dependia de um enorme esforço para serem mantidas em estábulos por 9 meses, sendo alimentadas por feno e outras forragens, já que só conseguiam se manter por conta própria nos curtos 3 meses sem neve do verão local. Assim, os animais mais importantes para produção de alimentos na Groenlândia de então se tornaram por um momento rústicas raças de cabras e ovelhas, que cavavam a neve para comerem a relva que se ocultava abaixo. No caso das cabras, inicialmente em número bem inferior ao de ovelhas, ganharam importância também pelo fato de conseguirem digerir os gravetos duros dos arbustos que prevaleciam nas pobres pastagens da Groenlândia. Essas e outras vantagens, em determinado momento levaram a um enorme aumento no número desses animais em relação às vacas, chegando a uma proporção de oito para um. No entanto, uma série de fatores, sobretudo culturais, apegados a valores europeus de prestígio social e cristãos da época, que afastavam os colonizadores de um estilo de vida mais adaptado, e lhes fazia negar também uma melhor integração com os habitantes autóctones, acabou por mitigar seus esforços de sobrevivência, condenando sua permanência naquele local, muito por conta da insistência de boa parte deles na criação de vacas.

Se os caprinos se destacam por suas características comportamentais que envolvem habilidade e esperteza, que acabaram por imprimir neles um caráter negativo para economia baseada na lavoura monocultora do Nordeste, já os ovinos, para Gilberto Freyre, teriam sua rejeição advinda do fato de trazerem consigo um caráter místico ou religioso – como animal simbólico do redentor, “cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo” – elemento cultural que acarretaria no baixo consumo de sua carne pela população, tanto no Nordeste quanto no restante do Brasil, naquelas primeiras décadas de século XX (FREYRE, 2004, p. 115).

Mas essa não é certamente uma explicação válida para a contemporaneidade, na qual esses animais incorporaram-se ao cardápio dos mais variados segmentos sociais do país. Mesmo no Nordeste, a carne de cordeiro é bastante apreciada, sobretudo no churrasco, ainda que não seja páreo para suplantarmos a carne de bode, sendo o símbolo maior dessa importância a tradicional “buchada de bode”, além do próprio churrasco, do “guisado de bode” e de tantas outras variações culinárias possíveis. Hoje, com um mercado interno de carnes e outros

derivados altamente favorável à caprinovinocultura, o Brasil é obrigado a importar significativa quantidade desses produtos para abastecer o consumo interno, assunto que será devidamente abordado a seu tempo.

Não só de caráter místico, a associação dos animais, atribuindo-lhes significados outros, acabou por gerar situações estranhas, como as descritas por Gilberto Freyre quando se refere a anúncios de “cabras de leite” nos jornais do século XIX. Segundo ele, por serem muitas vezes imprecisos, o leitor ficava na dúvida se se tratava mesmo “de uma mulata ou de um animal”. Como resultado, alguns anunciantes mais atentos expressavam-se com o termo “cabra-bicho”, afastando assim a possibilidade de se entender ser “cabra-mulher” (FREYRE, 2004, p. 111). A utilização do termo “cabra” também se tornou corrente para designar certo tipo de homem, “os mestiços de negro com o índio”, na visão de Gustavo Barroso (BARROSO, 2003, p. 185). Fato é que se tornou senso comum no Brasil associações desse tipo, com a larga utilização de expressões qualificando indivíduos, como “cabra-bom”, “cabra-macho”, entre outras.

Mas de todas as histórias envolvendo caprinos, sem dúvida nenhuma supera a transcendência a de Bode Ioiô, animal famoso que viveu na cidade de Fortaleza na década de 1920 e que gozava de privilégios numa época em que os fiscais de saúde declararam guerra aos animais de rua. Baseando-se em fatos e folclores que se misturam na construção da imagem do bode, que, com o tempo, se tornou mitológica, o jornalista Délio Rocha narrou sua trajetória no artigo “Bode Ioiô – Mais popular que Padre Cícero”, de 2008 (<http://anco.cnpc.embrapa.br/noticias.php?sequencia=112>).

Adaptando este artigo que é apresentada a história a seguir.

Ioiô ganhou este nome por fazer, em seus passeios solitários, o mesmo trajeto todos os dias pelas ruas da cidade, indo e voltando. Único bem de um retirante das secas que chega à cidade em 1915 após caminhar mais de 100 quilômetros, o animal é vendido para a empresa inglesa Rossbach Brazil Company, tornando-se uma espécie de mascote da multinacional. Sem perder sua autonomia, Ioiô é acolhido pelos boêmios e intelectuais, sendo levado pelos mais irreverentes nas manifestações políticas e em passeios de bonde pela cidade. O bode também é visto dentro das igrejas, no Teatro José de Alencar e até nas sessões solenes da Câmara Municipal. Uma de suas maiores travessuras ocorre numa noite de 1921, quando então Ioiô come a fita inaugural do Cine Moderno, sendo considerado, por seu atrevimento, o inaugurador oficial da nova sala, antecipando-se ao governador que só chega ao local após o ocorrido. Façanha maior acontece nas eleições municipais de 1922, quando Ioiô capitaliza os

votos de protesto em Fortaleza, recebendo a maior votação para vereador da cidade. Pela convivência com os boêmios, acaba apreciando uma boa cachaça. Muitas vezes, Ioiô é visto cambaleante em sua volta para casa. Os porres do animal chegam a virar notícia de jornal. Cansado, meio doente, em 1931 não faz mais jus ao nome, deixando de dar seus passeios diários, acabando por morrer. O necrológico do bode chega a ser publicado em um jornal. Para os galhofeiros de plantão, vem uma dúvida: o que causou a morte de Ioiô? Para uns teria sido cirrose, em virtude da bebida. Para outros, de enfisema pulmonar, já que o bicho nunca negara um cigarro. Surge a versão de crime político: o ano seguinte seria de eleições e o bode, outra vez, despontava como um dos favoritos nas urnas. Em meio às dúvidas, o bode é empalhado por encomenda da multinacional e doado ao Museu do Ceará, aonde se encontra até hoje, sendo a popularidade do animal reforçada ano após ano. Objeto de diversas mídias, com o surgimento da Internet o bicho invade a web e, atualmente, pode ser encontrado em 4.860 verbetes do Google. Assim como venceu a seca, Ioiô mostra fôlego para transcender as fronteiras do tempo. Após o surgimento da ovelha Dolly (1996 – 2003), a molecagem cearense ganha mais combustível para a imaginação: agora, é possível ressuscitar o bode. Quando o rabo de Ioiô sumiu do Museu em 1996, logo surgiu um cordelista para apresentar sua versão para o furto: o rabo do bode está em algum laboratório de clonagem.



Bode Ioiô, empalhado, em exibição no Museu do Ceará, em Fortaleza.

As potencialidades dos caprinos e ovinos, subutilizadas historicamente por restrições que os impediram de progredir nas zonas mais prósperas da economia agrária de exportação, empurrando-os para o ambiente da população mais pobre dos sertões, no qual permaneceram relegados a um segundo plano, acabou fazendo de seu lado mais visível, especialmente para aqueles que desses animais não dependia sua sobrevivência, um imaginário quase exótico que aparece em histórias como essas. Mas para além da simbologia envolvida nelas, ovelhas, e principalmente cabras, mesmo sendo raras as referências a elas nos textos dos autores consultados que se dedicaram ao tema tratado neste capítulo, disseminaram-se pelos sertões de forma impressionante e silenciosa, quase tão silenciosa quanto à população pobre que recheou de vida a porção sem prestígio desse mundo sertanejo.

5. CASOS ESTUDADOS



Comércio de caprinos e ovinos num mercado tradicional de Recife, s/d. (<http://www.iga-goatworld.org>).

A escolha dos casos enfocados neste estudo foi inicialmente motivada por indicarem perspectivas de potencial incidência sobre temas como pobreza e desenvolvimento, critério que culminou com a seleção de projetos aliados ao tema da caprinovinocultura na região do Semi-árido, como já exposto. Com as pesquisas de campo, foi possível levantar uma série de outros elementos que ressaltam semelhanças entre eles, mas também particularidades de cada um desses casos, características essas que os aproximam ou os afastam, conforme apontado preliminarmente a seguir. Depois desses breves apontamentos iniciais, são feitas descrições mais detalhadas de uma série de processos observados e entendidos como sendo aqueles que são mais relevantes para uma compreensão das experiências enfocadas nesse estudo, informações essas que compõem parte da base para compreensão dos processos de construção social de mercados, complementadas por àquelas fornecidas no próximo capítulo.

- Em Mossoró, a realização semanal da Feira ou Mercado do Bode ganha destaque pela sua estrutura enquanto espaço que condensa um significativo volume no comércio de animais, sobretudo voltados para abate, sendo que processo semelhante não fora observado nas duas outras cidades pesquisadas, que não detém comércio neste segmento nos mesmos moldes, inexistindo espaços similares com um uso de caráter público, institucionalmente formalizado e com ocorrência periódica (duas vezes por semana), como o é no caso daquela cidade. Ainda que se possa atribuir tal fato ao tamanho bastante desigual de Mossoró em relação as duas outras cidades – Cabaceiras e Tejuçuoca – o que poderia justificar a dimensão da atividade na primeira, acredita-se que outros fatores, como uma maior institucionalização em torno dessa prática com o status que ocupa na agenda pública municipal, entre outros aspectos, também contribuam para ressaltar essa diferença. Cabe enfatizar que essa diferenciação se refere especificamente à prática da caprinovinocultura enquanto atividade voltada para o comércio de animais destinados ao abate.
- Em dois dos casos, correspondentes aos municípios de Mossoró e Cabaceiras, verificou-se que está em curso um relativo processo mais avançado da prática da caprinovinocultura envolvendo pequenos proprietários rurais (agricultores familiares). Diferentemente do terceiro caso, Tejuçuoca, nesses dois municípios ganha destaque a produção de leite caprino, com a organização do escoamento dessa produção para usinas de beneficiamento, além do cumprimento de outras etapas de estruturação da cadeia produtiva que colocam essas experiências num patamar diferenciado no que se

refere ao fomento de iniciativas voltadas à construção de mercados envolvendo pequenos agricultores familiares produtores de leite. Relacionado a isso, nos dois primeiros estados, Programas Estaduais do Leite vinculados ao PAA do Fome Zero desenvolvem-se desde 2003, sendo responsáveis pela compra e conseqüente estímulo a essa produção. Já no Ceará, processo semelhante é ainda muito recente, tendo se iniciado em 2009. Esses e outros aspectos correlatos são aprofundados no Capítulo 6.

- Ainda que nos três casos estudados sejam realizadas festas anuais tendo como mote a figura emblemática do “bode”, nos casos de Cabaceiras (PB) e Tejuçuoca (CE), tais eventos assumem importância relativa maior, por estarem entre as maiores fontes de renda desses que, ao contrário de Mossoró – segunda maior cidade do Rio Grande do Norte e que conta com uma população de cerca de 250 mil habitantes – são municípios pequenos, com populações aproximadas de 5 mil e 15 habitantes respectivamente. Atrelado a esses eventos está a atividade do turismo que, no caso de Cabaceiras, pode-se dizer que extrapola a dimensão do evento anual, sobretudo pelo potencial natural da região aliado a estratégias específicas desenvolvidas pelo setor público municipal no passado recente. Em Tejuçuoca, o turismo também assume significativa importância, tanto atrelado a questão da festa anual, quanto as belezas naturais da região.
- Ainda que a produção de artefatos em couro de caprinos seja uma prática secular no Semi-árido, em Cabaceiras a atividade ainda detém significativa importância social e econômica, envolvendo uma produção voltada tanto para exportação como para suprir o mercado local, boa parte do qual ligado a artefatos consumidos por turistas. Mais que isso, um processo recente poderia ser classificado como aquilo que Sabourin (2009) chama de “construção social da inovação”, processo que reúne atores e organizações que mobilizam recursos externos para inovação adaptada às situações locais, como fora o caso do desenvolvimento de um processo de curtimento vegetal do couro, utilizando produtos de origem natural (taninos vegetais), com baixo teor químico no tratamento, gerando couros de qualidade diferenciada aliados à inovação tecnológica que gera menor agressão ao meio ambiente. Em Tejuçuoca, depoimentos e a literatura consultada fazem menção a atividade de produção de artefatos em couro que também tem raízes locais e que estaria começando a ganhar nova importância, ainda que não tenha sido possível levantar elementos que demonstrem mais concretamente o estágio que esse processo lá se encontra.

- Nos três casos, os projetos de caprinovinocultura focados aliam-se a gestões municipais específicas que, grosso modo, representam significativo grau de mudança em relação a história política local. Nessas experiências ligadas a caprinovinocultura, seu desenvolvimento atrela-se aquilo que se poderia chamar de uma “mudança de paradigma” no contexto das localidades em que se dão, sendo decisiva para existência desses projetos sua inclusão na agenda política municipal. Aliado a isso, pode-se dizer que, passado um tempo desde seu início, essas experiências apresentam significativo grau de enraizamento com a sua “apropriação” pela população, sobretudo aquela mais diretamente envolvida, o que lhes têm garantido uma sobrevivência ao longo do tempo, ultrapassando gestões específicas e seu atrelamento exclusivo a determinadas plataformas políticas de partidos que se sucederam no âmbito do poder público municipal. Nesses processos, no entanto, caso extremo se refere a Cabaceiras, que revela aspectos peculiares pela situação conflituosa entre a Associação de caprinovinocultores e o Executivo local que sucedeu no poder a gestão que apoiara sua criação e dera o impulso inicial para o desenvolvimento da atividade no município.
- Das três experiências enfocadas, Cabaceiras chama a atenção pela perspectiva territorial que assumem algumas de suas estratégias de desenvolvimento: uma reflete-se no fato da cidade integrar o Pacto Novo Cariri, iniciativa que reúne 33 municípios (29 do Cariri mais 4 de fora das Microrregiões do Cariri Oriental e Ocidental) e instituições públicas, privadas e da sociedade civil visando alavancar o desenvolvimento sustentável da região via a formação de parcerias e a gestão compartilhada de ações e atividades, entre elas o desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinocultura. Outra iniciativa se dá através da Associação de caprinovinocultores da cidade (ASCOMCAB), que juntamente com outras associações de criadores de cidades vizinhas e pertencentes as Microrregiões do Cariri Oriental e Ocidental, acabam por constituir uma rede informal, mas marcada por estreita e ativa relação, por meio da qual as associações apoiando-se mutuamente em questões tocantes à produção de leite e à troca de experiências em geral. Essa interação possibilita o apoio mútuo em questões práticas e concretas como foi possível observar com a formação de arranjos que visam organizar o atendimento momentâneo a cotas de produção de leite, suprida por meio da redistribuição do produto entre associações por ocasião da necessidade de ajustes ou de algum desequilíbrio ocasional que implique em risco de

descumprimento de acordos comerciais estabelecidos, como aqueles firmados entre as Associações e o Programa do Leite do Estado.

Essas características principais e outras peculiaridades são descritas com maior profundidade e analisadas a seguir neste Capítulo.

5.1 Mossoró (RN)

O Rio Grande do Norte agrega 167 municípios. Mossoró é o segundo município mais populoso do estado, com cerca de 250 mil habitantes (aproximadamente 8% da população do estado), atrás apenas da capital, Natal (que tem aproximadamente 800 mil habitantes), e o primeiro em área territorial do estado, com 2.110 quilômetros quadrados.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (IBGE-PNUD, 2000), o IDHM de Mossoró é de 0,735, estando, portanto, acima do IDH (2000) estadual, que é de 0,705 (o que o coloca o Ceará em 21º lugar entre os estados brasileiros)²⁸.

Segundo ainda o Mapa de Pobreza e Desigualdade de 2003 (IBGE), a incidência de pobreza em Mossoró é de 55,28%, o que coloca o município em 116º lugar no estado entre aqueles com maior incidência. Esse índice já foi pior: segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), a proporção de pobres caiu de 54,9% (1991) para 40,8% (2000) no município.

Tabela 13 - População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000 – Mossoró (RN)

	1991	2000
População Total	192.267	213.841
Urbana	177.331	199.081
Rural	14.936	14.760
Taxa de Urbanização	92,23%	93,10%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do IBGE (2000)

O relatório síntese dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2000) mostra que, em relação aos outros municípios do Brasil, o município está entre as regiões

²⁸ Segundo o dado referente ao ano de 2005, mesmo tendo seu IDH subido para 0,738, o Rio Grande do Norte caiu duas posições no ranking dos estados em relação a aferição anterior, fato explicado pelo maior aumento relativo do IDH de outros estados.

consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Apresenta, portanto, uma situação intermediária: ocupa a 2290ª posição, sendo que 2289 municípios (41,6%) estão em situação melhor e 3217 municípios (58,4%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Mossoró apresenta uma situação boa: ocupa a 6ª posição, sendo que 5 municípios (3,0%) estão em situação melhor e 160 municípios (97,0%) estão em situação pior ou igual.

Dados do IBGE disponibilizados em Produção da Pecuária Municipal 2008 e no Censo Agropecuário de 2006²⁹ ajudam a compreender melhor as características agropecuárias de Mossoró no contexto estadual.

Quanto ao número de estabelecimentos dedicados a criação de caprinos, Mossoró situa-se em terceiro lugar no estado, com 352, perdendo somente para os municípios de Governador Dix-Sept Rosado (447) e Apodi (607). Quanto ao número efetivo de caprinos, Mossoró é o 3º município com cerca de 16.500 cabeças, ficando atrás somente de Apodi (25.837) e Felipe Guerra (22.942).

Quanto ao número de estabelecimentos agropecuários que se dedicam a ovinocultura, estes são em número de 444 em Mossoró, o que coloca o município em 4º lugar no estado, atrás somente de Apodi (636), Caraúbas (534), Santana do Matos (449). Em número de efetivos de rebanhos, Mossoró fica em 11º lugar, com 9.373 cabeças.

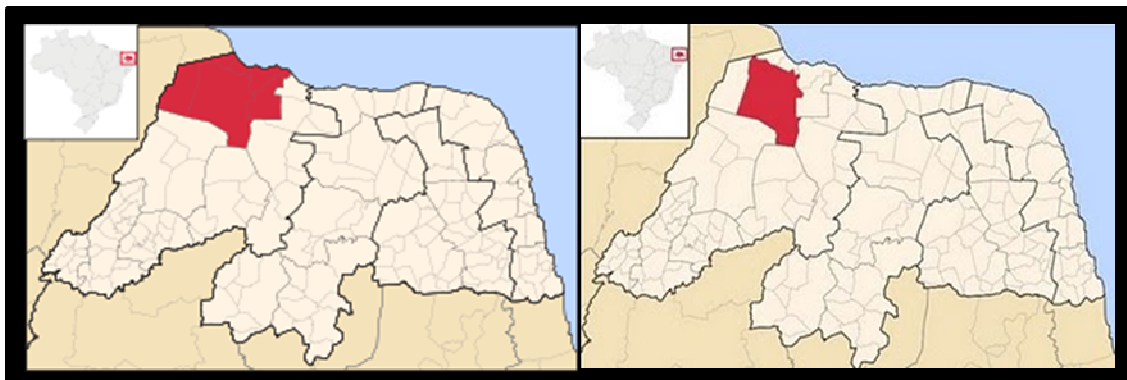
Já no que se refere à pecuária bovina, Mossoró ocupa o 8º lugar em número de estabelecimentos que se dedicam a essa prática e o 2º em número de cabeças, com cerca de 21.821 animais, ficando atrás somente do município de Caicó (30.343 cabeças).

Esses dados revelam a importância da agropecuária no município, que se destaca entre aqueles que mais detêm estabelecimentos e animais no estado nos três segmentos selecionados.

A seguir, a partir do material levantado nas pesquisas de campo, são enfocados e analisados três aspectos ligados a agropecuária em sua interação com aspectos sociais: o Mercado ou Feira do Bode, a Festa do Bode e as relações da caprinovinocultura com o cenário político de Mossoró.

²⁹ No caso do número de estabelecimentos, os dados disponíveis referem-se somente no Censo Agropecuário 2006. Quanto ao efetivo de rebanhos, ainda que os dados existam em ambos documentos, optou-se por utilizar aqueles pertencentes ao Produção da Pecuária Municipal 2008, por serem mais recentes. Isso vale para os demais tópicos que se utilizam dos mesmos dados ao longo deste trabalho.

Mapas 4– Estado do Rio Grande do Norte com destaque para Microrregião de Mossoró (esquerda) e Município de Mossoró (direita)



5.1.1 O Mercado ou Feira do Bode

Em Mossoró, o espaço por excelência da comercialização de animais, sobretudo caprinos e ovinos destinados ao abate, é o Mercado ou Feira do Bode, que acontece às terças e sextas-feiras no Parque de Exposições Armando Buá. O local foi especialmente construído para isso, sendo promessa de campanha da ex-prefeita Rosalba Ciarline (1997-2004). Antes disso o Mercado passou por vários locais na cidade, todos improvisados, ocupando ruas da cidade, o que causava transtornos com a sujeira gerada e com problemas no trânsito.

Com a pesquisa de campo, não foi possível obter uma resposta única para a questão: “desde quando existe esse Mercado ou Feira?”. Para um dos entrevistados diretamente envolvidos com a gestão do espaço, ele existe desde 1995, mas é provável que ele se refira apenas ao período em que ocupara as ruas do centro da cidade, seu último local improvisado antes de ser transferida para o Parque. Negociantes contatados em dias de Feira informaram que ela existiria há pelo menos 30 anos.

Quanto à transferência de local, constatou-se que muitos frequentadores não acreditavam que isso fosse possível, pois apostava-se que muitos resistiriam a sair de uma área central da cidade em direção a uma área mais isolada: temia-se que isso acarretasse em prejuízos nas transações comerciais. Mas fato é que a estrutura montada foi capaz de arrefecer os ânimos dessa polêmica. São excelentes as condições dos currais e do Parque como um todo, com estacionamento para carros e caminhões, lanchonetes, sanitários e sombra, fator salientado como vantajoso já que antes animais e homens ficaram expostos ao forte sol de Mossoró.



Parte das instalações do Parque Armando Buá, sede atual da Feira ou Mercado do Bode e também da Festa do Bode. Por ocasião desta última, a estrutura em destaque se destina a receber os chamados animais de “linhagem nobre” ou “elite”.

Sob a perspectiva de gênero, a Feira é uma atividade eminentemente freqüentada por homens. Inicia-se cedo, por volta das 5 horas, sendo que seu movimento mais intenso vai até por volta das 8 horas, mas alguns ainda persistem até o término da manhã. Não é fácil chegar de fora e estabelecer contato. Quase todos se conhecem ao menos de vista, ainda que a Feira atraia pessoas vindas de outros municípios vizinhos. Nesse caso, a “identificação” é feita por características como os trajes, a fala etc. No caso de um “pesquisador de São Paulo” não há como disfarçar, o que leva a ser “evitado” sob o olhar da desconfiança ou pela falta de interesse que entende como “perda de tempo”, tempo esse que poderia ser melhor utilizado para concretizar negócios com quem está ali de fato interessado em comprar algum animal: o ambiente é marcado por uma disputa acirrada que envolve muita barganha entre vendedores e compradores.

Algumas hipóteses levam a crer que a primeira motivação – desconfiança – encontra suas raízes numa série de fatores que incidem sobre a prática desse mercado, tais como a alta porcentagem de clandestinidade dos abates e a origem dos animais. Quanto a esta última um problema de grandes dimensões para os criadores em geral são os furtos e roubos de

animais³⁰. Foi relatado por vários contatados que existem verdadeiras quadrilhas especializadas que “encostam caminhões e carregam muitos animais das propriedades”, usando muitas vezes de violência para isso. Dizem que estes bandidos vêm de outras localidades e aproveitando-se da situação de proximidade fronteira de Mossoró com o Ceará, esquivando-se da fiscalização, e para lá levam os animais para serem abatidos.

De acordo com o presidente da Ascom (Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Mossoró), o controle nas estradas seria praticamente nulo. Ele cita o documento Guia de Transporte Animal (GTA) que poderia ser exigido pela polícia rodoviária para verificar a autenticidade da propriedade dos animais, mas que isso nunca é feito ou não o fazem sistematicamente. De qualquer forma, ainda que seja mera especulação, a tamanha animosidade inicial demonstrada parece que de alguma forma poderia estar em parte ligada a isso, tanto pelo lado daqueles que não gostam de estranhos “mapeando” o local quando por parte da origem duvidosa que por ventura tivesse algum animal ali negociado.

Quanto ao segundo aspecto – “a falta de interesse no contato com um pesquisador de fora” – uma explicação possível se liga ao clima de forte barganha que marca o local. À primeira vista é um local em que nada acontece, mas basta algum tempo de observação para perceber que se encena ali um espetáculo cujo principal objetivo dos atores – vendedores e compradores – é moldar o preço da maneira que melhor lhes favoreça. Em geral os compradores são discretos e quando menos se espera ouve-se dizer que foram “compradas 30 cabras” que estavam em um dos “chiqueiros”³¹. Ao mesmo tempo, alguns dos vendedores esforçam-se para chamar a atenção anunciando ficticiamente “negócios que irão realizar”: fulano de tal “vai pagar tanto por estas cabras aqui...”; “êta parecia de burrego bom que vai vender logo!”; “ôh carnerada boa danada!” que fulano de tal “vai levar...”. Mas, em geral, como se pôde observar, o momento exato das negociações entre compradores e vendedores é algo que ocorre de maneira bastante discreta, numa conversa “ao pé do ouvido”. Da intimidade desse processo, pôde-se perceber que a formação de preços é um processo no qual uma das principais variáveis é o ganho em escala, ou seja, visa-se a venda casada de animais

³⁰ Numa perspectiva comparativa, referências a essas ocorrências foram verificadas em depoimentos posteriores tomados nos dois outros estados pesquisados, locais onde roubos e furtos são constantes, levando criadores mais estruturados a optarem, também por conta disso, pela criação confinada dos animais em virtude de uma maior precaução contra esse tipo de problema.

³¹ Ainda que aqui no Sudeste se utilize esse termo associado à criação de suínos, nas regiões visitadas do Nordeste o termo é utilizado popularmente para o cercado no qual se expõe para comercialização caprinos e ovinos ou aonde os mesmos são criados. Outro nome também utilizado e tido como mais apropriado é “aprisco”, sendo utilizado principalmente por técnicos do setor ou criadores mais avançados na prática.

(um lote contendo “um bode e três cabras”, por exemplo) ou, de preferência, um lote maior (“20 ou 30 animais” de uma só vez).



Animais da raça Saanem sendo negociados na Festa do Bode de Mossoró (2008). Ao longo do ano, esse mesmo espaço recebe semanalmente o Mercado ou Feira do Bode e, da mesma forma, negociantes concentram-se ao redor dos animais expostos.

Outra característica importante é que os animais são negociados tendo como principal quesito seu peso estimado por uma avaliação baseada na aparência e nas suas condições gerais, ou seja, aspectos visuais da carcaça, já que seu destino quase sempre é o abate, ou seja, a quantidade de carne que desses animais se pode extrair. Nessa avaliação visual da Feira não se faz uso de balança para se verificar qual seria o peso exato dos animais. Para avaliação, em geral apalpa-se o corpo dos animais visando estimar sua estrutura física. De certa forma, isso não deixa também de fazer parte de uma encenação maior do grande “teatro da barganha” que ali se estabelece, revelando uma aposta na maior subjetividade contida nesse processo de avaliação-negociação que abra margem para fazer valer talentos que se sobreponham ao outro na avaliação das potencialidades de determinado animal, não vista ou não percebida por quem compra ou quem vende, tirando-se daí vantagens na realização do negócio, seja “cobrando mais” ou “pagando menos” em relação aquilo que seria, de fato, o preço real ou mais justo por determinado lote ou animal.

Quanto da pesquisa nesse local, em todos os casos, as resistências iniciais de um contato mais efetivo só foram vencidas quando um dos presentes, de forma mais direta, indaga sobre as motivações da estranha presença de alguém “não pertencente aquele mundo”. Explicados de maneira simples os propósitos foram rapidamente compreendidos (apesar disto já ter sido feito antes para outros negociantes que pareceram não entender ou não quiseram acreditar neles). Ficou claro que esse negociante exercia um papel de liderança ali. Esse “líder” tinha também algo de mais esclarecido, é bom que se diga³². Não demorou para que, num piscar de olhos, sumisse a resistência inicial, sendo agora substituída por uma grande curiosidade “diante do novo vindo de fora”. Como num passe de mágica – já que aparentemente não se comunicaram verbalmente nesse breve intervalo que separa as duas atitudes opostas – a animosidade de antes se transformou também para outros negociantes que estavam distantes e que faziam graça e piada com a novidade “agora aceita” em seu meio. Apontando para uma cabrinha, um gritou: “essa aqui vai pra São Paulo!”.

Para além desse tipo de comércio predominantemente exercido por negociantes e pela finalidade do abate, a Feira possibilita também que pequenos criadores freqüentem o local em busca de animais para implementarem seus plantéis. Pôde-se observar que alguns pequenos criadores participantes do Programa Municipal de Apoio a Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura (PROCAP) o fazem. O que os leva a freqüentarem é a possibilidade de encontrarem, no meio de muitos, alguns animais com potencial para se tornarem bons reprodutores ou produtores de leite por um preço acessível. Isso envolve muita escolha, pesquisa e barganha, já que ali não há “garantia de origem” desses animais, sendo que alguns podem apresentar problemas de saúde “camuflados” por vendedores interessados apenas numa venda rápida de animais para abate. Segundo criadores e especialistas consultados, isso seria possível, por exemplo, oferecendo ao animal ração industrializada num curto espaço de tempo para engordá-lo. Essa prática funcionaria também para iludir nas negociações que o animal é um bom produtor de leite. Nesse caso, oferecer-se-ia ração industrializada ou medicamentos a ele, o que levaria a maior lactação do animal, mas omitindo-se que fora dado esse suplemento alimentar. Ou seja, quando o animal fosse adquirido e mantido sob as condições prevaletentes para maioria dos pequenos criadores, alimentando-se em grande parte por conta da própria vegetação das caatingas, ele deixaria de ser “tão bom produtor de

³² Constatou-se que ele já fora presidente do “Sindicato dos Trabalhadores de Carne” da cidade, conforme definiu. Dedicando-se também ao negócio de compra e venda de animais, afirma que seu irmão tem um abatedouro que mata cerca de 180 animais por dia.

leite”. Em suma, nesse rol de trapaças possíveis, encontram-se muitos animais velhos, doentes ou que apenas foram engordados às pressas para serem vendidos mais caros.

Segundo a equipe do Procap, essa “cultura” de se abater, por exemplo, os animais mais velhos ou mesmo doentes, comum e tradicional na caprinovinocultura local, é algo o qual o Programa busca combater. Frases como: “o Procap tem educado o produtor” e “já conseguimos ao menos fazer com que os produtores fiquem preocupados com isso”, foram recorrentemente usadas pelo ex-gestor do Programa que procurou assim situar a posição institucional e o atual estágio em que essa situação se encontra. Nesse sentido, a equipe do Programa almeja que a Feira possa ser um espaço em que a troca de experiências propicie uma influência que leve a uma mudança de cultura, gerando assim outros preceitos que se traduzam no aprimoramento dessa cadeia produtiva. Os elementos formadores dessa nova visão seriam os pequenos criadores aderentes ao Programa, que também para o espaço da Feira levariam as novas influências adquiridas por eles aos demais, visando assim incidir num necessário processo de revisão e aprimoramento da prática como um todo.

Para a equipe do Programa, isso envolve ainda preocupações com etapas mais amplas, que se constituem num entrave que se coloca para a cadeia produtiva da caprinovinocultura numa de suas pontas, e para a pecuária como um todo do Rio Grande do Norte. Ela se refere ao fato do estado ser classificado até 2008 como sendo de “Zona de Risco Desconhecido” por conta da febre aftosa, classificação que impede a venda de produtos derivados para além das fronteiras do próprio estado. No final daquele ano, uma perspectiva positiva nesse cenário adveio com a alteração desta classificação para a de “Zona de Risco Médio”, refletindo um progresso na agropecuária do estado como um todo nas questões agro-sanitárias.

Outra expectativa da equipe do Programa é que, com a realização do evento anual da Festa do Bode, com a participação dos capris mais estruturados e voltados para um mercado agropecuário de elite, distante do mundo dos pequenos criadores e dos comerciantes voltados para engorda e abate de animais, se possa sensibilizá-los para esta realidade, para que ofereçam inclusive bons animais a um preço mais acessível, abrindo assim a possibilidade de um maior aprimoramento genético dessas criações.

Não obstante, diante da realidade atual, ainda que alguns pequenos criadores com poucos recursos se sujeitem a buscarem no Mercado do Bode animais para seu plantel, barganhando e usando de sua experiência para tentarem fazer um bom negócio que possibilite beneficiar suas criações, outros, no entanto, afirmam não o fazerem. Quando da visita a um pequeno criador bem sucedido do Assentamento Hipólito, um dos mais antigos de Mossoró,

obteve-se a seguinte justificativa: “eu tiro por mim: só levaria lá um animal que não me interessasse mais”, ou seja, velho ou doente. “Por que então acreditar que alguém faria diferente?”. Ele afirma que prefere então percorrer propriedades de conhecidos e vizinhos quando do interesse em adquirir algum animal.

Alguns aspectos ilustrativos disso podem ser notados mesmo por um leigo quando se depara com a aparência dos animais: em comparação com os comercializados na Feira do Bode, por exemplo, os animais do criador do Assentamento Hipólito são bonitos e bem tratados. No que se refere ao comportamento, são dóceis e quase amestrados, já que sobem sozinhos uma rampa feita de madeira e lá aguardam para serem ordenhados. Já na Feira, os animais são ariscos a ponto de não deixarem que lhes encoste a mão. São tratados com brutalidade chocante para quem chega e observa de fora, recebendo chutes, sendo puxados pelas orelhas e jogados de um lado para outro, gritando desesperados. E muitos revelam esses maus tratos também na aparência física quando em comparação com outros animais submetidos a melhores condições.

Outros presentes na Feira contatados confirmam ser muito necessário tomar cuidado para não comprar “animal doente”, “com teta perdida” (por mastite, doença relativamente comum que compromete a lactação desses animais), já que o local é freqüentado por muito “trameiro” (que equivale a “trapaceiro”, “trambiqueiro”). Acreditam que, para fazer um bom negócio, o melhor é percorrer “os sítios”. Nesses locais, além de melhor qualidade, afirmam que o preço a ser pago por cabras e ovelhas é menor. Um aposentado contatado, que possui algumas vacas, mas se sente estimulado atualmente a criar cabras, usa como argumento o fato “de uma vaca custar em torno de R\$ 2.000,00 e uma cabra R\$ 40,00”, o que possibilita girar o capital mais facilmente e com menos risco. Isso porque vendeu a única vaca que tinha recentemente e não recebeu o pagamento. Recorreu a Justiça para tentar receber o dinheiro, fato que até aquele momento não havia ocorrido.

Nesses casos, e em outros com os quais se tomou contato nas pesquisas de campo, o que se percebe é que uma maior confiança nessas transações se assenta no âmbito das relações de proximidade pessoal, como no caso de se negociar animais com sitiantes vizinhos, e não na impessoalidade e nos riscos daquele mercado. Outro fator que se soma a isso é aquele relativo ao transporte dos assentamentos até o local da Feira para que os animais sejam comercializados ou o inverso no caso da compra de algum animal. Como na maior parte da vezes os assentados tem que arcar com custos de fretes contratados, a perspectiva de

realizarem bons negócios tem que realmente ser atraente para valer a pena a compensação da despesa.

Por último, cabe dizer que não há dados quantitativos sobre o número de animais e o volume de recursos financeiros envolvidos nas negociações que acontecem na Feira ou Mercado do Bode. Para se ter uma idéia, naquela que é considerada a maior feira do estado vizinho, o Ceará, e uma das maiores, senão a maior do Nordeste, que também tem periodicidade de dois dias por semana, nos seus dias de comercialização, em média, são negociados cerca de 500 animais (bovinos, caprinos e ovinos), segundo os organizadores.

Ainda que não se tenha dados quantitativos mais consistentes, com base nas visitas deste estudo para acompanhar alguns dias da Feira de Mossoró, pode-se afirmar que certamente o número de animais lá comercializados é expressivamente menor que o da feira cearense. Mas também se pode afirmar que, a partir da difusão observada de ovinos e, principalmente, caprinos no meio pesquisado, acredita-se que negociações sem dúvida ocorram em profusão bem maior que a observada naquele espaço institucionalizado, acontecendo de forma pulverizada nas propriedades rurais e em boa parte motivadas pelas preferências expressas nos relatos imediatamente acima citados.

5.1.2 A Festa do Bode

A Festa do Bode é o grande evento anual em torno da caprinovinocultura na região de Mossoró. Com duração aproximada de 5 dias e realizada geralmente nos meses de julho ou agosto, em 2008, em sua décima edição, teve como slogan “O bode é 10” – num duplo sentido, referência ao número da edição do evento e a qualidade que se atribuiu quando se diz que alguma coisa é “10”.

A Festa é um grande evento multifacetado que procura contemplar tanto aspectos agropecuários quanto de entretenimento. Já assumiu o status de política pública e uma dotação orçamentária para sua realização aparece especificada no orçamento municipal.

De acordo com o gestor do Procap à época, R\$



117.000,00 foram destinados ao Programa e R\$ 244.000,00 para a Festa do Bode em 2008. Os recursos financeiros em questão chamam a atenção, já que o Programa, executado durante o ano todo, recebe menos da metade dos recursos do evento da Festa, que dura apenas cinco dias. Isso não deixa de revelar a importância que detém este evento, importância essa que abarca desde aspectos comerciais – já que são realizados negócios envolvendo animais, muitos dos quais animais caros pertencentes a capris dedicados ao agronegócio – passando por aspectos ligados a visibilidade do poder público municipal enquanto promotor do evento, até a promoção da caprinovinocultura enquanto prática agropecuária, na medida em que se procura estimular a melhor estruturação desse segmento por meio de ações que melhorem sua imagem e evidenciem suas potencialidades.

A inclusão dessas ações no orçamento municipal fora obra do Secretário de Desenvolvimento Econômico de Mossoró, um economista de formação e também vinculado ao Sebrae há vários anos, atuando como consultor. Fato curioso é que, além das relações intragovernamentais e com o Sebrae que o aproximam do Procap e da caprinovinocultura de Mossoró, mais um vínculo se soma com o fato dele ser também pai da veterinária do Programa, uma profissional entusiasta e muito próxima dos pequenos agricultores familiares em sua prática cotidiana.

A realização da Festa envolve o empenho de diversos setores da administração pública municipal, ainda que a coordenação geral fique a cargo da Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos (GEARH), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Mossoró. Por conta da Festa, o Parque Armando Buá recebe diversos beneficiamentos como reforma e pintura, embelezamento dos canteiros de plantas e colocação de grama na área de competição dos animais, iluminação extra, montagem de um grande palco no qual se apresentam diversos artistas e bandas, montagem de estandes para diferentes instituições (tais como a própria Prefeitura da cidade, Ufersa, Sebrae, Emparn etc.) e outros para venda de artesanato e comida etc.

A Festa é freqüentada por milhares de pessoas, tanto criadores e produtores quanto público em geral. Uma parte do evento é dedicada à gastronomia: nos restaurantes, estandes e lanchonetes são servidos diversos pratos à base de caprinos e ovinos, principalmente churrasco e a apreciada “buchada de bode”. Além disso, acontece o Festival Gastronômico, no qual pequenos criadores confeccionam pratos quentes e queijos com derivados de bodes e cabras que são avaliados por uma comissão julgadora. Uma outra seção é dedicada a

cozinheiros profissionais de restaurantes da cidade que também confeccionam pratos à base de caprinos e ovinos.

Em sua parte agropecuária propriamente dita, a Festa do Bode conta com centenas de animais distribuídos em seus muitos “chiqueiros”. Na edição de 2008 havia cerca de 750 animais expostos³³, entre caprinos e ovinos de diferentes raças. Para obterem permissão para serem expostos, os animais são avaliados pelo Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária (IDIA), órgão sanitário estadual da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), que envia uma unidade móvel para o local do evento. Animais diagnosticados com problemas de saúde são impedidos de participarem.

Os animais expostos são provenientes de diversos criadores principalmente do Rio Grande do Norte, mas também de outros estados do Nordeste como o Ceará, como observou-se bastante presente. Os animais provêm tanto de capris estruturados como de pequenos criadores e assentados da reforma agrária que trazem seus animais para expor, concorrer em alguma categoria ou vender. No entanto, há uma divisão entre esses dois segmentos, que não concorrem entre si.

A parte competitiva principal da Festa do Bode gira em torno dos exemplares de “animais de elite” segmentados por raças. A maior parte destes são exóticos, ainda que se incluam nesse ciclo competitivo categorias específicas destinadas a raças nativas (assunto explorado no capítulo 6). No primeiro caso, diferentes criadouros (denominados em geral de “capris”) competem entre si. No caso dos nativos, a menor presença de criadores torna algumas categorias diminutas em termos de concorrentes. Em ambos os casos, porém, o julgamento é realizado com rigor e profissionalismo, sendo que o juiz justifica seu voto publicamente no sistema de som do evento, expondo as características positivas e negativas que acarretaram na nota e conseqüente classificação final de cada um dos animais concorrentes.

A divisão entre grandes e pequenos criadores abrange a própria maneira com que estes estão dispostos, juntamente com seus animais, na Festa. Na parte mais estruturada (currais permanentes do Parque) ficam dispostos os animais de fazendeiros e capris, que trazem *banners* que fixam sobre os “chiqueiros” para identificá-los. Esses *banners* contem o nome do capril, o município e o estado no qual se situa, formas de contato, tipo e raça de animais criados etc. Em 2008, eles pagavam R\$ 80,00 de aluguel por cada chiqueiro para utilização pelo período de 5 dias de Festa.

³³ Não há dados acessíveis que possam ser sistematizados numa série histórica possibilitando uma visão sobre o número de animais expostos a cada ano ao longo da existência da Festa.

A dinâmica de cobranças é feita por duas associações, a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Mossoró (ASCCOM) e a Associação Norte Rio Grandense de Criadores de Ovinos e Caprinos (ANCOC). Segundo o presidente da primeira, esse processo atesta o reconhecimento por parte da Prefeitura de que o Parque “pertence” aos criadores, os quais devem então participar da sua gestão. O lucro obtido com os alugueis é rateado entre as Associações. Quanto a Ancoc, ela nasceu em Mossoró, mas depois ampliou sua atuação para o âmbito estadual. Por conta disso, em 1997, nasceu a Asccom, visando atender os interesses específicos dos criadores de Mossoró. Segundo o ex-gestor do Procap, a Associação “nasceu debaixo dos currais da Feira do Bode”, expressão que procura explicar a importância da Feira ou Mercado na organização e associativismo dos criadores do município. Além destas duas Associações, atua na região também a Asfoco – Associação de Fomento a Caprinovinocultura.



Momento de avaliação de animais em uma das competições da Festa do Bode (2008).

Numa parte montada especialmente para o período da Festa, numa das laterais do Parque, ficam os assentados da reforma agrária ou pequenos criadores de comunidades rurais tradicionais e seus animais, aos quais não é cobrada taxa de aluguel ou participação. Além

disso, eles recebem ajuda da prefeitura que lhes fornece transporte: um caminhão do poder público municipal se encarrega de trazer os animais, pessoas e demais objetos até o local por ocasião da Festa.

A diferença entre o espaço ocupado pelos capris e esse é grande e vai desde o maior imprevisto deste último até a forma de utilização, já que os pequenos criadores habitam esse espaço – dormindo em redes, por exemplo – conjuntamente com seus animais durante o período da Festa. Quando questionado se isso não seria uma forma de “discriminação”, o presidente da Ascom afirma “que os pequenos criadores preferem dessa forma”, pois assim “ficam mais à vontade”.



Assentado e seus animais trazidos para Festa do Bode (2008) partilhando o mesmo espaço.

Fato é que não dá para confundir esses dois segmentos: um é o mundo no qual se realizam os grandes negócios do “agroshow”; outro é aquele em que pequenos e incipientes criadores buscam aprimorar suas criações e conseqüentemente melhorar suas condições de vida para afastar-se cada vez mais da pobreza. Para estes, o grande norte para isso acaba sendo a produção de leite caprino. A existência de um Programa Estadual do Leite, que garante a compra e a estabilidade nos preços praticados, valores bastante estimulantes aos

pequenos produtores por gerarem uma renda superior a de outras atividades do campo acessíveis a eles, somado ao fato das restritivas condições produtivas do Semi-árido, apontam a caprinocultura leiteira como uma atividade por excelência para a região.

Conscientes disso, de maneira deliberada os idealizadores do Procap buscam criar um ambiente em que o estímulo ao aprimoramento da caprinocultura leiteira esteja presente de várias maneiras. Uma delas é a competição pela melhora da produção leiteira que acontece no evento denominado “Oeste Leite” (ou “Oestinhos”, como se faz menção correntemente, diminutivo que busca representar a posição que ocupa face ao evento maior que é o concurso leiteiro que acontece na própria Festa do Bode). O nome do evento advém do fato do concurso abarcar a região Oeste do Rio Grande do Norte, a mais forte produtora de leite de cabra do Estado, segundo depoimentos de técnicos do setor.

Ainda que ocorra um torneio leiteiro concomitantemente a Festa do Bode, sendo uma de suas atividades, mais uma vez, competição e estímulo são dosados para que gerem, cada vez mais, os objetivos esperados na cadeia produtiva por meio da profissionalização dos pequenos e incipientes produtores. Como não há possibilidade destes concorrerem com os grandes criadores dada a desproporcionalidade entre esses dois segmentos, ocorrem nas comunidades rurais e assentamentos os eventos descentralizados denominados de “Oestinhos Leite”. Quando do trabalho de campo, foi possível presenciar um desses eventos, que ocorreu no Assentamento Recreio, um dos mais afastados do núcleo urbano de Mossoró, próximo à divisa com o município de Baraúna, já próximo ao Ceará.

Pôde-se verificar que se trata de um evento bastante dinâmico, com significativa participação dos pequenos proprietários rurais. Além do concurso leiteiro, o evento conta com diversas palestras e oficinas relacionadas ao tema da caprinovinocultura, que ocorrem sob a lona de um circo armada especialmente para isso. Na ocasião, diversos moradores aproveitam também para comercializar produtos, em especial comidas e bebidas.

Fato é que, nestes eventos, pequenos criadores concorrem com pequenos, o que possibilita a premiação e conseqüente estímulo dentro desse segmento. Para aumentar ainda mais as chances de premiação dos participantes, tem-se como regra que quem participa de uma edição não pode participar de outra no mesmo ano.

A perspectiva de estímulo ao aprimoramento forma a própria base “ideológica” da Festa do Bode (e do Procap). O fato de conviverem num mesmo espaço mundos tão diversos, visivelmente contrastantes no feitio das pessoas e animais, visa possibilitar um canal de influência mútua: aos pequenos produtores serem influenciados por um universo de

excelência na produção animal que acarrete no seu crescente profissionalismo; aos grandes produtores serem influenciados – “sensibilizados”, nas palavras do ex-gestor do Procap – por uma nova lógica que possibilite estender seus interesses comerciais também aos pequenos produtores, ampliando assim a oferta de animais de qualidade, contemplando não somente fatias mais cobiçadas do mercado comprador de animais caros e inacessíveis àqueles. Esse é um objetivo declarado do Procap, sendo tomado como um passo fundamental para aprimorar a cadeia produtiva da caprinovinocultura da região.

Uma outra competição, destinada exclusivamente aos pequenos produtores que participam da Festa do Bode e que visa estimular a melhoria genética dos animais é a aquela denominada de “Bode tarado”. Após ser estimulado por uma fêmea no cio, cada bode competidor tem seu sêmen recolhido e analisado para medir a quantidade de espermatozoides. Em 2008, essa análise foi realizada no laboratório móvel do Projeto Aprisco (Sebrae/Governo do Estado), deslocado para a Festa. Normalmente, esse laboratório, montado num veículo do tipo furgão, presta serviços veterinários e zootécnicos percorrendo as comunidades e atendendo pequenos criadores na realização de análises, por exemplo, para detectar verminoses ou doenças em seus animais.

Em 2008, o Procap declarava ter planos de adquirir um laboratório nos mesmos moldes, fator de controvérsia entre diversos contatados, revelando aspectos da disputa política entre estado e município. O presidente da Ascom, por exemplo, afirmou que havia proposto isso tempos atrás e que teve seu pedido “desprezado” à época. Por sua vez, na ocasião da primeira ida à campo em 2008, a veterinária do Procap deu grande destaque ao plano como uma importante bandeira do Programa para a qual esforços estavam sendo empreendidos na sua concretização. No trabalho de campo de 2009 pôde-se verificar que esse objetivo tinha sido alcançado com a aquisição do laboratório móvel.

Para além de um possível questionamento inicial advindo de uma reflexão sobre a sobreposição de ações entre Estado e Município, essa pequena controvérsia poderia passar despercebida se outro fato não tivesse marcado a décima edição da Festa do Bode, revelando aspectos da dinâmica partidária regional. Por conta das eleições municipais, e temendo acusações de “uso da máquina”, diferentemente de outras edições da Festa, em 2008 foram praticamente nulas a divulgação do evento e as participações da prefeita Fafá Rosado e de membros do primeiro escalão do governo municipal. Por outro lado, observou-se o “domínio da cena” por parte do governo do Estado, com diversos *banners* e balões de divulgação institucional instalados de última hora no Parque de exposições. Na solenidade de abertura, o

Secretário Estadual de Agricultura, Francisco das Chagas Azevedo, fez um discurso que fora um ato de verdadeira promoção do governo estadual elencando ações para muito além da área da agropecuária, mas também enfatizando a importância da Festa do Bode no calendário de eventos do setor no Estado – num claro exemplo de “incorporação”, já que a Festa é anterior a atual gestão estadual a qual se vincula tal calendário. Apesar disso, fato é que fora menor a participação desta instância governamental no processo de organização e produção da Festa, ao contrário dos esforços municipais.

Voltando à questão do laboratório móvel, é de se supor o significativo poder político que tal mecanismo possui, por percorrer diversas comunidades levando o nome associado a determinada instância de governo e gestão, no caso estadual, do PSB de Wilma Farias, governadora do Estado. Não é de se estranhar, portanto, que para além de uma preocupação com a sobreposição de ações em termos de políticas públicas, a prefeitura de Mossoró, de Fafá Rosado e do DEM, também almejassem esse importante instrumento político. Sem dúvida que essas questões não diminuem a importância de um laboratório móvel em prol dos pequenos criadores e do aprimoramento da caprinovinocultura como um todo, mas não poderiam deixar de ser mencionadas.

Paralelamente a essas questões, percorrer o Parque nos dias de Festa do Bode vão revelando diferentes dinâmicas em torno dos processos da caprinovinocultura local. Num dos cantos, de forma discreta, um dos assentados de destaque entre aqueles que aderiram ao Procap ocupava, junto com suas 10 cabras e bodes trazidos para a Festa de 2008, um dos “chiqueiros” reservados aos pequenos criadores, a maior parte formada por assentados da reforma agrária. Trouxe também consigo um jovem, na sua definição um “menino vizinho que anda sempre comigo, de cima pra baixo, e que agora também se animou a começar sua pequena criação”. Assim, longe dos holofotes voltados aos animais de elite, aos capris e as disputas da cena política, de forma quase silenciosa, a disseminação pretendida pelo Procap progride através do exemplo.

5.1.3 Caprinovinocultura e cenário político

O mossoroense cultiva certo “isolacionismo” que já se tornou folclórico na expressão “País de Mossoró”. “Gostamos de fazer tudo diferente” é uma resposta comum ao por que disso. Uma série de argumentos históricos ajuda a reforçar essa resposta. Mossoró libertou os

escravos no ano de 1883, cinco anos antes da Lei Áurea. Em 1927, a cidade resistiu ao ataque de Lampião, sendo que ali fora morto um dos principais cangaceiros de seu bando, conhecido como Jararaca. O episódio povoa a memória local, tendo sido recentemente erguido no centro da cidade o “Memorial da Resistência”, uma espécie de centro cultural que reaviva o orgulho dos mossoroenses pelo feito de seus antepassados. Além disso, Mossoró tem o jornal mais antigo do interior do Brasil, “O Mossoroense”, fundado em 17 de outubro de 1872. Em 1927, fora ali também que a professora Celina Guimarães Viana tornou-se a primeira eleitora brasileira. Outro episódio marcante é que, por ocasião da Guerra do Paraguai, a cidade promoveu um dos primeiros “panelaços” que se tem notícia, com as mulheres saindo às ruas para protestar contra o alistamento de seus maridos e filhos. Boa parte desses feitos aparece em muitas conversas com os habitantes da cidade, revelando também uma consciência histórica fora do comum em comparação a outros lugares.

Não obstante todo “vanguardismo”, a política mossoroense acabou por repetir uma história bastante comum no Nordeste, onde uma ou poucas famílias poderosas mantiveram ao longo do tempo sua dominância no cenário político local. Nesse caso, a família em questão é a Rosado, a mais influente na cidade ao longo do século XX. Essa história começa em 1890 com a chegada de Jerônimo Rosado, farmacêutico pernambucano que se estabelece na cidade, cujos herdeiros ocuparam e ocupam diversos cargos de comando, entre eles a atual prefeitura de Mossoró, com Fafá Rosado (DEM), eleita em 2004 e reeleita em 2008³⁴.

Certa ruptura nesse cenário ocorreu com a eleição de Rosalba Ciarlini em 1988, médica pediatra, que foi prefeita de Mossoró por três vezes, representando certa “novidade política” num cenário em que a família Rosado é a mais influente na política local há décadas. Ainda que Rosalba seja casada com um Rosado³⁵, o ex-deputado estadual e hoje aposentado Carlos Augusto Rosado, com quem tem quatro filhos, as transformações proporcionadas com suas gestões não deixam dúvidas quando se anda pelas ruas de Mossoró. Vários contatados atestam a “completa transformação” por que passou a cidade sob sua administração. Não obstante, nos últimos anos Mossoró, assim como outras cidades do país cujo território abriga reservas de petróleo, tem sido beneficiada pela “Lei dos royalties”, que destina parte dos recursos

³⁴ Entre os filhos de Jerônimo Rosado - cujos nomes dos últimos são compostos na ordem de nascimento por algarismos em língua francesa - o que se tornou mais famoso é o agrônomo Jerônimo Vingt-un Rosado Maia (1920 – 2005). Uma das maiores contribuições de Vingt-un foi a criação da Coleção Mossoroense, que possui uma quantidade enorme de livros em seus 50 anos de existência e cujos autores são pessoas da região. Hoje, a Coleção está ligada à Fundação Vingt-Un Rosado, sediada em Mossoró.

³⁵ Depoimentos afirmam que a entrada de Rosalba na política se deve a influência direta de seu marido.

advindos com a exploração para os municípios. Coincidentemente ou não, o autor dessa lei foi o deputado federal Carlos Augusto Rosado, marido de Rosalba.

Fato é que, ao término de seu último mandato como prefeita, a administração de Rosalba Ciarlini foi “avaliada por 94% dos mossoroenses como excelente”, alavancando sua candidatura a senadora pelo Rio Grande do Norte. Em sua administração, uma atenção à zona rural revela-se em medidas como o combate a “política do carro pipa” – prática tradicional do clientelismo utilizada no Nordeste – por meio da construção de 160 quilômetros de adutoras de água, o que acabou por influir na redução dos índices de mortalidade, aumento da longevidade e diminuição da pobreza (<http://www.mulherdemocrata.org.br/membros>).

Mossoró é o maior produtor de petróleo em terra e de sal marinho do país. Grandes empresas de fruticultura irrigada também desenvolvem lá atividades voltadas ao comércio interestadual e internacional de produtos tropicais. Essas atividades geram riqueza, empregam parte da população e atraem grande número de trabalhadores de fora³⁶. Paralelamente, um acentuado e marcante contraste social, “visível a olho nu” quando se visita a cidade, traz consigo aspectos como pobreza e violência, tornando a realidade local problemática em muitos aspectos.

Outra característica é que o tamanho do território de Mossoró o coloca como um dos maiores do Estado em área. Na zona rural, com boa parte de seus habitantes formada por pequenos proprietários, tanto de assentamentos da reforma agrária do Incra quanto de comunidades tradicionais, como se pôde observar nas pesquisas de campo, muitas dessas pessoas, apesar de serem proprietárias de suas terras, enfrentam inúmeros problemas que vão desde a falta de estímulo e crédito para produção agrícola, passando pela falta de capacitação técnica e infra-estrutura, abarcando aspectos básicos que tocam áreas como saúde e educação, e que acabam por criar obstáculos para progredirem no campo.

A junção dessas características compõe um quadro complexo no qual, historicamente, quando muito, subsistiu uma política de assistencialismo de Estado para com a população mais pobre, paralelamente à formação de uma elite ligada à produção e ao comércio nas principais atividades econômicas da região.

Em 1988, Rosalba Ciarlini, eleita prefeita pela primeira vez, tornou-se a primeira mulher a administrar a “capital do Oeste”. Depois fora novamente prefeita por dois mandatos consecutivos (1997-2004). Além da promessa e construção do Parque de Exposições

³⁶ É muito comum presenciar nas ruas e nos endereços comerciais da cidade grande número de empregados da Petrobrás e de empresas terceirizadas, que têm sua identificação facilitada pelos uniformes característicos e pelo uso de automóveis com logotipos.

Armando Buá, sede da Feira e da Festa do Bode, as transformações no cenário da caprinovinocultura local em sua segunda gestão ligam-se diretamente a Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos, cujo ex-gestor, um dos principais personagens dessa história, ocupou esse cargo comissionado de 1997 até o início de 2009. Além das duas gestões de Ciarlini a frente da Gerência, ele manteve-se no mesmo cargo durante todo o primeiro mandato de Fafá Rosado, sucessora de Ciarlini. Somente com a reeleição desta, e após sua nova posse em 2009, o gestor fora substituído, assumindo, não obstante, um novo cargo comissionado na mesma gestão, mas agora ligado à área de meio ambiente, em outra secretaria municipal. A permanência do gestor por mais de 10 anos no mesmo cargo de confiança não deixa de ser significativa em termos de possibilidade de constância no andamento de projetos como o Procap, fato de certa forma incomum no cenário da administração pública.

O gestor é um dos idealizadores, juntamente com sua equipe, do Procap – Programa Municipal de Apoio a Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura. Por meio das pesquisas de campo, foi possível compreender que o Programa tornou-se o lado mais visível de um processo no qual uma série de ações que já vinham sendo realizadas, sendo reunidas e sistematizadas sob o nome Procap. Esse processo sugere que este fora o caminho em que, tendo o tema da caprinovinocultura entrado na agenda política local, passou a se constituir efetivamente numa política pública municipal. O ex-gestor lembra que, na semana que antecedia as Festas do Bode, enquanto prefeita, Rosalba Ciarline transferia seu gabinete e despachava diretamente da Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos, localizada ao lado do Parque Armando Buá, dada a importância que dava à iniciativa e à caprinovinocultura.

Sobre o surgimento do Procap, um outro fato importante usado como justificativa pelos responsáveis pelo Procap refere-se ao ciclo de premiações do Programa Gestão Pública e Cidadania do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG). Conforme o ex-gestor, ele e sua equipe da GEARH já haviam tido uma experiência anterior, com a elaboração e envio ao ciclo de premiação de um projeto denominado Projeto Água Viva / Projeto Luz do Sol, voltado para a captação e fornecimento de água a partir de poços e sua dessalinização³⁷ para população das áreas rurais e mais afastadas do núcleo urbano, e também

³⁷ De acordo com o Projeto, “Mossoró localiza-se em uma região muito seca, com uma quantidade pequena de água superficial. Mesmo a água encontrada nos primeiros 500 metros de profundidade é salgada, inviabilizando a captação para consumo humano por meio de poços tubulares rasos (150 metros). O jeito é construir poços profundos, como o que abastece a zona urbana. No entanto, o elevado custo de sua construção e a grande

para geração de energia elétrica a partir da luz solar. Este Projeto fora inscrito para concorrer mais de uma vez, sendo que no ciclo de premiação de 2001 ficara entre os 20 finalistas, fato considerado como um grande estímulo pelos entrevistados da GEARH para elaboração e participação com outros projetos a partir dessa experiência, surgindo daí a idéia de se agrupar e sistematizar iniciativas já em curso num programa como o Procap.

Além da etapa de construção em si, tal processo revela-se interessante na medida em se pode compreender melhor como as transformações ligadas aos mandatos de Rosalba Ciarlini são significativas, com a abertura de espaço em seu governo para que isso fosse possível. A aposta numa saída viável para os habitantes do campo, expressos em exemplos de pessoas que estão progredindo a partir da caprinovinocultura, num cenário em que prevalece uma maioria ainda carente e historicamente dependente de um assistencialismo de Estado, aumentam o contraste entre passado e presente nas transformações idealizadas. A manutenção do Procap mesmo ao término de sua gestão também não deixa de revelar uma dose de habilidade política, nesse sentido “enraizando” o Programa na agenda governamental do município.

Ainda, nas pesquisas de campo, tanto na convivência diária com a população da cidade quanto no contato com agentes específicos ligados à caprinovinocultura, foi possível perceber que existe certo consenso em torno da percepção de que a atual gestão municipal, de Fafá Rosado, apresenta como principais realizações a conclusão de obras e projetos iniciados na gestão anterior, de Rosalba Ciarlini. Além desse “atestado público” de reconhecimento para com a ex-prefeita, tal fato reforça a constatação de prevalência da continuidade existente entre as duas gestões.

Outra constatação se refere ao “porquê” da incorporação da caprinovinocultura no projeto político – para além da transferência de local da Feira do Bode como bandeira eleitoral. Pelas pesquisas realizadas, entende-se que boa parte disso se deva a figura do responsável direto pelo Procap e em sua perspectiva pessoal sobre as condições e a vocação do Semi-árido.

O ex-gestor da Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos é um profissional capacitado e altamente articulado. Seu jeito calmo contrasta com uma rotina carregada. Quando das pesquisas de campo, na convivência diária, foi possível testemunhar que seu celular toca insistentemente e o obriga a passar boa parte do dia com o aparelho no

extensão do município (o maior do Estado) impedem que outros poços profundos sejam construídos para abastecer as comunidades rurais. Por isso, tais comunidades sempre dependeram dos carrospipas e alguns moradores tinham de se deslocar até 10 quilômetros para buscar água. Com a instalação de dessalinizadores, porém, torna-se possível aproveitar a água dos poços rasos”.

ouvido. Sua sala tem um fluxo constante de pessoas de sua equipe que entram e saem para lhe perguntar ou informar algo. Esse fluxo é entrecortado pelas muitas pessoas que atende e que antes engrossam a fila na sala de espera localizada a porta da sua. Parte do dia passa em campo, resolvendo problemas e visitando comunidades rurais. Outra parte é tomada por reuniões com a equipe de governo ou com própria prefeita. Natural de Messias Targino, pequena cidade do Rio Grande do Norte, nasceu e viveu boa parte de sua infância na zona rural, já que seus pais tiravam o sustento de atividades ligadas ao campo. Seu pai chegou a ser prefeito daquela pequena cidade por duas vezes, sendo sua família uma das mais influentes e tradicionais na política daquela localidade. Ele mesmo chegou também a candidatar-se, em 1996, mas não se elegeu. Antes disso, ainda menino saiu de sua cidade natal e foi morar com os tios na cidade de Assu (RN), cidade maior onde poderia avançar nos estudos. Para fazer o Ensino Médio mudou-se para Mossoró. Na época envolveu-se com o trabalho de uma Pastoral da Igreja Católica nos Bairros da Boa Vista e Doze Anos. Mais tarde graduou-se em geologia numa universidade particular de Fortaleza. Refletindo sobre o Semi-árido, se diz contra “modismos”: “deve-se aproveitar aquilo [potencialidade] que o ambiente oferece e não sair introduzindo aquilo que trazem de fora e nos dizem que é certo”. Diz isso em favor da caprinovinocultura citando idéias que já se disseminaram um dia e que trouxeram prejuízos ao homem e ao meio ambiente da região como, por exemplo, substituir determinada cobertura vegetal existente em favor de outra por “puro modismo”. Muito desse seu discurso revela que o intuito do Procap, de revisão e aprimoramento de uma prática, ainda que inovador, assenta-se numa atividade que tem sua legitimidade também por ser fortemente tradicional na região, como o é a criação de caprinos e ovinos no Semi-árido.

Pelo exposto, entende-se que a presença do ex-gestor no governo e o “espaço” para um novo olhar sobre uma tradicional prática da região nas gestões de Rosalba Ciarlini, a caprinovinocultura, bem como o processo de sua inserção na agenda pública com o Procap, encontram estreita relação com o cenário político local e suas transformações.

5.2 Cabaceiras (PB)

O estado da Paraíba é composto por 223 municípios. Cabaceiras é uma pequena cidade, distante cerca de 162 quilômetros da capital João Pessoa, sendo considerada aquela com o menor índice pluviométrico do país. Não por acaso, na Microrregião na qual se insere,

Cariri Oriental, dada a aridez, destaca-se historicamente a forte presença da criação de caprinos. Juntas, as Microrregiões do Cariri Oriental e Ocidental são compostas por 29 cidades, abrigando uma população de aproximadamente 160 mil pessoas.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (IBGE-PNUD, 2000), o IDHM de Cabaceiras é de 0,682, estando, portanto, acima do IDH (2000) estadual, que é de 0,661 (o que o coloca a Paraíba em 24º lugar entre os estados brasileiros)³⁸.

Segundo ainda o Mapa de Pobreza e Desigualdade de 2003 (IBGE), a incidência de pobreza em Cabaceiras é de 58,03%, o que coloca o município em 83º lugar no estado entre aqueles com maior incidência. Esse índice já foi pior: segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), a proporção de pobres caiu de 73,7% (1991) para 57,8% (2000) no município.

Tabela 14 - População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000 – Cabaceiras (PB)

	1991	2000
População Total	4.313	4.290
Urbana	1.453	1.760
Rural	2.860	2.530
Taxa de Urbanização	33,69%	41,03%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do IBGE (2000)

O relatório síntese dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2000) mostra que, em relação aos outros municípios do Brasil, Cabaceiras apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3272ª posição, sendo que 3271 municípios (59,4%) estão em situação melhor e 2235 municípios (40,6%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Cabaceiras apresenta uma situação boa: ocupa a 8ª posição, sendo que 7 municípios (3,1%) estão em situação melhor e 215 municípios (96,9%) estão em situação pior ou igual.

Dados do IBGE disponibilizados em Produção da Pecuária Municipal 2008 e no Censo Agropecuário de 2006 ajudam a compreender melhor as características agropecuárias de Cabaceiras no contexto estadual.

³⁸ Segundo o dado referente ao ano de 2005, mesmo tendo seu IDH subido para 0,718, a Paraíba manteve-se na mesma posição no ranking dos estados em relação a aferição anterior, fato explicado pelo maior aumento relativo do IDH de outros estados.

O município é o 13º do estado entre os que mais possuem estabelecimentos agropecuários que se dedicam a criação de caprinos, com 309. Entre os municípios que mais se destacam nesse segmento, dos 10 primeiros, 8 são da região do Cariri paraibano: Congo (357), Caraúbas (371), Camalaú (396), São João do Tigre (397), Taperoá (409), Serra Branca (414), Sumé (415) e Monteiro (763).

Um dado relevante é que, apesar de ser um município de pequeno porte, com cerca de 5 mil habitantes – ainda que possua uma área territorial considerável para os padrões do estado, com 400 quilômetros quadrados – Cabaceiras detém o 9º maior rebanho de caprinos do estado, com cerca de 15 mil cabeças. Fato é que os maiores rebanhos de caprinos do estado pertencem a municípios do Cariri paraibano: Monteiro (31.760), Serra Branca (25.850), Sumé (19.000), Camalaú (19.000), São João do Tigre (17.030) etc.

Quanto aos ovinos, em número de estabelecimentos agropecuários que se dedicam a criação (288), Cabaceiras ocupa a 11ª posição no estado. Quanto ao efetivo desses animais, com cerca de 7 mil cabeças, Cabaceiras ocupa o 10º lugar entre os municípios do estado. Também neste caso, os maiores rebanhos de ovinos da Paraíba localizam-se nos municípios de Sumé (16.494), Serra Branca (16.443), Monteiro (15.902), São João do Cariri (12.829), todos localizados no Cariri paraibano.

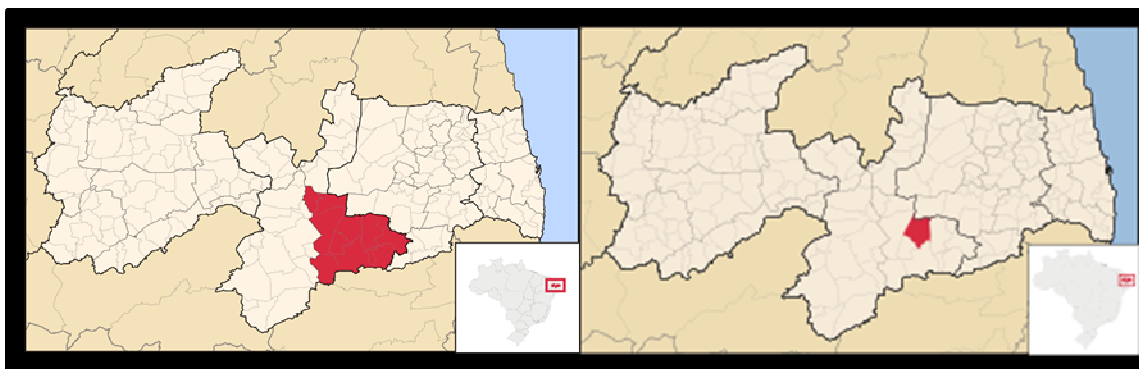
Já no que se refere à pecuária bovina, Cabaceiras ocupa o 72º em número de estabelecimentos (449) e o 122º em número de cabeças de gado bovino (3.670). No entanto, outras cidades do Cariri paraibano encontram-se entre os principais detentores desses rebanhos no estado: em primeiro lugar, com 23 mil cabeças, está Zabelê; em 11º e 12º Taperoá e Sumé, com cerca de 15 mil cabeças cada; em 23º Serra Branca, com cerca de 11,5 mil cabeças etc.

A somatória dessas informações permite demonstrar a forte tradição da prática da pecuária na região do Cariri paraibano, levando-se em consideração o contexto estadual. Por meio desses dados, pode-se afirmar também a prevalência da prática da caprinovinocultura (e, sobretudo, da caprinocultura) no município de Cabaceiras, frente ao gado bovino. Tal predominância foi afirmada em diversos depoimentos colhidos em campo, que enfatizaram a importância dessa prática, tanto revelada num encaminhamento recente com o estímulo e produção de leite caprino quanto na prática que lá historicamente se desenvolve com a produção de artefatos em couro caprino.

A seguir, a partir do material levantado nas pesquisas de campo, são enfocados e analisados aspectos sociais ligados a agropecuária: a Festa do Bode Rei de Cabaceiras, a

atividade da produção em couro, as relações da caprinovinocultura com o cenário político municipal, além de aspectos mais gerais do desenvolvimento local e territorial.

Mapas 5 – Estado da Paraíba com destaque para Microrregião do Cariri Oriental (esquerda) e Município de Cabaceiras (direita)



5.2.1 A Festa do Bode Rei

A rua central da cidade de Cabaceiras tem um belo patrimônio arquitetônico formado por dezenas de casinhas centenárias perfiladas de cada um de seus lados. Pintadas de cores alternadas e variadas, somado ao calor intenso e ao ambiente pacato, criam um clima que “transporta ao passado”, como se o lugar tivesse parado no tempo.

Nos canteiros dessa “avenida” central da cidade, estátuas de bodes e cabras dividem espaço com plantas e bancos nos quais os moradores e visitantes desfrutam momentos de convivência.

Numa das laterais da cidade, uma enorme estátua de um bode num trono, com manto real, coroa e cetro, também chama a atenção. Esta estátua, juntamente com o “arraial” – espécie de galpão construído com estrutura de madeira, e que se utiliza de bambu e palha para representar rusticidade – são os indicativos que permanecem após o evento anual mais conhecido que promove o nome da cidade para bem longe de suas fronteiras: a Festa do Bode Rei. Outro indicativo, consequência deste anterior, é que a cidade acaba recebendo um fluxo de turistas praticamente o ano todo, tendo como um de seus fatores de atração a visita ao lugar onde se realiza “a famosa festa”.



Detalhe da rua central de Cabaceiras onde é possível ver no canteiro uma das estátuas de caprinos que decoram a cidade.



Estátua gigante do “Bode Rei”, que enfeita a cidade de Cabaceiras.

Segundo depoimento do ex-prefeito da cidade à época da criação da Festa, Arnaldo Junior, a idéia surgira de conversas com um amigo jornalista da capital João Pessoa. Na época, o ex-prefeito pensava no nome “Bodefest”, tendo como perspectiva criar “algo parecido com o Mickey Mouse”, nas suas palavras, que pudesse gerar diversos produtos derivados do personagem principal passíveis de serem comercializados. Mas acabou que o nome escolhido fora “Bode Rei”, baseado na idéia de recriar um cenário de “antigos castelos”, no qual o bode seria a majestade, por sua importância e identificação com a economia da região e pela sua capacidade de resistência e adaptação à seca.

No evento que dura em torno de cinco dias, são realizadas diversas atividades, explorando-se o imaginário em torno da “realeza” do bode e de modalidades adaptadas a temática, como a “culinária bodística”, com iguarias feitas a partir de ingredientes oriundos do animal (desde pizza até hambúrguer), além de eventos culturais como o “bumba-meu-bode” e shows de forró com artistas contratados. Uma parte se destina a “atividades competitivas”, como a “Fórmula bode” (corrida de animais) e outras gincanas nas quais homens e animais interagem.

Além dessas atividades, outro segmento da festa se destina à agropecuária propriamente dita, com exposição de animais, produtos, serviços ligados aos caprinos e ovinos, sobre o qual alguns comentários serão feitos mais à frente.

Por conta do evento e de outras atrações turísticas, a cidade acabou por ser reconhecida pela Embratur como Município de Potencial Turístico do Brasil (DUTRA, 2006). Na Paraíba, atualmente, são menos de vinte municípios que contam com tal reconhecimento. Na região do Cariri, apenas quatro, juntamente com Cabaceiras, São João do Cariri, Prata e Livramento. A “Festa do Bode Rei” integra atualmente o calendário oficial de eventos turísticos da Empresa Paraibana de Turismo S.A. (PBTUR), bem como o calendário estadual de eventos agropecuários.

A importância do evento para a cidade, com os desdobramentos advindos do aquecimento do comércio (restaurantes, hospedagens, bares etc.) por conta do fluxo de milhares de turistas, sobretudo no período de festas – além da Festa do Bode Rei, os Festejos Juninos e a Festa Religiosa de São Bento atraem milhares de pessoas – juntamente com outras atividades como a produção em couro, a ser abordada no próximo item, impactaram fortemente na economia da cidade. Isso pode ser visto quando se analisa, por exemplo, a evolução na arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) municipal:

**Quadro 4 - Evolução na arrecadação do ISS,
1996 a 2003 – Cabaceiras (PB)**

1996	R\$ 142, 67
1997	R\$ 204,86
1999	R\$ 8.654,54
2000	R\$ 8.122,68
2001	R\$ 9.494,38
2002	R\$ 31.053,45
2003	R\$ 15.423,03

Fonte: Prefeitura Municipal de Cabaceiras
(DUTRA, 2006).

Além da importância desses números para o desenvolvimento do município, outro fato traz orgulho para os cabaceirenses: a originalidade da Festa do Bode Rei em face de outras famosas festas com a mesma temática, como a Festa do Bode de Mossoró (RN) ou a Festa Tejubode de Tejuçuoca (CE). Aqueles que já ouviram falar dessas outras duas, afirmam com orgulho que a Festa do Bode Rei é a pioneira, fato confirmado em parte, já que a Festa de Mossoró e a de Cabaceiras, em 2009, chegaram a sua décima primeira edição anual, tendo se iniciado efetivamente em 1999. Ainda que a de Tejuçuoca tenha se iniciado em 2001, mesmo nesta cidade não se admite qualquer menção que use a palavra “imitação”, atribuindo-se a iniciativa a “criatividade local”³⁹.

Mas fato é que, pode-se ao menos afirmar com segurança que, na região do Cariri, não há como negar esse caráter “inspirador” da Festa do Bode Rei para iniciativas similares de municípios vizinhos, como é o caso de Gurjão. Despreocupados com debates em torno de temas como originalidade, os habitantes dessa cidade trataram de aproveitar a receita de sucesso e passaram a ter sua própria festa do bode, no caso, a “Festa do Bode na Rua”, muito parecida no formato em sua organização, ainda que em proporções menores e com caráter

³⁹ Segundo consta do volume dedicado a Tejubode na série do Sebrae “História de Sucesso”, Duarte (2007) descreve a ocasião em que os então prefeitos João Mota, de Tejuçuoca, e Arnaldo Junior, de Cabaceiras, se encontram em 2002 durante um evento na cidade cearense de Sobral, sendo que o primeiro “tomou conhecimento de evento semelhante – a Festa do Bode Rei, realizada em Cabaceiras. A informação despertou seu interesse em conhecer o município e a estrutura do evento”. Após isso, fora programada uma missão técnica aos municípios de Cabaceiras e Monteiro (PB), localidades que uniram as atividades da caprinovinocultura com outros setores como turismo e artesanato. “Nessa visita, João Mota e os demais participantes ficaram encantados com a força dessa gente que, em condições menos favoráveis, buscavam oportunidades nas suas raízes de produtores rurais e pecuaristas” (p.9).

ainda mais acentuado daquilo que muitos críticos chamam de “show bode”, isto é, mais atrações artísticas, festa, comida e bebida, que propriamente evento agropecuário, não obstante mantendo-se o forte *marketing* atrelado à figura do bode, que comprovadamente “vende bem”. Relatos de que outras cidades próximas já teriam criado outras festas similares ou estavam em fase de elaboração também foram recorrentemente ouvidos nas pesquisas de campo, ainda que não se tenha obtido confirmação por meio das pesquisas realizadas posteriormente.

Um levantamento rápido no Google a partir do termo “festa do bode” também fornece uma idéia de que este parece ser mesmo um movimento em ascensão, sendo encontrados pelo menos três registros de outros eventos similares: a Festa do Bode do município de Batalha (PI), iniciada em 2005, com apoio do Sebrae e do governo daquele estado; o Festival Nacional do Bode, da cidade de Sertânia (PE), iniciado em 2004; e o evento Berro Aprisco, similar no formato, da cidade de Jaguaratama (CE), também apoiado pelo Sebrae.

Outras referências aparecem numa busca também no Google com o termo “feiras caprinovinocultura”. Ainda que sendo poucas as informações fornecidas, não é possível afirmar o quanto elas se constituem em eventos estritamente agropecuários ou não, ainda que indiquem também terem algum conteúdo com atrações de caráter artístico-musical e culinário. Nesse sentido, foram encontrados a Feira dos Bichos de Quixadá, tradicional e tida como a maior do Ceará e uma das maiores do Nordeste no ramo da caprinovinocultura; a Feira de Desenvolvimento da Caprinovinocultura – Caprinova, de Queimada Nova (PI), em sua primeira edição em 2009; e a Feira de Caprinos, Ovinos e Derivados, de Serra Talhada (PE), em sua quarta edição. Encontrou-se ainda, na Paraíba, a 18ª Exposição Estadual de Caprinos e Ovinos e a 5ª Exposição das Raças Nativas no município de Taperoá.

Das páginas eletrônicas das secretarias de agricultura dos estados enfocados neste estudo, à época do acesso (segundo semestre de 2009), apenas a do Rio Grande do Norte – Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE) – apresentava um calendário dos eventos agropecuários. Analisando-se esse calendário, que contém um total de 42 eventos anuais no estado, pode-se dizer que aqueles destinados a caprinovinocultura também enquandram-se na linha observada anteriormente: XIII Exposição de Caprinos e Ovinos do Potengi / Torneio Leiteiro e Feirão do Pronaf, realizados na cidade de São Paulo do Potengi; VI Exposição Especializada de Dorper, Santa Inês e Boer, em Parnamirim; IV Festa da Cabra de Leite Torneio Leiteiro e Feirão do Pronaf, realizados em Afonso Bezerra; XI

Exposição da Cabra Leiteira e V Festival da Carne e Leite de Cabra, na cidade de Lajes; Mostra de Ovino e Caprino, Torneio Leiteiro e Feirão do Pronaf, na Cidade de Patú.

Ainda que faltem dados que permitam estabelecer uma série histórica que possibilite verificar com maior exatidão tratar-se este de um movimento em ascensão, não há como negar que insinua-se uma significativa incidência de eventos que trazem à tona a relevância da identidade dos caprinos para a região. Tendo na figura desses animais um elemento aglutinador, acredita-se estar diante de um momento de construção de novas relações sociais e econômicas em torno de uma ressignificação na sua valorização no contexto do Semi-árido.

5.2.2 A produção do couro

Em Cabaceiras, uma atividade secular realizada a partir do couro de caprinos envolve curtumes e pequenas oficinas de manufaturas que produzem malas, roupas, chapéus, calçados e outros artefatos amplamente utilizados, sobretudo no passado, como vestimentas nos trabalhos do campo pelos vaqueiros e que, nos dias de hoje, são também comercializados enquanto produtos turísticos. Por conta disso, foram sendo também desenvolvidos novos produtos com *designes* voltados para o “mercado de fora”, especialmente sandálias, bolsas, bonés e *souvenirs* como chaveiros, todos em couro de caprinos.

Com esses diversos produtos, Cabaceiras abastece diferentes mercados do Nordeste, entre eles a famosa Feira de Caruaru (PE), bem como de estados de outras regiões do país. Segundo depoimentos de fabricantes locais, a maior parte das pessoas de fora desconhece essa vocação do município, sendo que, na maior parte das vezes, esses produtos acabam recebendo uma logomarca no local aonde são comercializados, em detrimento da identificação da origem de sua produção.

Esse é o caso de uma pequena oficina visitada, existente numa casa na própria zona urbana da cidade. Ela contrata cerca de oito trabalhadores por empreitada, ou seja, que ganham a partir de determinada produção, no caso, dos tradicionais chapéus usados pelos vaqueiros das caatingas. São produzidas cerca de quatro dúzias de chapéus por dia que são vendidos para comerciantes de outras cidades e estados. Além disso, um dos trabalhadores presentes, parente do proprietário, se utiliza da oficina, mas trabalha por conta produzindo pequenas peças de artesanato em couro por ele idealizadas e que se tornaram típicas no

comércio local: miniaturas de sandálias e chapéus que são vendidas como chaveiros tanto no Museu histórico da cidade, quanto em lojas de artesanato na capital do estado, João Pessoa.



Trabalhadores em serviço numa pequena oficina de chapéus de couro na cidade de Cabaceiras.

Uma maior organização e crescimento desse setor no município começaram com a criação da Arteza, em 1998, que é a Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro do Distrito de Ribeira, localidade distante cerca de 20 quilômetros do núcleo urbano principal de Cabaceiras. Essa forma de associação surgiu para reverter uma situação na qual artesãos e curtidores de couro passavam por grandes dificuldades. Havia problemas na comercialização, já que, na época, a desorganização levava cada um a oferecer seus produtos numa concorrência que acabava por prejudicar o segmento, sendo que cada vez mais se oferecia produtos artesanais similares por um preço mais baixo. Dessa maneira, os problemas se acentuavam dentro da cadeia produtiva, com prejuízos para todos.

O objetivo foi, então, fomentar a organização em torno de um processo de produção baseado na sustentação econômica do local, por meio da exploração econômica do curtimento do couro, tingimento das peles e produção de artesanato. Entre os parceiros chamados a aderirem ao projeto estavam o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Universidade Federal

da Paraíba, a prefeitura da cidade, o governo do Estado, o Banco do Nordeste, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e uma agência de cooperação internacional do governo alemão, a GTZ, que doou equipamentos e colaborou na capacitação dos trabalhadores.

Um diferencial do projeto foi a incorporação de uma proposta de curtimento vegetal do couro, utilizando produtos de origem natural – taninos vegetais⁴⁰ – com baixo teor químico no tratamento, gerando couros de qualidade diferenciada aliados à inovação tecnológica trazida pela Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia da Paraíba através do Programa de Modernização e Competitividade dos Setores Tradicionais / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (COMPET/CNPq)⁴¹, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial / Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia da Paraíba (SENAI/SICTCC) e apoiado pela Prefeitura Municipal de Cabaceiras e o Sebrae. Isso se contrapõe a um quadro em que cerca de 90% dos curtumes mundiais beneficiam as peles através da utilização de cromo, produto tóxico e altamente poluente (<http://www.paraiwa.org.br/artesanato/arteza.htm>).

Anteriormente, o curtimento do couro era feito maciçamente nas margens do próprio rio da cidade, sem preparo nem preocupação com o meio ambiente. Hoje, além dessas preocupações, o curtimento das peles passa por uma lavagem com produto natural, o tanino desenvolvido, preparando-se o couro para que ele não saia do curtume com cheiro forte característico dos produtos originados de caprinos e ovinos (DUTRA, 2006).

Aquino (2003) afirma que, mesmo havendo uma coordenação por parte da Arteza, conviveriam ainda dois modelos de produção no município, sendo que o denominado e considerado “tradicional” – marcado pelo atraso tecnológico, degradação ambiental e perdas econômicas – vem sendo substituído por aquele que pode ser considerado “moderno”, e que já

⁴⁰ O angico-vermelho (*Anadenanthera columbrina*) é uma leguminosa cuja casca é rica em tanino, substância natural utilizada nos curtumes tradicionais. Em 2006, a Arteza comprava por mês cerca de 3 mil quilos de casca de angico. Para cada pele são utilizados 2 quilos do produto. A planta leva quatro anos para começar a produzir, e tem bom rendimento, desde que irrigada. O angico é muito escasso na região de Cabaceiras e exige manejo adequado. O extrativismo, sem reflorestamento, provoca danos ao ambiente. Para complicar a situação, quando as plantas são pequenas, as cabras comem suas folhas o que atrasa seu crescimento (http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=234&breadcrumb=1&Artigo_ID=3669&IDCategoria=4015&reftype=1).

⁴¹ “O COMPET/Setor Coureiro-Calçadista e Afins é um programa da SICTCT/PB, apoiado pelo CNPq, tendo sido implantado em 1997 com o objetivo de criar condições institucionais para estimular a adoção e implementação de tecnologias modernas, visando a organização da cadeia produtiva do segmento Coureiro-Calçadista e Afins no estado da Paraíba, e possibilitando, desta forma, a inserção dos produtos gerados pelas micro e pequenas empresas do setor, em mercados mais competitivos. As ações do COMPET são realizadas por profissionais de diversas áreas (extensionistas), que atuam de forma interdisciplinar, sendo remunerados através da concessão de bolsas do CNPq”. (AQUINO, 2003, p. 525).

passou a predominar nesse cenário, através da adoção de conhecimentos existentes e utilização de infra-estrutura disponíveis.

Nesse processo de transformações entre o “tradicional” e o “moderno”, Aquino (2003, p. 534) ressalta que isso não engloba o “desaparecimento dos traços que definem a cultura e a produção do artesanato local”, muito pelo contrário, já que, com o processo em curso, o “*saber fazer do artesão*” estaria sendo incentivado e valorizado com um novo impulso a prática do trabalho com o couro. Não por acaso, tal processo teria levado a melhoria da qualidade de vida dos curtidores e artesão do Município que hoje, de forma notoriamente visível, desfrutariam de uma situação privilegiada em relação a outros municípios da região.

Segundo depoimento do presidente da Arteza, a cooperativa conta hoje com cerca de 45 afiliados. Não obstante, o número de pessoas envolvidas com a produção de artefatos em couro seja muito maior, já que em geral participam desse trabalho familiares, parentes e vizinhos dos associados. Isso porque, em geral, esses artesãos trabalham em suas próprias casas e acabam por envolver a comunidade do entorno nessas tarefas, sobretudo nos períodos de maior demanda de produtos via grandes encomendas.

Na sede da Arteza há uma oficina bem estruturada com diversas máquinas que são de uso livre dos associados. Uma ocupação mais efetiva desses equipamentos, no entanto, acontece quando da produção em maior escala por ocasião, por exemplo, de uma grande encomenda. Segundo depoimentos, isso é mais comum, por exemplo, no caso de produtos como sandálias femininas voltadas para atender comerciantes de fora. Nessas ocasiões é feito um esforço coletivo, o que acaba revertendo numa remuneração aos próprios participantes e outra para a Cooperativa, que arrecada sua parte em forma de porcentagem daquilo que é produzido e que é posteriormente vendido na própria loja existente na sede ou em feiras e outros eventos. Em sua organização administrativa, a Cooperativa possui departamentos de venda, *design* e financeiro, cargos ocupados pelos próprios cooperados, que recebem remuneração extra para isso. Com a produção crescente refletida em milhares de peças manufaturadas⁴², as peles produzidas em Cabaceiras não têm sido suficientes para atenderem a demanda da cooperativa, sendo uma parte adquirida fora do município, gerando impacto positivo da atividade, portanto, também para cidades vizinhas.

⁴² Quando das visitas de campo não foi possível obter informações mais exatas sobre a atual produção da ARTEZA. Em pesquisa posterior, obteve-se a informação que, em 2006, foram produzidas por mês cerca de 12 mil peças entre calçados, vestuário, bijuterias e adornos de couro, o que, na ausência de um melhor número, serve de parâmetro para estimar a dimensão da produção da Cooperativa (http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=234&breadcrumb=1&Artigo_ID=3669&IDCategoria=4015&reftype=1).

Segundo os contatos realizados com produtores, pôde-se observar que a atividade em torno do couro é vista com grande entusiasmo pelos participantes que a enxergam com otimismo no que se refere a seu potencial crescimento. Os depoimentos revelam que aqueles que vivem da atividade puderam melhorar significativamente seu padrão de vida, tendo como indicativo a ampliação de seu patrimônio, expresso, sobretudo, pela aquisição de automóveis, motos e até imóveis. Nas palavras do filho do presidente da Cooperativa, também artesão: “hoje, quem quer tem carro; outros têm duas ou três motos em casa”, contrastando com o quadro anterior em que prevalecia uma atividade econômica estagnada.

Para além da empolgação demonstrada pela aquisição desses bens materiais por aqueles que já estão inseridos na atividade, acompanhando esse processo, são recorrentes depoimentos colhidos fazendo menção a casos de pessoas que retornaram após abandonarem a região – e que engrossaram as estatísticas do êxodo no passado – mas que agora vislumbram nova possibilidade de vida por meio dessa atividade na sua cidade natal.

5.2.3 Política de desenvolvimento

Por ser o município com o menor índice pluviométrico do país, a condição natural de Cabaceiras, aliada à característica da ocupação humana local – pelo que se pôde observar influenciada fortemente pela estrutura do latifúndio – forjou a construção de uma realidade social marcada pelo êxodo em direção a cidades maiores, processo impulsionado pela falta de perspectivas para a maior parte da população, sobretudo a mais jovem. Além dos constantes relatos alusivos a migração de parentes e conhecidos que abandonaram a cidade e hoje vivem em outros estados, principalmente do Sudeste, dados do IBGE mostram que, no período 1991-2000, a população de Cabaceiras teve uma taxa média de crescimento anual negativa (-0,06%), passando de uma população de 4.313 pessoas em 1991 para 4.290 em 2000.

Uma mudança nesse panorama iniciou-se com a eleição de Arnaldo Junior, então filiado ao antigo PFL (hoje DEM), em 1996, que governou a cidade por dois mandatos consecutivos (1997-2004). Em suas gestões, Arnaldo conseguiu encontrar caminhos que contrariaram a lógica que vinha imperando naquela cidade. O aproveitamento das vocações locais para a geração de emprego e renda foi a estratégia utilizada pelo prefeito para iniciar um processo de reversão dos problemas enfrentados pelo município. Mesmo num lugar duramente atingido pelas secas, os investimentos na caprinovinocultura, na produção em

couro e no turismo foram usados como elementos de uma estratégia de desenvolvimento. Atuando em parceria com instituições como o Sebrae e o governo do Estado, e contando com a expressiva participação de pequenos caprinocultores, artesão e comunidade, Cabaceiras conseguiu transformar em pouco tempo uma realidade adversa. Além das informações levantadas e dos vários testemunhos que atestam esse processo, dados estatísticos apontam para um quadro bem sucedido com desdobramentos em várias áreas, por exemplo, em que, no contexto da Paraíba, o município aparece nos dias de hoje em quinto lugar em alfabetização, com 82,5% (IBGE 2000), e em oitavo lugar no estado em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴³.

Arnaldo Junior é uma jovem liderança de 37 anos de idade com forte e visível vocação política. Em sua postura se destaca a preocupação com um discurso bem formulado, articulando termos que estão na ordem do dia em se tratando de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, capital social, participação democrática etc. Contrapõe esse ideário ao que classifica como sendo uma “forma atrasada de se fazer política, coronelista, de pessoas que se acham donas da cidade”.

Nas eleições municipais de 2008, já Secretário de Turismo do Estado, sua força se constituía também em um ponto de fragilidade para seu candidato à prefeitura da cidade, já que muitos falavam que “mesmo ele ganhando, quem governaria de fato seria Arnaldo Junior”. Assim como na eleição municipal anterior, o candidato apoiado por ele era um de seus ex-secretários de governo municipal, técnico da Emater e identificado como um dos responsáveis pelo impulso a caprinovinocultura na cidade.

Desde logo, surgiu a inquietação para saber qual fora o processo de sua formação que o levava a adquirir tal perfil, sobretudo por ter sua história de vida ligada a um município pobre e sendo filho de um caminhoneiro, vindo de um núcleo familiar sem tradição na política etc. Num exercício de memória, citou “um padre holandês” que atuou numa das duas igrejas da cidade e que o indicou para participar do Projeto Rondon, que na época angariava jovens do Ensino Médio para fazerem “pesquisa social nas comunidades”. Por conta disso, na juventude ia a encontros preparados pelo Projeto em Campina Grande, onde os jovens assistiam a palestras proferidas por “sociólogos”. Em sua cidade, passou então a ir com

⁴³ Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (IBGE-PNUD, 2000), no período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Cabaceiras cresceu 17,59%, passando de 0,580 em 1991 para 0,682 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 45,8%, seguida pela Longevidade, com 36,4% e pela Renda, com 17,9%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1) foi reduzido em 24,3%.

frequência às comunidades rurais, “realizando reuniões” (ainda que não tenha especificado o conteúdo destas, remetendo o trabalho à “pesquisa social”), tarefa que o tornou conhecido da população.

Com 18 anos de idade, se candidatou pela primeira vez e foi eleito vereador. Depois disso, se candidatou e foi eleito novamente, chegando a presidente da Câmara Municipal. Foi então o primeiro prefeito a ter sido antes vereador na história de Cabaceiras, já que todos os demais iniciaram sua vida política elegendo-se diretamente prefeitos. Presidiu na época concomitantemente a Associação dos Municípios do Cariri Paraibano (AMCAP) e o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Cariri Paraibano (CODECAP). Em 2003, por sua atuação, ganhou o Prêmio Nacional de Prefeito Empreendedor do Sebrae.

Como apontado, o impulso ao turismo, as atividades da produção em couro e a caprinocultura leiteira no município se ligam diretamente as suas gestões como prefeito (1997-2004). Para compreender esse processo, algumas informações ajudam a revelar um cenário no qual o ex-prefeito afirma ter encontrado dificuldades no início de seu mandato. Arnaldo foi o primeiro prefeito do município a realizar concurso para ocupação de cargos públicos. Segundo ele, “70% dos cargos públicos à época eram ocupados irregularmente” no município. Realizou então os três primeiros concursos públicos da história de Cabaceiras. Afirma que por conta disso, ele e sua família sofreram represálias, por “mexerem com interesses dos antigos contratados e de suas famílias”.

Logo depois de se eleger, afirma que trocou de partido “por ideologia” (do então PFL para o PPS) e que “rompeu” com as “forças conservadoras” que o apoiaram e que “foram necessárias” para sua eleição, nas suas palavras. Fato é que esse processo político partidário é um pouco intrincado: na sua primeira gestão, sua vice fora Teresinha Jesus Farias Aires, tia distante pertencente a uma tradicional família da região. Em sua segunda gestão como prefeito (coligação PFL / PDT / PL / PSDB), seu vice fora o filho dela e, portanto, primo de Arnaldo, Ricardo Jorge de Farias Aires. Ele é o atual Prefeito da cidade, eleito pela coligação PFL / PMDB / PDT / PT e que venceu Gervásio, candidato de Arnaldo nas eleições de 2004, que representava a coligação PP / PTB / PPS / PSDB. Ricardo Aires se reelegeu vencendo novamente Gervásio em 2008.

Sobre a sua primeira candidatura a prefeito, afirma que, quando vereador, seu nome “era lançado e sempre aparecia à frente nas pesquisas”. Não foi, portanto, “um nome fabricado”, argumenta. “De certa forma, os setores conservadores tiveram que me aceitar”, enfatiza.

Como prefeito, além da realização dos concursos para preenchimento dos cargos públicos, afirma ainda que procurou também promover a “modernização da gestão do município”, criando uma estrutura até então inexistente de secretarias de governo, pois até aquele momento existia uma “espécie de secretário-geral, tipo de primeiro ministro que cumpria as funções das secretarias”, explica.

O tema do turismo já fazia parte de sua plataforma de campanha da primeira candidatura a prefeito. Formado em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande e “interessado em literatura brasileira”, Arnaldo possui especialização em Gestão do Turismo pela mesma Universidade. Ele não tem dúvidas que o trabalho realizado em Cabaceiras fora decisivo para sua escolha como Secretário de Turismo do Estado da Paraíba na gestão Cássio Cunha Lima (PSDB), cargo que ocupou desde que deixou o de prefeito ao término de seu segundo mandato até a cassação do governador no início de 2009.

Fato é que, além do reconhecimento público com a premiação advinda com o Projeto “Turismo como Alternativa de Desenvolvimento para o Semi-árido”, no ciclo de 2004 do Programa Gestão Pública e Cidadania, da FGV, em sua gestão Arnaldo Junior conseguiu incluir o principal atrativo turístico da cidade, o Lajedo de Pai Mateus, na Lei Orgânica, garantindo seu status de patrimônio natural do Município. Ele se refere ao Lajedo como “um lugar fantástico” no qual passou momentos de sua infância e juventude. De fato, o Lajedo do Pai Mateus é um local com formações rochosas surpreendentes, natureza exuberante e sítios arqueológicos que o tornam um local com forte potencial turístico, até então desprezado enquanto tal. O local é Área de Preservação Ambiental (APA) do Cariri, que possui cerca de 18 mil hectares, sendo utilizada também pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) como centro de reintrodução da fauna silvestre. Hoje, no local, há inclusive um hotel fazenda, que oferece estrutura confortável para turistas e visitantes. No processo de inclusão do Lajedo na Lei Orgânica como patrimônio natural, o ex-prefeito afirma que usou como estratégia convidar especialistas de fora para legitimar a demanda e convencer os vereadores da sua importância arqueológica.



Formação rochosa do Lajedo do Pai Mateus. Como esta, inúmeras outras embelezam o enorme lajedo que se estende por quilômetros ao longo dos sertões de Cabaceiras e região.

Para promover uma maior conscientização dessa importância enquanto patrimônio local para a própria população do município e também ajudar na sua divulgação para o público externo, o ex-prefeito conta uma história sobre “calendários”: é uma prática comum nas cidades do Nordeste “os prefeitos mandarem confeccionar calendários para serem distribuídos no final de cada ano, nos quais colocam fotos suas e também em companhia de seus familiares”. Ao invés disso, o ex-prefeito mandou confeccioná-los ilustrados com fotos da cidade de Cabaceiras, do artesanato local e do Lajedo do Pai Mateus, fato inédito na história da cidade.

Fato é que diversos depoimentos atestam a transformação substancial por que passou Cabaceiras com as gestões de Arnaldo Junior, invertendo uma situação histórica de “sentimento de vergonha” dos habitantes da cidade com o estigma de pertencerem ao lugar com menor índice pluviométrico do país. Arnaldo se diz satisfeito quando hoje “vê jovens pegando *folders* contendo as belezas da sua cidade natal para distribuírem com orgulho para as pessoas de fora”.

Como prefeito, uma das marcas de seu governo fora o incentivo ao associativismo. Em seu depoimento, ele afirma que “o desenvolvimento de determinada região não é definida

pelos padrões de desenvolvimento tecnológico e econômico, mas pelo padrão de organização do capital social”, termo que cita com frequência em suas falas. Outros depoimentos afirmam que o incentivo de Arnaldo à participação da comunidade se refletia em diversas situações. Numa delas, por conta do Pacto Novo Cariri⁴⁴, Cabaceiras era o único dos municípios participantes cujo conselho representante da cidade era totalmente formado por cidadãos comuns. Nos conselhos de outras cidades, depoentes afirmam que era comum estes serem formados por prefeitos, vice-prefeitos, secretários de governo, mas nunca totalmente por cidadãos comuns.

Da mesma forma, e de acordo com diversos depoimentos colhidos nas pesquisas de campo, a criação da Arteza se liga diretamente ao incentivo do associativismo, princípio da gestão de Arnaldo Junior. Nesse processo específico, diante do quadro de dificuldades que marcava a organização do setor da produção em couro do município, fora sugestão dele, enquanto prefeito, quando procurado pelos artesãos em dificuldade, que eles se organizassem em uma associação ou cooperativa. Em contrapartida, a prefeitura ofereceu parceria e se dispôs a atrair outros parceiros, processo que acabou desencadeando as inovações no setor e o significativo impulso a atividade, descritos anteriormente. Outro exemplo desse princípio foi concretizado com a Fundação de Assistência Social de Cabaceiras (FASC), criada sob estímulo do ex-prefeito e que hoje, entre outras atividades, possui uma rádio comunitária de grande penetração no município, inclusive nas áreas rurais, região aonde detém significativa audiência por parte da população que se mostra fortemente interessada numa programação produzida e diretamente ligada aos interesses locais.

Outra passagem que ajuda a ilustrar as transformações pelas quais passou a cidade refere-se à adesão estratégica de Cabaceiras à produção cinematográfica. Para quem vem da cidade vizinha Boqueirão, um morro no limite do perímetro urbano de Cabaceiras expõe, em letras enormes, o dizer “Roliúde Nordestina”, numa alusão à Hollywood estadunidense, autodenominação que se refere ao fato da cidade acolher diversas produções do cinema nacional.

⁴⁴ Sob o princípio de que “nenhum município tem condições de se desenvolver sozinho”, formou-se em 2001 o Pacto Novo Cariri. Fruto da parceria da parceria entre instituições públicas, privadas e da sociedade civil, o Pacto que é um compromisso informal que visa promover o desenvolvimento sustentável da região via a formação de parcerias e a gestão compartilha de ações e atividades, entre elas o desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinocultura. (http://www.sebraepb.com.br/interna.jsp?pagina=acoes_de_desenvolvimento_pacto_novo_cariri). Atualmente fazem parte do Pacto 33 cidades (as 29 do Cariri mais 4 de fora da micro-região).

Tal “vocação” iniciou-se no ano de 1997, quando da filmagem de “O Auto da Compadecida”, dirigido por Guel Arraes e baseado na obra de Ariano Suassuna. Segundo o então prefeito Arnaldo Junior, ele fora um dos administradores da região procurados   época e que, de forma mais enfática, se dispôs a fazer todo esforço para não perder a oportunidade de sediar as locações, vislumbrando os ganhos que adviriam daí com a promoção da cidade e conseqüentemente do turismo. Segundo ele, seu empenho deu resultado com a escolha da cidade e ele se comprometeu então a fornecer carros pipa com água para as filmagens, além de caminhões com terra para esconder o calçamento em frente à Igreja Matriz, um dos principais cenários do filme, visando simular assim um ambiente urbano ainda mais antigo.

Segundo as notas de produção do filme, o diretor Guel Arraes, juntamente com o autor Ariano Suassuna, percorreram na época 38 cidades no sertão da Paraíba em busca de figurantes e pontos para locação das filmagens. Visitaram Taperoá, cenário original da peça e local de nascimento de Suassuna, mas como a cidade já estava muito descaracterizada, depois de muita procura optaram por filmar em Cabaceiras. As filmagens foram realizadas ao longo de 37 dias, e complementadas nos est dios do Projac e da Cin dia, no Rio de Janeiro. Segundo a diretora de arte Lia Renha, Cabaceiras foi escolhida “porque tinha trechos maravilhosos, que serviam para as locações” (<http://www.webcine.com.br/notaspro/npautcom.htm>).

Apesar desse movimento recente, não obstante, segundo consta, a primeira vez que a cidade serviu ao cinema foi em 1921, com a gravação do documentário “Ferraço dos Bodes”, sobre a arte de marcar a ferro os animais. A escolha para realização do documentário se ligaria   visão da importância da caprinocultura na econômica local. Desde então 22 filmes foram rodados no município, sendo um dos mais conhecidos o recente “Cinema, Aspirinas e Urubus” (2005), de Marcelo Gomes.

Mas fato é que o título de “Roliúde” tem gerado pol mica, dado a contraposição entre o peso de um “excessivo *marketing*” e a realidade do local. “Hollywood não   só um cenário. Há est dios, dinheiro circulando. Cabaceiras não é isso, é um *set* de locação”, diz Ana Bárbara Ramos, autora de um documentário ainda inédito chamado “Cabaceiras”. Por outro lado, o idealizador do projeto “Roliúde Nordestina”, o escritor e pesquisador Wills Leal, aponta, a partir de uma comparação com Hollywood, razões que levam os diretores a escolherem Cabaceiras, dizendo que, assim como nos EUA, em que os cineastas notaram que em Nova York chovia e nevava muito, e que não havia luminosidade suficiente e que os prédios da cidade limitavam as opções de cenário, além dos sindicatos de atores que passaram

a exigir salários mais altos para os profissionais, fatores que levaram a optarem pela Califórnia para realização de seus filmes, Cabaceiras “têm cenários desérticos, luminosidade, variedade de sets e mão-de-obra barata” (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2705200715.htm>).

Cabaceiras, por ser a cidade onde menos chove no Brasil, possibilita não perder dias de gravação por causa da chuva, reduzindo o tempo e os custos de filmagem. Além disso, o que barateia a produção é a locação de sets e as diárias dos figurantes, com custos muito menores que os de cidades maiores. Quanto a esse último aspecto, é fácil encontrar na cidade alguém que já foi “artista por um dia”. O pouco assédio da população aos atores e a facilidade para fechar ruas, tirar ou colocar postes, com o apoio da prefeitura, também são atrativos. Estima-se que um filme rodado em Cabaceiras possa economizar 30%, em comparação com produções rodadas em grandes centros urbanos (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2705200715.htm>).

5.2.4 Disputa política e caprinovinocultura

A caprinovinocultura da região de Cabaceiras apresenta semelhanças e diferenças com aquela desenvolvida na região de Mossoró, como dito, as duas cidades que mais se destacam pela organização da cadeia produtiva do leite caprino entre os casos estudados. Entre as principais semelhanças ressalta-se o perfil de criadores atendidos por ações do poder público, também majoritariamente formado por pequenos agricultores familiares – da mesma forma, tanto de assentamentos da reforma agrária do Incra quanto de comunidades rurais tradicionais – e a existência de programas estaduais do leite, que impulsionam a prática e sua expansão numa das “pontas” da cadeia produtiva. Entre as diferenças, destacam-se a presença de pequenas usinas beneficiadoras de leite – oficialmente identificadas como Unidades de Beneficiamento de Leite (UBLs) em algumas cidades da região do Cariri paraibano – o que possibilita uma maior descentralização em determinadas fases da cadeia produtiva.

Como nos outros aspectos até aqui ressaltados que impactaram no desenvolvimento local de Cabaceiras, na área da caprinovinocultura fora sob a gestão de Arnaldo Junior que ocorreram as maiores transformações. Na época, um terreno urbano que pertencia ao município foi doado para construção da Usina de Leite e que passou também a abrigar a sede da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Cabaceiras (ASCOMCAB).

O atual presidente da Associação é um jovem de 26 anos que possui Ensino Médio completo e almeja “fazer um curso na área de gestão”. Como outros na cidade, nos últimos anos também se sentiu estimulado a iniciar uma criação de cabras voltadas para a produção de leite. Filho de um conhecido vaqueiro da região e antigo criador de gado bovino, o pai sempre lhe disse que “para ganhar dinheiro, só criando boi”. Hoje, por meio de sua influência e exemplo, seu pai resolveu também aderir a caprinovinocultura.

Em diversos momentos, ao contar partes da história da Ascomcab, ele enfatiza a importância de seus fundadores, remetendo a eles os méritos da caprinocultura leiteira na cidade e os benefícios advindos com esse processo para os pequenos criadores. Esses fundadores foram três homens de Cabaceiras, dois pequenos sitiantes, e o terceiro Tecnólogo em Cooperativismo de formação, funcionário da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado da Paraíba, cedido à Emater, ex-secretário da agricultura nas gestões de Arnaldo Junior e seu candidato a prefeito derrotado nas duas últimas eleições.

O atual presidente da Associação é um fiel seguidor dos propósitos iniciados por esses fundadores e sua trajetória no cargo inicia-se em 2004, quando então venceu o candidato da oposição com uma diferença de 12 votos (de um total de 64 sócios votantes). Na época, seu opositor era candidato da gestão municipal atual, que segundo ele procurou “colocar pessoas na Ascomcab para obter o seu controle”. Em 2007, o jovem presidente foi reeleito por unanimidade. No entanto, o consenso interno obtido não refletiria aquilo que vem passando a Associação desde que a administração municipal mudara de mãos, com o fim do segundo mandato de Arnaldo Junior.

A partir do trabalho de campo e do contato com diferentes fontes de informação advindas dessa etapa da pesquisa, não se poderia deixar de fazer aqui uma reflexão que contraponha dois universos distintos, um fundado numa certa “tradição” e outro numa tentativa de revisão desta. O primeiro deles encontra suas raízes numa história em que o latifúndio, origem da própria ocupação territorial da área na qual hoje se encontra o Município por sertanistas e grandes sesmeiros na Paraíba nos primeiros séculos da colonização, molda as relações sociais. A dependência de ações assistencialistas, panorama já consagrado e clássico na literatura sobre o Nordeste e outras regiões pobres do país, seria seu desdobramento. No outro, uma visão localmente inovadora procura rever essa dependência estimulando mecanismos que promovam novas formas de geração de renda e autonomia econômica para uma população tradicionalmente marcada pela miséria e pelo êxodo.

Essa abordagem certamente não apresenta novidade alguma em se tratando de uma análise sobre certas comunidades e poderia não passar de um “ajustamento da teoria sobre determinada realidade”. Mas fato é que, além do exposto até aqui, uma série de outros elementos verificados em campo dão corpo a essa reflexão.

Um caso exemplar se refere ao episódio ocorrido na época dos preparativos para a implementação da Usina de Leite de Cabaceiras, quando então o técnico da Emater que viria a ser secretário de agricultura nas gestões de Arnaldo Junior realizava um levantamento da capacidade de produção leiteira do Município. Paralelamente ao intrincado processo de avaliar o montante de leite possível de ser produzido, sensibilizar e capacitar pequenos criadores, estimular outros a aderirem à prática da caprinocultura leiteira, entre tantos outros passos necessários para garantir o funcionamento e a sustentabilidade da Usina, cumprindo assim o acordo com o governo do Estado, um dos maiores latifundiários da região pressionou para fornecer sozinho os 250 litros de leite por dia à Usina, total da cota inicial estabelecida no acordo entre Associação e poder público estadual.

Por ir contra os princípios estabelecidos pelo Programa do Leite Estadual – que limita a cota individual de fornecimento de leite a fim de resguardar o foco da iniciativa aos pequenos produtores – e também contra a idéia geradora dos idealizadores do projeto para a caprinocultura leiteira local, estabeleceu-se aí uma tensão em torno da questão cujos desdobramentos se refletem até hoje na comunidade e na política local.

O latifundiário em questão, já falecido, possuía aproximadamente 5 mil hectares de terras, que equivalem a cerca de 50 quilômetros quadrados de um Município que possui 400 quilômetros quadrados de área total. Além disso, parte dessas terras abarcam cerca de 13 quilômetros de margens de importantes açudes, o que confere a elas um poder estratégico e conseqüente maior importância econômica dada à escassez de água na região. “Homem de visão”, segundo alguns, com o tempo foi adquirindo terras, na medida do possível em área de influência do projeto de transposição do Rio São Francisco, “projeto sobre o qual se fala há muito tempo na região”.

Apesar de possuidor de um grande número de animais, muitos dos quais caprinos e ovinos, o latifundiário não era exatamente um “criador”, mas, sobretudo um negociante, que comprava, engordava e vendia os animais para abate, especulando em torno dessa diferença de preço.

Mesmo com esse acúmulo de riquezas contrastantes com uma região e uma população predominantemente pobre, fato é que esse episódio da recusa é visto por alguns ainda hoje

com com bastante indignação, enxergando “grande injustiça” feita a ele, ainda que o volume representasse o total a ser comprado inicialmente pelo Programa do Leite, medida que, se tomada, excluiria todos os pequenos produtores desse mercado, ao menos nessa fase inicial do projeto.

O que transparece dos elementos levantados no trabalho de campo a partir do contato com essa realidade é que a tensão existente na comunidade local, e visivelmente expressa numa disputa identificada entre “situação” e “oposição”⁴⁵, envolve na verdade um combate entre determinados “valores” que se situam num plano mais profundo que apenas aqueles expressos e verificáveis nos vieses das políticas públicas das gestões municipais analisadas.

No campo do turismo, é praticamente consensual e visível o período de relativa “decadência” por que passa Cabaceiras, comparado ao que fora alguns anos atrás, após a criação da Festa do Bode Rei, de importantes produções cinematográficas e dos atrativos que tornaram a cidade nacional e internacionalmente conhecida⁴⁶. Donos de hospedagens, pousadas, restaurantes e bares se ressentem do relativo baixo número de visitantes que a cidade recebe nos dias de hoje, desanimados com os investimentos que fizeram em seus negócios no passado recente⁴⁷. A relativa decadência do turismo se reflete em casos como o ocorrido na Festa do Bode Rei de 2008, em que a prefeitura, após divulgar show de uma das mais famosas bandas de forró do Nordeste na atualidade – os “Aviões do Forró” – teve seu cancelamento pelo não cumprimento de um acordo de pagamento antecipado do cachê. Segundo depoimentos, a banda Aviões do Forró chegou a ir à cidade no dia agendado para sua apresentação, mas diante da recusa da prefeitura em antecipar o cachê não teria nem chegado a subir no palco. O episódio foi tratado como “escândalo” e levou ao repúdio público em nota oficial contra a prefeitura por parte de 5 vereadores da cidade, inclusive com sua divulgação na Internet (<http://www.paraiba.com.br/noticia.shtml?70168>).

⁴⁵ No “folclore” político local da atualidade, os opositores são identificados como sendo os “bicudos” e os da situação como sendo os “jacarés”. No passado, partidários da situação já foram conhecidos por “bocas brancas” e os opositores de “bocas pretas”. Não se obteve uma explicação para isso.

⁴⁶ Segundo depoimentos, no passado recente Cabaceiras já chegou a ser visitada por centenas de turistas estrangeiros, sobretudo de lugares como a Escandinávia, atraídos por aquilo que antes era visto como um problema, o clima quente e seco, com ausência de chuvas na maior parte dos dias.

⁴⁷ Um desses casos é o de uma “hospedagem familiar” visitada, pertencente a uma viúva que ampliou sua casa simples, construindo quartos que hoje têm uma capacidade aproximada para receber 30 pessoas. Incentivada por Arnaldo Junior, quando este era prefeito, conseguiu um empréstimo no Banco do Brasil de R\$ 2.000,00 para as obras de ampliação. Não sabia como iria pagar. Era último ano da gestão de Arnaldo e a Festa do Bode Rei prometia ser a maior de todas. Dito e feito. A leva de pessoas que conseguiu hospedar lhe permitiu quitar o empréstimo. Hoje, fala num misto de orgulho e nostalgia que já hospedou “equipes inteiras que vieram para filmar na cidade”, mas que nos dias atuais recebe visitantes rara e irregularmente. Ao mesmo tempo, quando avaliava a possibilidade da vitória do candidato de Arnaldo Junior nas eleições municipais de 2008, falava sobre seus planos de ampliar a hospedagem, “subindo um segundo andar” sobre sua casa térrea pra construir mais quartos.

Paralelamente a isso, o rumo que assumiu a Festa do Bode Rei nos últimos anos também é visto por muitos como tendo implicações negativas no cenário da caprinovinocultura local. Isso porque, segundo depoimentos, se acentuou seu caráter de “show bode”, em detrimento da vertente agropecuária do evento, ou seja, mais ênfase no entretenimento do que em atividades ligadas à caprinovinocultura, descaracterizando assim aquilo que deveria ser a função principal da Festa, ou seja, a promoção de ações em torno do aprimoramento desta atividade agropecuária. Isso se reflete, por exemplo, no baixo número de animais apresentados. Relatos falam que à época da gestão anterior chegavam a ser expostos cerca de 1.200 “criações” (mil e duzentos animais), sendo que, por exemplo, na edição de 2008 da Festa, este número ficou em menos de 100 animais, expressando as mudanças e o desinteresse gerados.

Um último fato que merece ser mencionado diz respeito ao prêmio alcançado pelo projeto “Turismo como Alternativa de Desenvolvimento para o Semi-árido”, no ciclo de premiação de 2004 do Programa Gestão Pública e Cidadania. Como em episódios anteriores, o Projeto fora elaborado durante a gestão de Arnaldo Junior, mas desdobramentos advieram somente quando esta já mudara de mãos. Com a troca de governo, inicialmente recusou-se o recebimento do prêmio da FGV, claramente identificado com a gestão anterior. No entanto, informações obtidas posteriormente afirmam que esta situação invertera-se quando soubera-se que juntamente ao título, cada projeto vencedor do ciclo receberia a importância de R\$ 20 mil. No entanto, a suspeita gerada pela recusa inicial e a falta de um claro comprometimento de que o dinheiro seria usado para aprimorar o projeto selecionado, condição expressa no edital do ciclo de premiação pelos organizadores do Programa Gestão Pública do CEAPG da FGV, levou a suspensão do repasse do recurso.

Nas pesquisas de campo, praticamente todos os contatados na cidade de Cabaceiras tem conhecimento da premiação do Projeto. Ainda que também tenham conhecimento dos desdobramentos dessa história, muitos afirmam ter esperanças de que um dia o prêmio em dinheiro seja entregue à cidade, esperança reforçada pela realidade orçamentária do município face aos problemas de uma localidade pobre, como é Cabaceiras.

Não obstante todos os obstáculos, a Ascomcab não apenas sobrevive a essas turbulências como, passado um momento de maior pessimismo quanto ao futuro, procura por outras formas para sua expansão e fortalecimento, aliando-se, por exemplo, a Associações de cidades vizinhas. É como se tivessem os associados se habituado às permanentes ofensivas dos últimos anos, tendo consciência que dificilmente cessarão nas condições existentes.

Na pesquisa de campo de 2009, um novo relato de tentativa de desestabilização da Associação remeteu ao processo de cassação do governador Cássio Cunha Lima (PSDB), substituído pelo ex-senador José Maranhão (PMDB). Depoimentos afirmaram que, pela dinâmica partidária regional, com essa troca de poder, sendo o poder público municipal aliado do novo poder estadual empossado, abriu-se possibilidade de novas influências no tocante à situação do Município no Programa Estadual do Leite.

Segundo esses depoimentos, uma tentativa de diminuição da cota do leite da Usina da Associação fora tentada, mas revertida graças a pressões e à própria dinâmica de produção do leite caprino na região, já que nesse momento recente não havia quantidade suficiente do produto e sua disponibilidade para substituir a produção por parte de outro município “concorrente”, obrigando o cancelamento da medida por parte do governo estadual.

5.3 Tejuçuoca (CE)

O Ceará possui um total de 184 municípios. Localizada a 155 quilômetros da capital Fortaleza e situada na Microrregião do Médio Curu, Tejuçuoca, com cerca de 15 mil habitantes, detém uma área territorial de 751 quilômetros quadrados. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (IBGE-PNUD) relativo ao ano 2000, o IDHM de Tejuçuoca é de 0,611, estando, portanto, abaixo do IDH (2000) do estado do Ceará que é de 0,700 – o que o coloca em 22º lugar entre os estados brasileiros⁴⁸.

Segundo ainda o Mapa de Pobreza e Desigualdade de 2003 (IBGE), a incidência de pobreza em Tejuçuoca é de 68,89%, o que coloca o município em 18º lugar entre os municípios que apresentam as maiores taxas no estado. Ainda que ruim, esse índice já foi pior: segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), a proporção de pobres caiu de 91,9% (1991) para 84,1% (2000) no município.

Em relação aos outros municípios do país, Tejuçuoca apresenta uma situação ruim: ocupa a 4453ª posição, sendo que 4452 municípios (80,8%) estão em situação melhor e 1054 municípios (19,2%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Tejuçuoca também apresenta uma situação ruim: ocupa a 128ª posição, sendo que 127 municípios (69,0%) estão em situação melhor e 56 municípios (31,0%) estão em situação pior

⁴⁸ Segundo o dado referente ao ano de 2005, mesmo tendo seu IDH subido para 0,723, o Ceará caiu duas posições no ranking dos estados em relação a aferição anterior, fato explicado pelo maior aumento relativo do IDH de outros estados.

ou igual.

Tabela 15 - População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000 – Tejuçuoca (CE)

	1991	2000
População Total	11.805	13.519
Urbana	2.213	4.157
Rural	9.592	9.362
Taxa de Urbanização	18,75%	30,75%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do IBGE (2000).

Dados do IBGE disponibilizados em Produção da Pecuária Municipal 2008 e no Censo Agropecuário de 2006 ajudam a compreender melhor as características agropecuárias de Tejuçuoca no contexto estadual.

O município possui cerca de 467 estabelecimentos voltados para pecuária bovina, o que o coloca em 93º lugar no estado. Com cerca de 8 mil cabeças de gado bovino, Tejuçuoca se situa em 103º lugar em número desses animais no estado.

No que se refere ao número de estabelecimentos agropecuários, Tejuçuoca possui cerca de 291 que se dedicam a criação de caprinos, o que coloca o município em 39º lugar no estado. Quanto ao número desses animais, o município detém a 71ª posição, com cerca de 4 mil cabeças.

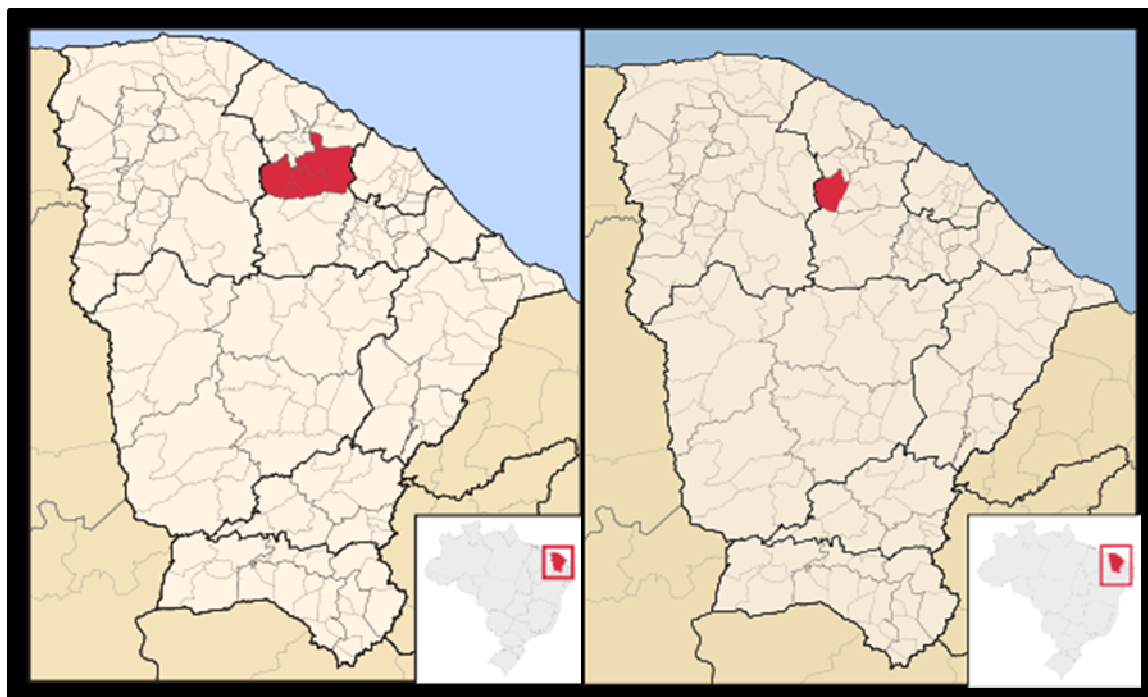
Já quanto aos ovinos, Tejuçuoca possui 331 estabelecimentos que se dedicam a criação desses animais, número que coloca o município em 55º lugar diante de outros municípios do estado. No que se refere ao número de cabeças desses animais, o Município detém cerca de 10 mil, o que o coloca em 59º lugar em termos de rebanho.

Ainda que o município não ocupe as primeiras posições no estado no que se refere aos três segmentos de criações selecionados, não obstante, no que se refere a caprinos e ovinos não deixam de ser significativos os números apresentados, sobretudo considerando-se o porte do município.

Um aspecto que chama a atenção é o expressivo maior número de ovinos em relação ao de caprinos, sobretudo levando-se em consideração que a cidade promove seu evento festivo e econômico mais importante pautado no *marketing* da figura do bode (Festa Tejubode).

A seguir, além desse aspecto intrigante, com base no material levantado nas pesquisas de campo, são enfocados e analisados outros relativos a agropecuária em sua relação com o cenário político de Tejuçuoca e seu processo de desenvolvimento.

Mapas 6 – Estado do Ceará com destaque para Microrregião do Médio Curu (esquerda) e Município de Tejuçuoca (direita)



5.3.1 Emancipação e política de desenvolvimento

Depois de um árduo percurso pelas estradas em más condições que levam de Fortaleza até Tejuçuoca, quando se chega é difícil não se surpreender com a aparência da cidade – situada no fim de um tronco rodoviário que não leva a nenhum outro lugar – sobretudo levando-se em conta o cenário de pobreza que marca esse trajeto. Organizada, além de aspectos como limpeza das ruas e casas em geral bem conservadas, apesar de pacata, paira na cidade um clima animado de atividade social quando se percorre o modesto centro, mas com seu ativo comércio local.

Como se pode constatar pelos dados apresentados mais acima, a cidade é tida como uma das mais pobres do Ceará e tem o grosso de sua população classificada como vivendo na zona rural. Outro aspecto que chama a atenção é que a cidade tem apenas 21 anos de emancipação política, sendo um dos municípios mais novos do Ceará. É um pequeno

município, tanto em população quanto em área: com 750,605 quilômetros quadrados, corresponde a 0,54% da área do Estado.



Praça central da cidade de Tejuçuoca com sua Igreja Matriz.

A elevação à categoria de município foi precedida de um plebiscito realizado em 1987, no qual a maioria da população votante optou pelo desmembramento de Itapajé. Mesmo assim, demorou para que a cidade se tornasse de fato autônoma deste município que antes integrava: sendo os repasses de recursos públicos vindos de fora, em especial aposentadorias da Previdência Social⁴⁹, uma importante fonte de receitas para os habitantes da cidade, a ausência de bancos e os conseqüentes saques efetuados na cidade vizinha acabavam por beneficiar o comércio externo e não o da própria Tejuçuoca, num ciclo de perpetuação de baixa atividade econômica local.

Nas pesquisas de campo, diversos depoimentos ressaltaram a centralidade da figura de João da Silva Mota Filho (João Mota) no processo que elevou Tejuçuoca à condição de município autônomo. Prefeito por três vezes (1989-1992 / 1997-2000 / 2001-2004), a ele são

⁴⁹ “A Previdência Social é um seguro que garante a renda do contribuinte e de sua família, em casos de doença, acidente, gravidez, prisão, morte e velhice. Oferece vários benefícios que juntos garantem tranquilidade quanto ao presente e em relação ao futuro assegurando um rendimento seguro. Para ter essa proteção, é necessário se inscrever e contribuir todos os meses”. (<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=59>).

também relegadas às origens das principais iniciativas de promoção do desenvolvimento através do turismo e da caprinovinocultura local, processos que mudariam a situação de forte estagnação vivida pelo município. Natural da região, João Mota entrou na política em 1985, pouco antes de se tornar prefeito, destacando-se como vereador no processo de luta pela autonomia da cidade, a qual se tornaria o primeiro prefeito eleito.

Tal processo de identificação da caprinovinocultura e do turismo como vocação potencial para o desenvolvimento local teria surgido de uma reflexão iniciada em 1998 com o Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), realizado com apoio da Rede DLIS, envolvendo ações no ano de 2001 de um programa de capacitações do PNUD através da metodologia Gespar (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local), desenvolvida em parceria com o Banco do Nordeste, e que tem como base o diagnóstico participativo voltado para iniciativas de desenvolvimento local sintonizadas com a lógica e com os saberes locais (LOTTA, 2003). Desse processo surgiu um Plano de Desenvolvimento Sustentável. Desde cedo parcerias foram estabelecidas com o Sebrae/CE, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará (EMATERCE), Serviço Nacional de Aprendizagem do Estado do Ceará (SENAR/CE) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC).

Nesse período em que se dava esse processo de construção, o grosso da população se encontrava em dificuldades com aquela que era a principal atividade produtiva local, a agricultura, em boa parte voltada para produção de feijão, milho e também algodão, sendo este último, importante atividade comercial, crescentemente prejudicada pela praga do bicudo.

Como nos outros casos estudados, a questão do exemplo a ser seguido também se fez valer em Tejuçuoca, levando o então prefeito João Mota a ser um dos primeiros a inserir em suas propriedades reprodutores e matrizes voltadas à produção de leite caprino.

Passo decisivo num processo de transformação desse cenário foi a criação da Festa Tejubode, planejada em 2001 e que teve sua primeira edição no ano seguinte. A idéia central era a de criar um evento que mobilizasse os pequenos proprietários rurais e suas famílias, maioria da população do município, e chamasse a atenção para além das fronteiras municipais, alavancando a atração de recursos externos. O secretário da Cultura, Empreendedorismo, Meio Ambiente e Turismo de Tejuçuoca, Joaquim Coelho Neto, esclarece que a festa “trouxe um nome à cidade. Foi uma forma que encontramos de colocar Tejuçuoca no mapa” (<http://opovo.uol.com.br/opovo/ceara/896763.html>), o que acabou

fazendo com que a cidade ficasse conhecida como “Capital do Bode” do Ceará, num processo de *marketing* bem sucedido.

Somado a isso, o potencial turístico da região, em que serras que circundam a cidade apresentam natureza exuberante e formações rochosas interessantes, levaram a idealização de um evento em formato de festa visando agregar esses atrativos e alavancar economicamente o município.

Em linhas gerais, a Tejubode segue o padrão da Festa do Bode Rei de Cabaceiras (PB), com atividades que exploram a imagem do animal tema (“corrida do bode”; “festival gastronômico”, com pratos que se tem por base derivados de caprinos e ovinos; “desfile de bode”; forró e outras atrações artísticas etc.), um outro espaço com cercados nos quais animais são expostos e outro com estantes de instituições participantes, como órgãos públicos e organizações como Sebrae, Embrapa, Senar etc.

Fato é que, com o tempo, o caráter de feira agropecuária fora cedendo cada vez mais lugar para um evento de caráter mais festivo. Essa transformação no perfil do evento se justifica pelo fato das receitas geradas com a atividade do turismo, potencializado pela Festa, fizeram com que ela se tornasse a principal fonte de renda para os cofres públicos. Para se ter uma idéia, segundo depoimentos, em 2008, a Festa gerou uma receita de cerca de R\$ 300 mil para os cofres da prefeitura municipal, atraindo aproximadamente 100 mil pessoas à cidade. Números exatos não são facilmente encontrados, mas por levantamentos realizados, em diversas reportagens afirma-se que os organizadores estimam um volume de negócios gerados anualmente pelo evento variando em torno de R\$ 800 mil e R\$ 1,5 milhão, oscilando esses valores nas suas últimas três edições. Levando-se em conta as dimensões do município envolvidas, esses números são bastante expressivos.

Como dito, as belezas naturais da região, com destaque para cavernas como aquela denominada Furna dos Ossos e as formações rochosas que contam com inscrições rupestres, completa um quadro de potencialidades que passaram a ser melhor aproveitadas, alavancando a geração de receitas via turismo.

Basta imaginar o impacto que esse fluxo de visitantes representa em termos de serviços a serem oferecidos nos três ou quatro dias de evento no ramo de alimentação, hospedagem e no comércio local em geral. Nesse processo, a prefeitura desempenha um importante papel. Através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, responsável direta pela organização do evento, procura garantir a qualidade dos serviços, por exemplo,

oferecendo cursos profissionalizantes para garçons, apoiando a abertura de novos restaurantes e agilizando reforços na infra-estrutura da cidade.

Já o recinto da Festa, o Parque de Exposições Joãozão – é um espaço permanente na forma de parque de exposições agropecuário que possui uma área de 15 mil metros quadrados, com infra-estrutura em dimensões proporcionalmente gigantes se comparada a outras construções da cidade, sobretudo as repartições públicas, boa parte abrigadas em prédios comuns.



Portão de entrada do Parque Joãozão, local onde se realiza a Tejubode, com os diversos créditos às organizações apoiadoras.

Patrocinada pela Prefeitura Municipal de Tejuçuoca, a Festa recebe o apoio do Governo do Ceará e de outras organizações (Bando do Nordeste, Banco do Brasil, Senac, Sebrae, Emprapa, Senar, Fecomércio etc.), fazendo parte do calendário de eventos do Estado desde sua primeira edição, ainda que o Parque Joãozão só tenha adquirido a estrutura atual com o tempo, sendo as primeiras edições da Festa improvisadas e bastante precárias, mesmo quando deixou de ser realizada nas ruas da cidade e passou a ocupar o terreno no qual seria construída a infra-estrutura atual.

Paralelamente a esse processo, depoimentos afirmam que aquilo que era apenas festa também foi tencionando pela idéia de um projeto, o Projeto Tejubode. Enquanto tal, pretendeu ultrapassar a dimensão de caráter pontual do evento e constituir-se em apoio às ações na área da caprinovinocultura no município, atraindo parceiros e recursos para a atividade cotidiana. Nas pesquisas de campo, no entanto, não foi possível levantar elementos que confirmassem essa intenção ou indicassem o grau de desenvolvimento que o projeto se encontra, ficando aqui, para efeitos deste estudo, apenas apontadas. Ainda que se afirme que a construção do parque de exposições Joãozão em 2003 possibilitou a realização mensal de feiras de animais, visando incrementar a atividade comercial entre produtores e compradores da região (DUARTE, 2007)⁵⁰, dados coletados nas pesquisas de campo indicam que essa atividade encontra-se ou paralisada ou sendo realizada de maneira bastante tímida na atualidade.

A despeito de todo inegável impacto positivo que o evento Tejubode represente para cidade, e aquilo que potencialmente represente para o processo em curso de uma maior adesão à caprinovinocultura, algumas considerações são importantes de serem feitas no sentido de se avançar na compreensão deste processo específico envolvendo esta atividade agropecuária, o turismo e desenvolvimento local de Tejuçuoca.

Uma informação que, num primeiro momento, pode confundir, mas que, melhor compreendida, ajuda a esclarecer, é que, no município intitulado “Capital do bode”, há mais ovinos que caprinos. Em efetivo de animais, segundo a Produção da Pecuária Municipal 2008 (IBGE), 10 mil ovinos contra 4 mil caprinos aproximadamente. Como entender essa aparente contradição?

Fato é que o caso de Tejuçuoca serve para ilustrar um movimento que descobriu na imagem publicitária do bode um importante filão para alavancar uma série de atividades que geram recursos financeiros. Em outras palavras, pode-se dizer que o bode “vende bem”. Como declara em seu blog o vereador Guto Mota, filho do ex-prefeito João Mota, com “uma estratégia de marketing planejada e eficiente conseguimos atrair os grandes meios de comunicação” (http://gutomota.blogspot.com/2009/09/tejuucuoca-e-destaque-em-forum-regional_17.html).

⁵⁰ Ainda que nas visitas de campo não houve menção a ocorrência dessa atividade mensal nos dias de hoje. Tal fato, somado aos relatos do maior peso que as atividades de serviços relacionados a Festa e ao turismo vem assumindo, e em especial face a entrevista realizada com o atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, que demonstrou ser ainda bastante incipiente um mercado local estruturado de caprinos e ovinos, levam a concluir que, se ocorre, esta feira mensal se dá em níveis bastante modestos.

Ainda que pelos dados agropecuários uma contradição entre *marketing* e realidade se acirrem no caso de Tejuçuoca, não se pode dizer que nas festas de Mossoró e Cabaceiras também não se insista na exploração da imagem do mesmo animal, ainda que lá não se exponham tamanha disparidade em termos de rebanhos em favor dos ovinos.

Indo além, informações levantadas neste estudo indicam que no Bodódromo de Petrolina (PE), considerado o maior complexo gastronômico ao ar livre da América Latina e tido como “especializado em carne de bode”, com mais de 10 restaurantes dedicados a esse segmento, serve-se, na verdade, principalmente carne de carneiro. Muito mais que o uso de sua carne, o bode também lá dá nome ao local, em mais um caso de “recurso marqueteiro” de apelo a imagem deste animal. A fórmula parece conter potencial sucesso. Em matéria publicada na Revista O Berro, especializada em caprinovinocultura, afirma-se que o deputado federal pela Bahia, e também técnico em agropecuária, Edson Duarte (PV), pretende lançar a idéia de bodódromos a serem instalados em diversas localidades. Tal projeto de disseminação se ancoraria em estrutura previamente formatada consistindo em um espaço contendo área comercial composta por restaurantes e lojas de artesanato, um espaço para manifestações culturais e outras atividades ligadas à caprinovinocultura (<http://www.revistaberro.com.br/?materias/ler,1090>).

Muito mais que imprimir qualquer crítica a essa “exploração de imagem”, no caso de Tejuçuoca, nos termos que interessam a este estudo, cabe analisar em que medida essa “artificialidade” traz implicações para a atividade agropecuária e se isso reflete de alguma forma em maior ou menor sustentabilidade no processo de desenvolvimento em questão.

Como em outras situações, também neste caso a ausência de dados para além daqueles já expostos marcam o segmento da caprinovinocultura local. Para avançar nas análises, no entanto, nesse caso interessa se valer de uma série de indicativos que, indiretamente, servem para ilustrar melhor aquilo que se procura enfocar. Nos depoimentos tomados, tendo destaque os do Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e do Prefeito da cidade, não há qualquer constrangimento em revelarem que práticas mais aprimoradas na área da caprinovinocultura são ainda bastante incipientes no município. Não há o que duvidar, portanto, quanto à agropecuária da caprinovinocultura vir à reboque do evento Tejubode e do turismo. Também não há necessariamente nenhum problema nisso, sobretudo quando se considera que não haja um caminho único ou modelo a ser seguindo em se tratando de desenvolvimento, sendo perfeitamente possível se aceitar tal encadeamento.

No entanto, quando se considera os parâmetros técnicos da “rede de entusiastas” que guiam o processo enfocado de fortalecimento e aprimoramento da cadeia produtiva da caprinovinocultura, levados à cabo por diversos agentes e organizações envolvidas, mais uma vez, parece se revelar uma contradição no caso de Tejuçuoca que coloca em dúvida se há consonância com esses objetivos. Isso porque, pesquisas realizadas após a ida a campo indicam um viés bastante peculiar nas diversas reportagens que fazem menção as criações de caprinos e ovinos na cidade. Em reportagem intitulada “Bodes são tratados como gente no Ceará”, chama-se a atenção para o fato de que, em Tejuçuoca, os caprinos fazem hidroginástica, tomam “banho com sabão de coco” e são tratados “como se fossem da família”. O curioso é que a reportagem levanta esses elementos como se eles fossem indicativos de uma caprinovinocultura tecnicamente desenvolvida, sendo que tais características, relativamente comuns também em outros contextos, são identificadas por técnicos do setor como “típicas de criações não comerciais”, mais próximas a um caráter doméstico voltado para animais de estimação (“*pets*”). Em outro ponto da reportagem, afirma-se que o bode, personalidade em Tejuçuoca, às vezes, “até rende um dinheirinho”, sendo que a cidade tem até “uma associação de criadores, de olho em algo mais”. A reportagem afirma ainda, contradizendo os dados do IBGE, que a cidade possui 16 mil bodes, sendo provável que ela não distinga, nem quanto ao sexo dos animais – bodes ou cabras – nem quanto às diferentes espécies – caprinos ou ovinos – tomando como efetivo total a somatória geral de todos esses segmentos. Nesse caso, ou também essa reportagem serve como mais um exemplo favorecedor da construção dessa imagem ou mesmo ela, de forma “desatenta”, também venha à reboque da alavancagem propiciada pelo *marketing* em torno da imagem do bode (<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1358016-5598,00-BODES+SAO+TRATADOS+COMO+GENTE+NO+CEARA.html>).

Não há dúvidas que este caso estudado encontra-se num patamar diferenciado dos dois outros casos em termos de estágio do processo de aprimoramento da prática da caprinovinocultura. Para além dos indícios acima citados, para uma melhor compreensão desses processos, vale à pena ir além da esfera municipal, ampliando o enfoque para o âmbito estadual, entre outros aspectos, que chamam a atenção para peculiaridades no que tange aos processos em curso de aprimoramento do setor da caprinovinocultura no Ceará e do desenvolvimento do Programa Estadual do Leite, como se verá no próximo Capítulo.

6. A CAPRINOVINOCULTURA COMO VOCAÇÃO



Por que adotar caprinovinocultura como alternativa para o Semi-árido? Por que cabras e ovelhas e não outras criações ou atividades como opção de desenvolvimento? O que leva a essa aposta por parte de organizações e atores-chave da “rede de entusiastas”? As respostas para essas questões não são simples, mas precisam ser feitas para que se vá além nas análises que buscam compreender os processos que envolvem uma gama de agentes e organizações, nesses aqui enfocados processos de construção social de mercados.

Quando se consulta a literatura específica, em boa parte produzida por técnicos ligados a organizações situadas no Nordeste e que realizam pesquisas ou atuam na área do desenvolvimento rural, fica evidente uma visão consensual de que a caprinovinocultura, grosso modo, não tem seguido um desenvolvimento planejado – não obstante se admita também que isso não seja exclusividade deste segmento da agropecuária no país. Ao mesmo tempo em que apontam essa deficiência, não tardam em fornecer diretrizes científica e tecnicamente referenciadas, tidas como os rumos mais adequados a serem seguidos para um aprimoramento da cadeia produtiva da caprinovinocultura.

Muito mais que perceber essa concordância, um aspecto que chama a atenção sobressai quando se depara com a literatura produzida entre a segunda metade da década de 1980 e primeira metade da década de 1990. Além de insistir mais fortemente para o aspecto da ausência de maior organização da atividade, mediante o diagnóstico que faz da situação geral naquele período, essa literatura permite perceber o quão recente é a estruturação de uma caprinocultura leiteira no Nordeste, para além de uma atividade destinada ao consumo familiar ou do entorno, voltada à um mercado mais estruturado.

Para se ter uma idéia, no que tange a caprinocultura leiteira, um movimento incipiente no setor inicia-se somente em meados dos anos 1970 na região Sudeste. Um dos poucos dados encontrados sobre as origens desse movimento servem de indicativo: o aumento significativo no número de adesões à Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Minas Gerais (CAPRILEITE/ACCOMIG), que passou de 42 para 500, entre o ano de sua fundação, 1974, e 1989, conforme atesta Alzamora⁵¹ (1989 apud PIMENTA FILHO et. al., 1994).

Paralelamente ao nascimento do setor da caprinocultura leiteira, no contato com essa literatura é possível perceber as idéias embrionárias que aparecem na época e que em suas diretrizes centrais tornaram-se realidade quando se analisa o atual estágio da caprinocultura leiteira do Nordeste, com sua institucionalização refletida em políticas públicas como o

⁵¹ ALZAMORA, J. Caprinocultura leiteira: relato de uma experiência e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE REPRODUÇÃO ANIMAL, 7; 1989, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, 1989. p.178-181.

Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, em especial na sua modalidade “PAA Leite” e nas parcerias decorrentes com alguns estados.

Em artigo seminal de 1994, *Caprinocultura leiteira no Brasil – estado da arte e perspectivas*, que sintetiza os aspectos mais importantes da área, dois agentes-chave, Pimenta Filho, professor e pesquisador da Universidade Federal da Paraíba, e Simplício, pesquisador da Embrapa Caprinos de Sobral, já chamavam a atenção para a necessidade da participação de órgãos governamentais, principalmente do ponto de vista social e pelo perfil da maioria dos produtores do Nordeste, através de programas de incentivo à produção e, também, ao consumo de leite caprino. Entre outros aspectos, para aqueles autores, entre as medidas a serem tomadas estaria a “aquisição do produto destinado a programas de alimentação em escolas e/ou creches públicas municipais, estaduais e/ou federais, [que] poderiam representar um impulso positivo para a afirmação da caprinocultura leiteira no País” (PIMENTA FILHO et. al., 1994, p. 58).

Como dito, passados alguns anos, tais recomendações se materializaram com os Programas Estaduais do Leite e com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Fome Zero, assuntos a serem abordados neste capítulo. Logo após, é apresentada outra parte central do material advindo das pesquisas de campo, em que se procura compreender “quem é quem” na caprinovinocultura do Semi-árido e o processo em curso de construção social de mercados do leite caprino. Antes disso, são enfocadas, de forma breve, histórias da Embrapa e do Sebrae e as principais frentes de suas atuações na área da caprinovinocultura na região, dada a importância dessas duas instituições para o contexto estudado.

6.1 O papel das organizações: Embrapa e Sebrae

O que leva as organizações, enquanto atores sociais, e agentes por elas estimulados, a elegerem a caprinovinocultura como a prática mais adequada ao contexto do Semi-árido é algo justificado por uma série de argumentos cientificamente embasados, a começar pelo diagnóstico fundado na própria história da região, em que a pecuária bovina fora privilegiada, mas que não se mostrou capaz de gerar um desenvolvimento sustentável, nem forjar uma sociedade livre de acentuadas pobreza e desigualdades.

Não obstante essa constatação, não é fácil localizar no tempo a emergência da caprinovinocultura como paradigma para o Semi-árido. Esse não é um problema novo, nem

surgido nesse contexto brasileiro específico. Dilemas em torno dessa questão são antigas e envoltas em aspectos culturais, como chama a atenção, por exemplo, Jared Diamond, em algumas passagens do livro *Colapso – Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso* (2005), quando aborda as tentativas de colonização da Groenlândia pelos europeus do norte por volta do ano 1300 e de seus equívocos em apostarem na pecuária bovina em detrimento da criação de cabras e ovelhas, como já citado no Capítulo 4. Da mesma forma, se falou que em *Nordeste – Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil* (1937), Gilberto Freyre, já no final da década de 1930, apontara o caráter predatório que a caprinocultura poderia representar para o meio natural da região e ao mesmo tempo as potencialidades de uma maior adesão à prática caso ela fosse feita de modo mais intensivo, numa impressionante similaridade com o diagnóstico feito hoje por especialistas do setor. Como apontado também, no mais das vezes, criar caprinos e ovinos foi uma prática vista como sendo “teimosia de gente pobre” (NOBRE, 2007, p. 1), uma atividade marginal e sem futuro que não mereceria maior atenção.

Questionamentos quanto à emergência recente desse paradigma foram recorrentemente feitos quando das pesquisas de campo que embasam o presente estudo. No entanto, não se obteve uma resposta satisfatória. Menções foram feitas de forma mais recorrente a duas organizações: a Embrapa, unidade Caprinos e Ovinos, localizada em Sobral, e o Sebrae, em suas unidades dos municípios e/ou estados enfocados, sendo a elas delegadas iniciativas que semearam novos projetos ou programas, que por sua vez originaram criações de caprinos e ovinos em muitos municípios Nordestinos e a formação de associações de criadores. Além disso, a atuação dessas duas organizações teria sido capaz de envolver um corpo de profissionais que voltou sua dedicação ao tema, passando também a atuarem como disseminadores, seja atuando diretamente nessas instituições, ou como consultores ou gestores públicos, entre outras possibilidades de papéis ou cargos que vieram a assumir. O trabalho dessas duas organizações teria ainda sido capaz de chamar a atenção de governos municipais e estaduais sobre as potencialidades da atividade, sendo em boa parte responsáveis por um estímulo a formulação de outros programas e projetos no âmbito das políticas públicas.

Antes de focar a história dessas duas instituições, em especial no que tange a sua atuação na área da caprinovinocultura, uma outra menção, ainda que menos recorrente, também mereceu destaque nas pesquisas de campo: o *Projeto Cabra nossa de cada dia*. Nascido em 1993, por iniciativa do padre João Batista da Frota, o Projeto distribuiu cabras para população pobre visando combater a desnutrição e a mortalidade infantil por meio do leite

desses animais. Surgido no contexto das recorrentes secas na região de Sobral, “Padre João teve a idéia de tirar das cabras, bem adaptadas à vegetação escassa da região, o alimento para as crianças que padeciam com a seca” (<http://globoreporter.globo.com/Globoreporter/0,19125,VVM0-2708-17982-3-0,00.html>).

Hoje, o *Cabra nossa* atende cerca de 18 comunidades rurais daquele município cearense. Ao longo desses 16 anos, os resultados já somam cerca de 1.600 animais distribuídos, sendo quase mil crianças de mais de 500 famílias atendidas. A iniciativa tem como regra um processo de avaliação da necessidade das famílias, realizado com apoio de coordenadores rurais. Dependendo do caso, é doada uma cabra fêmea e quem a recebe tem dois anos para “pagar” de volta ao projeto com outras duas cabras fêmeas, que daí são doadas para ajudar outra família. Se nascer animal macho, ele pode ser abatido e consumido pela própria família (<http://desenvolvimentonordestino.wordpress.com/2007/08/11/leite-de-cabra/>).

Fato é que, ainda que recorrentemente citada quando se toca no tema da caprinocultura, sobretudo no estado do Ceará, esta louvável iniciativa acaba por não ser ainda mais reconhecida em virtude da própria personalidade de seu criador, Padre João, que cultivava hábitos humildes e mantém-se distante da mídia ou de qualquer reconhecimento público que lhe traga algum crédito de caráter pessoal. Dito isto, e sem desmerecer todo crédito que cabe a iniciativa enquanto marco e exemplo para outras que nela se inspiram, nas pesquisas realizadas após a segunda ida a campo, constatou-se que a Embrapa Caprinos, também localizada no mesmo município de Sobral, teve importante participação no *Cabra nossa* desde sua fundação, sendo que, até hoje, a assistência técnica ao Projeto é mantida pela unidade (<http://www.cnpq.embrapa.br/ruminando36.htm>). Além da Embrapa, outras parcerias são citadas como fundamentais para o bom andamento do Projeto: a Prefeitura de Sobral, por meio da Secretaria de Agricultura, “colaboradores” da Alemanha, Rotary Sobralense, entre outras organizações (<http://desenvolvimentonordestino.wordpress.com/2007/08/11/leite-de-cabra/>).

Essa constatação mais uma vez conduz a atuação da Embrapa Caprinos e Ovinos, mostrando também que uma experiência como o “Cabra nossa” constitui-se, em termos de uma influência mútua desde sua fundação, numa aplicação concreta e bem sucedida, enquanto experimento social, dos preceitos técnico-científicos que procuram encontrar soluções mais adaptadas para o Semi-árido, especialmente valendo-se da caprinovinocultura, realimentando assim o sentido prático da bandeira daquela unidade da Embrapa e ampliando a adesão a atividade por parte da população pobre com base nas diretrizes difundidas.

6.1.1 Sebrae

Apesar de existir como instituição desde os anos 1970, a história do Sebrae começa na década anterior a essa, num processo de amadurecimento em que diversas iniciativas vinham sendo tomadas. No Nordeste, por exemplo, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criou os Núcleos de Assistência Industrial (NAI), em 1967, visando oferecer apoio técnico-gerencial e capacitação de recursos humanos às empresas de pequeno porte, tidos como embriões do Sebrae. Em 1972, com o processo de amadurecimento que vinha ocorrendo há algum tempo entre o BNDE (hoje BNDES), o Ministério do Planejamento, entre outras instituições, é criado o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE). Nesse momento, o Cebrae era uma entidade vinculada ao Governo Federal, sendo que apenas em outubro de 1990, se transformaria no Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), desvinculando-se da administração pública e tornando-se um serviço social autônomo, sem fins lucrativos (<http://wiki.educartis.com/wiki/index.php?title=Sebrae>).

Hoje, o Sebrae se define como uma entidade privada e de interesse público, cuja missão está claramente focada no desenvolvimento do país através da geração de emprego e renda pela via do empreendedorismo, por meio da promoção da competitividade e do desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte; foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios.

Entendendo a economia do país como sendo baseada em três grandes pilares, comércio, indústria e agronegócio, os micro e pequenos negócios desses setores estariam no centro das estratégias do Sebrae com vistas a promoção da competitividade da economia brasileira. No caso do agronegócio, este é visto pela instituição como uma das principais alavancas da economia nacional, já que representaria percentagem significativa do PIB brasileiro (28%) e das exportações (37%).

Tanto pelo divulgado na página eletrônica do Sebrae quanto pelo material levantado nas pesquisas de campo, um aspecto que sobressai na atuação da organização se refere a disseminação de informações, tida como “prioridade estratégica”, uma “ferramenta básica e fundamental”, com o “uso do conhecimento como instrumento para uma gestão competitiva, eficiente e moderna”. Nesse sentido, uma das formas de maior destaque na atuação do Sebrae,

visando “repassar continuamente informação de qualidade”, se reflete nos “diversos produtos, como cursos, consultorias, treinamentos, palestras, seminários, eventos e publicações, entre outros” (http://www.sebrae.com.br/customizado/sebrae/integra_bia?ident_unico=1129).

Sob essa perspectiva, a organização afirma acreditar que a criatividade no desenvolvimento de novas soluções e a quebra de paradigmas são fundamentais para a sustentação e viabilidade de sua missão, vindo daí uma atuação em quatro áreas consideradas chaves para o crescimento dos micro e pequenos empreendimentos: Articulação de políticas públicas que criem um ambiente institucional mais favorável; Acesso a novos mercados; Acesso a tecnologia e inovação; e Facilitação e ampliação do acesso aos serviços financeiros.

Na análise do conteúdo dessas quatro áreas, pode-se dizer que aquela que mais se relaciona ao tema do presente estudo se refere à Acesso a novos mercados. De acordo com a Organização, desenvolvendo pesquisas e metodologias de análise, esta área volta-se para estratégias de sustentabilidade dos negócios a partir da melhor compreensão da influência e a interdependência entre produção, comercialização e distribuição de produtos e serviços, focando-se nas exigências e mudanças de mercado. Além disso, a instituição visa auxiliar empreendedores a ingressarem em novos nichos de mercado, como aquele das compras públicas, entre outros.

Mas, de fato, todas essas informações, ainda que importantes para uma melhor compreensão da Organização, situam-se num patamar ainda genérico para o foco deste estudo. Uma atuação mais específica do Sebrae na área de caprinovinocultura se liga a iniciativa do *Projeto Aprisco – Apoio a programas regionais integrados e sustentáveis da cadeia de ovinocaprinocultura*.

Não há informações claras sobre a data de início deste projeto, mas pelos depoimentos tomados em campo deduz-se que ele tenha se iniciado por volta do começo da década de 2000. Da mesma forma, com base nessa mesma fonte de informações sobre o desenvolvimento do Projeto, ainda que elas ressaltem sua importância no estímulo à caprinovinocultura, não são claras quanto à permanência e interrupção do mesmo ao longo do tempo. Por exemplo, em diversos depoimentos tomados em campo foram feitas menções quanto a interrupção do Projeto, que teria “perdido fôlego” após seus cerca de 10 anos de existência, sendo assumido pelo governo do estado do Ceará, informação, no entanto, não confirmada quando se visita a página eletrônica do mesmo, que menciona inclusive seu desdobramento na chamada *Rede Aprisco*, que segundo a fonte oficial envolveria “mais de

300 parceiros” entorno de projetos, programas e ações voltadas para a área. (<http://www.aprisco.sebrae.com.br/sbaprisco.htm>).

Segundo a página eletrônica da Organização, o Projeto Aprisco possui a seguinte linha de atuação:

Ação coletiva – por meio de núcleos, associações, cooperativas e condomínios de produtores e criadores visam resultados sustentáveis para todos; Inovação e tecnologias – difusão, reaplicação e transferência de tecnologias sustentáveis para o setor. Boas práticas, certificação, metrologia e embalagens; Gestão e Capacitação – domínio dos processos, aprendizagem contínua e planejamento participativo; Produção sustentável – definição de sistemas e métodos de produção, simulação de resultados, manejo básico e boas práticas em ovinos e caprinos; Governança e coordenação – articulação e tratamento de interesses dos principais atores da cadeia produtiva por meio de câmaras setoriais, comitês, fóruns e outras instâncias consultivas e deliberativas, locais, territoriais e regionais com poder público e iniciativa privada; Inteligência Competitiva Setorial – processamento sistemático e ético por meio da identificação, coleta, tratamento, análise e disseminação da informação estratégica para as organizações do setor, viabilizando um melhor processo decisório aos produtores, agentes e empresas. (<http://www.aprisco.sebrae.com.br/sbaprisco.htm>).

Em termos de ações, têm destaque no Projeto a

Assessoria gerencial e tecnológica; Desenvolvimento e melhoria de produtos (design, embalagem, marca); Estudos, pesquisas e diagnósticos de mercado; Ações de acesso a mercado (feiras, missões, rodadas de negócios, festivais gastronômicos, compras e vendas em conjunto, bolsa de negócios); Capacitação e difusão tecnológica (clínicas, manejo básico, boas práticas); Plano de produção e integração da cadeia produtiva; Oficinas de planejamento estratégico coletivo e participativo. (<http://www.aprisco.sebrae.com.br/sbaprisco.htm>).

Para além dessas informações e dos testemunhos que recorrentemente enfatizaram, quando das pesquisas de campo, a participação do Projeto Aprisco no movimento de estímulo a adesão e ao aprimoramento da prática da caprinovinocultura no Semi-árido, situação específica que possui mais informações disponíveis se refere ao caso de Tejuçuoca. Uma visão sobre o processo que lá se desencadeou é possibilitada pela série de publicações do Sebrae intitulada “Histórias de Sucesso”, cujo volume específico àquele município (ver DUARTE, 2007) revela que em 2003, a organização implantou, juntamente com o Sistema Faec/Senar (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), um projeto com duração de quatro anos, que objetivava contribuir para

a estruturação da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura de Tejuçuoca. Segundo Duarte (2007, p. 12), a

[...] atuação do Sebrae/CE na ovinocaprinocultura, por meio do Projeto Aprisco, despertou nos municípios mais carentes um caminho para a geração de oportunidades de trabalho no campo, tornando mais profissional o manejo de animais historicamente relegados a segundo plano, mostrando ser possível e ser viável a ovinocaprinocultura no semi-árido nordestino.

De acordo ainda com esse mesmo autor, esse processo envolveu também, indiretamente, outro município estudado, Cabaceiras (PB), como se pode ver na passagem a seguir:

Em Tejuçuoca, o projeto foi estruturado ao final do ano de 2003, tendo sido implantadas as ações no início do ano seguinte. No diagnóstico para implantação do projeto, percebeu-se a necessidade de capacitar todos os produtores interessados nas áreas técnica e de gestão. As capacitações estavam voltadas para o aprimoramento de diversas técnicas (manejo sanitário, manejo alimentar, manejo reprodutivo, processamento de carne caprina), além de questões gerenciais (treinamento gerencial básico rural, consultoria gerencial, associativismo, capacitação rural e empreendedora). Pela necessidade de propiciar aos atores envolvidos no desenvolvimento da ovinocaprinocultura no município outras experiências, foram planejadas e realizadas várias viagens para conhecer lugares e eventos relacionados à atividade. Sabendo do trabalho desenvolvido em Cabaceiras, João Mota solicitou que o projeto contemplasse a viagem de produtores e profissionais do município para conhecer a cidade paraibana, bem como Monteiro. Além disso, foram realizadas viagens a Quixadá (CE) para conhecer o maior abatedouro/frigorífico de caprinos e ovinos do nordeste (Frigorífico Pé de Serra) e visitas a feiras e exposições do Ceará, como Exponorte, Expoece e outros eventos relevantes, além do PecNordeste, um seminário de difusão tecnológica da pecuária, de abrangência nacional, realizado anualmente em Fortaleza (CE). (DUARTE, 2007, p. 12).

Além de medidas voltadas para o aprimoramento da caprinovinocultura de corte e leite, ainda segundo Duarte (2007), a experiência do Aprisco em Tejuçuoca levou a instalação no município de um curtume visando resgatar a cultura do couro de bode na confecção de bolsas, cintos, chapéus e acessórios de moda, processo que beneficiou num primeiro momento cerca de 25 artesãos. Segundo dados oficiais, houve um aumento do número de artesãos acompanhados pelo poder público e engajados em programas de crédito para a aquisição de matérias-primas e comercialização de seus produtos. De 87 artesãos cadastrados em 1998, o número passou para 207 em 2006.

Assim como em outras localidades, afirma-se que o Projeto Aprisco beneficiou diretamente dezenas de produtores do município, disponibilizando assistência técnica com profissionais disponibilizados exclusivamente para esse fim, neste caso por meio da parceria com o Sebrae/CE, a Faec e o Senar.

Para além do caso de Tejuçuoca, empreendeu-se neste estudo um levantamento no banco de experiências da série “Histórias de Sucesso” do Sebrae, Projeto que tem por finalidade

[...] registrar e disseminar na própria organização, nas Instituições de ensino e na sociedade as melhores práticas de empreendedorismo individual e coletivo observadas no âmbito de atuação do SEBRAE e de seus parceiros, estimulando sua multiplicação e fortalecendo a Gestão do Conhecimento do SEBRAE. (<http://www.casosdesucesso.sebrae.com.br/Geral/programa.aspx>).

Esse levantamento permitiu constatar que, de 1999 a 2007, são em número de 14 os casos de sucesso na área de caprinovinocultura - de um total de 130 que abarcam esta e outras áreas – registrados por aquela Organização no Nordeste, no referido período, e que constam do banco de experiências

Quadro 5 – “Casos de sucesso” na área de caprinovinocultura no NE (1999 – 2007)

Nome da experiência	Período*	UF	Região / Município
Bode potiguar conquista o Nordeste	1999-2002	RN	Angicos e Lajes
Agente de Desenvolvimento Rural: presença que transforma	2001-2002	PB	Microrregião do Cariri Oriental
Cabra nossa de cada dia: a sociedade organizada enfrenta a miséria no sertão	1990-2004	CE	Sobral
Leite de cabra é vida no Sertão de Pajeú	2001-2004	PE	Município de Carnaíba.
Os cabras fortes da Fazenda Icó: união, organização e perseverança	2003-2006	BA	Município de Juazeiro
Um consórcio que deu bode no sertão de Sergipe	2001-2006	SE	Munic. de N. S. da Glória
Ovinocaprinocultura: a marca do sertão	2003-2006	AL	Munic. de S. J. da Tapera
Sabonete de leite de cabra: inovação na ovinocaprinocultura	2004-2006	AL	Munic. de Maravilha
A organização dos pequenos produtores de ovinos e caprinos em Jaguaratema	2004-2007	CE	Munic.de Jaguaratema/ Baixo Jaguaribe
A terra do bode	2002-2007	CE	Tejuçuoca
Sítio Cedro: o carneiro na ponta do lápis	2003-2007	CE	Município de Farias Brito
Em busca da sustentabilidade no Sertão do Araripe	2005-2007	PE	Município de Granito
Festa do bode de Batalha	2006-2007	PI	Município de Batalha
Inclusão social com geração de emprego e renda	2005-2007	PI	Município de Pio IX

Tabela elaborada pelo autor. *O ano de 2007 se refere ao ano limite de catalogação das experiências e não necessariamente a seu término. Fonte dos dados: Banco de experiências – Sebrae. (http://www.casosdesucesso.sebrae.com.br/CasoSucesso/casosuccesso_busca.aspx?tip=1).

Além da breve listagem apresentada acima, no Anexo II é apresentada uma descrição mais pormenorizada de cada uma dessas 14 experiências, com sua relação com outros programas e entidades envolvidas, conteúdo esse oriundo do referido banco de experiências do Sebrae.

No caso da experiência “Agente de Desenvolvimento Rural: presença que transforma”, que envolve um dos casos estudados, Cabaceiras, ela está classificada sob os temas “Agronegócios; Associativismo; Desenvolvimento Sustentável; e Tecnologia”. Segundo a descrição que consta, num “tempo de cabras magras...”, os cerca de dois mil criadores de caprinos e ovinos estabelecidos na Microrregião do Cariri

[...] estavam com sérias dificuldades produtivas, sem perspectivas de lucratividade. A pior delas era a total ausência de práticas de higiene e métodos sistemáticos de ordenha, limpeza das instalações, controle zootécnico, sanidade e armazenamento adequado do leite, o que inviabilizava a obtenção de um produto compatível com o oferecido pelo mercado, com garantias de qualidade para seus consumidores. Foi aí que surgiu a idéia do Agente de Desenvolvimento Rural (ADR), inspirado no modelo de atuação do Agente de Saúde – Sua missão: orientar os produtores, com o objetivo de estabelecer padrões para obtenção do leite e manejo dos animais, a fim de que eles pudessem alcançar uma produção de caráter empresarial e com chances de competitividade. (http://www.casosdesucesso.sebrae.com.br/CasoSucesso/casosuccesso_item.aspx?Codigo=53).

Segundo consta da descrição da experiência fornecida pelo Sebrae, nesse processo participaram diversas entidades: Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura; Universidade Federal da Paraíba; Secretaria de Agricultura, Irrigação e Abastecimento – SAIA (PB); Prefeitura Municipal de Monteiro; Prefeitura Municipal de Cabaceiras; Prefeitura Municipal de Zabelê; Prefeitura Municipal de Prata; Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro; Governo do Estado da Paraíba; Fundação de Ação Comunitária; Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia; Centro de Ciências Agrárias; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

O contexto em que se dá esse processo é o início da década de 2000, quando então as cidades de Monteiro, Zabelê, Cabaceiras, Prata e São Sebastião do Umbuzeiro passam a sediar mini usinas de beneficiamento de leite de cabra, dado o potencial da caprinovinocultura leiteira na Microrregião.

Além dessas informações obtidas com o material disponibilizado pelo Sebrae em sua página eletrônica, consta também trecho de depoimento de um pequeno produtor de leite da região que muito se assemelha a outros depoimentos, colhidos nas pesquisas de campo do presente estudo, tanto no que se refere ao diagnóstico que antecedia a intervenção das ações em prol de um aprimoramento da prática da caprinovinocultura quanto nos patamares que se passa a vivenciá-la, sendo válida sua reprodução a fim de enfatizar o caráter dos processos enfocados que envolvem uma significativa capilaridade nesta e em outras regiões estudadas.

Antes das visitas do ADR, eu só tinha 20 cabras e nem dava valor ao leite, que servia de alimento para os outros animais. Hoje, minha vida melhorou muito. Ganhei na qualidade do meu rebanho, já tenho 100 animais e uma produção média de 20 litros de leite por dia que eu forneço para a usina. E quero produzir ainda mais!’ (Seu Alfredo Queiroz, pequeno produtor da zona rural de Monteiro). (http://www.casosdesucesso.sebrae.com.br/CasoSucesso/casosuccesso_item.aspx?Codigo=53).

Como já dito anteriormente, processos de transformações em curso foram observados pelo contato e interação com diversos exemplos de pequenos proprietários rurais que têm obtido uma renda significativa principalmente a partir da produção de leite de cabra. Tiveram sua vida e de suas famílias transformada, pois antes viviam numa situação de instabilidade e pobreza. Hoje possuem bens e um padrão de vida superior à realidade na qual estão inseridos.

Não sendo uma percepção originária da presente pesquisa, no entanto, essas potencialidades reúnem em torno de si um significativo corpo de atores sociais e organizações que têm atuado de diferentes formas e decisivamente nos processos observados, levando a cabo uma série de medidas visando um maior desenvolvimento por meio de uma visão integradora de diferentes etapas que envolvem a atividade. A seguir, são apresentados outros elementos, desta vez relativos a outra organização de destaque, como se pôde constatar pelas pesquisas de campo realizadas.

6.1.2 Embrapa

Criada em 1973, numa década em que a agricultura se intensificava no país, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma instituição pública estatal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No mesmo ano de sua criação, uma portaria do poder Executivo encerrou a existência do Departamento Nacional de

Pesquisa e Experimentação (DNPEA), que coordenava todos os órgãos de pesquisa existentes até a criação da Embrapa. Com isso, a Empresa herdou a estrutura do DNPEA composta por diversas bases físicas, como institutos regionais, centros nacionais, estações experimentais e imóveis. Daí em diante a Embrapa iniciou sua fase operativa, passando a administrar todo o sistema de pesquisa agropecuária no âmbito federal.

A instituição tem por objetivos a produção de conhecimento científico e o desenvolvimento de técnicas de produção para a agricultura e a pecuária. Sua missão é “viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira” (http://www.embrapa.br/a_embrapa/atuacao).

Com sede em Brasília, atua com um sistema composto de 40 unidades descentralizadas de serviços e pesquisas, estando presente em quase todos os Estados da Federação, com exceção do Espírito Santo e Rio Grande do Norte, estados que não possuem unidades, mas mesmo assim recebem projetos da empresa.

Mapa 7 - Unidades de Pesquisa e de Serviços da Embrapa no Brasil

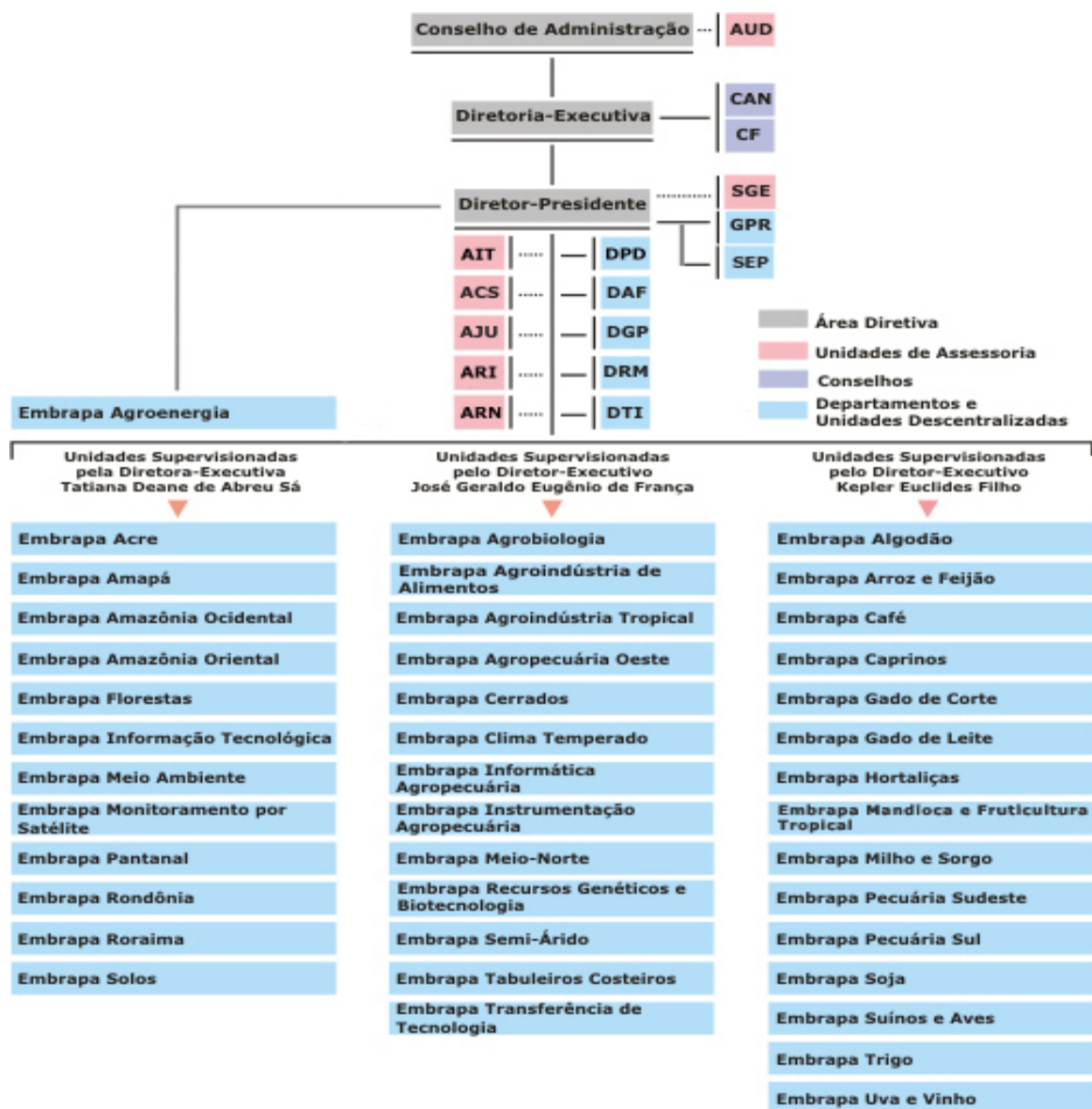


Fonte: Embrapa (http://www.embrapa.br/a_embrapa/unidades-de-pesquisa-e-de-servicos).

Segundo o site da organização, a Embrapa conta atualmente com 8.619 empregados, dos quais 2.221 são pesquisadores, sendo 21% com mestrado, 70% com doutorado e 7% com

pós-doutorado. A Empresa conta também com um orçamento anual de cerca de 1 bilhão de reais (<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>). O organograma da instituição apresenta-se abaixo.

Figura 3 - Organograma da Embrapa



Fonte: Embrapa (http://www.embrapa.br/a_embrapa/organograma).

Outra importante característica da Embrapa é que ela coordena o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA, criado em 1992, que agrega instituições públicas (federais e estaduais), universidades, empresas privadas e fundações, que, mediante cooperação, realizam

pesquisas em diferentes regiões do país e campos do conhecimento científico. Segundo a Embrapa, os resultados do trabalho do SNPA transformaram a agricultura brasileira:

[...] um conjunto de tecnologias para incorporação dos cerrados no sistema produtivo tornou a região responsável por mais de 40% da produção brasileira de grãos, uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. A soja foi adaptada às condições brasileiras e hoje o País é o segundo produtor mundial. A oferta de carne bovina e suína foi multiplicada por 4 vezes enquanto que a de frango aumentou 18 vezes. A produção de leite aumentou de 7,9 bilhões em 1975 para 25,4 bilhões de litros, em 2006 e a produção brasileira de hortaliças, elevou-se de 9 milhões de toneladas, em uma área de 700 mil hectares, em 1980, para 17,5 milhões de toneladas, em 771,4 mil hectares, em 2006. Além disso, programas de pesquisa específicos conseguiram organizar tecnologias e sistemas de produção para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio, garantindo melhoria na sua renda e bem-estar. (http://www.embrapa.br/a_embrapa/snpa).

Em âmbito internacional, a Embrapa mantém 68 acordos bilaterais de cooperação técnica com 37 países e 64 instituições, bem como acordos multilaterais com 20 organizações internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria. Mantém ainda laboratórios para o desenvolvimento de pesquisa em tecnologia de ponta nos Estados Unidos, primeira unidade do Labex, em associação com o Serviço de Pesquisa Agrícola (ARS), do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). O ineditismo da iniciativa e o sucesso logo no início estimularam a ampliação do projeto, que em 2002 estendeu-se também a Montpellier, no sul da França, com a instalação no maior centro de pesquisas agrícolas da Europa, a Agropolis, do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), do governo francês. Em 2006, o Labex Europa abriu uma filial na Holanda, na Universidade de Wageningen, para acompanhar mais de perto os avanços em biologia e genômica. Além destes laboratórios internacionais, existe ainda um escritório em Gana que visa compartilhar conhecimento científico e tecnológico com o continente africano (http://www.embrapa.br/a_embrapa/labex).

Sem dúvida que o conhecimento sobre essas iniciativas são importantes para se ter uma dimensão da envergadura da Embrapa enquanto instituição. Não obstante, sob a ótica do presente trabalho, a unidade que mais se relaciona ao universo tratado é a Embrapa Caprinos e Ovinos, sediada no município de Sobral (CE), no imóvel rural denominado Fazenda Três Lagoas. Criada em 1975, ela é uma das 40 Unidades descentralizadas da Embrapa e conta com um quadro efetivo de 145 servidores, sendo 34 Pesquisadores, 13 Técnicos de Nível

Superior, 34 Assistentes de Operações e 64 Auxiliares de Operações (<http://www.cnpq.embrapa.br/aunidade.htm>).

Segundo a própria definição da Unidade, ela “atua nacionalmente na perspectiva da organização e da gestão das cadeias produtivas da caprino-ovinocultura, respeitando os princípios da sustentabilidade, da competitividade, da rastreabilidade e da rentabilidade do respectivo agronegócio”, tendo como missão "Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da caprinocultura e da ovinocultura em benefício da sociedade" (<http://www.cnpq.embrapa.br/missao.htm>).

É certo que por ocasião das pesquisas empreendidas, por diversas vezes a Embrapa Caprinos e Ovinos foi uma referência com a qual se deparou nos depoimentos colhidos nas pesquisas de campo, mas sobretudo nas pesquisas bibliográficas que foi possível perceber o grau de participação dessa instituição com o fomento de conhecimentos divulgados na área da caprinovinocultura. Além disso, duas ocasiões em especial permitiram um contato privilegiado com a instituição. Uma delas se deu por conta das pesquisas de campo de 2009, oportunidade na qual foi possível interagir com profissionais, visitar as instalações e realizar pesquisas na biblioteca da instituição por alguns dias seguidos, ocasião na qual se pode compreender com maior profundidade aspectos importantes daquela Organização. Além disso, não se pode furtar de dizer que presenciar a excelente estrutura da Unidade surpreende e impressiona, tanto pelo contraste que representa em termos de comparação com outras organizações da região, sejam públicas ou privadas, como quando se é levado pelo senso comum a imaginar os “termos de precariedade” da presença do Estado no Semi-árido Nordeste.

Outra importante ocasião no contato com o trabalho desenvolvido pela Embrapa Caprinos e Ovinos se refere ao Projeto de Produção Integrada de Caprinos Leiteiros. Em 2008, quando da visita de campo, foi possível participar de uma reunião em Monteiro, cidade com aproximadamente 30 mil habitantes, integrante do Cariri paraibano e distante cerca de 80 quilômetros de Cabaceiras, que sedia um dos casos estudados. Neste evento, reuniram-se diversos agentes ligados a associações e cooperativas de produtores de caprinos e ovinos do Cariri paraibano. Atualmente, existem 22 Associações e 3 Cooperativas nas cidades dessa região. No caso de Cabaceiras, a Ascomcab (Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Cabaceiras) e a Capribov (Cooperativa dos Capri-bovinocultores de Cabaceiras). Além desses, participaram da reunião professores da Universidade Federal da Paraíba, técnicos da Embrapa e de outras organizações de pesquisa, além de representante do Sebrae de Monteiro,

e o Coordenador do Programa do Leite do Estado da Paraíba. A reunião foi conduzida por técnicos da Embrapa Caprinos e Ovinos. Na ocasião discutiu-se a formatação final de um projeto destinado a buscar financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado Projeto de Produção Integrada de Caprinos Leiteiros, cujo principal objetivo é a implantação do sistema de avaliação da conformidade da matéria prima e do produto da caprinocultura leiteira. A iniciativa se liga a uma demanda de mercado identificada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que lançou proposta baseada no conceito de produção integrada (Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI), que pode ser entendida como sendo uma produção econômica de alto nível, obtida com métodos ecologicamente mais seguros, que protejam o meio ambiente e promovam melhorias na saúde humana com alimentos de melhor qualidade. Visando o aprimoramento da cadeia produtiva, o Projeto tem por objetivo oferecer metodologia e técnicas que garantam a qualidade, a identificação de origem e permita fazer a rastreabilidade dos produtos agropecuários brasileiros desde a propriedade rural, passando pelas gôndolas de supermercados até o consumidor, segundo as diretrizes do Projeto. O arranjo institucional que levou a esta iniciativa partiu do MAPA, que é quem designa instituições de pesquisa, ensino e/ou extensão para coordenar projetos específicos e formarem comitês técnicos visando elaborar e validar documentos normativos e protocolos conforme as diretrizes oficiais. Neste sentido, a Embrapa Caprinos e Ovinos foi convidada pelo MAPA para coordenar o projeto de Produção Integrada de Leite de Cabra a ser implantado na região do Cariri Paraibano, no Estado da Paraíba.

De acordo com o texto do Projeto, ele visa atuar em escala piloto o Sistema Agropecuário de Produção Integrada de Caprinocultura Leiteira no Cariri Paraibano. Para tanto, o Projeto prevê que serão necessárias alcançar algumas metas e atividades como, desenvolver documentos pertinentes, como normas, diretrizes e manuais de boas práticas de produção relativas ao programa SAPI leite de cabra. Paralelamente a estas atividades, objetiva-se sensibilizar e capacitar técnicos e produtores do setor para adoção de Boas Práticas Agropecuárias (BPAs), da implantação da Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), escrituração zootécnica, permitindo a rastreabilidade, auditorias para avaliação da conformidade de matéria prima e produtos oriundos deste agronegócio. Para a validação do programa SAPI leite de cabra previamente estabelecido pelo projeto, serão realizadas as implementações das atividades em propriedades modelo, escolhidas pelo comitê técnico a ser formado, que deverão ser acompanhadas e monitoradas no transcorrer de todo o

projeto. No decorrer das atividades serão realizados programas de difusão da metodologia do SAPI leite entre técnicos e produtores. Segundo ainda o texto do Projeto, ele tem um caráter interinstitucional e multidisciplinar, contando com a participação de diversos parceiros relacionados ao agronegócio e à cadeia produtiva do leite de cabra, os quais farão parte da comitê técnico gestor, numa visão integradora de parceria que visa, por meio do envolvimento e do esforço coordenado dos agentes, viabilizar os objetivos maiores do Projeto.

Os esforços demonstrados nessas atuações são fundamentais para se imprimir novos rumos à cadeia produtiva da caprinovinocultura. Além delas, somam-se iniciativas de âmbito estatal, como àquelas enfocadas a seguir, fundamentais para transformação dos processos enfocados.

6.2 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Fome Zero

Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço, livro de 1946, escrito pelo cientista social Josué de Castro, é considerado um dos mais relevantes estudos brasileiros sobre a insegurança alimentar, constituindo-se em um marco pelo momento em que fora publicado, verdadeiro divisor de águas, permanecendo ao longo do tempo como importante referência entre as pesquisas sobre o tema. Nela, o autor expõe a compreensão de que a fome não resulta de uma fatalidade, mas sim de políticas públicas equivocadas, que permitem ou mesmo conduzem a concentração da renda, a desigualdade e a pobreza.

Na primeira metade dos anos 1990, um novo momento é instituído com o trabalho do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, como ficou mais conhecido, quando lança a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, movimento que alcançou grande repercussão ao estimular a participação cidadã na construção e melhoria das políticas públicas sociais, sensibilizando a opinião pública para a problemática da fome.

De acordo com Magalhães (2002), sob certo ângulo, pode-se dizer que a Ação da Cidadania reflete a conjuntura política e social dos anos 1990 em que, após um longo período de negação ao Estado, parcerias intersetoriais e interinstitucionais “surtem como desdobramento de um discurso menos rígido acerca das possibilidades de interação e, também, construção pactada de iniciativas públicas para a solução dos problemas sociais” (p.126).

Ainda que a Campanha tenha tido o mérito de buscar um novo significado para a cidadania (MAGALHÃES, 2002), construindo as bases necessárias para transformações mais profundas no país, dificuldades e obstáculos demonstravam certos limites dessa atuação com a persistência de problemas atrelados a questões estruturais da sociedade brasileira.

Somente nos últimos anos o Brasil vivenciaria de forma mais intensa, e de maneira impar na sua história, um processo de construção de um arcabouço institucional para o enfrentamento deste problema. Um exemplo disso é a Lei Orgânica n. 11.346 (LOSAN) que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sancionada pelo Presidente Lula em setembro de 2006. A Lei orgânica estabelece “definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sisan, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formularão e implementarão políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada”. Já o Sisan visa “promover a segurança alimentar e nutricional e criar mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da situação nutricional da população, definindo direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade” (http://www.asabrazil.org.br/portal/Informacoes.asp?cod_menu=1224).

Além desses marcos, outros quatro merecem ser citados. Depois de ser deixado de lado por vários anos, em janeiro de 2003 foi efetivamente instalado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que constitui-se num instrumento de articulação entre governo e sociedade civil e que tem caráter consultivo e de assessoria ao Executivo federal na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito à alimentação. Outro se refere a realização, em julho de 2007, da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que visou indicar diretrizes e prioridades da Política e do Plano nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Um terceiro marco se refere a formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que constitui-se num conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, visando promover assim a nutrição e a saúde. Um quarto marco se refere à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que é integrada por ministros de Estado e secretários especiais responsáveis pelas pastas relacionadas as demandas da segurança alimentar e nutricional. (http://www.asabrazil.org.br/portal/Informacoes.asp?cod_menu=1224).

Nesse contexto, em que o tema da segurança alimentar estrutura-se enquanto política de Estado, em 2003 fora lançado pelo governo federal o Fome Zero, estratégia que procura

articular diversos ministérios, governos estaduais, municipais e sociedade civil a fim de “assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos” (<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>). A estratégia toma como referência o conceito de linha de pobreza extrema adotado pelo Banco Mundial. Sob esse parâmetro, estima-se que cerca de 44 milhões de pessoas, ou 28% da população brasileira, estejam expostas à insegurança alimentar, não tendo renda suficiente para adquirir alimentos na quantidade necessária, em decorrência disso passando fome e/ou vivendo em situação de subnutrição ou desnutrição (http://www.asabrazil.org.br/porta/Informacoes.asp?cod_menu=1224).

Visando implementar programas e ações que procuram superar a pobreza e, conseqüentemente, as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, o Fome Zero atua a partir de quatro eixos articuladores: Acesso aos alimentos; Fortalecimento da agricultura familiar; Geração de renda e articulação; e Mobilização e controle social.

No eixo 2, Fortalecimento da agricultura familiar⁵², se insere o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, que incentiva a produção de alimentos pela agricultura familiar, “permitindo a compra, a formação de estoques e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Os produtos também são distribuídos na merenda escolar de crianças, em hospitais e entidades beneficentes” (<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoes/eixo2.htm>).

Ao assegurar aos pequenos produtores a aquisição de seus produtos o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural. (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2007, p. 40).

⁵² Além do PAA, fazem parte deste eixo ainda as seguintes ações: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Garantia-Safra e Seguro da Agricultura Familiar. No caso do Garantia-Safra, ações específicas visam “contribuir para a melhoria das condições de vida de agricultores familiares do semi-árido mediante repasse de benefício quando há perda de safra, [além do apoio a] projetos que buscam a melhoria das condições de convivência dos agricultores familiares com o semi-árido”. (<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=696>). Já o Seguro da Agricultura Familiar visa garantir a “cobertura de 100% do financiamento mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo(a) agricultor(a) familiar. Esta inovação garantirá significativa porcentagem da renda esperada pelo(a) agricultor(a) familiar no momento de contratar suas operações de custeio agrícola no Pronaf”. (<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoes/eixo2.htm>).

Numa descrição mais pormenorizada,

[...] os instrumentos utilizados envolvem a compra especial e direta para a formação de estoques e também a compra para doação simultânea. No primeiro caso, os produtos adquiridos podem ser vendidos ou doados para populações em situação de insegurança alimentar, geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, hospitais, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais ou beneficentes. No segundo caso, a produção adquirida é doada simultaneamente. Em 2007 os produtos adquiridos de agricultores familiares foram distribuídos em todos os Estados da Federação e as doações contemplaram milhares de entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, beneficiando cerca de 8,6 milhões de pessoas, com maior concentração nos Estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais. (COMPANHIA..., 2007, p. 40-1).

O ineditismo do PAA pode ser medido pela opinião de organizações que atuam no setor há vários anos. Por exemplo, para uma das mais importantes, o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), uma entidade das organizações da agricultura familiar, entende-se que a implementação do PAA coloca, pela primeira vez, o Estado brasileiro na articulação da comercialização da pequena produção familiar, constituindo-se numa política pública inovadora desenvolvida para incentivá-la, promovendo a inclusão social no campo e garantindo alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar. O PAA objetiva ser uma ação estruturante dentro do Programa Fome Zero, visando “gerar estabilidade à atividade socioeconômica da agricultura familiar. Segundo o Governo Federal, ao comprar a produção este garante preço justo e renda aos agricultores, redução do preço das cestas destinadas aos programas sociais e facilita o processo de doação de alimentos” (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS, 2005, p. 12).

A origem do PAA remonta à época de formulação do projeto do Programa Fome Zero, lançado em outubro de 2001 pelo Instituto de Cidadania para debate público. O texto de então foi elaborado a partir de uma série de seminários que foram realizados nos anos 2000 e 2001, e que contou com a participação de especialistas e representantes de ONGs, institutos de pesquisas, organizações populares e movimentos sociais ligados à questão da segurança alimentar de várias regiões do país. Na época, foi elaborada uma publicação com o Projeto, sendo entregue a governadores, prefeitos, senadores e deputados de todo o país, tendo o texto

final do Projeto sido construído a partir dos debates daí surgidos (<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2354>).

Daí que, logo no início do Governo Lula, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) iniciou as discussões em torno das diretrizes que orientariam o PAA. Em 2 de julho de 2003, o PAA foi oficialmente instituído pela Lei n. 10.696, Artigo 19, que diz:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas à situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

O Decreto n. 4.772, da mesma data, criou o Grupo Gestor para a implementação do Programa, que atribuiu à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a responsabilidade de fornecer subsídios e suporte técnico (COMPANHIA.../ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006b).

O Grupo Gestor do PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e conta com representantes do Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) – sendo que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) faz o acompanhamento do Programa, definindo normas para a sua implementação. O PAA ainda conta com a participação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (CONSEAS), como mecanismo de controle social dos projetos, visando garantir maior eficiência na sua fiscalização e execução.

Em 2008, por meio do Decreto nº 6.447, ao grupo gestor do PAA foi incorporado também o Ministério da Educação (MEC), que participa por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A adesão do FNDE visa possibilitar o aumento dos aportes financeiros para o PAA, sendo que espera-se pela aprovação de um projeto de lei, que se encontra no Congresso, visando permitir a destinação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a aquisição de produtos da agricultura familiar. O projeto de lei visa possibilitar que estados e municípios comprem produtos para suprir a alimentação escolar diretamente de agricultores familiares, por meio de organizações como cooperativas ou associações de pequenos produtores. Para se ter uma idéia da dimensão desse mercado, em

2007, o PNAE investiu cerca de R\$ 2 bilhões na compra de alimentos para as escolas (<http://www.fomezero.gov.br/noticias/educacao-integra-grupo-gestor-do-paa>).

Um dos pontos fortes do Programa é que ele “desburocratizou” o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para o atendimento aos programas de compra públicos, dispensando, neste caso específico, as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93. Criou, assim, um marco jurídico capaz de gerar uma presença mais efetiva do Estado no apoio aos processos de comercialização desenvolvidos por esta categoria específica de produtores (COMPANHIA..., 2003). Com isenção de licitação, o Programa adquire alimentos utilizando como parâmetro preços de referência⁵³, que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Pronaf, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

De 2003 a 2005, os recursos destinados ao Programa tinham origem somente no Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza, repassados à Conab pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio de convênios. A partir de 2006, o Programa passou a contar com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que firmou o Termo de Cooperação Técnica com a Conab, disponibilizando recursos para aquisições com formação de estoque e o aumento do limite por família de agricultor, por meio do Decreto 5.873, de 15 de agosto de 2006, que passou de R\$2.500,00 para R\$3.500,00 (COMPANHIA..., 2006a).

Para participar, o agricultor familiar necessita obter uma DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, que é o instrumento que identifica a família como beneficiária do Pronaf, ao grupo de classificação que ela pertence no Programa – podendo variar de “A” a “E” – sendo documento obrigatório também para acessar o crédito Pronaf. Para se obter uma DAP, deve-se procurar uma entidade autorizada a emití-la, normalmente uma entidade oficial de assistência técnica e extensão rural ou um sindicato rural, seja ele patronal ou trabalhista (<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=698>).

⁵³ Segundo divulgado, o Grupo Gestor do PAA alterou recentemente o índice para definição dos preços de referência, com a Resolução nº 34, de 2 de dezembro de 2008 – em substituição a Resolução anterior, de nº 29/08 -, que estabeleceu “que as séries serão formadas com preços atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (DOU de 3/12/08, MDS, pág. 95). No original, as séries seriam formadas com preços deflacionados pelo Índice de Preços Recebidos pelo Produtor (IPR) da Conab ou, na indisponibilidade deste, pelo IPA Agrícola calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)”. (<http://agendasociedadecivil.blogspot.com/2008/12/grupo-gestor-do-paa-altera-ndice-para.html>).

Os alimentos produzidos pela agricultura familiar e adquiridos pelo Governo Federal através do PAA abastecem uma ampla e capilarizada rede de programas sociais em todo o país. Além de atenderem as ações emergenciais de combate à fome promovidas no âmbito do Programa Fome Zero, essas transações assumem, ao mesmo tempo, uma dimensão estruturante, ao promoverem a geração de renda para agricultores familiares em diferentes regiões do Brasil (CONAB, 2004), o que inclui as categorias amparadas pelo Pronaf, como os assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais. Dessa forma, “distribuindo alimentos e regulando o mercado” (<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0825217923.pdf>) , o PAA visa propiciar um desenvolvimento sustentável nas áreas onde incide ao estimular a incorporação da mão-de-obra familiar aos meios de produção, a diversidade produtiva e os hábitos culturais locais (COMPANHIA..., 2005). Outros objetivos do Programa são recorrentemente citados, como incidir na melhora da distribuição de renda, auxiliar numa conscientização para uma exploração mais racional do espaço rural, promover a dinamização da economia local com o aumento na circulação do dinheiro, incentivar à diversidade na produção agrícola, entre outros. Ainda, segundo documento da Conab-Mapa (2006b), o PAA tem por objetivo ser instrumento de: garantia de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares; fortalecimento do associativismo e do cooperativismo; promoção de segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais; formação de estoques estratégicos; melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar; reforço à estruturação de circuitos locais e regionais de abastecimento; incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e ao resgate e preservação da biodiversidade.

Enquanto desdobramento das ações do PAA, um aspecto interessante é ressaltado por Delgado et al. (2005), e se refere a melhora dos preços alcançados pelos produtores. Isso porque, como ressaltam os autores, em determinados casos, o simples anúncio da compra governamental de determinada quantidade de produto é suficiente para elevar os preços agropecuários, aumentando a remuneração do agricultor familiar quando comercializando o produto diretamente no mercado aberto. Os autores observam ainda que esse fenômeno estaria incidindo num movimento de organização de produtores para o “abastecimento de outras praças, além daquela em que a produção está sendo apoiada pelo PAA” (DELGADO et al., 2005, p.19).

Ainda segundo os mesmos autores, outro aspecto positivo seria que o PAA vem contribuindo para a “organização e planejamento da oferta no segmento produtivo que alcança. Isso porque a compra dos alimentos não desobriga os vendedores do cumprimento das regras de classificação, acondicionamento, sanitárias e de higiene inerentes à comercialização de alimentos (DELGADO et al., 2005, p. 19). Daí que os autores também constataram o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da produção para o auto-consumo, fatores que extrapolam para o comércio local. Ou seja, o que se pode deduzir dessas observações é que o PAA vem incidindo indiretamente também sobre outros aspectos, com desdobramentos que vão além das transações que efetua com a aquisição de produtos via compra governamental e sua distribuição para aqueles que vivenciam a insegurança alimentar.

Não obstante, em sua vertente principal de operacionalização, os produtos adquiridos têm um duplo destino. Uma parte segue diretamente para populações em situação de insegurança alimentar, através da compra governamental e repasse para distribuição aos beneficiários via organizações que atuam localmente, sendo que o restante tem como objetivo a formação de estoques estratégicos.

Quanto a este último destino, cabe dizer que a modalidade de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar é operacionalizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e permite que organizações de agricultores que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica – modalidade de inscrição para associações e cooperativas de pequenos produtores – “formem estoques de produtos alimentícios para posterior comercialização, em condições mais favoráveis, seja pelo beneficiamento e agregação de valor ao produto, seja por sua disponibilização em momentos mais oportunos em termos de preços” (<http://www.fomezero.gov.br/noticias/educacao-integra-grupo-gestor-do-paa>).

Além desta modalidade de formação de estoques, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Conab, operacionaliza ainda as modalidades Compra Direta da Agricultura Familiar; Compra Antecipada da Agricultura Familiar; Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar; e Contrato de Garantia de Compra (sendo que esta última não chegou a funcionar).

Já o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome opera as modalidades Compra Direta Local com Doação Simultânea; Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea; e Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (“Programa do Leite”), sendo esta última modalidade que mais diretamente interessa ao presente estudo.

6.2.1 O “PAA Leite”

A modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (“Programa do Leite”), também conhecida como “PAA – Leite”, destina-se apenas a municípios do Nordeste e Norte de Minas Gerais, região muito próxima àquela equivalente a do Semi-árido. Tem por objetivo específico propiciar o consumo do leite pelas famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional e incentivar à produção familiar deste alimento.

Pelas suas características, na prática, o PAA conecta a produção da agricultura familiar, incentivando sua produção e comercialização conjuntamente com o atendimento a populações em situação de risco alimentar. Executado pela

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS, em parceria com os governos estaduais, o PAA beneficia os agricultores familiares, de um lado, assegurando a compra do leite a preços justos e sem atravessadores, e as famílias de baixa renda, na outra ponta. Os pequenos produtores entregam o leite para as usinas de beneficiamento e o produto é então distribuído à população de baixa renda em situação de risco ou insegurança alimentar e nutricional – famílias cadastradas, creches e escolas. (<http://www.fomezero.gov.br/noticias/estados-participantes-do-paa-leite-ja-estao-recebendo-recursos-do-mds>).

O Programa é operacionalizado por meio de convênios celebrados entre o Governo Federal, por intermédio do MDS e os Governos Estaduais, sendo o Ministério responsável por garantir entre 60% e 85% do valor total do convênio e os governos estaduais responsáveis pela contrapartida que varia entre 15% e 40% do valor total.

O Grupo Gestor do PAA é o responsável pela legislação que regulamenta a operacionalização do Programa do Leite. Para ser beneficiário, as famílias precisam possuir renda per capita de no máximo meio salário mínimo e ter entre os membros da família: criança de 6 meses a 6 anos; lactantes (ou nutrízes) até 6 meses após o parto; gestantes a partir da constatação da gestação pelo Posto de Saúde; idosos a partir de 60 anos de idade; ou outros, desde que autorizados pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Em geral, para cada família é distribuído 1 litro de leite, mas em famílias em que houver dois membros público-alvo do Programa, pode ser distribuído até 2 litros, que é o limite máximo por família. Já para que o pequeno agricultor familiar participe e tenha garantia de compra do seu produto a preço fixo pelo governo, as exigências são: produzir no máximo 100 litros de leite por dia, com prioridade para os que produzam uma média de 30 litros por dia; respeitar o limite financeiro semestral de R\$ 3.500,00 por produtor beneficiado; possuir

DAP dentro das categorias de “A” a “E”; e realizar a vacinação dos animais (<http://www.mds.gov.br/servicos/fale-conosco/seguranca-alimentar-e-nutricional/gestor-tecnico-municipal/programa-do-leite/>).

Com o Decreto nº 6.447 de maio de 2008, diferentemente das outras modalidades de produtos, para o caso do leite estipulou-se que esse valor de R\$ 3.500,00 seria referente ao período semestral. Na prática, portanto, o valor subiu para até R\$ 7 mil/ano. Uma questão técnica por trás disso é que se desvinculou a modalidade “Formação de Estoques” das demais. Daí que, com o Decreto, o mesmo produtor de leite pode fornecer para esta, que é intermediada pelas associações e cooperativas, e para mais alguma outra modalidade do PAA. Num futuro próximo, há expectativas que esse valor chegue até R\$ 10,5 mil/ano quando for aprovado projeto de lei que cria a modalidade alimentação escolar, que também estabelece um teto de R\$ 3,5 mil/ano desvinculado das demais modalidades. (<http://www.fomezero.gov.br/noticias/educacao-integra-grupo-gestor-do-paa>).

Pela sua natureza, os resultados do PAA estão diretamente ligados ao volume de recursos aplicados. Do valor total, cerca de 50% tem sido destinado ao PAA Leite que o MDS opera em municípios da Região Nordeste e Norte de Minas Gerais, conforme informações da Conab.

As informações sobre orçamento e sua execução não são encontradas facilmente. Na página do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome elas são escassas. Aquilo que consta é somente o seguinte: o orçamento previsto para PAA em 2006 foi de R\$ 401.878.162 do MDS, mais R\$ 247.373.668 do MDA. A Execução orçamentária de 2006 no Incentivo à Produção e Consumo do Leite, nos 9 estados atendidos, foi de R\$ 201.808.432,10 – O PAA como um todo nesse ano executou R\$ 383.157.231,43. O orçamento para o ano de 2007 do MDS para o PAA foi de R\$ 404.719.641,00 (<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>).

Por ocasião dos levantamentos deste estudo, tentativas foram feitas junto a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sem sucesso, sob a justificativa alegada de que não haveria dados sistematizados como os solicitados, por exemplo, quanto à quantidade de recursos investidos nos estados do Nordeste via PAA, quantidade de agricultores familiares atendidos, quantidade de leite comprado e redistribuído pelos governos etc. Os dados utilizados aqui, portanto,

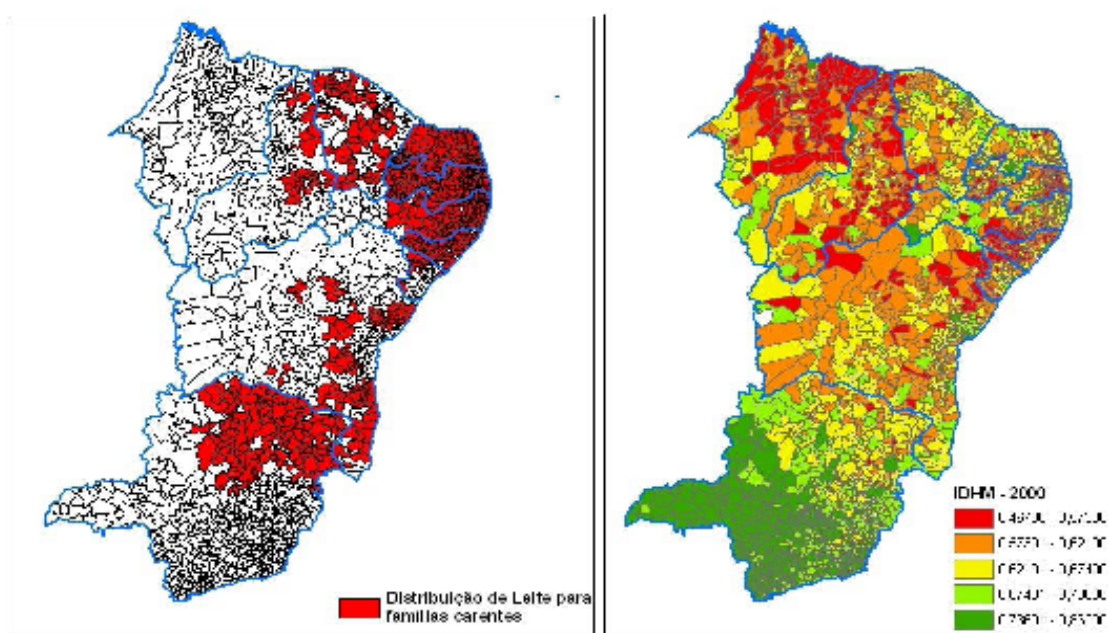
baseiam-se em documentos de circulação pública, especialmente aqueles constantes de documentos preparados pela Conab.

Pode-se dizer que é a Conab o órgão quem mais disponibiliza informações públicas sobre os recursos investidos no PAA, ainda que se observe variação nos valores divulgados, conforme versões dos documentos disponibilizados a cada ano. Num dos documentos, referente ao ano de 2006, afirma-se que o volume de recursos aplicados no PAA vem crescendo a cada ano, embora ainda inferior ao ritmo de crescimento da demanda: “foram aplicados R\$82,85 milhões em 2003, R\$115,63 milhões em 2004, R\$120,70 milhões em 2005 e R\$212,80 milhões em 2006, sendo R\$136,94 milhões com recursos do MDS e R\$75,86 milhões com recursos do MDA neste último ano” (COMPANHIA..., 2006a, p. 20).

Já em documento da Conab referente ao ano de 2007, afirma-se que “foram aplicados com recursos do MDS, R\$ 81,5 milhões em 2003, R\$ 107,2 milhões em 2004, R\$ 112,8 milhões em 2005. A partir de 2006, com a entrada do MDA, foram aplicados R\$ 200,3 milhões, sendo R\$ 126,6 milhões com recursos do MDS e R\$ 73,7 milhões com recursos do MDA, e R\$ 228,4 milhões em 2007, sendo R\$ 164,2 milhões com recursos do MDS e R\$ 64,2 milhões com recursos do MDA” (COMPANHIA..., 2007, p. 17). Nas operações realizadas nesse ano, envolvendo R\$ 228,4 milhões, possibilitou-se a comercialização de 203.585 toneladas de alimentos, produzidos por 86.762 famílias de agricultores pertencentes aos grupos A ao E do Pronaf. Ainda segundo esse mesmo documento, ao longo dos “cinco anos de operação do PAA pela Conab, cerca de 321.410 famílias foram beneficiadas pela venda de seus produtos ao governo federal, obtendo garantia de renda e de melhoria na qualidade de vida” (COMPANHIA..., 2007, p. 20).

Quanto à destinação de recursos conforme as regiões, ganha destaque pelo interesse do presente trabalho aquela que afirma que nos anos de 2003 e 2004 a Região Nordeste foi a que apresentou o maior número de famílias de agricultores beneficiadas, em torno de 20.000 aproximadamente em cada um desses anos, liderando também o volume de recursos aplicados, seguida da Região Sul. Já nos anos de 2005 e 2006, a Região Sul ocupou a liderança em número de famílias atendidas, com aproximadamente 18.500 e 37.500 famílias, respectivamente, ocupando a liderança em recursos investidos pelo governo, em boa parte devido às compras de produtos como o leite em pó para atendimento das cestas de alimentos (COMPANHIA..., 2006a). Conforme mostram esses e outros dados, portanto, as regiões Nordeste e Sul são as mais atendidas pelo PAA como um todo.

Mapas 8 - Regiões de abrangência do Programa do Leite - PAA e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2005; IDH, 2000. Elaboração: DESER, 2005.

Uma série de outros aspectos podem e merecem ser enfocados no que se refere ao PAA, mas sem dúvida extrapolam a dimensão do presente trabalho. Além disso, dado a seu relativo pouco tempo de existência, tudo leva a crer que muitos desdobramentos dessa política pública ainda se concretizarão. No caso em questão, o que se verifica, tanto pela análise da literatura, mas sobretudo por meio das pesquisas de campo e dos depoimentos tomados, o PAA Leite tem gerado um considerável impacto, servindo de norte para cadeia produtiva do leite caprino, dinamizando práticas de mercado no estrato da agricultura familiar dos estados Nordesteiros enfocados neste estudo. Como apontam França et.al. (2006), além do incentivo orientado para a expansão da produção, modernização, aumento da competitividade dos produtos, este Programa contribui para a criação de demanda para o leite caprino.

6.3 Construção social de mercados do leite caprino

As informações apresentadas nos próximos itens são fundamentadas, em sua maior parte, no material advindo das pesquisas de campo. Elas são importantes para se compreender o papel dos agentes, as diferenciações entre as categorias de animais, as redes sociais, algumas

das disputas e das principais questões que caracterizam um dinâmico e capilarizado processo de transformações em curso.

6.3.1 Quem é quem na caprinovinocultura do Semi-árido

A adaptação é um grande tema em se tratando de caprinovinocultura. As espécies de cabras e ovelhas que aqui chegaram com os colonizadores europeus no século XVI foram com o tempo se adaptando às condições locais num processo de “seleção natural”⁵⁴. Desse longo período resultaram animais rústicos e bem adaptados às difíceis condições do Semi-árido brasileiro. São grosso modo animais sem raça definida (identificados na literatura muitas vezes pela sigla “SRD”), sobretudo aqueles que compõem as criações da maior parte dos sertanejos. Mas a “distância genética” com as matrizes européias levou também ao surgimento de novas raças. Ou seja, as espécies são exóticas, mas as raças surgidas delas são nativas.

Quando hoje comparados com os correspondentes europeus que lhes deram origem, os animais das chamadas “raças nativas” de caprinos e ovinos daqui apresentam menor porte, porém uma adaptação incomparável. Tanto pelas pesquisas de campo deste estudo, quanto pelas informações colhidas em materiais da Embrapa Caprinos de Sobral e Sebrae nacional, grosso modo pode-se dizer que as raças nativas mais difundidas são: Moxotó, Lambi, Canindé, Repartida, Gurgéia, Marota, Graúna, Serrana Azul (caprinos), Cariri, Morada Nova, Somalis Brasileira e Santa Inês (ovinos).

Quando analisada a história de cada uma delas, acabam por revelar aspectos interessantes dos processos de sua introdução e de sua evolução no território. Em alguns casos, o nome que a raça recebeu está associado ao local de sua “descoberta” nos sertões, local esse em que houve então sua identificação enquanto animais pertencentes a um novo grupo racial.

⁵⁴ Conforme a Teoria da Evolução, de Charles Darwin, o conceito básico de seleção natural está associado ao fato que “características favoráveis que são hereditárias tornam-se mais comuns em gerações sucessivas de uma população de organismos que se reproduzem, e que características desfavoráveis que são hereditárias tornam-se menos comuns. A seleção natural age no fenótipo, ou nas características observáveis de um organismo, de tal forma que indivíduos com fenótipos favoráveis têm mais chances de sobreviver e reproduzir-se do que aqueles com fenótipos menos favoráveis. Se esses fenótipos apresentam uma base genética, então o genótipo associado com o fenótipo favorável terá sua frequência aumentada na geração seguinte” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Sele%C3%A7%C3%A3o_natural).

De acordo com informações fornecidas pela Embrapa Caprinos, no caso da raça caprina Moxotó, por exemplo, o nome provém do vale do Rio Moxotó, em Pernambuco, sendo que hoje a raça é criada também nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba e Piauí. No caso da raça de ovino Morada Nova, ainda que sua origem não seja bem conhecida, os primeiros animais foram identificados por volta do final da década de 1930, quando então chamaram a atenção a presença de animais “deslanizados e de pelagem vermelha” no município de Morada Nova, no Ceará. Mais tarde, observou-se a presença de animais dessa raça em outros municípios do estado e também no Piauí, prevalecendo o nome dado a raça, no entanto, do primeiro lugar aonde foi originalmente identificada. Esse atrelamento do nome do lugar a raça ocorrera também no caso dos ovinos da raça Cariri, por conta de habitarem a região semi-árida dos Cariris paraibanos. Com um processo de formação um pouco mais conhecido, neste caso esta raça teria surgido em função de uma mutação “dominante em indivíduos oriundos de rebanhos das raças Santa Inês e Morada Nova cruzados com animais da raça Barriga Preta (*Black-Belly*)” (<http://www.cnpc.embrapa.br/cnpc24.htm>).



Ovinos da raça nativa Morada Nova. Ao contrário de animais de outras regiões, estes possuem pelagem curta, adaptada às condições do clima semi-árido.

Paralelamente a esse processo de adaptação e formação de novas raças, a falta de manejo para seleção dos melhores indivíduos, os cruzamentos aleatórios entre raças e o

manejo inexistente ou rústico produziram o tipo mais comum de animais hoje difundidos no Semi-árido. São animais sem raça definida (SDR) que em termos de produtividade econômica foram sofrendo um “pioramento genético”, apesar de sua boa adaptação e grande resistência às condições da seca. Ao mesmo tempo, muitas das raças nativas puras chegaram próximas à extinção, seja por processos de novos cruzamentos que as descaracterizavam, seja perdidas no esquecimento do desprestígio na imensidão dos sertões. Hoje existem diversos criadores que se dedicam exclusivamente a elas, como aqueles filiados a Associação de Caprinos e Ovinos Nativos (RN), que, em 2008, congregava 52 produtores dispersos pelo Estado.

Fato é que o trabalho com essas raças é algo em construção, pois carece ainda de melhor estruturação na sistemática de seleção e melhoramento genético, já que a formação de raças se trata de um processo dinâmico que exige acompanhamento e seleção através de padrões definidos como aqueles tidos como ideais para cada grupo. Em parte, o estágio atual se relaciona a ausência de um censo desse universo, pois não se tem uma dimensão exata de quantos exemplares e aonde se localizam os rebanhos de animais nativos, conforme depoimento do presidente da Associação de Caprinos e Ovinos Nativos (RN) e também criador.



Exemplar de caprino da raça nativa Moxotó.

Segundo ele, vez por outra se descobre um rebanho significativo de determinada raça nativa que sequer se acreditava existir sendo criado por alguém no Rio Grande do Norte ou em outro estado do Nordeste. Ele, como outros criadores, são verdadeiros entusiastas, defensores da disseminação dos rebanhos nativos e de seu aprimoramento racial. Representam a vertente “nacionalista” num ambiente da caprinovinocultura envolto num debate que traz consigo um jogo de interesses em torno do “mercado genético”, que movimenta recursos significativos via comércio de animais tidos como de “linhagens nobres”.

De acordo com um entrevistado, professor e pesquisador da Universidade Federal da Paraíba (campus de Areias) especialista no tema, esse é um mercado que envolve muitos interesses que são disputados de forma vigorosa pelos recursos financeiros que envolvem. Antes que um fenômeno brasileiro, o entrevistado exemplifica o que acontece, por exemplo, na África do Sul, país que concentra boa parte dos principais criadores mais estruturados e que dominam esse mercado, sendo um grande país exportador de matrizes e reprodutores. Lá, segundo ele, um processo de homologação (reconhecimento oficial de raça) se arrasta há bastante tempo no que se refere a cinco raças nativas locais que até hoje não foram oficialmente reconhecidas por ação (“lobby”) dos criadores de Bôer (uma das “raças exóticas” de caprinos mais comercializadas no mundo) daquele país.

De acordo com aquele pesquisador, que se dedica ao tema da caprinovinocultura há pelo menos 30 anos, o comércio de reprodutores e matrizes exóticas acaba por remunerar indiretamente os criadores sul-africanos e estadunidenses, que fornecem originalmente esses animais, a partir dos quais os capris reproduzem seus animais para serem comercializados. Isso porque todo o trabalho de seleção de caprinos e ovinos é feito fora do país, causando uma dependência desses mercados com a permanente necessidade de importação de novas matrizes e reprodutores. “O que se faz no Brasil é *marketing*”, afirma. Ele desafia que alguém apresente dados técnicos seriados de pelo menos 10 anos que mostrem o comportamento do padrão das raças exóticas por aqui. Afirma que o que se faz por aqui é seleção por meio de cruzamentos de animais, mas não melhoramento genético. Isso acarreta em problemas como perda de eficiência no ciclo de cruzamentos, o que acaba em dependência de permanentes importações. A motivação desse processo seria “o imediatismo, a lei do menor esforço e o peso da propaganda das vantagens das raças especializadas”. Segundo ele, se o país começasse hoje um trabalho de melhoramento genético, os primeiros resultados apareceriam dentro de um prazo de aproximadamente 20 anos. Ele remete o problema a certa “cultura” na

área, afirmando enfaticamente: “nunca, na minha formação, ouvi um professor meu valorizar nosso patrimônio genético!”.

Ele também se vale de outro exemplo para demonstrar o quanto dependemos de mecanismos comerciais “culturalmente construídos” que visam atender

[...] determinados interesses, por falta de capacidade técnica desenvolvida aqui. A falta de implementos agrícolas para operar na condição de nossas plantas nativas que podem ser utilizadas como forrageiras. O caso da maniçoba: há regiões do semi-árido em que existem imensos maniçobais. No entanto, a extração para formação de forragem é feita com facão, já que não há equipamentos nem medidas que contribuam para um manejo mais adequado. Paralelamente, as rações industrializadas acarretam em custos significativos na caprinovinocultura. Assim como esta planta, uma enorme variedade de espécies da caatinga podem ser utilizadas para alimentação dos animais. (Trecho de depoimento de um dos entrevistados, professor e pesquisador da Universidade Federal da Paraíba, especialista no tema da caprinovinocultura e identificado como integrante da “rede de entusiastas”).

Em grande medida, esta prática esbarra novamente numa dimensão que implica uma mudança nas práticas de manejo estimuladas por agentes como ele que formam a “rede de entusiastas” e por programas como o Procap de Mossoró: a formação de forragens para o período de seca. Tradicionalmente esta prática não é feita ou o é de forma inadequada pelos pequenos criadores. Essa precaução para com o período de maior escassez de alimentos é ignorada ou iniciada num período impróprio, quando a seca já se estabeleceu, não rendendo conseqüentemente os resultados esperados de suporte necessário às criações.

Voltando ao tema específico da “geopolítica racial da caprinovinocultura”, do lado oposto a essa vertente “nacionalista”, outra que se difundiu – tanto no país quanto no exterior – é aquela que se dá em torno da importação de matrizes e criação de raças exóticas, atrelada ao segmento que domina o “mercado genético”. Essas matrizes são animais provenientes principalmente de países como a África do Sul, sendo que alguns chegam a custar alguns milhares de reais. Para se ter uma idéia, nos eventos agropecuários visitados nas pesquisas de campo, haviam cabras e ovelhas expostas que chegavam a custar 30 mil reais cada. Entre as exóticas, constatou-se nas pesquisas de campo a maior difusão das raças de ovinos Dorper (ovino de origem Sul Africana) e caprinos das raças Anglo Nubiana (caprino de origem inglesa), Alpina, Parda Alpina e Saanen (espécies caprinas originárias da Suíça), Bôer (caprino da África do Sul) e Murciana (caprino originário da Espanha), entre outros. São raças em geral difundidas por capris estruturados que se dedicam ao agronegócio e que têm como “vitrine” leilões e feiras agropecuárias.

Em relação aos nativos, os exóticos são animais que têm um porte muito maior e podem produzir carne e, sobretudo leite, em volume superior. No entanto, “na ponta do lápis”, são muitas vezes menos rentáveis já que exigem um trato (gasto, portanto!) muitas vezes superior ao que um animal “nativo” necessita. Isso porque é inequívoco entre os especialistas da área, fato constatado tanto pelos depoimentos tomados nas pesquisas de campo quanto pela literatura consultada, que os custos da produção do leite caprino elevam-se substancialmente com o sistema de criação em confinamento, sobretudo pela necessidade de suprir os animais com alimentos, ao invés de, por exemplo, deixá-los parte do dia soltos para que eles mesmos possam se alimentar da vegetação.

Assim, por consumirem ração industrializada e exigirem banhos, instalações mais elaboradas para uma criação intensiva, são chamadas por muitos de “cabras e ovelhas de hotel”. Essa percepção aparece em diversos depoimentos, como aquele de um assentado de destaque, inovador na produção de queijos e rapaduras de leite de cabra, também estimulado pelo Procap de Mossoró. Residente no Assentamento Mulunguzinho, se vale de uma reflexão para polemizar certa tendência de transformar a denominação de “criadores” em “produtores”: “modernidade demais atrapalha”, argumenta. Completamente a favor das práticas de melhoria de manejo dos animais e de ordenha, questiona, no entanto, o tamanho “exagerado” de determinadas cabras e bodes exóticos em relação aos animais nativos e SDR, insinuando a utilização de fármacos (“antibióticos”, “anabolizantes” etc.) nesse processo. Ele associa esse perfil negativo à prática de um “produtor” e não a de um “criador”.

Ainda que sutil, essa visão que tenta dicotomizar entre dois termos aparentemente muito parecidos para quem observa de fora encontra eco em outros depoimentos, como quando o presidente da Associação de Caprinos e Ovinos Nativos do Rio Grande do Norte, e também criador de raças nativas, procura descrever as dificuldades de se identificar esses rebanhos: “reunir esses produtores não é uma tarefa fácil, pois é gente que fica dentro da fazenda”, numa referência crítica indireta ao “pessoal do *agroshow*”, que vive circulando o mundo dos leilões e exposições.

Para os pequenos criadores, não obstante, diferentes arranjos acabam diluindo muitas dessas fronteiras, revelando ações que procuram refinar “o melhor” desses dois pólos. Esse é o caso do cotidiano de boa parte dos pequenos produtores de leite, regido por um pragmatismo que conduz seu senso de produtividade econômica que procura extrair dos animais nativos e dos exóticos aquilo que apresentam de mais vantajoso por meio de cruzamentos inter-raciais. Estes visam atingir um “ponto ótimo” entre a produção de uma

maior quantidade de leite e carne com uma menor suscetibilidade a doenças, um menor custo de produção etc. Uma situação comum é a utilização de um bode de raça exótica, por exemplo Saanem, para fertilizar fêmeas de um rebanho “sem raça definida”. Essa ação visa ocasionar um processo de melhoramento na geração vindoura com conseqüente aumento da produtividade leiteira dos animais gerados.



Reprodutor da raça exótica Boer, com seu enorme tamanho quando comparado aos animais nativos.

Essa visão é partilhada e difundida pelos técnicos da “rede de entusiastas”. Segundo depoimento do pesquisador da Universidade Federal da Paraíba entrevistado, em última instância não haveria “raça certa ou errada: o que há é a raça mais adequada. Ou seja, tem que se levar em conta a perspectiva da *função* do animal. O animal mais eficiente para isso é aquele da raça ‘x’ ou o ‘y’?”. De acordo com ele, por exemplo, não seria por acaso que o maior rebanho comercial da raça nativa Morada Nova, que produz um couro de qualidade superior, está na cidade de Franca, no estado de São Paulo: “não existe coincidência, já que a cidade é a maior produtora de calçados do país”, explica.



Ovino da raça Saanem (fêmea). Os machos são um dos preferidos para cruzamentos com animais sem raça definida visando à melhoria da capacidade de produção, dada a grande aptidão leiteira desses animais.

A questão então se desloca para a chamada aptidão do animal. E essa aptidão pode ser a produção de leite, carne e couro. Pode ser uma só ou pode ser dupla ou tripla. No caso dos caprinos, a dupla aptidão leite-carne é o ajuste mais comum no caso da pequena produção leiteira: as fêmeas produzem o leite no período de lactação; dos animais nascidos, as fêmeas em geral são mantidas para se aumentar o rebanho leiteiro. Sob os preceitos de um bom plano de negócios, os machos por sua vez são vendidos ou abatidos (processo de “descarte”) ainda nos primeiros meses de vida visando à produção de carne, já que não se justifica economicamente sua manutenção, dado o fato que, tomando-se como referência animais de padrão mediano, aquilo que consumirão tornará seus custos relativos sempre superiores ao preço que poderão um dia alcançar no mercado quando colocados à venda, segundo depoimento de um dos maiores especialistas no tema, presidente da Cooperativa de Serviços Técnicos do Agronegócio (COOPAGRO) e elo principal da “rede de entusiastas” no Rio Grande do Norte⁵⁵.

⁵⁵ Por uma exigência do Sebrae, que passou a se recusar a pagar diretamente a pessoas físicas por serviços prestados, em 1999, Nobre e outros 32 técnicos fundaram a Cooperativa. Com o tempo, outros prestadores de serviço de outras instituições foram aderindo. Hoje a Coopagro conta com cerca de 300 associados, tanto profissionais de nível superior e médio e tem como principal objetivo oferecer serviços técnicos ligados ao agronegócio. Segundo o depoente, o próprio diretor nacional do Sebrae é um cooperado, mostrando a dimensão

Outro aspecto se refere a qualidade do produto, já que, sendo o animal abatido até esse estágio de vida, o sabor e a textura mais macia da carne são melhores, conforme afirmam especialistas, já que o animal ainda não sofreu os efeitos dos hormônios que alteram seu corpo, refletindo esse aspecto também na diminuição ou ausência do mau cheiro muitos vezes identificado nesses produtos. O que se mantém no plantel seria um ou alguns bons bodes reprodutores. O principal reprodutor é trocado de dois em dois anos aproximadamente para que não ocorram problemas de ordem genética no rebanho pelos cruzamentos recorrentes a partir do mesmo animal macho.

No caso dos ovinos da região Nordeste, estes se destinam principalmente a corte, já que são animais que possuem maior quantidade de carne na sua carcaça, sendo sua carne mais tenra e comercialmente mais valorizada. No contexto do semi-árido, as ovelhas são “deslanizadas”, ou seja, praticamente sem ou com muito pouca lã, adaptadas geneticamente ao clima quente da região.

Tanto no caso de caprinos quanto ovinos, no que se refere à produção de pele, ainda que ambos possuam teoricamente essa aptidão, ao mesmo tempo em que diversos dados e informações fornecidos por estudos enfatizam a potencialidade desse mercado, ele sofre com as deficiências relativas ao manejo que levam a essa má qualidade das peles produzidas. Segundo Nobre (2007, p. 17), remetendo a resultados de pesquisa realizada pelo SEBRAE/SINTEC e voltada para a análise do mercado da caprinovinocultura no Rio Grande do Norte, os defeitos mais comuns nas peles estariam relacionados aos danos no animal ainda vivo em decorrência de “agressões por carrapatos, piolhos, sarnas, além de cicatrizes por furos provocados por arame farpado e pela vegetação, e também por procedimentos inadequados nos atos de esfolia e da sua conservação e armazenamento”. Por conta disso, aquele autor afirma também que a situação agravou-se com o fechamento dos dois únicos curtumes que operavam naquele Estado, sendo a causa disso a escassez de matéria-prima, já que as peles produzidas atenderiam somente cerca de 10% das capacidades instaladas. Ainda, tal quadro continuaria sem perspectiva de melhora no panorama em questão, restando nesse segmento as unidades artesanais de curtimento espalhadas pelo interior do Estado.

Essa problemática chama a atenção para um aspecto que remete à questão anterior. Segundo Nobre (2007), se não forem corrigidas as falhas no que tange a aspectos nutricionais e sanitários, investimentos em melhoramento genético só acarretarão em prejuízo aos produtores, pois muito provavelmente serão em vão. Ou seja, essa preparação de base,

do alcance da Cooperativa. Ainda que atenda grandes produtores, o principal público alvo da atuação da Cooperativa são os pequenos produtores rurais.

independente da discussão sobre aptidão e produção visada, deve vir em primeiro lugar quando se pensa em aprimoramento na caprinovinocultura.

Paralelamente a essa necessária etapa – nem sempre vendida de forma fácil e plena é bom que se diga, sendo alvo de um trabalho insistente de educação e conscientização por parte da “rede de entusiastas” – animais melhores, por serem inacessíveis a maior parte dos pequenos produtores, são adquiridos por associações como a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Mossoró (ASCCOM), que então “empresta” os animais adquiridos por ela aos criadores filiados por determinado período, fazendo um rodízio de reprodutores a fim de serem usados para acasalamentos, promovendo assim a disseminação dos benefícios do aprimoramento genético às criações dos produtores locais. A prática do rodízio é relativamente comum e foi observada também entre grupos de três ou quatro criadores que se cotizam para comprar um bode reprodutor e usufruir dos benefícios em suas criações. Em alguns casos essa forma de associação pode ser do tipo “condomínio”, quando para otimizarem as criações um grupo pequeno de criadores divide uma área e passa a coexistir em terras coligadas e a usufruírem do mesmo animal reprodutor macho em suas criações.

Paralelamente ao perfil dos animais, procurar distinguir o que é “um pequeno produtor ou criador” ou o que é um “grande criador ou produtor” revela aspectos interessantes do mundo da caprinovinocultura no Semi-árido. Isso porque os termos “grande” ou “pequeno” não têm tanto a ver com o tamanho das criações, mas em certa medida ao quanto elas são “tecnificadas” ou não. Um “pequeno criador ou produtor”, portanto, seria aquele que o faz de forma menos “tecnificada”, o contrário valendo para o chamado “grande produtor ou criador”. Essa distinção é importante, pois existem grandes “possuidores” de rebanho que são, na verdade, grandes negociantes. Eles apenas mantêm animais por um espaço de tempo suficiente para engordá-los e obter um valor maior na sua venda do que aquele pago pelos mesmos. São animais destinados ao abate, que são negociados tendo como principal quesito seu peso e suas condições gerais de aparência. Em geral, utilizam-se como critérios aspectos visuais da carcaça, mas que nem sempre são condizentes com o real estado de saúde do animal, sendo relativamente comuns depoimentos quanto à possibilidade de problemas existentes e “camuflados” nos mesmos. O espaço de negociação por excelência dessa vertente são as feiras ou negociações realizadas diretamente com abatedouros (a maior parte dos quais “clandestinos”, segundo depoimentos de técnicos do setor e estudos consultados), sendo uma das principais variáveis o ganho em escala, ou seja, a negociação envolvendo lotes de animais do tipo SRD.



Exemplares de animais sem raça definida (SDR).

Em se tratando de caprinovinocultura, para além de dados estruturais como os dos censos agropecuários produzidos pelo IBGE, são raros os registros que se aproximam das propriedades rurais possibilitando distinguir com maior precisão o perfil de produtores e criações. No entanto, uma percepção possibilitada pelas pesquisas de campo deste estudo encontram respaldo numa observação de Nobre (2007), que afirma que, por conta do movimento iniciado há pouco mais de uma década de promoção da caprinovinocultura no Semi-árido, houve uma tendência de proliferação de pequenos rebanhos com o ingresso na

atividade de centenas de pequenos produtores rurais, notadamente das áreas de assentamentos da reforma agrária, também de forma concomitante crescentes na região nos últimos tempos.

Além de todos os aspectos elencados até aqui, a análise da história recente também lança luz a uma distinção importante que corrobora com a “rede de entusiastas”, que toma os agricultores familiares como agentes estratégicos no aprimoramento da cadeia produtiva da caprinovinocultura. Muito mais que simplesmente uma “opção pelo social” (e ainda que em boa medida o seja), no caso da caprinocultura leiteira, o modelo de produção parece indicar um ajuste importante sob as condições da agricultura familiar.

Analizando os custos de produção do leite caprino, Nobre (2006) recorda que após um período de grande euforia com o início, em 1998, do Programa Estadual do Leite do Rio Grande do Norte, produtores realizaram grandes investimentos em infra-estrutura e na aquisição de muitos animais caros, matrizes puras ou de “alta mestiçagem”, importadas de outros estados, constituindo assim rebanhos de alto padrão racial. A significativa produção de leite desses animais, submetidos ao regime intensivo de criação, não foi capaz, no entanto, de gerar lucros que garantissem a sustentabilidade das criações dados os altos custos de produção, levando mesmo criadores de maior poder aquisitivo a abandonarem seus negócios. Aquele autor afirma que “disto resultou a tendência da maioria dos atuais criadores, em trabalhar com boas matrizes, porém que tenham condições de responder com lucro, em regime semi-extensivo” (NOBRE, 2006, p. 8).

Com os custos elevando-se com a necessidade de alimentos concentrados para os animais num regime de confinamento (sistema intensivo), não por acaso os pequenos criadores optam predominantemente pelo regime semi-extensivo visando a redução de custos na produção de leite. Nesse sentido, Nobre (2006), analisando o panorama da produção de leite caprino no Rio Grande do Norte, afirma que observou uma tendência entre os pequenos e médios produtores de explorarem bons animais mestiços leiteiros, mais adequados às condições de regimes semi-extensivos, em maior ou menor intensidade. Daí que a base de muitas criações “têm sido os rebanhos SRD, submetidos a escolha mais criteriosa de melhores matrizes, que são acasaladas com reprodutores leiteiros. O objetivo é obter animais com média produtividade leiteira e que suportem, também, regime de campo” (NOBRE, 2006, p. 8).

Além dessa perspectiva de redução de custos, outra refere-se à mão-de-obra, sendo esse quesito mais favorável quando se pratica uma agropecuária nos moldes familiares em que

se registra, por exemplo, apenas “mão-de-obra de manejo” e não “mão-de-obra administrativa”, comum nos empreendimentos maiores (NOBRE, 2007).

No trabalho *Análise econômica e financeira de um modelo teórico de produção de leite caprino para unidades familiares no Semi-árido do Rio Grande do Norte*, França et.al. (2006) procura demonstrar que a caprinocultura leiteira é uma atividade adequada ao perfil do agricultor familiar, posicionamento que, entre outros aspectos, se baseia na tradição do emprego de força de trabalho familiar nesta atividade. Além disso, em termos de atividade produtiva, a caprinocultura leiteira permitiria um fluxo de recursos mais regulares para as famílias que com a exploração apenas de caprinos e/ou ovinos para corte. Os autores procuram demonstrar uma série de vantagens dessa prática associada à agricultura de base familiar como, por exemplo, o fato das “vendas dos produtos (animal vivo e leite) serem isentas de impostos e de taxas de comercialização por ocorrerem na porteira da fazenda” (FRANÇA et.al., 2006, p. 107). Outros aspectos explicariam a viabilidade da produção de leite de cabra praticada por agricultores familiares como, por exemplo, a ausência de encargos sociais sobre a utilização de mão-de-obra e o baixo custo com a gestão da propriedade, por esta ser pequena e facilmente administrada pelo seu proprietário e família, que também exercem o papel de trabalhadores rurais. Baseados nos resultados da análise do modelo teórico utilizado naquele estudo, aqueles autores afirmam ainda que os “bons resultados observados podem ser explicados pelos baixos investimentos e pelo bom nível de preços obtidos por força do Programa do Leite” (FRANÇA et.al., 2006, p. 111).

Para os agentes-chave da “rede de entusiastas”, esses e outros resultados embasam a sinalização para agentes governamentais que a caprinocultura leiteira deve ser promovida por meio de políticas públicas, uma vez que gera renda e emprego sustentáveis na agricultura familiar.

6.3.2 Leite caprino: os casos de Mossoró, Cabaceiras e Tejuçuoca

Em Mossoró, a Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos (GEARH), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da cidade, tem o papel de coordenadora e executora do Programa Municipal de Apoio a Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura (PROCAP), desenvolvido desde 1997. Entre os principais objetivos do Programa que visa, em última instância, promover a maior organização desta cadeia

produtiva, destacam-se a capacitação técnica, a promoção e o fortalecimento da organização de pequenos proprietários rurais, visando inseri-los nesse setor para que daí possam desenvolver uma atividade produtiva e obter renda a partir da agropecuária, segundo seus idealizadores.

A metodologia utilizada no Procap se baseia num ciclo de capacitação previsto para durar quatro meses. O Programa vai até as comunidades rurais e inscreve os interessados em participarem. Mesmo a criação de caprinos sendo uma forte tradição no Semi-árido, toma-se por princípio “iniciar da estaca zero” o conteúdo trabalhado no curso. Isso vale para todos que dele quiserem participar, tanto para aqueles que já têm alguma experiência quanto para aqueles que nunca possuíram criações.

Com este intuito, o Procap se vale tanto dos profissionais da equipe da GEARH quanto de profissionais de instituições parceiras como o Sebrae e a Ufersa (Universidade Federal Rural do Semi-árido – Mossoró). Mas fato é que o estímulo à caprinovinocultura na região é defendida por diversos agentes que formam um universo que extrapola temporal e espacialmente o âmbito do Programa municipal. Estes são profissionais (veterinários, agrônomos, zootecnistas, técnicos agrícolas etc.) de instituições como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) e também criadores mais experientes e bem sucedidos.

Estes profissionais são em geral pessoas que têm suas histórias de vida vinculadas ao campo, já que muitos cresceram na zona rural, tendo suas famílias se dedicado, ao menos parcialmente, também a criação de animais, inclusive caprinos e ovinos. Ainda hoje, boa parte desses profissionais têm suas próprias criações, reafirmando a crença na potencialidade da atividade e nos preceitos técnicos que professam. Em sua prática profissional, diversos argumentos são recorrentemente listados em favor da caprinovinocultura como “a prática mais adequada para o desenvolvimento rural da região do Semi-árido”: a perfeita adaptação dos animais ao longo período sem chuvas – em média nove meses num ano “normal”, sem a ocorrência de seca propriamente dita – o relativo baixo custo das criações – inclusive porque práticas de agroecologia demonstram ser possível obter boa parte dos alimentos para os

animais a partir das plantas forrageiras disponíveis na Caatinga de forma sustentável – e os produtos comerciais gerados por esses animais são seus principais pilares.

Por conta dessa identificação em sua atuação e ideais, vários entusiastas da região de Mossoró criaram, em 2002, um “Comitê gestor da caprinovinocultura de Mossoró e região (Oeste Potiguar)” visando “discutir rumos, caminhos e ações para o setor”. Mas este seria um momento mais recente de um processo que se inicia, segundo diversos depoimentos desses técnicos, com “o grande impulso à caprinovinocultura na região” a partir de um “*start*” do Sebrae/RN, por volta do ano 2000.

Fora constatado que diversos profissionais envolvidos com o processo de disseminação da caprinovinocultura na região têm sua história profissional vinculada ao Sebrae, tendo atuado como consultores ou ainda hoje assim atuando de forma paralela a outras atividades, como no caso do presidente da Ascom (Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Mossoró), agrônomo de formação, ou do ex-gestor do Procap, formado em geologia, entre outros.

Para alguns, fora mesmo no Sebrae que se teria dado o contato inicial com o tema da caprinovinocultura e seu aperfeiçoamento técnico-profissional nesse setor. O caso da veterinária do Procap é exemplar nesse sentido, já que ela teria tido no Sebrae um contato inicial e depois mais aprofundado com esse tema. Nas suas palavras, muito daquilo que sabe “aprendeu nessa prática” enquanto consultora, advindo daí sua capacitação para atuar num programa como o Procap, já que na graduação em Veterinária pouco contato teve com o tema da caprinovinocultura, segundo ela segmento em geral pouco privilegiado nesta área acadêmica na Ufersa (Universidade Federal Rural do Semi-árido – Mossoró)⁵⁶, instituição na qual estudou e se formou.

Ainda que não explicitem diretamente um discurso político em torno do tema, esses profissionais são fiéis a uma causa: a difusão de técnicas apropriadas de criação a pequenos proprietários rurais para que estes alcancem melhores condições de vida. Seu engajamento a esta causa envolve “colocar dinheiro do próprio bolso” em casos em que para estimular a produção de determinado assentado isso seja necessário ou estenderem suas horas de trabalho para horários ou dias em que não teriam a obrigação de fazê-lo, como nos finais de semana, quando “sentem” que determinado criador está empenhado no aprimoramento de sua produção e precisa de sua ajuda.

⁵⁶ Enquanto parceira do Procap, a Ufersa disponibiliza uma profissional – professora e pesquisadora veterinária – que realiza exames para averiguação de doenças e verminoses nos animais de pequenos produtores rurais participantes do Programa.

Essa percepção, no entanto, no contexto em que se dá, por um lado evidencia o peso de uma forte tradição da caprinovinocultura no Rio Grande do Norte. Um dos técnicos entrevistados afirmou: “só em dois municípios do Estado eu não vi essas criações. Nos outros 165 municípios têm. Aqui no Oeste é a área de maior concentração. Tem gente criando de forma extensiva, intensiva, tem de tudo”. Esse contexto acaba por revelar um movimento que busca aproveitar a potencialidade local fundada nessa tradição para superação das iniquidades socioeconômicas do Semi-árido.

Dessa forma, esses profissionais procuram difundir preceitos técnicos visando o aprimoramento daquilo que vem sendo feito há séculos, esbarrando numa mentalidade que concebe “criar cabras” como sendo algo tão natural quanto para outros o é possuir animais domésticos como cães e gatos. Cria-se por criar. Ou melhor, nos termos locais: “elas (‘cabras’) se criam”, em referência ao fato de que os animais, quando inexistentes maiores preocupações com produtividade, praticamente mantêm-se por si mesmos, buscando seu próprio alimento e abrigo na vegetação natural da caatinga.

Essa percepção foi reforçada depois de um tempo em contato com diversos agentes que, em situações variadas, afirmaram possuir animais sem preocupações de ordem econômica (no sentido de participar ativamente de um mercado e tirar daí seu sustento). De vez em quando, é prática corriqueira se abater um desses animais para, por exemplo, fazer um churrasco, já que a carne de bode é bastante apreciada para isso na região. Na maior parte do tempo, no entanto, não raro os animais são conhecidos pelo nome e alguns recebem tratamento mais próximo daquele que seria comumente dispensado a animais de estimação e de companhia.

Assim, apesar do constatado esforço dos profissionais envolvidos, o peso da tradição incide fortemente sobre o Procap. Para além do consumo familiar da carne, enxergar a caprinocultura como algo mais rentável que apenas a obtenção de recursos advindos com a venda esporádica de um animal tem se mostrado um desafio. Isso se revela, por exemplo, no fato de que, apesar do grande número de inscritos inicialmente nos ciclos de capacitação do Programa, a maior parte abandona o curso antes do término dos quatro meses. Dos que concluem, nem todos levam a cabo uma criação, sendo que outros o fazem sem seguirem adequadamente as determinações difundidas pelos técnicos do Procap.

O porquê disso não é facilmente compreendido pelos agentes envolvidos nesse processo, como se pôde verificar. Vários deles foram interpelados insistentemente para que apresentassem uma explicação para o problema. Para a equipe do Programa uma resposta

bastante comum remete a causa a um problema de ordem “cultural”. Sem maior elaboração, no entanto, uma resposta desse tipo também parecer ser algo “cultural”, levando-se em conta o uso generalizado dessa explicação para boa parte dos problemas para os quais não se tem uma resposta satisfatória. Aos olhos de quem observa de fora o contexto em que tudo isso se dá parece ser ainda mais incompreensível, pois a maior parte dos pequenos agricultores que não aderem permanecem numa situação de pobreza. Por que ao menos não tentarem então?

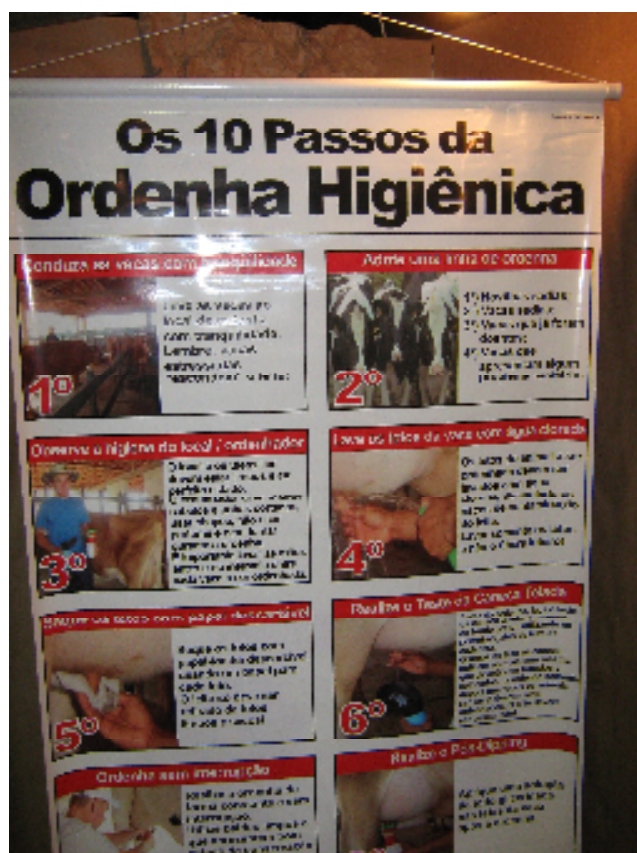
Uma pista sobre o que estaria por trás disso advém da análise dos exemplos daqueles que aderem ao Programa e obtêm sucesso na sua empreitada. Estes são os maiores disseminadores do Programa e exercem um poder de “exemplo a ser seguido” para outros potenciais criadores que supera qualquer argumentação a favor do aprimoramento das práticas por parte da equipe do Programa. O fenômeno é descrito por agentes-chaves como “a disseminação técnica da inveja”: somente quando vêem que alguém de fato está conseguindo obter renda e atingir um patamar melhor de vida que outros passam a se interessarem a iniciar uma criação de caprinos e a aderirem aos preceitos técnicos difundidos pelo Programa.

Um desses “disseminadores” visitado, antes de receber do Incra seu lote de 15 hectares num dos vários assentamentos do município, vivia com a família na periferia da cidade fazendo pequenos bicos. Não tinha bens nem renda fixa. Levava uma vida pobre e incerta. Chegaram somente com a “roupa do corpo” no lote que ganharam do governo federal, como lembra em seu depoimento. Juntamente com ele ganharam também 1 bode e 4 cabras, característica da política pública comum nos assentamentos da reforma agrária da região, como se pôde constatar nas visitas de campo e nos depoimentos. Com dificuldade, chegaram a expandir seu rebanho para 30 animais, mas a falta de manejo adequado levava a perda de muitos animais, que até então se prestavam apenas à alimentação da família e a venda esporádica de algum exemplar visando o abate. A quantidade de leite que esses animais produziam mal dava para alimentar as próprias crias, muitas das quais acabavam morrendo de fome.

De todos os inscritos na capacitação do Programa do Assentamento Hipólito – um dos mais antigos de Mossoró – ele foi o único assentado a seguir em frente. Passados aproximadamente 5 anos, hoje ele e sua família possuem cerca de 200 animais e tem plantado 13 hectares de milho, cuja produção comercializaria em breve. Em sua casa possui freezers que usa para armazenar leite de cabra e queijos, tanto parte da produção que não vende diretamente ou que venderá posteriormente – já que o leite de cabra pode ser assim armazenado e, diferentemente do leite de vaca, mesmo depois de congelado ou pasteurizado,

pode-se, por exemplo, fazer todos os tipos de queijos com ele. Possui vários outros bens como eletrodomésticos e uma casa em condições superiores a de seus vizinhos assentados.

Quando das visitas, no fundo de seu quintal mostrou com orgulho o aprisco, cercado próprio para caprinos e ovinos no qual os animais ficam confinados parte do dia. Engenhoso, fabricou também uma série de equipamentos em madeira, como rampas para ordenha dos animais – recomendação técnica para realizar o trabalho sem risco de contaminação do leite vinda do solo e também para uma melhor postura do ordenhador – e para o confinamento para vacinação e vermifugação dos animais. Sua esposa mostra com orgulho equipamentos simples, mas essenciais para seguir os passos básicos de uma “ordenha higiênica”, condição necessária para produção de um leite de qualidade, cuidado insistentemente enfatizado pela “rede de entusiastas” aos agricultores familiares. Na ocasião das idas a campo, eles demonstraram um profundo respeito pela veterinária do Programa que acompanhava a visita, relembrando capítulos de uma história de aprendizados que levou a transformação da realidade da família.



Divulgada persistentemente pelos técnicos “entusiastas” da caprinovinocultura, a melhoria dos padrões de higiene é entendida como passo fundamental para um maior impulso à atividade.

O produto da caprinocultura que impulsiona casos como este é o leite. Quem puxa o estímulo a essa produção é o Programa do Leite do Estado do Rio Grande do Norte, parceria do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Fome Zero do governo federal. O preço pago pelo litro de leite de cabra no primeiro semestre de 2008 era de R\$ 1,05. Na mesma época, o preço pago no estado pelo litro de leite de vaca era de R\$ 0,70. Essa diferença, o valor em si e a certeza da compra da produção são grandes atrativos para pequenos produtores. Descontando-se uma pequena taxa destinada ao pagamento do “carreteiro” (motociclista que recolhe e transporta o leite para usina)⁵⁷, em casos como o deste assentado, uma produção estável garantia uma renda mensal em torno de R\$ 1.000,00, valor alto numa realidade social em que parte significativa das famílias não obtém renda suficiente ou estável a partir de atividades ligadas ao lote recebido pela reforma agrária.

Grosso modo, essa afirmação se baseia num panorama relativamente comum, tanto observado quando afirmado por vários agentes contatados, que leva a crer que uma parcela significativa das pessoas que recebem lotes em assentamentos da reforma agrária do Incra na região não tira seu sustento dessas terras⁵⁸. A razão para isso passaria tanto por casos em que incide a falta de crédito, sendo que em outros casos relacionar-se-ia mesmo ao perfil dos assentados, no qual parte deles seria formada por aposentados, pensionistas da Previdência Social. Uma outra parcela desses assentados obteria renda como empregados de agroindústrias como aquelas do setor fruticultor, que detém considerável importância na economia de Mossoró. Em todos esses casos, quando muito, se desenvolveria nos lotes desses assentados culturas voltadas para fornecer alguns poucos produtos ligados ao consumo doméstico das famílias. Logicamente que essa observação é meramente qualitativa e não se vale de estudos estatísticos sobre a “quantidade de assentados nessas condições” naquela região, sendo necessário, portanto, relativizá-la⁵⁹.

⁵⁷ Depois de ser recolhido nos assentamentos por motocicletas adaptadas para isso, o leite vai para a empresa privada Leite do Sertão (Nutrívita Indústria de Laticínios Ltda.), que compra a produção dos pequenos criadores e a repassa (revende) para o governo do Estado, no âmbito do Programa Estadual do Leite.

⁵⁸ Não obstante se deva ressaltar que, ainda que isso fora tanto observado quanto atestado por diversos depoimentos colhidos de técnicos da área no que se refere à realidade de Mossoró, há exemplos próximos, como o do município Serra do Mel, pertencente à Microrregião de Mossoró, que se organiza em vilas comunitárias de produção e apresenta uma consolidada economia de produção e exportação de castanha de caju, com base nas atividades familiares e no cooperativismo. Tido como o único município do Estado a ter sua origem a partir de uma área de assentamento de trabalhadores sem terra, essas atividades produtivas envolvem direta e indiretamente os quase 10 mil habitantes do município sendo, portanto, um exemplo oposto extremo do observado em muitos assentamentos de Mossoró.

⁵⁹ Ainda que, de modo geral, tais constatações estejam de acordo com aquelas presentes no representativo estudo citado no Capítulo 1, de Bittencourt et. al. (1999), *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*.

Não obstante, sob a perspectiva da equipe do Procap diante do peso dessa realidade, muitas vezes as pretensões do Programa voltam-se para um caráter de complementaridade, ou seja, admitindo-se, por exemplo, que as atividades ligadas à caprinovinocultura possam ser desenvolvidas, sobretudo, pelas mulheres e filhos, enquanto maridos e pais saíam para o mercado de trabalho formal. Tal fato fora observado no Assentamento Independência, no qual a organização de um grupo formado por mulheres que já produziam uma modesta quantidade⁶⁰ de leite cabra por mês estava ganhando força, estando a construção de uma pequena usina de leite financiada pelo Procap em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário em andamento. Confrontada com a teoria, antes que problema, essa tendência da múltipla ocupação na agricultura familiar tem sido recorrentemente observada por autores que se dedicam ao tema, podendo ser entendida sob o conceito de pluriatividade, em que as atividades produtivas dos moradores do campo se diversificam, como já se abordou em parte específica deste trabalho.

Esse seria o caso também de outras ações desenvolvidas pela GEARH, já que o Procap seria apenas uma delas, ainda que a mais importante em termos de visibilidade e dimensão pretendida. Uma outra ação que mereceu destaque nos depoimentos do ex-gestor e de sua equipe diz respeito, por exemplo, à apicultura. Ele enfatiza que a produção de mel tem dado excelentes resultados na agricultura familiar. Nessa prática tem prevalecido o trabalho feminino, sobre o qual se salientou diferenças em termos de facilidade de organização e empenho das envolvidas em relação à organização de grupos de homens. Teria destaque no projeto desenvolvido pela Gerência o estímulo à produção de mel da abelha da espécie Jandaíra, inseto que tem como habitat natural a Caatinga, cujos produtos têm um valor de mercado maior do que o das abelhas européias-africanas. Em valores de 2008, entre “R\$ 50,00 e R\$ 70,00 o litro”, segundo depoimento da agrônoma da Gerência diretamente responsável, valores que podem significar até dez vezes o valor pago pelo mel comum naquela região. Assim como no caso do leite caprino – em sua relação com o leite comum, de vaca – o mel de Jandaíra é um produto com maior valor agregado, que o torna ainda mais interessante em termos da produção em menor escala, como é o caso da agricultura familiar.

Em alguns casos, faz-se um consórcio dessas atividades de apicultura com as de caprinovinocultura, cuja complementaridade é estimulada pelo fato da produção de mel exigir um prazo que varia entre 2 e 3 anos para “dar um retorno econômico”, além de garantir apenas uma “safra” por ano. Esse e outros fatores forjam uma realidade que comporta

⁶⁰ Pelos depoimentos, cerca de 100 litros de leite de cabra por mês.

diferentes arranjos possíveis. Diante dessa dinâmica, o ex-gestor afirma “não gostar de modular” o que seria o Procap, pois “a coisa é bastante dinâmica no dia-a-dia”.

Em grande parte, essa afirmação demonstra indiretamente, mais uma vez, uma realidade que extrapola espacial e temporalmente a atuação da Gerência, inserida num contexto mais complexo em termos de organização social. Um exemplo expoente disso na região é a Rede Xique-Xique, que reúne diversos grupos de produtores de oito municípios do Rio Grande do Norte. Surgida no final dos anos 1990, na Rede a produção das mulheres é a principal responsável por grande diversidade de produtos comercializados e produzidos de forma agroecológica, tanto transformados como *in natura*: doces, mel de abelha, rapadura de leite de cabra, produtos de higiene pessoal à base de mel, artesanato de palha, sisal e sementes, hortaliças e mariscos. Atualmente, além de potencializar e participar de feiras, promover seminários de formação, articular-se com outras redes, a Xique-Xique tem dois núcleos de comercialização funcionando, nas cidades de Mossoró e Baraúna, canais que servem para escoamento da produção e geração de renda para pequenos produtores (<http://www.agroecologia.org.br/modules/articles/xique.pdf>).

Se, no caso de Mossoró, o Procap foi o mecanismo de sistematização utilizado pelo governo municipal nas ações em torno da caprinovinocultura que o antecedeu enquanto Programa, já a produção de leite de cabra em escala no município de Cabaceiras (PB) se confunde com a própria história da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Cabaceiras (ASCOMCAB), fundada em 1996.

É unânime entre diversos contatados que o nascimento da Associação se deve a participação central de três agentes nessa iniciativa, cidadãos Cabaceirenses. Dois deles têm sua história de vida ligada essencialmente à prática da agricultura e da agropecuária – dentro desta categoria incluídos também caprinos e ovinos – como pequenos sitiantes. O terceiro deles é Tecnólogo em Cooperativismo de formação, funcionário da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado da Paraíba, cedido à Emater, ex-secretário da agricultura por duas gestões e candidato a prefeito derrotado nas duas últimas eleições municipais, como já exposto no Capítulo 5.

Compreender a história da Ascomcab remonta a um passado de dificuldades enfrentadas pelo Município, em que várias tentativas de implementar culturas agrícolas comerciais foram barradas por aspectos naturais (especialmente a seca) e por conjunturas de mercado, cujas oscilações faziam com que os pequenos produtores “ganhassem e perdessem

tudo de um ano para outro”, conforme depoimento do técnico da Emater, um dos fundadores da Ascomcab.

Esse quadro de instabilidade forçou a busca por uma alternativa viável, com “menos riscos”, como argumenta. Este teria sido o processo lógico a que se teria chegado na caprinovinocultura como “a melhor alternativa para a região”. No início, segundo depoimento do técnico da Emater, tinha-se em mente a produção para corte, sobretudo por não existir ainda um programa estadual do leite que garantisse o escoamento dessa produção. Com a criação da Ascomcab, a prefeitura contribuiu à época adquirindo um rebanho de 100 cabras e 20 bodes reprodutores com aptidão para corte. Como o número era insuficiente para atender a todos os interessados potenciais criadores, estabeleceu-se que quem não tinha sido contemplado com algum animal dessa primeira leva, receberia posteriormente duas crias dos mesmos.

Um processo turbulento marcou a segunda metade da década de 1990, com períodos de seca acima da média. Por conta disso, muitos criadores estavam vendendo suas cabras e ovelhas para, com o dinheiro, “alimentarem suas vacas”. O motivo alegado para isso é que havia mercado para o leite de vaca e não para o de cabra. O resultado foi um retrocesso na caprinovinocultura já que muitos se voltaram para a atividade do gado bovino novamente.

A saída dessa situação baseou-se na aposta na produção e venda de leite de cabra. A Ascomcab voltou seus esforços então para a busca de recursos para construção de uma usina beneficiadora de leite, passo entendido como fundamental para uma produção em escala, já que é necessário tanques de resfriamento e armazenamento para o produto no processo de escoamento da produção.

Tal êxito fora alcançado em 1999, através do Projeto Cooperar – Programa de Redução da Pobreza Rural da Paraíba, fruto de parceria do Governo do Estado com o Banco Mundial. Paralelamente a esse processo de busca de financiamento, os produtores do município foram procurados e ouvidos numa espécie de censo rural pela Ascomcab, que visou averiguar o potencial da produção de leite naquele momento, já que se tinha acordado com o governo do Estado a comercialização de 250 litros de leite de cabra por dia, período em que se inicia o Programa do Leite da Paraíba.

Apesar de ter chegado à cota de 880 litros por dia nesse levantamento, quando da inauguração da usina, só foram recebidos no primeiro dia 82 litros. Os envolvidos viram seus esforços irem por água abaixo já que nesse patamar o acordo não seria cumprido. O porquê disso: quando do censo, os produtores estimavam aleatoriamente determinada produção, mas

depois não conseguiram cumprir, pois a maioria não tinha por prática a ordenha diária, revelando um despreparo enquanto criadores por ocasião da necessidade de uma produção mais sistemática. Uma informação adicional colhida em outro momento da pesquisa revelou também que não havia cabras com aptidão leiteira suficientes nos rebanhos naquele momento, o que tornava a quantidade produzida por aqueles animais baixa. Mesmo o lote adquirido inicialmente pela prefeitura (100 cabras e 20 bodes reprodutores) também contribuiria negativamente para esse aspecto, já que eram animais de aptidão para corte, objetivo que sobressaía naquele momento de aquisição, mas não mais nessa nova realidade.

À época, o técnico da Emater e então também presidente da Ascomcab, juntamente com o tesoureiro, ambos pertencentes ao grupo de fundadores da Associação, decidiram então comprar algumas cabras com aptidão e começarem a produzir leite “para dar o exemplo”, incentivando assim os demais produtores do município a se “profissionalizarem”. Mas esse processo não foi fácil, como lembram os depoimentos. O técnico da Emater afirma que dizia aos criadores:

A Usina não é minha! Se vocês não aderirem ela fecha! Eles diziam então: meu compadre falou pra aguardar um pouquinho pra ver... e não aderiam. Hoje fico feliz quando me informam que mais um criador aderiu. Pois hoje está assim, eles estão aderindo sozinhos, espontaneamente! A verdade é que o pessoal é muito difícil de acreditar. Se não tiver sempre alguém ali pra dar uma mensagem de apoio pra não desistirem no primeiro obstáculo, não dá certo. Hoje eles até compram um animal mais caro, com aptidão para leite. Nem pensam em começar com corte. E agora é o contrário da seca de 1997: eles estão vendendo as vacas e comprando cabras!. (Trecho de depoimento de um dos entrevistados, Técnico da Emater, um dos fundadores da Ascomcab, ex-Secretário de Agricultura de Cabaceiras e identificado como integrante da “rede de entusiastas”).

Passado esse momento inicial mais difícil no que se refere à adesão de um número suficiente de pequenos produtores, em 2003 os associados buscaram novo financiamento, desta vez, além do Projeto Cooperar, também do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conseguiram então reequipar a Usina, transformando-a de uma “usina de pasteurização lenta” para uma “usina de pasteurização rápida”, o que propiciou uma significativa melhora nas condições de produção e armazenagem do leite. Hoje a capacidade da usina de Cabaceiras gira em torno de 800 litros de leite por dia. Os antigos equipamentos foram readaptados e atualmente se prestam a outros usos, como a produção de derivados de leite como achocolatados, iogurtes e queijos. Essa produção se liga a uma recente iniciativa da Ascomcab e de outras associações de cidades vizinhas que é a formação de cooperativas (no

caso em questão, a Capribov – Cooperativa de Capribovinoculturas de Cabaceiras). Elas visam contornar um problema legal que impossibilita às associações comercializarem diretamente seus produtos. Assim passa a ser possível vender diretamente tanto a consumidores quanto fornecer os produtos a supermercados e pequenos mercados da região. O estímulo para isso é duplo: o maior valor agregado que esse tipo de comércio gera e a inserção no mercado privado, um dos grandes “gargalos” de uma cadeia produtiva vinculada a um programa estadual do leite, cujo único comprador é o governo.

O que fundamenta tudo isso, segundo depoimento do ex-presidente e fundador da Associação, é uma visão que credita à caprinovinocultura a “alternativa de vida para o Semi-árido”. Essa visão se baseia em uma série de argumentos comparando as vantagens da caprinovinocultura em relação à criação de gado bovino na região. Segundo ele, ainda que as vacas possam produzir até 10 litros de leite por dia, enquanto cada cabra produz de 1 a 2 litros, se bem alimentadas elas produzem até duas crias por ano, enquanto as vacas geram apenas 1 cria a cada 2 anos. Além disso, enquanto cada cabra bebe em média 4 litros de água por dia, uma vaca bebe cerca de 41 litros, característica importante em regiões secas. Enquanto uma vaca custa cerca de R\$ 2 mil, com menos que isso pode se ter muitas cabras, já que um animal sem raça definida pode custar R\$ 50. Por fim, em 2008, enquanto se pagava R\$ 0,70 por litro de leite de vaca, pagava-se R\$ 1,05 por litro de leite de cabra. Em suma, o que procura mostrar através de uma série de números apresentados é que as cabras consomem menos e podem produzir mais do que as vacas no contexto do Semi-árido. São, portanto, mais viáveis e economicamente mais rentáveis.

Além de fomentador da caprinovinocultura local, o técnico da Emater tem sua história de vida permeada por uma atuação na comunidade local. Ele foi ministro da eucaristia da Igreja Católica e juiz de paz na cidade de Cabaceiras. Concomitante a presidência da Ascomcab, presidiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PRONAF). Foi também presidente do conselho da cidade formado por exigência do Projeto Cooperar. Paralelamente, veio atuando como técnico da Emater. Como já dito, foi também secretário de agricultura ao longo das duas gestões do então prefeito Arnaldo Junior. Quanto a esta última atribuição, afirma que durante este período “teve maior possibilidade de agir em benefício da caprinovinocultura”. Entre as ações que elenca, destacam-se a aquisição de matrizes com vocação leiteira repassadas em sistema de “rodízio” aos criadores, inseminação artificial para melhora do rebanho dos pequenos produtores, capacitação e acompanhamento a produtores por técnicos agrícolas, além de contribuir com a criação da Festa do Bode Rei.

Quanto ao acompanhamento dos produtores por técnicos agrícolas, este se liga aos ADRs – Agentes de Desenvolvimento Rural. Nas pesquisas de campo, referência a eles foram constantes nos depoimentos colhidos nos três estados visitados, mas em Cabaceiras sua presença foi ressaltada com mais ênfase. Na cidade são dois ADRs atuando. Eles antes eram remunerados via convênio da Ascomcab que envolvia a Fundação Banco do Brasil e o Sebrae, no âmbito do Projeto ADR, financiado por essas duas instituições e que abrangeu diversas localidades do Nordeste. Com o fim do convênio, dada a importância desses profissionais, a Ascomcab os mantém assumindo os custos. Segundo seu atual presidente, eles são “o olho, a boca e os ouvidos da Associação”. Ele afirma que dois já é um número defasado face à necessidade atual, mas que pela questão do custo, não há como a Associação ampliar o quadro desses profissionais. A importância deles foi verificada em diversos depoimentos. Numa parcela, pequenos proprietários rurais enfatizaram a “rapidez e a disponibilidade” desses profissionais no atendimento a necessidades de suas criações, em geral atendimento esse de caráter veterinário. Deslocando-se em motocicletas, os ADRs percorrem diversas propriedades na zona rural diariamente, o que equivale a uma área consideravelmente grande dada a dispersão dos criadores entre diversos assentamentos e comunidades rurais tradicionais.

Quanto ao perfil desses profissionais, no que tange à sua qualificação, tiveram destaque referências quanto a sua competência no auxílio às necessidades dos pequenos criadores. Uma história citada e exemplar disso refere-se a um ex-ADR, filho de um dos fundadores da Ascomcab. Apesar de não ter diploma universitário, desfrutava de grande prestígio na região, pois era consenso que seus conhecimentos se “equivaliam ao de um veterinário formado”. Sua fama cruzou fronteiras e ele então recebeu uma oferta para trabalhar num grande capril em Feira de Santana (BA). Ele então se mudou, já que a Associação não conseguiu equiparar a proposta de trabalho feita a ele.

Ainda que sejam inegáveis os avanços, observa-se aquilo que parece ser consensual para os agentes-chaves das regiões dos três estados visitados: apesar dos entraves e dificuldades variadas, prevalece uma visão de que um processo maior esteja em construção, sendo as potencialidades locais de produção do leite de cabra ainda exploradas de forma incipiente e parcial. Essa percepção é possível quando se averigua mediante os depoimentos o caminho percorrido até aqui, os obstáculos que se têm pela frente e as tentativas para superá-los. A partir das observações colhidas nas pesquisas de campo, estes são tidos como “gargalos” da cadeia produtiva, cuja necessidade de superação é reconhecidamente visível

entre os agentes-chaves de maneira indistinta. Estes, se outrora direcionavam a maior parte de seus esforços ao incentivo para adesão e aprimoramento de pequenos proprietários rurais a caprinovinocultura, hoje voltam-se fortemente para aprimorar cada vez mais uma cadeia produtiva sobre a qual não têm dúvidas quanto a sua potencialidade econômica e social. E essa potencialidade evidencia-se quando se visita diversas comunidades rurais tradicionais e assentamentos da região⁶¹, nos quais pequenos produtores rurais recheiam o mapa do município com histórias bem-sucedidas de geração de renda para si e suas famílias por meio da produção de leite de cabra, apontando um novo rumo para o desenvolvimento territorial.

Na comunidade rural de Caruatá de Fora, um pequeno criador visitado, apesar da grande disponibilidade de terras, a qual não sabe precisar o tamanho – até porque não há cercas que a limitam já que pertence a seu pai e vários irmãos a ocupam – até um passado recente trabalhava duro de “sol a sol” como “alugado” e tirava algo em torno de R\$ 15,00 por dia. Quem narra essa trajetória é sua esposa, que revela, num misto de orgulho e empolgação, que hoje, por conta de uma produção aproximada de 40 litros de leite de cabra por dia, a família tem renda mensal em torno de R\$ 1.000,00.

Além do dinheiro, outro aspecto positivo ressaltado é que essa realidade exige menor esforço de seu marido em comparação à ocupação anterior. “A situação melhorou demais!”, afirma enfática. A história assemelha-se a de outros pequenos proprietários da região visitados. Assim como em outros depoimentos, o pequeno caprinovinocultor conta que começou sua criação com poucos animais – aproximadamente 10 – estimulado pela Ascomcab. Hoje, cerca de 6 anos depois, tem aproximadamente 150 animais. Segundo sua esposa, “ele é um incansável, pois sempre está em busca de um bom bode reprodutor, trocando e vendendo animais de tempos em tempos”, visando garantir a rotatividade de animais e impedir problemas genéticos pelos cruzamentos recorrentes.

Além de orgulho, observa-se o envolvimento da família na atividade, que inclui a participação da esposa e dos filhos em tarefas como a manutenção e limpeza do aprisco, alimentação dos animais etc. Quanto a essa última, cabe dizer que ela é parcial, já que a criação, como na maior parte dos casos em se tratando deste perfil de produtores de leite, é

⁶¹ Em Cabaceiras, uma exceção quanto à localização das criações se refere a um dos criadores visitados, que cria cabras leiteiras no quintal avantajado de sua casa, localizada próxima ao limite da zona urbana da cidade. No passado criava os animais para corte, mas incentivado pelo trabalho da Ascomcab iniciou a criação voltada para leite há cerca de 6 anos. Hoje produz aproximadamente 20 litros de leite por dia e se mostra animado e satisfeito com o negócio. Tal exemplo mostra a possibilidade de uma criação bem sucedida mesmo em espaços relativamente pequenos, nos moldes intensivos, ou seja, com animais criados em confinamento em apriscos.

semi-extensiva⁶², ou seja, os animais passam parte do dia soltos – e daí alimentando-se daquilo que o ambiente da Caatinga oferece – e outra parte confinados no aprisco – ocasião em que são servidos aos animais alimentos complementares como farelo de soja, farelo de milho e uma ração que é “composto balanceado”, “comprada pronta”. No entanto, alguns técnicos contatados referem-se com certa ironia a maneira dos pequenos produtores criarem seus animais, já que eles ficariam em geral a maior parte do tempo soltos do que confinados, o que acontece, em muitos casos, somente no período noturno em que são recolhidos ao aprisco, abusando-se assim de um viés mais extensivo, ainda que chamado de “semi-extensivo”.

Um trato específico representa um custo significativo que encarece a produção leiteira, mas por outro lado a potencializa. Quanto a esse assunto, pode-se perceber que não existe rigidez: um suplemento alimentar é necessário para melhorar a produção leiteira; manter o animal somente à base deles é algo caro, possível apenas para grandes capris que sobrevivem da venda de matrizes. Encontrar um “ponto ótimo” entre o custo e a produção, portanto, parece ser a regra que buscam os pequenos proprietários que dependem da renda gerada pela comercialização do leite.

Uma outra dinâmica que se revela quando se foca à realidade das pequenas propriedades rurais visitadas nesta porção do Semi-árido é também a corriqueira presença de ovelhas, ainda que, em geral, em número bem menor que os caprinos, quando presentes nas criações (exceção feita a Tejuçuoca, como mostram as estatísticas já expostas). Sua presença se justifica por serem uma espécie de “poupança” para momentos de necessidade rápida de maior volume de dinheiro, obtido com a sua comercialização para abate, como explica o presidente da Ascomcab, medida inclusive incentivada pela Associação pelo fato desses animais agregarem valor relativo maior em relação aos caprinos no que se refere à produção de carne.

Ainda que as histórias se assemelhem quando se percorre os assentamentos e comunidades rurais tradicionais, novos aspectos sobre a cadeia produtiva da caprinovinocultura vão sendo revelados no contato com diferentes caprinovincultores⁶³. No

⁶² Na tipologia da agropecuária, uma criação pode ser do tipo “extensiva” (animais criados totalmente soltos) ou “intensiva” (animais sempre confinados). Os prefixos “semi” servem para relativizar esses dois parâmetros.

⁶³ Uma diferença significativa tanto em relação ao contexto geral dos assentamentos do Cariri paraibano quanto dos de Mossoró refere-se ao Assentamento Serra do Monte, localizado uns 20 quilômetros de distância do núcleo urbano de Cabaceiras. Lá cerca de 20 pequenos proprietários estão produzindo leite e fornecendo à Usina, uma média bastante elevada já que nos demais se verificou ser comum haver apenas um ou apenas alguns assentados efetivamente produzindo. Para tal constatação, no entanto, não foi fornecida nem se encontrou uma explicação específica que justificasse essa maior adesão. No contato com esses assentados produtores de Serra do Monte, pode-se, inclusive, verificar um perfil muito semelhante ao de outros assentamentos, com histórias de melhoria das condições de vida e conseqüente otimismo e satisfação com os rumos da caprinocultura leiteira.

bairro rural Alto Fechado, formado por cerca de 10 casas, os proprietários são todos membros de uma mesma família. O que hoje é um pequeno bairro rural originou-se e se liga diretamente à história da família em questão. O patriarca, hoje com aproximados 90 anos de idade, é dono das terras que foram sendo divididas entre os 12 filhos, os quais foram construindo suas casas umas próximas das outras, perfiladas numa mesma rua, ainda que as terras sejam bastante extensas. Um dos filhos vem produzindo leite de cabra há cerca de 6 anos. Antes as criava “soltas” apenas para abate. Possui um aprisco bem estruturado e uma sala de ordenha⁶⁴ que no passado serviu à criação de galinhas caipira, atividade que abandonou “desestimulado pela baixa lucratividade” e dada a atração pela nova atividade advinda com os valores pagos pelo Programa Estadual do Leite. Apesar da boa estrutura física de suas instalações, o pequeno número de animais – aproximadamente 15 – chama a atenção se somada também a disponibilidade de terras, que conduzem a um raciocínio de quem observa sobre a potencialidade para uma ampliação da criação e, conseqüentemente, do negócio.

No entanto, dois motivos, relacionados entre si, são apresentados pelo criador para justificar o porquê não disso: o primeiro deles se liga a um equilíbrio entre gasto e produção. Ter mais animais significa gastar mais (sobretudo com medicamentos e suplementação alimentar), o que obriga a fazer com que a criação gere obrigatoriamente mais lucro para tornar o negócio economicamente viável ou sustentável. E isso esbarra no segundo motivo, que é o limite da quantidade de leite que cada criador pode fornecer a Usina, já que o Programa Estadual do Leite estipula um teto, restringindo assim o sistema de compra ao atendimento de pequenos produtores. Na Paraíba, o Programa do Leite toma como “cota média” 19 litros de leite de cabra por dia por produtor. Denomina-se aqui “cota média”, pois, na prática, o que importa é a somatória do ano. Nesse período, cada produtor pode receber até no máximo R\$ 7.000,00 do Programa, não importando exatamente a quantidade/dia, mas a somatória de leite comercializado com o governo no referido período.

Esse valor é aproximado já que, se multiplicado o valor pago pelos 19 litros/dia a R\$ 1,05 o litro, chega-se ao total de R\$ 7.281,00 por ano. Desse valor tem que se abater ainda uma pequena porcentagem paga pelo produtor ao “carreteiro”, motociclista que transporta o

⁶⁴ A sala de ordenha é um ambiente importante para a realização de um trabalho adequado, seguindo os requisitos recomendados de higiene. É uma sala simples, algumas vezes azulejada, cuja característica principal é uma plataforma na qual o animal sobe, afastando-o do chão, gerando um duplo benefício: afasta o risco de contaminação do leite pela sujeira do solo e facilita a correção da postura do ordenhador, que não necessita ficar agachado. Uma opção para aqueles que não possuem uma sala deste tipo e que fora também observado em campo é a construção de uma pequena rampa de madeira, que cumpre a mesma função, mas situa-se em geral ao ar livre.

leite até a Usina. E esses valores devem ser relativizados, pois, uma questão que surge é: como que esses pequenos produtores afirmam em depoimentos estarem obtendo uma renda média mensal de aproximadamente R\$ 1.000,00, se dividindo aquele valor total ele possibilita atingir uma renda média de cerca de R\$ 600,00 por mês?

Haveria algumas explicações para isso. Parte delas estão assentadas sobre uma constatação: a de que a cota estabelecida pelo Programa do Leite é defasada perante a realidade atual dos pequenos produtores. Isso, no entanto, não seria uma novidade. Segundo depoimento do coordenador do Programa Estadual do Leite da Paraíba, isso é um problema que acompanha a iniciativa desde sua origem. Lembra uma história na qual ilustra com um episódio do governador Cássio Cunha Lima (PSDB)⁶⁵ “assinando o decreto de criação do Programa em cima da coxa”, sendo tal metáfora usada para descrever a descrença no sucesso do mesmo por parte do poder público na época.

Segundo este depoimento, na ocasião, o governador o fez, pois estava sendo pressionado por entusiastas da caprinocultura como ele – que, no caso, tornou-se Coordenador do Programa - que acreditavam na potencialidade da atividade desde que houvesse um comprador “numa das pontas”, incentivando os demais elos dessa cadeia produtiva⁶⁶. Fato é que, não só o Programa vingou como, num período de tempo muito menor do que se imaginava, já se estava atingindo a cota estabelecida no decreto, obrigando o governador Cunha Lima a assinar outro na sequência, ampliando o volume a ser comprado pelo Estado. “E vem sendo assim desde então”, afirma enfático o coordenador do Programa.

Diante dessa permanente defasagem, os pequenos produtores têm se utilizado de duas alternativas possíveis, como verificado em campo: a primeira delas é buscar por formas de escoamento da produção que não dependam do Programa do Leite. Isso envolve tanto o consumo por parte da família como a venda direta do produto, seja *in natura*, seja transformado em produtos como queijo. A segunda alternativa, bastante comum, é se valer da cota de outro produtor cadastrado no Programa⁶⁷, mas que por algum motivo não esteja produzindo ou produza abaixo do limite máximo da cota. Isso é possível, por exemplo, pois existe o caso do chamado “produtor turista”, que é aquele que produz em determinada época

⁶⁵ Eleito governador em 2002 e reeleito em 2006.

⁶⁶ “Isso tem uma história”, diz o coordenador, enfatizando a necessária importância de se compreender a dinâmica da cadeia produtiva da caprinovinocultura em sua devida complexidade. Para ele, as relações desenvolvidas em torno desse processo envolvem um “tripé: produtor, governos municipais e governo estadual (...). Precisava da formação da cadeia produtiva: quem produzisse, quem comprasse. Os municípios compram uma parcela (esse era o compromisso); o Estado compra outra (além da responsabilidade de viabilizar a construção das usinas de leite); e os criadores têm que produzir”.

⁶⁷ No caso, utiliza-se o número de inscrição do DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf – de outro produtor, que é o documento exigido para a compra do leite pelo governo.

do ano, mas não em outra, podendo assim ceder parte da cota a que tem direito a outro produtor.

Um outro aspecto que possivelmente explica, ao menos parcialmente, a discrepância entre valores é apontado pela literatura. Diversos autores têm chamado a atenção para as dificuldades advindas da ausência de dados quando se procura analisar muitos aspectos da caprinovinocultura (ver, por exemplo, VIDAL et.al., 2000; NOBRE, 2007). Remetendo a resultados de pesquisa realizada em 2006 envolvendo 42 produtores de diferentes regiões do Rio Grande do Norte, Nobre (2007) afirma que constatou-se que a maioria deles (mais de 80%) não anotava as despesas e, portanto, não calculava os custos de produção do leite. Por meio de informações verbais, os entrevistadores conseguiram calcular os custos de produção em apenas 57% dos casos entre os produtores entrevistados. Ou seja, diante dessas condições de controle da produção, características que corroboram com o observado nas pesquisas de campo, é possível que muitos dos cálculos apresentados baseiem-se em estimativas que nem sempre correspondam de forma rígida a realidade.

Em todos os casos, o que se pôde verificar no universo analisado é que, se por um lado, o Programa do Leite é um mecanismo indubitável de incentivo à caprinocultura leiteira, por outro, a sua existência enquanto maior ou mesmo único comprador em grande escala o torna um “gargalo” da cadeia produtiva, sobretudo pelo permanente desajuste entre volume de produção e possibilidade de compra pelo governo. Diante disso, o entusiasmo verificado no aprimoramento dessa cadeia produtiva por parte de agentes-chave inclui entre suas principais metas a conquista do mercado consumidor privado. Essa etapa, no entanto, depende de uma série de ajustes na cadeia produtiva, especialmente aqueles relativos à qualidade dos produtos e ações propriamente ditas de comercialização e *marketing*. No âmbito da produção, esse e outros ajustes passam por um processo de certificação⁶⁸, cujo principal movimento nesse sentido se dá na região do Cariri paraibano com o Projeto de Produção Integrada de Caprinos Leiteiros, uma iniciativa liderada pela Embrapa Caprinos de Sobral (CE), como visto em maior detalhe em tópico anterior quando se tratou especificamente dessa instituição.

Numa perspectiva mais ampla para o setor da caprinovinocultura, a iniciativa de projetos como esse buscam avançar no que tange à qualidade dos produtos. Indiretamente,

⁶⁸ O processo de certificação passa pelo conceito de “Produção Integrada”. Não obstante, como constatado pela presença em reunião realizada no Sebrae da cidade de Monteiro, no Cariri paraibano, sua implementação não é um processo simples. Na ocasião fora feita referência ao método SOMA, difundido pelo Ministério da Agricultura e utilizado para difundir a prática da avaliação do processo de aprimoramento da cadeia produtiva. Segundo técnicos do Sebrae Caprinos de Sobral, que conduziram a reunião, “o grande problema é a passagem entre a fase do curso de capacitação e a prática (etapa atrelada a transmissão de informação e conteúdo). O método SOMA visa detectar os problemas nessa etapa do processo”.

fatalmente tal processo avança sobre um terreno marcado pela ausência de maior institucionalidade que marca o segmento, fomentando a construção de parâmetros até então inexistentes que ampliem a normatização da produção de caprinos e ovinos no país. Nesse sentido, conforme depoimentos de técnicos da Embrapa Caprinos e Ovinos, o único instrumento normatizador para o setor existente é a Instrução Normativa n.37, de 31 de outubro de 2000 (Anexo III).

Quando consultada, pode-se verificar que ela fora estabelecida pela Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tendo como base a Portaria Ministerial nº 574, de 8 de dezembro de 1998, que considera como necessário “instituir medidas que normatizem a industrialização de produtos de origem animal, garantindo condições de igualdade entre os produtores e assegurando a transparência na produção, processamento e comercialização”. A Instrução Normativa 37 versa sobre o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite de Cabra e tem por objetivo fixar as condições de produção, a identidade e os requisitos mínimos de qualidade do leite de cabra destinado ao consumo humano. Em seu texto, a Instrução Normativa busca fornecer parâmetros a serem seguidos nos processos de produção de leite caprino, estabelecendo critérios de higiene e controle, beneficiamento, classificação, contaminantes e fraudes (como adição de água ou de substâncias conservadoras, entre outros). Não obstante, de acordo com depoimentos tomados em campo de especialistas do setor, o Documento, de pouco mais de oito páginas, é considerado insuficiente para normatizar adequadamente o setor, deixando inúmeras brechas que dificultam o estabelecimento de parâmetros que facilitem um aprimoramento deste segmento da agropecuária. Também nesse ponto, portanto, agentes da “rede de entusiastas” consideram incipiente a atividade no Brasil, traduzida pela ausência de maior formalização e institucionalidade no que se refere a um arcabouço legal específico.

Quanto à perspectiva de implementação do Projeto de Produção Integrada de Caprinos Leiteiros e do processo de aprimoramento da cadeia produtiva visando à certificação dos produtos, o coordenador do Programa Estadual do Leite da Paraíba acredita que “isso não será difícil”. Embasa sua afirmação lembrando que no passado eles disseram aos produtores:

[...] só aceitaremos leite de quem fizer parte das associações de criadores. Todos então se associaram. Depois dissemos: só aceitaremos leite de quem tiver condições de fazer a ordenha seguindo as normas de higiene. Todos então construíram rampas para ordenha e assim por diante [...]. (Trecho de depoimento de um dos entrevistados, Coordenador do Programa do Leite da Paraíba, especialista no tema da caprinovinocultura e identificado como integrante da “rede de entusiastas”).

A forma de disseminação prevista no Projeto se ancora em “unidades modelo”, ou seja, produtores escolhidos criteriosamente para aplicarem as diretrizes inicialmente em suas propriedades e criações. Prevê-se que a partir de uma adesão voluntária, os demais produtores recebem então treinamento tomando contato com aquilo que está sendo desenvolvido nessas unidades.

O coordenador encara com naturalidade e otimismo esse processo de aprimoramento. Ele afirma que

[...] produz-se de um jeito há anos. Quando queremos introduzir alguma mudança, alguma coisa nova, ocorre uma quebra de paradigmas culturais. No começo do processo da caprinocultura leiteira, foi assim que aconteceu em Monteiro: apresentamos a idéia para 200 que participaram, mas somente 7 aderiram. Eu tenho o nome dos 7 até hoje. Depois outros foram aderindo. O que queremos agora de novo é um grupo para puxar o carro, puxar os demais para a certificação. É um processo que envolve indução e motivação. E isso não é uma discussão filosófica. Esse processo já está trilhado. O que queremos são resultados e todos concordam que isso irá ocorrer. (Trecho de depoimento de um dos entrevistados, Coordenador do Programa do Leite da Paraíba, especialista no tema da caprinovinocultura e identificado como integrante da “rede de entusiastas”).

O cargo de coordenador do Programa Estadual do Leite da Paraíba é um cargo em comissão, sendo ocupado por ele desde o início do Programa naquele estado. Veterinário de formação, começou sua atuação na área da caprinovinocultura em 1977, quando então foi trabalhar como pesquisador na Fazenda Experimental Pendência, da Emepa – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba.

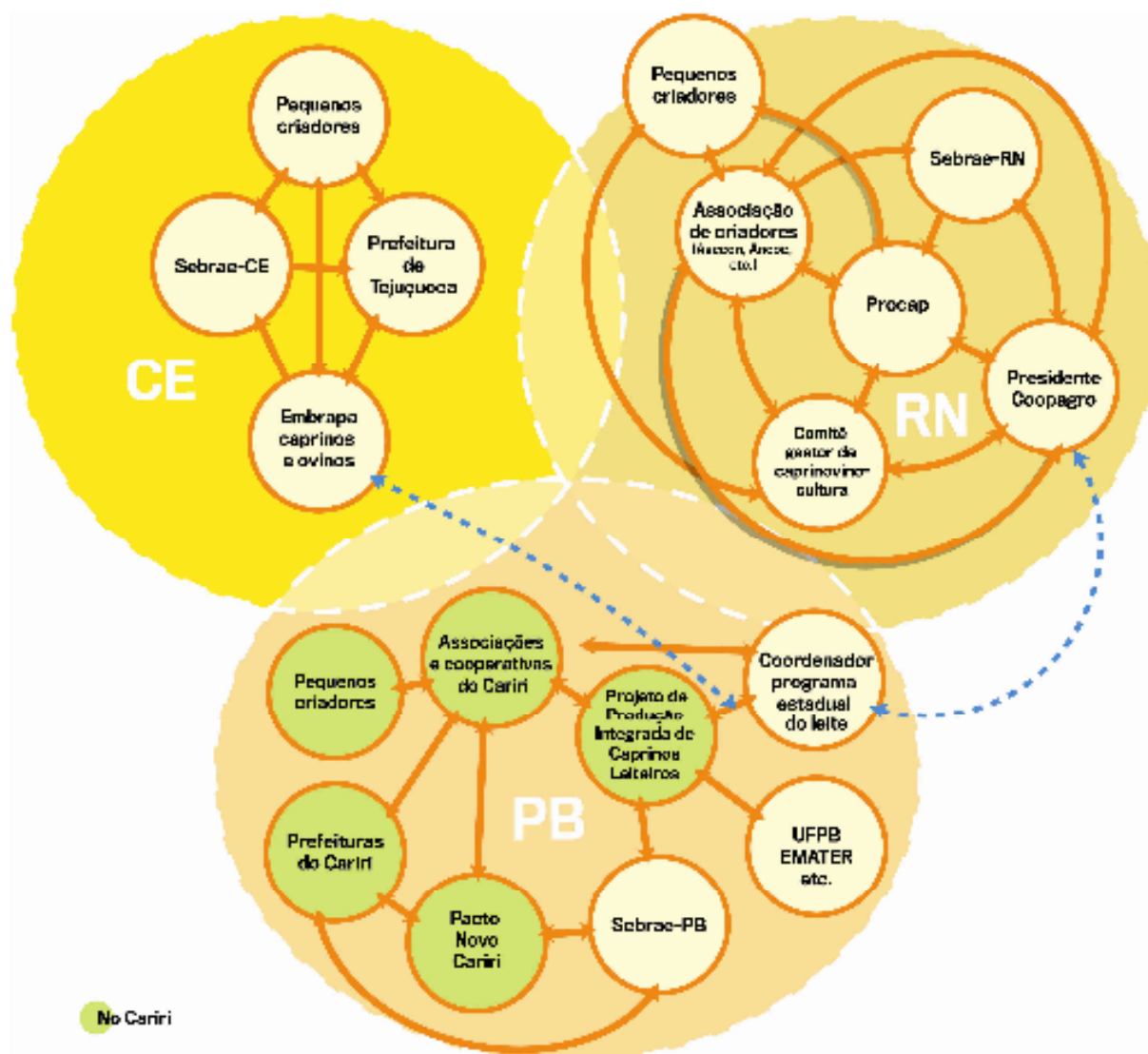
Depois de muito pesquisar, na época diz que foi “contra tudo e contra todos” ao afirmar que a vocação para a Caatinga era a caprinocultura leiteira. Pioneiro naquele momento, fez cálculos que demonstravam a impossibilidade do pequeno produtor arcar com os custos da criação de gado ou até mesmo de caprinos voltados para corte nas condições em que se davam. Para ilustrar sua posição, afirma de forma enfática que “o animal de 6 meses, idade ideal para abate, não paga nem o valor gasto com vermífugo!”. Não por acaso, fruto desse movimento que lá se inicia com uma série de reflexões sobre a prática, hoje a Estação Experimental de Pendência é tida como o “berço da caprinovinocultura oficial” da Paraíba.

Esses estudos encontram eco naqueles realizados pelo professor Fernando Viana Nobre, presidente da Coopagro, e provavelmente o maior conhecedor de temas ligados aos mercados da caprinovinocultura no Rio Grande do Norte, que demonstram que há uma

relação diretamente proporcional entre o tempo de vida dos animais e o custo de sua manutenção. Em seu depoimento, ele explica que, para além de aproximadamente 6 meses de idade, os gastos acumulados com um animal sempre serão superiores ao preço médio que ele poderá ser comercializado, tornando assim a produção de carne, sob um viés contábil, economicamente desvantajosa para além desse tempo. Os custos diluídos, a ausência de controle contábil e as práticas de criação extensivas – em que os animais, soltos nas caatingas, se garantem por si mesmos boa parte do tempo – dificultariam essa percepção para maior parte dos pequenos criadores, situados num patamar distante daquele tido como próprio a um negócio mais estruturado e profissional.

Com o desenvolvimento das pesquisas de campo, foi sendo possível perceber a existência daquilo que vem sendo denominado neste estudo de “rede de entusiastas” da caprinovinocultura, formada por uma gama de atores que mantém relações que incluem laços de diferentes intensidades e de maneira não uniforme num sistema formado por vínculos diretos e indiretos entre eles. Antes que uma rede formalizada, sob o entendimento deste estudo ela seria formada por subconjuntos de três redes, cada qual situada em um dos estados pesquisados. Caracterizadas pelas relações interpessoais, com as organizações coexistindo nesses entrelaçamentos, seriam formadas por pessoas que se comunicam diretamente e, quando não o fazem, ao menos se conhecem pelo nome, sendo tratados como referência (“laços fracos”). Trocam informações e comungam de um entendimento que toma a caprinocultura como “a” alternativa de vida para o Semi-árido por excelência. Essas redes têm como seus principais nós agentes-chave identificados nas pesquisas de campo. Entre estes, recebem destaque o Coordenador do Programa do Leite no estado da Paraíba, do Professor Fernando Viana Nobre, presidente da Coopagro no Rio Grande do Norte e da Embrapa Caprinos e Ovinos de Sobral no Ceará, esta enquanto ator coletivo. Eles ocupam uma posição estratégica e interconectam essas redes por meio de características próximas àquilo que Granovetter (1973) identificou como “força de laços fracos”. Um esboço dessa rede é apresentado abaixo, sendo que estes “laços fracos”, que interconectam essas redes estaduais, aparecem em tracejados azuis.

Figura 4 – Esboço da “rede de entusiastas” da caprinovinocultura



Além de pesquisador e entusiasta da caprinovinocultura, o coordenador do Programa Estadual do Leite da Paraíba tornou-se referência na área em âmbito nacional por ter sido pioneiro também, no final dos anos 1970, na importação de matrizes de caprinos com vocação leiteira. Em seu depoimento, fez um exercício de memória e afirmou que o primeiro lote trouxe em 1979 da Alemanha (animais da raça Parda Alpina); em 1988 trouxe o segundo lote da Inglaterra (raça Alpina Britânica); em 1984 o terceiro lote vindo da Espanha (raça Mussiana); e o quarto lote em 1996, vindo dos EUA (raça Bôer). Ainda em seu depoimento, ele demonstrou certo ressentimento afirmando “que sua condição financeira poderia ser bem

melhor no momento, mas vendeu muitos animais recentemente, por que tem temperamento forte” e não quer que digam que se “valeu da sua posição de Coordenador do Programa do Leite para se beneficiar” economicamente com sua atividade de criador. Tal “queixa”, não obstante, não deixa de revelar, através do sacrifício pessoal, a ética que orienta a função pública que desempenha, colocando-a acima de seus interesses particulares.

Mas, sem dúvida o que sobressai em seu depoimento é um entusiasmo próprio de quem é pioneiro na área. E, mas que um entusiasmo vão, pode-se dizer que a confiança e o otimismo do coordenador na expansão da caprinocultura leiteira encontram razão no quadro atual do setor na Paraíba. Os municípios da micro-região do Cariri, por exemplo, com populações que variam entre 5 mil e 28 mil habitantes e baixo índice pluviométrico, têm apresentado um significativo desenvolvimento a partir da caprinovinocultura – e também de algumas culturas agrícolas e do turismo. De acordo com dados do IPEA, de 2000 a 2005, só região do Cariri Oriental respondeu pela segunda maior taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (5,17%), atrás apenas de João Pessoa (7,04%).

O avanço econômico do Cariri é ainda mais relevante quando se percebe que regiões mais privilegiadas do ponto de vista de infra-estrutura e da densidade empresarial apresentaram índices negativos nesse período. De acordo com o IPEA, o Cariri superou de 2000 a 2005 a média anual de crescimento do PIB de municípios de economias tradicionais, a exemplo de Campina Grande (2,38%), Patos (1,39%), Guarabira (2,19%) e Cajazeiras (2,54%). Tendo como um dos carros-chefes da economia local a produção de leite de cabra, o Cariri alcançou o posto de maior produtor diário do Estado e um dos maiores do país, com produção estimada em 18 mil litros⁶⁹. Estima-se que a região do Cariri possua mais de 420 mil cabras, bodes e ovelhas, das quais 25% sejam cabras leiteiras. A atividade envolve cerca de 900 produtores de leite, distribuídos em 32 associações, as quais possuem 10 pequenas usinas de beneficiamento. Segundo o Sebrae paraibano, desse total, 15 mil litros por dia são destinados para os programas governamentais (via Conab, Fome Zero e Programa Leite da Paraíba). No Cariri e em outras regiões do Estado, estima-se que haja cerca de 1.500 produtores da caprinovinocultura. A criação de caprinos injeta atualmente meio milhão de reais mensalmente na região com o beneficiamento direto de 600 famílias de produtores rurais

⁶⁹ De acordo com essa fonte, a Paraíba seria o maior produtor de leite de cabra do país. No entanto, como enfatizado anteriormente, e diante do fato que o Rio Grande do Norte também reivindica para si tal posição no ranking da produção nacional, essa informação deve ser tomada com cautela. Como também dito anteriormente, o que se pode afirmar é que, na atualidade, muito provavelmente os dois estados são os maiores em produção de leite caprino do país.

e mais de três mil famílias atendidas pelos programas de compras governamentais estaduais e federais. (http://desafios.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=5539).

O desenvolvimento da região do Cariri se liga em grande medida a um diferencial, que foi a organização do Pacto Novo Cariri. Sob o princípio de que “nenhum município tem condições de se desenvolver sozinho”, formou-se em 2001 o Pacto (que usa atualmente como slogan: “Pacto Novo Cariri: mais que um projeto, uma nova vida”) ⁷⁰. Fruto da parceria do Sebrae com instituições públicas, privadas e da sociedade civil, o Pacto que é um compromisso informal que visa promover o desenvolvimento sustentável da região via a formação de parcerias e a gestão compartilhada de ações e atividades, entre elas o desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinocultura (http://www.sebraepb.com.br/interna.jsp?pagina=acoes_de_desenvolvimento_pacto_novo_cariri)⁷².

No campo específico da caprinovinocultura leiteira, segundo depoimento de especialistas consultados tem-se como expectativa que a produção paraibana alcance em breve um milhão de litros de leite por mês, dobrando assim a produção atual que gira em torno de 500 mil litros. Para isso, pretende-se uma inclusão significativa de produtores locais no Programa Estadual do Leite nos próximos anos. Além disso, está em curso o processo de construção de uma fábrica com capacidade para transformar 100 mil litros diários de leite em pó, abrindo assim maior possibilidade de escoamento da produção.

Como nos dois outros casos estudados nesse trabalho, também em Tejuçuoca os depoimentos de técnicos e gestores do governo municipal contam que o maior desafio reside em disseminar efetivamente uma cultura de profissionalismo na atividade da caprinovinocultura para os pequenos criadores.

Além de uma atividade econômica no campo do turismo, e ainda que o sucesso da Festa Tejubode tenha como um de seus objetivos promover maior interesse na adesão à caprinovinocultura por parte de agricultores familiares do município, como nos outros dois

⁷⁰ Atualmente fazem parte do Pacto 33 cidades (as 29 do Cariri Oriental e Ocidental mais 4 de fora dessas Microregiões). São elas: Alcantil, Amparo, Assunção, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Gurjão, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, Serra Branca, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Sumé, Taperoá, Gado Bravo, Umbuzeiro, São Domingos do Cariri e Zabelê.

⁷¹ Por conta das pesquisas de campo foi possível participar do “Encontro do Pacto 2012 - Novo Cariri”, ocorrido em agosto de 2008, em Campina Grande (PB), e que reuniu mais de quinhentas pessoas e contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o então governador do Estado, Cássio Cunha Lima.

⁷² Por conta das pesquisas de campo foi possível participar do “Encontro do Pacto 2012 - Novo Cariri”, ocorrido em agosto de 2008, em Campina Grande (PB), e que reuniu mais de quinhentas pessoas e contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o então governador do Estado, Cássio Cunha Lima.

casos estudados, mais uma vez a questão do “exemplo” foi usada como forma de convencimento e estímulo, a começar pelo ex-prefeito João Mota, que foi um dos primeiros a inserir em suas propriedades rurais animais produtores e matrizes voltados à produção de leite caprino. Como ele, outras pessoas do governo municipal também o fizeram visando estimular e convencer à adesão.

De acordo com Duarte (2007), visando implantar uma cultura de produção de leite caprino no município, o ex-prefeito buscou inserir também o produto na merenda escolar, criando assim canais de comercialização que viabilizassem a estruturação do setor. Entretanto, mesmo com a garantia de compra, os produtores hesitaram em investir na atividade, até então não reconhecida enquanto atividade comercial por eles. Para conseguir a adesão dos pequenos criadores, daí ter o próprio Prefeito adquirido alguns animais de aptidão leiteira e iniciado a prática. Pela complementaridade, nesse processo de convencimento, fora necessário também englobar o segmento produtor de carne caprina para que este aderisse aos preceitos de aprimoramento, abrindo mais uma frente em prol de uma caprinovinocultura em outros moldes. Para isso, a prefeitura reestruturou o abatedouro municipal e disponibilizou acompanhamento técnico veterinário para garantir a qualidade dos produtos. Ainda assim, faltava uma estrutura para o processamento dessa carne. Foi então que a prefeitura buscou o apoio da Embrapa Caprinos e Ovinos de Sobral, que desenvolveu um projeto-piloto financiado pelo Banco do Nordeste para implantação de três unidades de processamento de carne caprina em diferentes municípios daquele estado, dentre eles Tejuçuoca. Em junho de 2006, a carne passou a ser processada no próprio município, abastecendo a merenda escolar e evitando a importação de produtos de outras regiões do país, com sua aquisição viabilizada com recursos da Conab.

A despeito desses esforços, cabe dizer que, no âmbito regional, ao mesmo tempo em que o estado do Ceará apresenta significativa expressão no segmento da caprinovinocultura de corte e também sedia a mais importante instituição de pesquisa do país voltada ao setor (a Embrapa Caprinos e Ovinos), quando se consultam dados oriundos da Produção da Pecuária Municipal 2008 (IBGE), os municípios de destaque na produção de caprinos são Tauá, Independência e Santa Quitéria, que concentram as maiores criações do estado, mas que não recebem tanto destaque na mídia quanto Tejuçuoca. Vale lembrar que Tauá possui 68.527 cabeças de caprinos e 136 mil cabeças de ovinos. Em segundo lugar, Independência possui 46.250 caprinos e 98.420 ovinos; Santa Quitéria 45.838 cabeças de caprinos e 66.982 de ovinos. No setor que mais se destaca o Ceará, a caprinovinocultura de corte, em Quixadá se

situa um frigorífico tido como modelo, fora dos padrões de uma realidade regional caracterizada pelos abates clandestinos. Contrastando com tudo isso, e retomando dado já exposto no Capítulo anterior, para efeito de comparação, Tejuçuoca possui um rebanho comparativamente muito menor, composto por cerca de 4 mil caprinos e 10 mil ovinos.

Além dessa constatação de desproporcionalidade entre as bases concretas e o *marketing* que alavanca Teluçuoca como a “capital do bodé” do estado, este fato parece de certa forma revelar também indiretamente o baixo grau de institucionalização da caprinovinocultura leiteira no Ceará, dentro do contexto do movimento recente de sua revisão enquanto prática agropecuária e inserção num contexto de políticas públicas de Estado. No âmbito da agricultura familiar e da produção de leite caprino, isso parece ficar ainda mais evidente, sobretudo quando se leva em consideração as experiências dos outros dois estados analisados neste estudo. Fato é que são bastante restritas as informações sobre o Programa Estadual do Leite cearense. Nas pesquisas de campo, quando da visita à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDA), informações fornecidas pelos depoimentos tomados de técnicos do órgão indicaram que uma iniciativa desse tipo estava em processo de iniciar-se, fato confirmado quando de pesquisas posteriores de fontes que afirmam que o Programa Estadual do Leite, parceria com o PAA do Fome Zero do governo federal, fora lançado somente recentemente, em novembro de 2009 na cidade de Juazeiro do Norte, conforme divulgado na imprensa regional.

No caso específico do leite caprino, os depoimentos de técnicos da Secretaria indicam também que naquele estado sua formatação inicial liga-se a iniciativa do próprio governo cearense que, por meio de um programa desvinculado do PAA, também por se iniciar no final de 2009, visava o atendimento inicial de criadores mais estruturados vinculados a Caprileice, Associação de Criadores de Caprino Leiteiro, nascida há poucos anos pelo desmembramento jurídico de outra entidade, o Clube do Berro, que conta com cerca de 340 caprinovinocultores associados.

Os depoimentos dos técnicos da Secretaria afirmam que uma cota inicial de 800 litros de leite de cabra por dia fora acertada para compra pelo governo do estado. Tal processo envolveria *lobby* da Caprileice, já que o programa não visaria atender centralmente a agricultura familiar, mas caprinovinocultores mais estruturados com repasses de recursos financeiros estaduais, ainda que não haveria impedimento legal quando à participação de nenhum outro segmento no fornecimento do leite. Esta versão fornecida pelos técnicos seria a história “extra-oficial”. Em pesquisas posteriores, foi possível obter documento que traz as

diretrizes do *Programa de Desenvolvimento de Leite Caprino do Estado do Ceará* (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, 2009), sendo estas, diferentemente dos depoimentos, expressas majoritariamente numa perspectiva de incentivo à agricultura familiar. Segundo a “versão oficial”, o Programa se destina a atender inicialmente as regiões Metropolitana (Paraibapa até Cascavel), Sertão Central (Quixadá) e Sertão dos Inhamuns, estas duas últimas regiões tradicionalmente com forte vocação para caprinovinocultura no estado, comprando leite de cabra produzido por produtores “pronafricanos e pequenos produtores, com cota de 30 litros dia / produtor”, até o atendimento da cota total do Programa de 800 litros / dia (talvez a única informação que coincida entre as duas versões). Na sua operacionalização, o Programa estipula que o produtor de leite caprino “irá deixar o leite no ponto de captação e receberá o valor de R\$ 1,19 (hum real e dezenove centavos) por litro de leite, onde o laticínio receberá R\$ 0,51 (cinquenta e um centavos de real) para captar, processar e distribuir aos beneficiários” (SECRETARIA..., 2009, p. s/n.).

De acordo ainda com o texto do Programa, que teria a Ematerce como responsável pela Assistência Técnica Rural (ATER), os benefícios esperados com o projeto seriam os de fortalecer a organização de produtores da agricultura familiar; popularização do consumo de leite de cabra e aumento da sua oferta; aumento da renda na agricultura familiar; fixação das famílias no campo; e desenvolvimento sustentável da atividade no Ceará.

De qualquer forma, tenda para que lado for, segundo os mesmos depoimentos de técnicos da Secretaria, ainda não haveria “a menor perspectiva que essa cota fosse cumprida nesse primeiro momento”, dada a insuficiência de leite de cabra a ser fornecido pelos Associados da Caprileice ou mesmo pelos pequenos produtores da agricultura familiar. E, mesmo que fosse suficiente, não haveria no estado usinas específicas para beneficiarem o leite de cabra nessa quantidade, sendo necessário um processo de adaptação daquelas que hoje já vem beneficiando o leite de vaca.

Diante desse quadro, a postura dos técnicos da Secretaria entrevistados dosa um misto de resignação, advinda de um histórico de projetos mal sucedidos, e uma certa esperança pela nova iniciativa que se inicia, ainda que tenham consciência das diretrizes privadas sob as quais se alinha, segundo sua visão. Quanto aos fracassos, mostram uma série de dados que enfatizam a distribuição de milhares de cabras leiteiras nos anos de 2007 e 2008 para agricultores familiares daquele estado, além de iniciativas como cursos de capacitação, distribuição de *kits* de irrigação e formação de pastagens, além de valerem-se de forma

recorrente de expressões como: “usamos isso como incentivo para esse pessoal [agricultores familiares], para ver se tomam gosto, porque é tudo de graça para eles!”. Um dos técnicos se exalta ao contar um caso em que um dos animais distribuídos gratuitamente pela iniciativa estadual morrera de fome, por puro descaso de quem o recebera: “o sujeito deixou morrer um bode reprodutor da raça Saanem que custou mais de R\$ 1.000,00 aos cofres públicos!”. Nesse processo de más experiências, os técnicos contam que, após escreverem e mobilizarem os recursos necessários para implementarem diversos projetos, acabaram os deixando de lado, num processo de “morte lenta”, restando hoje essa nova iniciativa ligada à compra governamental. Nesse sentido, trocando em miúdos, mesmo possivelmente nascendo o referido enviesamento, o desempenho da experiência com a Caprileice pode servir de exemplo e estímulo para que a caprinocultura leiteira do estado siga um novo rumo e atinja um novo patamar.

Como se pode ver por essas breves informações, uma história imbricada caracteriza o estágio incipiente no qual se encontra a caprinocultura leiteira no Ceará. Ainda que dificuldades marquem as experiências analisadas nesse estudo, nesse caso específico chama a atenção também uma realidade distinta daquela observada no Rio Grande do Norte e na Paraíba, podendo um programa do leite nascer em virtude de motivações outras, que não tomem como perspectiva prioritária a inclusão social produtiva e a geração de desenvolvimento com a institucionalização de oportunidades para agricultura familiar no âmbito das políticas públicas estaduais. Nesse sentido, e diante dessa realidade, ainda que a iniciativa de estimular os caprinovinocultores mais estruturados como aqueles vinculados a Caprileice possa indiretamente ajudar num movimento maior de aprimoramento do segmento, servindo de exemplo a outros que queriam aderir à prática, a concomitante chegada no estado do “PAA Leite” federal, também em 2009, abre perspectiva de maior democratização no direcionamento dos recursos públicos para a parcela dos agricultores familiares.

Para além do Ceará, fato é que esse enviesamento de um programa do leite de origem estadual que antecede ao PAA parece não ser caso exclusivo de lá. Textos encontrados na Internet, alguns em tom de denúncia, também fazem menção ao estado do Rio Grande do Norte que, num passado recente, teria vivenciado situação semelhante com o favorecimento de segmentos mais estruturados da pecuária via direcionamento de recursos públicos através de um programa estadual do leite.

Como dito, no entanto, a ausência de dados e informações é uma constante. Nesse sentido, em nenhum dos três estados pesquisados, ainda que os depoimentos tenham feito

referências a sua existência, eles não esclarecem de forma mais exata o ano de implantação ou término dos respectivos programas estaduais do leite. Pesquisas posteriores também não levaram a um melhor resultado que pudesse esclarecer esse histórico. Nos casos do Ceará e do Rio Grande do Norte, por vezes, os depoimentos colhidos referiram-se a programas precursores originados de iniciativas dos próprios estados já no final da década de 1990, antecedendo o atual modelo vinculado a uma iniciativa de âmbito federal.

No caso da Paraíba, o início de um programa estadual do leite fora remetido por volta do “ano 2000” nos depoimentos. Averiguou-se que posteriormente, já em 2003, fora formalizado o convênio entre o governo estadual e o governo federal, sendo que desde esse ano o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome já teria investido R\$ 39,1 milhões. Em contrapartida, o governo estadual teria investido R\$ 23,8 milhões. Até 2005, a soma desses recursos já teria beneficiado 3.000 produtores familiares, em 223 municípios paraibanos, sendo que a produção leiteira oriunda teria atendido 118 mil famílias pobres, que recebem um litro de leite diariamente (http://www.mds.gov.br/noticias_antigas/noticia1015.htm/html2pdf).

Como afirmado anteriormente, no entanto, dados sobre recursos investidos, produtores participantes e produção de leite, famílias beneficiadas etc. não foram encontrados de forma satisfatória mesmo a partir dos contatos estabelecidos com instâncias diretamente responsáveis pelo PAA no próprio MDS.

Em linhas gerais, no entanto, entende-se que a somatória dos dados e informações apresentadas sobre alguns aspectos importantes no estágio em que se encontra este processo, considerando-se o recorte da pesquisa e o foco nas localidades específicas do Semi-árido, são relevantes enquanto referencial mais estruturado para análises vindouras sobre o fenômeno estudado.

As constatações até aqui apresentadas serão complementadas pelo próximo e último Capítulo deste estudo, referente às conclusões.

7. CONCLUSÕES



Avançar na compreensão dos processos em torno da caprinovinocultura no Semi-árido Nordeste, tendo como preocupação de fundo o tema do desenvolvimento, constituiu-se no objetivo principal deste estudo. Como mercados podem ser construídos visando combater a pobreza e gerar desenvolvimento foi a questão tomada como central. Afirmou-se que, sob essa perspectiva, o tema da construção social de mercados é ainda pouco explorado.

Ainda que este estudo seja incompleto no que se refere a uma análise pormenorizada de variáveis tidas como centrais para compreensão de processos de construção social de mercados (tais como “formação de preços” e outros dados sobre trocas, investimentos e comércio etc.), a utilização do referencial teórico da sociologia econômica possibilitou ampliar o olhar sobre os fenômenos enfocados. Considerando a imersão da economia no seio da sociedade, os casos foram investigados sob o prisma das instituições, organizações, agentes, redes e de formas de governança (LÉVESQUE, 2007). O aporte da sociologia econômica foi, portanto, um ponto de partida, referência essencial que permitiu trazer uma série de elementos para as análises sobre processos de desenvolvimento, sendo construídas assim bases para abordagens mais aprofundadas a serem realizadas em pesquisas futuras.

Como visto, num contexto em que prevalece a decadência da agropecuária, sobretudo daquela baseada na pecuária bovina, elemento mais representativo da *economia tradicional do Semi-Árido* (GOMES, 2001), diversos agentes-chave, muitos dos quais articulados em torno daquilo que veio sendo denominado ao longo deste estudo de “rede de entusiastas” da caprinovinocultura, procuram imprimir novos rumos que possam aliar tradição e vocação com inovação e inclusão social produtiva de parcelas pobres da população, especialmente do segmento da agricultura familiar.

Uma série de dados, parte dos quais apresentados no Capítulo 3, demonstra existir um enorme potencial para a caprinovinocultura no Brasil e para países em que a atividade se desenvolve ainda de maneira desestruturada, com pouco aprimoramento das técnicas de manejo utilizadas e irregularidade na oferta, acabando por atender ao consumo doméstico ou aquilo que se identifica aqui como sendo mercados de “proximidade”, entendidos como aqueles em que prevalece o consumo dos produtos pela comunidade próxima na qual está inserida a pequena propriedade rural, sobressaindo, grosso modo, as características acima citadas.

Como afirmam diversos depoimentos de especialistas do setor tomados em campo, bem como diferentes estudos sobre a cadeia produtiva da caprinovinocultura consultados, além um melhor atendimento da demanda já existente, uma ampliação desta por mercados

mais estruturados e que remunerem mais passa por um aprimoramento da qualidade e regularidade dos produtos ofertados. Esse vem sendo o sentido que guia a ação dos “entusiastas” e daqueles que já aderiram a esse novo perfil da caprinovinocultura no Semi-árido. Por sua vez, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui-se num instrumento fundamental que induz à adesão à prática da caprinocultura leiteira, estimula o aprimoramento técnico (por exemplo, com a preocupação que passa a existir pela seleção de animais com melhor vocação leiteira) e dá sustentação à atividade (com os recursos financeiros direcionados aos pequenos criadores) no estágio em que se encontra a construção de mercados para os produtos da caprinovinocultura.

Ainda que o contexto enfocado nesse estudo indique que, mantido o patamar marcante da *economia tradicional*, este não possibilita à população do campo romper com o quadro de dificuldades a que está submetida, como se advertiu anteriormente, não se procura negar a importância dos saberes e dos valores tradicionais como sendo socialmente significativos ou legítimos. Da mesma forma que, evidenciando o grau de desorganização econômica da atividade tradicional enfocada, não se toma como verdade única uma perspectiva evolutiva pautada na existência de um mesmo caminho de desenvolvimento para todos os grupos sociais.

Além da importância cultural que se revela a todo momento quando se analisa com mais atenção os saberes de populações tradicionais do campo, com um rol de conhecimentos adquiridos e transmitidos de uma geração a outra ao longo do tempo, a agricultura familiar contém elementos que, ao contrário do que prevalece no senso comum, demonstram seu potencial no que tange a alta produtividade e a sua grande capacidade de fornecimento de alimentos, como evidenciam os dados do Censo Agropecuário 2006, citados neste estudo. Nesse sentido, pode-se dizer que a condição de pobreza dos pequenos produtores não é inerente ao fato de ser pequeno, mas à falta de uma estrutura socioeconômica que permita sua autonomia (NEVES, 2008).

Não obstante, no contexto analisado, o peso de uma tradição, forjada através de séculos em torno da valorização da pecuária bovina, se revelou de forma recorrente como um elemento central que tenciona contra transformações em favor de que a caprinovinocultura seja elevada a um novo patamar, alçando-a para além de uma atividade marginal. Ainda que a apresentação desta problemática tenha sido fornecida pelos “entusiastas” contatados desde os primeiros momentos das pesquisas de campo, chamando a atenção para qualificação de “miunça” atribuída a caprinos e ovinos na sociedade rural Nordestina, não se obteve uma

explicação para o processo cultural (*cultura* aqui entendida enquanto “cognições partilhadas”, conforme DiMaggio, 2003) que forjara tal forma de compreensão da realidade. Visando suprir essa lacuna, dadas as ausências explicativas advindas dos levantamentos em campo, recorreu-se a autores que analisam o processo de (re)ocupação dos sertões desde o início da colonização portuguesa no século XVI.

A utilização da leitura de estudos clássicos e de outros como estratégia permitiu trazer à tona novos elementos importantes para uma compreensão complementar às informações levantadas com as pesquisas de campo. Pôde-se compreender, por exemplo, que historicamente, a atividade da pecuária bovina esteve associada à mobilidade social pelo que representava enquanto mecanismo de ascensão social para aqueles que, ainda que homens livres numa sociedade escravocrata, eram despossuídos de bens. Tornar-se vaqueiro e após um tempo receber como forma de pagamento algumas reses poderia significar começar sua própria fazenda e criação, algo extraordinário para uma sociedade altamente restritiva em oportunidades como era a sociedade colonial. Não por acaso, também por isso o vaqueiro fora o grande personagem dos sertões, “aquilo que todos queriam ser”. Além de povoar o imaginário do mundo rural, fato é que, enquanto prática econômica, desenvolveram-se mercados para a pecuária bovina claramente identificados e distantes, ligados a zonas economicamente mais prósperas, ainda que a decadência venha solapando a atividade desde que atingira seu auge com as “charqueadas” (GIRÃO, 1995) no século XVIII. Ainda que não se possa estabelecer uma relação direta entre essas constatações e a problematização levantada, também não se pode negar que as mentalidades envolvidas deixem de ser influenciadas por esse “peso da história”, sobretudo nos sertões, onde a manutenção de formas de sociabilidade seguiu um ritmo próprio, se mantendo “inalteradas” por mais tempo, como visto no Capítulo 4.

Nesse ponto, revela-se também algo importante se acrescido da perspectiva que a caprinovinocultura é uma prática “comprovadamente” mais adaptada às condições do Semi-árido, fato cientificamente embasado e exposto em argumentos e estudos de agentes-chave citados ao longo deste trabalho. Se a opção pela pecuária bovina seguiu a lógica exposta acima, em que fatores de ordem econômica tenham sido decisivos para estimular a insistência na atividade ao longo dos séculos, caberia questionar a racionalidade nessa aposta diante das perdas drásticas causadas pelas secas recorrentes que assolam a região e dizimam as criações. Como dito anteriormente, a existência de mercados consumidores em zonas prósperas e distantes certamente é um dos fatores centrais, aquilo que fazia acreditar valer a pena o risco

das perdas pelas intempéries climáticas constantes, mantendo acesa a chama da esperança de, quem sabe um dia, se “fazer fortuna” por meio da criação de gado bovino. Se se olhar para a “cronologia das secas” no Nordeste, como a apresentada por Gomes (2001), no entanto, é possível ver, por exemplo, que tanto no século XIX como no século XX, cada qual soma 24 anos de períodos de seca, ou seja, praticamente $\frac{1}{4}$ de cada um desses séculos vividos sob um cenário de devastação de rebanhos e de seres humanos. A título de ilustração, de acordo com aquele autor, na chamada Grande Seca de 1877-79, teriam morrido 500 mil pessoas somente no estado do Ceará. Tal cenário, portanto, coloca em questão a “racionalidade econômica” envolvida nessa escolha. Passados séculos, com as regiões enfocadas mergulhando num quadro de decadência no que se refere a sua economia agropecuária tradicional, isso fica ainda mais evidente e se torna muito difícil de não se questionar.

Claro que essa visão privilegiada que o presente proporciona sobre o passado obriga a relativizar a ação daqueles que insistiram nessa opção, escravizados por uma visão de mundo que possivelmente não permitia enxergar para além daquilo que estava posto. E mesmo que o fizessem, a inexistência concreta de opções muito provavelmente os conduziria novamente para os mercados estabelecidos da consolidada prática da pecuária bovina. Esse certamente não é o quadro que se apresenta hoje, ainda que também não se pretenda culpabilizar àqueles que ainda mantêm-se presos àquela tradição, e que ainda sofrem todos os prejuízos por isso. Como se pretendeu mostrar ao longo deste estudo, uma série de ações vem sendo realizadas visando o aprimoramento das práticas e a construção de mercados para caprinovinocultura, abrindo novas brechas que permitem cada vez mais adeptos enxergarem novas perspectivas de um futuro na agropecuária, desta vez com a caprinovinocultura.

Contrapostos esses dois momentos da história, pode-se dizer que essa realidade recente desloca o patamar da discussão, ainda que permaneçam importantes fatores subjacentes. No que tange ao acesso a oportunidades, por exemplo, ter-se-ia passado de um estado em que outrora prevalecia a inexistência de opções, para um quadro em que opções existem. O que permanece é a cultura que valoriza o gado bovino e desvaloriza as “miunças”: no passado, de forma quase estrutural; hoje, ainda remanescente e reveladas em ocorrências como aquelas vistas determinadas vezes nos casos analisados, mas passíveis de transformação pelo convencimento. Mas sem dúvida esses são apenas apontamentos que são aqui tomados com cautela, dado o longo alcance que implicam, contrapostos a dimensão da pesquisa empreendida. O que se procura chamar a atenção também com esse aspecto é que a cultura importa para conformação do “mundo econômico”.

E quando se faz tal afirmação não se está olhando somente para o universo dos pequenos agricultores familiares, mas também para os promotores desse movimento recente, os “entusiastas” da caprinovinocultura e as organizações de destaque com as quais interagem, em especial a Embrapa e o Sebrae, pelos motivos expostos ao longo deste estudo. Em poucas palavras, entende-se que, mesmo que cientificamente embasada, a escolha da caprinovinocultura como alternativa de desenvolvimento para o Semi-árido seja também uma escolha cultural. E não há nenhum julgamento de valor nessa afirmação que pretenda diminuir sua importância em virtude disso. Muito pelo contrário.

Por tudo que foi visto e lido, sob a ótica deste trabalho entende-se que a escolha da caprinovinocultura insere-se num patamar de renovação da própria compreensão que se faz a respeito do Semi-árido. Um movimento mais amplo disso se refere à mudança de paradigma do “combate” para a “convivência” com a seca. Silva (2007) analisa as relações entre essas duas perspectivas e conclui que, apesar dos avanços, permanece ainda uma perspectiva reducionista e fragmentada de combate às secas e aos seus efeitos com grandes obras hídricas e com a irrigação orientada para o fomento da agricultura voltada para exportação. A concepção de convivência com o Semi-árido, constituindo-se num paradigma emergente, ainda não teria sido suficientemente internalizada nos programas e ações governamentais. A explicação histórica ajuda a situar e esclarecer melhor esse ponto de vista.

Ilustrando melhor o que isso significa, tem-se um histórico de idéias e ações de combate à seca. Na primeira metade do século XIX, por exemplo, cogitou-se a importação de camelos, então apontados como a “redenção dos sertanejos”. A idéia acabou se transformando em lei provincial do Ceará de 1837, vindo a medida a se concretizar somente em 1859. Nesse mesmo século, um debate estabeleceu-se tendo como objeto a idéia de “reflorestamento do Sertão”. Além dessas idéias esdrúxulas, na década de 1830 aparece pela primeira vez a figura do açude como instrumento de atenuação dos efeitos das secas. Por volta desse período surge também a idéia de transposição do Rio São Francisco (GOMES, 2001, p. 84-7).

No plano das políticas públicas do século XX, intensifica-se uma atitude governamental mais permanente contra os efeitos das secas. Em 1909, é criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que objetivava sistematizar as ações com a coleta de dados e elaboração de projetos de engenharia. Em 1919, o órgão é transformado em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e, em 1945, em Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), que sobrevive até os dias de hoje. O legado principal do órgão ao longo desse tempo se reflete em obras como açudes e poços, que reduzem parcialmente efeitos mais

drásticos, mas não impedem a repetição dos eventos dramáticos associados às secas ao longo do tempo (GOMES, 2001, p. 93). Outro destaque merece a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959⁷³, e que levou à frente ações de impacto como projetos de irrigação e a ampliação da fronteira agrícola com projetos de colonização, tendo destaque em suas dimensões àquele desenvolvido no Noroeste do Maranhão (ANDRADE, 1974).

Sob a ótica do presente estudo, ainda que não se negue a importância de ações como essas, entende-se que o estímulo recente à caprinovinocultura inscreve-se num rol das práticas de *convivência* com as secas, constituindo-se numa forma melhor adaptada que avança em alguns aspectos em relação à vertente baseada no enfrentamento combativo do clima semi-árido. Um desses aspectos é que, ao contrário de muitas das medidas que foram tomadas ao longo dos tempos em que prevalece o paradigma do *combate*, com o curso da história, mesmo relegados a um segundo plano, caprinos e ovinos mostraram-se animais resistentes e adaptáveis à região. Tal fato poderia ser expresso, por exemplo, pelo surgimento de diversas raças nativas desses animais, constituindo-se hoje num patrimônio genético genuíno dos sertões, além da difusão maciça no que se refere ao segmento dos animais sem raça definida pela região como um todo.

Nesse sentido, cabe dizer que, ainda que na maior parte das vezes o termo *tradição* fora usado ao longo deste estudo em relação aos entraves que se antepõem à revisão das práticas agropecuárias, não obstante, este fator também se constitui numa força basilar que sustenta essa estratégia de desenvolvimento impulsionada mais recentemente. Isso porque entende-se aqui que, de certa forma, o legado da presença de caprinos e ovinos ao longo dos séculos no Semi-árido pode ser visto como um fio de esperança, uma pequena dose de “capital social”, aquilo que tantas vezes lhe falta enquanto região, embutido nessa tradição. A consideração dessa perspectiva serve para iluminar alguns pontos importantes quando se trata do tema do desenvolvimento no Semi-árido.

Quando se analisa as políticas de desenvolvimento, verifica-se que, não raro ao longo da história recente do país, privilegiaram-se estratégias que traziam consigo diretrizes como “queimar etapas” e “crescer o bolo” (para depois reparti-lo...), “pré-condições” para que se

⁷³ Num quadro de denúncias de desvios em seus propósitos e escândalos de corrupção, o órgão foi extinto em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, já no governo Lula, foi recriado sob o nome de Agência do Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), que tem como missão “promover o crescimento e a integração inter e intra-regional do Nordeste Brasileiro, bem como a inserção e o progresso social, com base na disseminação do desenvolvimento sustentável na sua área de atuação”. (<http://desenvolvimentonordestino.wordpress.com/2007/08/15/agencia-de-desenvolvimento-do-nordeste-adene/>).

atingisse uma posição virtuosa enquanto nação, mas que de fato não foram capazes de aliar o patamar alcançado com maior bem-estar social. Diversos autores críticos a esse modelo de “crescimento econômico a qualquer custo” o identificam como um processo de “modernização conservadora”.

Em *Cidadania: tipos e percursos* (1996), José Murilo de Carvalho analisa o processo histórico enfocando a trajetória da cidadania no Brasil. O autor usa o termo “cidadãos em negativo” para chamar a atenção para um potencial de participação que não encontrava canais de expressão dentro do arcabouço institucional e que, também, não tinha condições de articular arcabouço alternativo, restando, a esses excluídos, a apatia ou a revolta. Nesse contexto, “as elites ilustradas, agentes da modernização de cima para baixo, se mostraram muito mais eficientes em cooptar setores dominantes do que em atrair a população para dentro do sistema” (CARVALHO, 1996, p. 15).

No campo da agropecuária, a “modernização conservadora” evidenciou-se de forma impactante com a chamada “Revolução Verde”, dos anos 1960 e 1970, em que um movimento promotor de um aprofundamento técnico na agricultura, ao mesmo tempo em que aumentou a produtividade agrícola, acirrou uma série de problemas ambientais e sociais, tendo como traço marcante a exclusão de pequenos agricultores. Portanto, ao mesmo tempo em que houve modernização no campo das técnicas empregadas, mantiveram-se inalteradas as estruturas sociais de poder e desigualdades, sendo em muitos casos acirradas. O processo histórico de modernização da agricultura revelaria assim “a natureza excludente intrínseca ao próprio modelo” (MEDEIROS et. al., 2002, p. 15).

Não cabe aqui analisar em profundidade essas críticas, ainda que numa perspectiva geral possa se dizer que, na ótica deste estudo, haja concordância em grande medida com elas. No caso em questão, em que se analisa o movimento de promoção da caprinovinocultura sob novas bases por agentes, organizações e políticas públicas, entende-se que esse processo traga consigo uma perspectiva significativamente positiva, seja pelo caráter histórico da vocação da pecuária na região, seja pela constatada alta concentração de caprinos e ovinos no Semi-árido, ou ainda pela finalidade social que beneficia produtores e população tendo como expoente o leite caprino e os correlatos processos de construção social desses mercados.

Nesse sentido, muito mais que buscar formas de desenvolvimento que passem pelo combate à seca visando permitir a instalação de atividades exógenas e não adaptadas as duras condições do Semi-árido, num processo de mudança vem emergindo um novo paradigma marcado por uma visão de convivência com o meio, elegendo-se aquilo que o crivo da

natureza já o fizera anteriormente (caprinovinocultura), desta vez como o melhor caminho para o desenvolvimento territorial rural. Trata-se, portanto, de um projeto que em nada se assemelha àqueles qualificados pelo termo “modernização conservadora”, ainda que seja um processo dirigido. No caso, essa direção está a cargo de agentes-chave, que têm por habilidade “definir para os outros os parâmetros da discussão” (FLIGSTEIN, 2007, p. 68) – numa referência ao processo de construção de agenda feita a Kingdon, como já citado quando da parte introdutória deste estudo – e que colocam a caprinovinocultura na ordem do dia.

Se existe um conteúdo nessa iniciativa que remete ao tema da “modernização”, e inevitavelmente há, isto se deve muito por conta de que questões como pobreza, exclusão social e suas conseqüências no mundo contemporâneo são muitas vezes indissociáveis dele. Como afirma Schwartzman (2007), os temas “modernização” e “modernidade” se recusam a ir embora, sempre reaparecendo ao longo do tempo, em virtude de que as esperanças, promessas e frustrações que trazem consigo estão tão presentes hoje quanto estiveram há séculos, desde a agenda estabelecida pelos “modernos” no século XVII. Daí que o que caracterizaria os tempos modernos não seria a vitória ou a predominância do “moderno” sobre o “tradicional”, mas a inevitável coexistência e tensão entre eles (SCHWARTZMAN, 2007, p. 16-21).

Chega-se assim na atualidade a um quadro que poderia ser qualificado como próprio a um patamar em que formas agropecuárias de um passado ainda persistem, coexistindo com uma série de experiências e indicativos que estimulam seguir em frente com a caprinovinocultura em outros moldes. Como dito ao longo deste estudo, uma perspectiva otimista alimenta o entusiasmo daqueles que vêm atuando nesse processo de transformações estruturais por que vem passando o segmento, sobretudo com o surgimento de novas formas de organização na caprinocultura leiteira, podendo ser entendido como a aplicação de uma estratégia alternativa de modernização. Ainda que reconheça uma série de dificuldades no setor da caprinovinocultura Nordestina como um todo, Nobre (2006 e 2007), por exemplo, aponta diversas medidas que têm contribuído para uma melhora de cenário nos últimos anos, algumas delas diretamente relacionadas à atuação de organizações como Embrapa e Sebrae: a realização mais freqüente de eventos educativos (cursos, seminários, palestras, dias-de-campo etc.); e transferência de tecnologias, de forma mais sistemática, por meio de consultorias e assistência técnica específicas. Outro aspecto que, sob uma visão processual, permite enxergar a caprinovinocultura do Semi-árido num rumo de aprimoramento, apesar de todas reconhecidas dificuldades, é a constatação de que, embora de maneira não sistematizada,

muitas das tecnologias disseminadas por organizações de pesquisa e extensão rural vêm sendo incorporadas gradativamente nas unidades produtivas de base familiar (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Nessas ações, cabe enfatizar a perspectiva social que encontra respaldo nas proposições dos principais discursos institucionais vinculados a unidades no Nordeste de importantes organizações de pesquisa como a Embrapa, ou de difusão de tecnologias de gestão, como o Sebrae. Eles se assentam numa perspectiva de uma agricultura familiar viável, no caso que interessa, com uma caprinovinocultura pautada em bases produtivas tecnicamente eficientes. No universo dos especialistas que com elas interagem, uma visão realista se contrapõe a experiências do passado mal sucedidas ou excludentes, em favor dos agricultores familiares que são considerados enquanto atores estratégicos para uma melhor estruturação dos mercados do leite caprino.

Nesse quadro em transformação, a construção social se reflete em processos de convencimento e indução à cooperação, em alguns casos de lutas e disputas, em que agentes-chave procuram conformar um campo em que prevaleça um novo quadro cultural (FLIGSTEIN, 2007), pautado numa caprinovinocultura sob outros parâmetros, a ser acolhida e adotada pelos pequenos agricultores familiares.

Dito isto, para além dessas constatações de caráter mais geral, a seguir são expostas algumas considerações sobre alguns aspectos específicos, complementando as análises deste estudo.

Um primeiro aspecto que merece atenção diz respeito à “rede de entusiastas”. Como foi possível averiguar ao longo desta pesquisa, alguns agentes-chave, em especial dois daqueles que ocupam posição de destaque por constituírem-se em “nós” principais da rede – o coordenador do Programa do Leite da Paraíba e o presidente da Coopagro – atuam há vários anos em suas posições de liderança. Da mesma forma, o ex-gestor do Procap também manteve-se no cargo por cerca de dez anos e o técnico da Emater de Cabaceiras mantém-se atuante, tendo sido Secretário de Agricultura e fundador da Ascomcab neste meio tempo. No caso da Embrapa Caprinos e Ovinos, representando o “nó” cearense da rede, a permanência de seus “entusiastas” é garantida pelo fato dos técnicos serem funcionários públicos concursados e, portanto, estáveis. No todo, a longa permanência desse conjunto de atores não deixa de chamar a atenção, até pelo fato de dois deles (o Coordenador do Programa do Leite e ex-gestor do Procap) ocuparem cargos em comissão, passíveis de substituição súbita. Com uma inequívoca habilidade e liderança enquanto articuladores da “rede de entusiastas” e

especialistas da área, características claramente evidenciadas quando se trava contato com eles, o que se pode afirmar é que essa permanência à frente de suas ocupações vem favorecendo enormemente as iniciativas em prol da caprinovinocultura. Esse quadro contrasta com um diagnóstico comum no cenário das organizações e, sobretudo, daquelas do âmbito da administração pública, marcado pela “descontinuidade de projetos”, sendo em boa parte das vezes identificada como causa a troca constante de integrantes de equipes e dirigentes.

Além dessa permanência, chama a atenção nesses atores seu “senso de missão” e “espírito público”, voltado para o projeto maior de disseminação da caprinovinocultura sob outras bases e para o estímulo à construção de mercados para seus produtos, sobretudo o leite caprino. Característica semelhante fora observada por Tandler (s/d.), ao focar o tema dos trabalhos de desenvolvimento rural no Nordeste. Para a autora, um “senso de missão” seria alimentado pela própria conformação das ações. Identificando como causas principais do fracasso de muitos projetos o excesso de complexidade, nos quais os muitos componentes e os períodos longos fariam com que seus líderes perdessem o interesse ou os induziria ao cumprimento deturpado dos objetivos, a autora elege a maior focalização, com a restrição no número de objetivos e tarefas, como a chave de um virtuosismo observado. Assim, o “senso de missão” adviria da visão sobre um problema concreto e dramático com que lidar, com resultados amplos e previsíveis. Nesse sentido, pode-se dizer que a caprinovinocultura, nos moldes que propõem os “entusiastas”, também tenha esse ponto a seu favor ao evitar o “fator dispersão”, dada a concentração numa única área – a agropecuária – e numa única atividade – a caprinovinocultura – com maior especialização ainda se se considerar o caso específico do leite caprino e um público formado por agricultores familiares. As transformações concretas com a melhoria das condições de vida daqueles que aderiram e os resultados vislumbrados de forma objetiva para o setor completariam esse quadro.

Um último, mas não menos importante aspecto, se refere à questão do *enraizamento social*. Nos casos estudados, as experiências enfocadas têm sua história indissociável de Poderes Executivos municipais, ganhando importância com a sua inclusão nas agendas públicas locais. Ainda assim, diferentes conformações caracterizam os percursos analisados, como exposto detalhadamente nos Capítulos 5 e 6. Em Mossoró (RN), a Prefeitura, por meio da Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos, sistematizou uma série de ações pré-existentes em torno de um projeto específico, o Procap. Em Tejuçuoca (CE), em face da própria história da recente emancipação do município, da influência exercida pelo primeiro prefeito eleito, e diante de um quadro ainda incipiente de organização dos pequenos criadores,

o poder público municipal detém significativo papel de liderança no processo de desenvolvimento da caprinovinocultura ainda hoje. Em Cabaceiras (PB), ainda que o estímulo inicial à caprinovinocultura tenha estreita relação com o poder público municipal num passado recente, tal situação alterara-se substancialmente com a dinâmica política local.

Esse quadro geral suscita uma reflexão importante que trata da questão do “enraizamento social” em torno dessas experiências. Em outras palavras, como elas se mantêm ao longo do tempo, ganham vida própria e se autonomizam do poder público é um tema extremamente relevante, dado o fato que a interrupção de programas e projetos é uma característica recorrentemente citada⁷⁴ como um dos grandes entraves para um melhor curso das políticas públicas na região do Semi-árido. Quanto ao caso de Tejuçuoca, dado o estágio incipiente, qualquer afirmação poderia ser meramente especulativa quanto ao fato da população vir a “tomar para si” as rédeas da produção social desse fenômeno. Baseado no que fora visto nas pesquisas de campo como um todo, e tomando como referência o curso de experiências em outras regiões, é provável que isso aconteça de maneira processual e crescente. Não obstante, o que se pode afirmar nesse momento é que a importância econômica da Festa Tejubode, e da economia pautada no *marketing* – que eleva a cidade ao status de “Capital do bode” do Ceará – fortalecem o tema da caprinovinocultura localmente, nada indicando que haja risco ou leve a supor na sua depreciação, dado os benefícios que vem trazendo aos cofres públicos e ao setor privado.

Quanto ao Procap de Mossoró, o grau de institucionalização da caprinovinocultura, com sua inclusão no orçamento municipal, com a realização semanal da Feira ou Mercado do Bode num espaço com infra-estrutura invejável construído para essa finalidade, com a estruturação e participação das associações de criadores (ASCCOM, ANCOG...), e toda rede local de entusiastas (como os técnicos formadores do Comitê Gestor da Caprinovinocultura), tem lhe garantido uma situação relativamente confortável na dinâmica municipal. Tudo leva à crer que a atividade se fortaleça ainda mais com o passar do tempo, inclusive porque Mossoró está inserido num contexto regional em que a caprinovinocultura vem ganhando importância crescente nos últimos anos, como se procurou chamar a atenção no Capítulo 3, em que duas

⁷⁴ Sobre isso, Gomes (2001, p. 56), citando reportagem do Jornal Folha de São Paulo (10/5/98, p.1-12), afirma: “As ações não têm continuidade. Uma das causas do fracasso das ações governamentais para o combate à seca é a descontinuidade dos programas. Nos últimos vinte anos, o governo federal lançou pelo menos oito projetos com a mesma proposta: dar condições ao sertanejo para enfrentar os períodos de estiagem. Em recente relatório, a SUDENE lista sete programas que se propunham permanentes e acabaram abandonados: Polonordeste, Projeto Sertanejo, Programa São Vicente, Projeto Padre Cícero, Finor Irrigação e PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Alguns mal chegaram a sair do papel”.

microrregiões do estado⁷⁵ estão hoje entre aquelas com maior concentração de rebanhos de caprinos do país, o que corrobora com outras fontes que atestam a crescente importância do segmento no estado do Rio Grande do Norte. Além disso, enquanto política pública, chama a atenção o fato de que o Procap atravessa gestões que se sucedem no poder sem perder sua importância, um indicativo relevante do status que a atividade ocupa na agenda pública municipal.

Dos três casos analisados, não obstante, sob certo aspecto, não há como negar que Cabaceiras (PB) se constitua no mais instigante. A começar pelo salto que marca dois momentos: o inicial, há cerca de dez anos, em que prevalecia uma desorganização generalizada da caprinovinocultura local, e o atual, com forte organização da atividade sob liderança da Ascomcab. Como exposto nos Capítulos 5 e 6, tal processo de organização iniciara-se por estímulo da gestão municipal anterior. Como dito também, além do incentivo ao associativismo, bandeira do ex-prefeito, um dos fundadores da Associação, técnico da Emater, veio a ocupar o cargo de Secretário da Agricultura por dois mandatos consecutivos. Nas gestões seguintes, a Associação não só perdera o apoio como encontrara no poder público municipal um forte opositor a suas atividades. No entanto, não só a Ascomcab se mantém atuante, como vem incrementando suas ações, concretizando suas pretensões de atingir mercados privados, visando garantir maior segurança futura com opções que vão além das compras governamentais. Nessa perspectiva, os associados ponderam em seus depoimentos que não têm dúvidas que o trabalho da Associação permanecerá, mas nada garante que a política pública que hoje financia a compra da maior parte da produção de leite caprino não sofrerá os reveses que tantas outras já sofreram no passado, conforme o sabor dos ventos da política.

Além do indiscutível mérito da Associação, cabe enfatizar que, nesse processo de desenvolvimento com inclusão produtiva de parcelas pobres da população, se destaca o apoio mútuo entre as Associações de caprinovinocultores do Cariri. Essa base está sedimentada numa perspectiva territorial de organização produtiva nas Microrregiões do Cariri Oriental e Ocidental que se expressa formalmente com o Pacto Novo Cariri, que extrapola o tema da caprinovinocultura e da experiência de Cabaceiras, constituindo-se num exemplo concreto de proposta levada à frente de desenvolvimento territorial. É bem sucedida sob muitos aspectos, ainda que isso não signifique que seja um “produto acabado”. Como a própria história da Ascomcab, exige vigilância constante e luta para que sua construção siga adiante. Sob a

⁷⁵ Sendo uma delas, a Microrregião da Chapada do Apodi, fronteira à Microrregião de Mossoró, como afirmado no Capítulo 3.

compreensão deste estudo, afirma-se que um dos maiores méritos em torno do Pacto Novo Cariri talvez seja algo aparentemente tênue e muitas vezes imperceptível: a capacidade de imbuir nos atores sociais o espírito de associarem-se assumindo o protagonismo de processos que permitem a construção de uma cidadania com significado também econômico, revelada em laços de confiança como aqueles entre as Associações de pequenos caprinovinocultores. Não causaria espanto se deparar no futuro com explicações para esse processo de desenvolvimento territorial que atribuam suas causas ao “capital social” da região. Por enquanto, e servindo aos propósitos desta pesquisa, pode-se dizer que esse percurso ajuda a entender melhor como se cria isso onde ele não exista.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, São Paulo, v. 28 ns. 1, 2 3 e 29, n.1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, n. 2, vol. IV, p. 379-397, abril/jun, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: UNESP; Edusp, 2001. cap. 8, p. 165 -177. 374 p.

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS; Sebrae, 2004(a). 246 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo – mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.16, n.2, p.35-64. Nov. 2004(b).

ABRAMOVAY, Ricardo. Para una teoría de los estudios territoriales. In *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Compilado por Mabel Manzanal y Guillermo Nieman - 1 ed. - Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2006.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007. 294 p.

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500 - 1800) - Biblioteca Nacional - Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro - Folha de São Paulo / Publifolha - s/d. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/CapistranodeAbreu/capitulos/mcapitulos.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2009.

ALENCASTRO, Luiz F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 525 p.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 2007. (não publicado). Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 19 abr.2009.

ALVES-MAZZOTI, Alda J. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.36, n.129, p.637-651, set.-dez 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>. Acesso em: 08 set. 2008.

ANDRADE, Manuel C. de. Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia Nordestina. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1974. 177 p.

ANDRADE, Manuel C. de. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas: Papirus, 1988. 77 p. (Série Educando).

ANDRADE, Manuel C. de. *A terra e o homem do Nordeste*. 6 ed. Recife: Editora UFPE, 1998. 427p.

ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2008.

AQUINO, Dêlma do S. P. B. Aspectos estruturais da cadeia produtiva do artesanato em couro caprino no município de Cabaceiras. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE, 2 / SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O AGRONEGÓCIO DA CAPRINOCULTURA LEITEIRA, 1. 2003, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa / PB: EMEPA, 2003.

ARBACHE, Jorge. *Pobreza e mercados no Brasil*. Documento elaborado no âmbito do Convênio CEPAL/DFID. 2003. Disponível em: <www.eclac.org/publicaciones/xml/8/11868/r135jorgearbachepobreza.pdf>. Acesso em: 25 mai 2009.

BAGNASCO, Arnaldo. *La costruzione sociale del mercato*. Bologne: IL Mulino, 1988. 184 p.

BAGNASCO, Arnaldo. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001. 374 p.

BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007.

BARROS, Ricardo P. de.; SILVA, Mirela de C. P. da; FRANCO, Samuel S. de O. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) In ACOSTA, Ana R.; VITALE, M.A.F. (Orgs.). *Família, redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2003. p.241-265. 492 p.

BARROS, Ricardo P. de.; SILVA, Mirela de C. P. da; FRANCO, Samuel S. de O. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n.1.227).

BARROSO, Gustavo. *À Margem da história do Ceará*. Rio de Janeiro - São Paulo -Fortaleza: FUNCET, 2004. 428 p.

BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol – Natureza e Costumes do Norte*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. 282 p.

BAVA, Silvio C. *A Produção da Agenda Social: uma discussão sobre Contextos e Conceitos*. São Paulo: FGV-EAESP, 2003. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.31, agosto de 2003).

BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: URANI, André.; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander P. (Orgs.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 269 p.

BECKER, Bertha; Philippe, LÉNA. Pequenos Empreendimentos Alternativos na Amazônia. Relatório do Projeto Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. Disponível em: <www.unifap.br/ppgbio/doc/Bertha%20Becker.pdf>. Acesso em: 04 abr 2008.

BITTENCOURT, Gilson A. et. al. *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil* – Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília: FAO, 1999. 68 p.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. 532 p. (Coleção Clássicos Cearenses).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / NEAD, 2003. 36 p. (Textos para Discussão, 4).

BRASIL. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Ministério da Integração Nacional – MI / Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. 2007

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). *Nova Classificação do Semi-árido Brasileiro*. Brasília, 2005. Disponível em: <www.integracao.gov.br/.../download.asp?...semi_arido...semi_arido...>. Acesso em: 22 out 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mda.gov.br/arquivos/2246122211.pdf>. Acesso em: 10 jul 2009.

CALDAS, Eduardo de L.; MARTINS, Rafael D´Almeida. Visões do Desenvolvimento Local: uma Análise Comparada de Experiências Brasileiras, s/d. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/193.pdf>>. Acesso em: 03 mai 2008.

CANESQUI, Ana M. Antropologia e alimentação. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo v.22, n.3, p. 207-216, 1988.

CARNEIRO, Marcelo S. A construção social do mercado de madeiras certificadas na amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 681-713. set./dez. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v22n3/08.pdf>. Acesso em: 23 mai 2008.

CARVALHO, José M. de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, p.337-360, 1996.

CASTRO, Iná E. Da seca como tragédia à seca como recurso. Velhos e novos discursos, velhos e novos territórios. In: CASTRO, Iná E.; GUERRA, Antônio J. T. (Eds). *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio de Janeiro, v.17, 1994. Disponível em: www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1994/vol_17_01_13.pdf . Acesso em: 12 out 2008.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 325 p.

CEARÁ (Estado). Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. *Programa de Desenvolvimento de Leite Caprino do Estado do Ceará*. Ceará, 2009. Disponível em: www.agropacto-ce.org.br/Arquivos/2009/09062009.pdf. Acesso em: 29 out 2009.

CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA (CDMAC). Folder da Exposição permanente “Vaqueiros”. Fortaleza, 1999.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). Desenvolvimento Econômico Local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização. Proyecto Cepal / Gtz: Desarrollo Económico Local y Descentralización en América Latina. Santiago, Chile, 2000. Disponível em: www.eclac.org/publicaciones/xml/2/6062/lcr1972e.pdf. Acesso em: 27 out 2008.

CHANDLER, Jaynes B. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700 – 1930)*. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,. 1980. 213 p.

COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander P.; SILVA, Mirela C. P. da. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para realidade brasileira. In: _____ (Orgs.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 269 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Ações da Conab 2003. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/paa_sumario_2003.pdf. Acesso em: 12 de jun de 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Ações da Conab 2004. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/paa_sumario_2004.pdf. Acesso em: 12 de jun de 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Ações da Conab 2005. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/paa_sumario_2005.pdf. Acesso em: 12 de jun de 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Ações da Conab 2006a. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/paa_sumario_2006.pdf. Acesso em: 12 de jun de 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Oficina de Documentação Participativa do PAA – Região Nordeste, 16 a 18 de maio de 2006. Fortaleza: CONAB/MAPA, 2006b. (Relatório Final).

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Resultados das Ações da Conab 2007. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/paa_sumario_2007.pdf>. Acesso em: 12 de jun de 2009.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 27 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1968. 950 p.

DAVID, Maurício D. et. al. A. Previdência rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. SEMINÁRIO FAO/CEPAL/RIMISP: EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DE COMBATE À POBREZA RURAL NA AMÉRICA LATINA. Santiago, Chile, 1999. Disponível em: <www.mds.gov.br/...previdencia.../previdencia_rural_no_brasil.pdf>. Acesso em: 02 set 2009.

DELGADO, Guilherme C; CONCEIÇÃO, Júnia C.P.R, OLIVEIRA, Jader .J; *Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para Discussão, n. 1.145).

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). *Compras governamentais: o programa brasileiro de aquisição de alimentos*. Brasília: INESC, 2005. 41 p.

DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. São Paulo: RCB, 2005. 685 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL (NEAD). *Estatísticas do meio rural*. São Paulo: DIEESE, 2006. 276 p.

DIMAGGIO, Paul. Aspectos culturais da acção e da organização econômica. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (Eds). *A Nova Sociologia Econômica*. Oeiras: Celta, 2003, pp.167-194. 254 p.

DINIZ, Clélio C. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. 2001, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador / BA: ANPEC, 2001. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105383.pdf>>. Acesso em: 24 ago 2008.

DOWBOR, Ladislau. *Governo e sociedade: requisitos para um projeto de desenvolvimento local*. São Paulo, Instituto Polis, 2006. (Boletim DICAS – Idéias para a ação municipal, n. 53).

DOWBOR, Ladislau. *Democracia Econômica: um passeio pelas teorias*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 195 p.

DUARTE, Renata. B. de A. *Agronegócios: Ovinocaprinocultura*. Brasília: Sebrae, 2007. (História de Sucesso). Disponível em: <www.casosdesucesso.sebrae.com.br/include/arquivo.aspx/307.pdf>. Acesso em: 07 mai 2009.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. José Albertino Rodrigues (Org.). São Paulo: Ática, 1978. 1 v. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

DUTRA, José L. A. Turismo como alternativa de desenvolvimento do Semi-árido. In TEIXEIRA, Marco A. C., GODOY, Melissa G. de; COELHO, Carla (Orgs.). *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2006. 228p. (Publicação do Ciclo de Premiação 2004).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária*. Brasília, DF: EMBRAPA, 2006. 434 p.

ESTRADA, Eduardo.M.; FENANDEZ, Fernando E.G. La multifuncionalidad agraria y territorial - Discursos y políticas sobre agricultura y desarrollo rural. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1572/1391>>. Acesso em: 01 mar 2008.

GUANZIROLI, Carlos E.; CARDIM, Silvia E. de C. S. (Coords). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: FAO/INCRA, 2000. 74 p. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/censo-95-v-final-2000.pdf>>. Acesso em: 18 jun 2008.

FAORO, Raimundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.6, n.14, p. 7-22, Jan./Abr, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 de ago 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. 664 p.

FRANÇA, Francisco et. al. Análise econômica e financeira de um modelo teórico de produção de leite caprino para unidades familiares no semi-árido do Rio Grande do Norte. In: LIMA, G. F. da C.; HOLANDA JÚNIOR, E.V.; MACIEL, F.C.; BARROS, N.N.; AMORIM, M.V.; CONFESSOR JÚNIOR, A.A.. (Orgs.). *Criação familiar de caprinos e ovinos no Rio Grande do Norte: orientações para viabilização do negócio rural*. 1 ed. Natal, RN: EMATER-RN / EMPARN / Embrapa Caprinos, 2006, p.105-119.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n.9, jul./dez. 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1973. 736 p.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004. 255 p.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas – RAE*. São Paulo, v. 47, n. 2, p.61-80, abr/jun, 2007.

FROEHLICH, José M. O “Local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.94, p.87-96, maio/dez, 1998.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 92 p.

GARCIA-PARPET, Marie. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.20, abril de 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/vinte/parpet20.htm>>. Acesso em: 14 mai 2008.

GIRÃO, Valdenice C. As charqueadas. In SOUZA, Simone. *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. 416 p.

GIRARDI, Paulon. *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Presidente Prudente: Fapesp/Unesp/Nera, 2009. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em: 17 ago 2009.

GOMES, Gustavo M. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-árido e dos Cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001. 326 p.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.78, n.6, p.1360-1380, may 1973.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE Eletrônica*, São Paulo, v.6, n.1, jn./jun, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482007000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 jan 2008.

GUIDOLIN, Silvia. M.; PORTO JUNIOR, Sabino da. S. Expansão Aarícola e crescimento econômico: impactos sobre a pobreza e a desigualdade. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.38, p.483-405, 2007.

HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I – A época colonial. Volume 1 – Do descobrimento à expansão colonial. 5 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976. 526 p.

HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I – A época colonial. Volume 2 – Administração, economia, sociedade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. 498 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do*

Desenvolvimento Humano do Brasil – 2000. Disponível em: <www.pnud.org.br/atlas>. Acesso em: 22 mai 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa de Pobreza e Desigualdade – 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção da Pecuária Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INTERNATIONAL GOAT ASSOCIATION (IGA). *Atlas of Goat Products*. 2004. Disponível em: <<http://www.iga-goatworld.org>>. Acesso em: 23 ago 2008.

JUCÁ, Gisafran N. À guisa de introdução – o espaço Nordestino. O papel da pecuária e do algodão. In SOUZA, Simone, *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. 416 p.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional - Do mito à realidade*. Campinas: Unicamp, 1998. 348 p. 2 v.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o *Ensaio sobre a Dádiva*. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n.14, p.173-194, jun, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/n14/a10n14.pdf>. Acesso em: 11 set 2008.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993. 398 p.

LÉVESQUE, Benoît. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, São Paulo, v.47, n.2, p.49-60, 2007.

LIMA, Dalmo M de A.; WILKINSON, John (Orgs.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002. 399 p.

LOTTA, Gabriela. *Tejubode: valorizando o saber local na promoção do desenvolvimento*. São Paulo: FGV-EAESP-CEAPG, 2003. (Documento de Avaliação do Programa Tejubode da Prefeitura de Tejuçuoca para o Programa Gestão Pública e Cidadania).

MACHADO, Keynes M. Pobreza ou pobreza? *Economia-Ensaio*, Uberlândia, v.20, n.2 e v.21, n.1, p.35-62, jul./dez. 2006.

MAGALHÃES, Rosana. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento), p.121-137, 2002.

MAGALHÃES, Reginaldo S. Habilidades Sociais no Mercado de Leite. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, São Paulo, v.47, n.2, p.15-25, 2007.

MARTES, Ana C. B. et.al. Fórum Sociologia Econômica - Apresentação. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, São Paulo, v.47, n.2, p.10-14, 2007.

MARTES, Ana C. B. (Org.). *Redes e sociologia econômica*. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 336 p.

MARTINS, Sérgio R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, ano 3, n.5, p. 51-59, set. 2002.

MATTEI, Lauro. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. *Revista sociedade e desenvolvimento rural*, Brasília, v.1, n.1, p.1-12, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/20/22>>. Acesso em: 21 dez 2008.

MAZON, Marcia da S. A construção social do mercado olerícola na ótica da Nova Sociologia Econômica. Estudo de caso em Urubici – Santa Catarina. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2005.

MEDEIROS, Josemar X. de; WILKINSON, John; LIMA, Dalmo M de A. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In LIMA, Dalmo M de A.; WILKINSON, John (Orgs.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002. p.23-38.

NEVES, Delma P.; SILVA, Maria A. de M. (Orgs.). *Formas dirigidas de constituição do campesinato*. Processos de Constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Brasília: NEAD/MDA/Unesp. 280 p. 2 v. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).

NOBRE, Fernando V.; ANDRADE, José D. Panorama da Produção de Leite caprino no Rio Grande do Norte. 2006. *mimeografado*.

NOBRE, Fernando V. A caprinovinocultura no Rio Grande do Norte. Aspectos mercadológicos na Grande Natal. 2007. *mimeografado*.

NOGUEIRA FILHO, Antônio. A cadeia produtiva da ovinocaprinoicultura. IN ANAIS DO IV SEMINÁRIO NORDESTINO DE PECUÁRIA. Vol. 6. Fortaleza. Fortaleza: FAEC, 2000.

NOGUEIRA FILHO, Antônio; ALVES, Maria O. Potencialidades da cadeia produtiva da ovinocaprinoicultura na Região Nordeste do Brasil. Banco do Nordeste do Brasil – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 2002. Disponível em: <www.bnb.gov.br/.../ovino-caprino-cultura/.../potencialidades%20da%20ovino-caprino-cultura.doc>. Acesso em: 21 set 2009.

NOGUEIRA, Fernando do A. Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura – PROCAP – Mossoró/RN. In TEIXEIRA, Marco A. C., GODOY, Melissa G. de; COELHO, Carla (Orgs.). *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2006. 228p. (Publicação do Ciclo de Premiação 2004).

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40 p.

OLIVEIRA, José. A. M. de et. al. Avaliação da adoção das tecnologias usadas pelos produtores de caprinos e de ovinos tropicais dos Estados da Bahia, Piauí, Pernambuco e Ceará. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2. Londrina, 1995. *Anais...* Londrina: IAPAR/SBS, 1995. p.128-147.

PEREIRA, Sudanês B. Processos Tangíveis e Intangíveis do Desenvolvimento Local. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 2, abr/jun, p.289-321, 2007.

PIMENTA FILHO, Edgard C.; SIMPLICIO, Aurino A. Caprinocultura leiteira no Brasil: estado da arte e perspectivas. In: SEMANA DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA TROPICAL BRASILEIRA, vol.1, Sobral, 1994. *Anais...* Sobral: EMBRAPA-CNPQ, 1994. p.47-76.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época.* 9ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000. 352 p.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo. Certificação e confiança face-a-face na feira de produtos orgânicos. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4. 2008, Brasília. *Anais...* Brasília, DF: ANPPAS, 2008. p.1-15.

PRADO JUNIOR, Caio. P. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia.* 23 ed. Brasiliense: São Paulo, 1994. 390 p.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* 5 ed. São Paulo: FGV Editora, 2002. 260 p.

RAUD, Cécile. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense.* Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 1999. 276 p.

RAUD, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.20, n.57, p.127-208, feb. 2005(a).

RAUD, Cécile.. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política e Sociedade*, Florianópolis, n.6. p.59-82. 2005(b).

RAUD, Cécile. Os alimentos funcionais: a nova fronteira da indústria alimentar análise das estratégias da Danone e da Nestlé no mercado brasileiro de iogurtes. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 2008, v.16, n.31, p. 85-100. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n31/v16n31a08.pdf>. Acesso em: 05 jun 2009.

RIBEIRO, Rafael W. Seca e determinismo: a gênero do discurso do Semi-árido Nordestino. *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio de Janeiro, v.22, 1999.

RIBEIRO, Wagner C. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.) *História da cidadania*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p.399-417.

ROSA, Elizabeth; RUEDIGER, Marco A.; RICCIO, Vicente. Agronegócio e modernização da fronteira agrícola: uma avaliação a partir da análise de indicadores socioeconômicos de municípios selecionados. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33. São Paulo, 2009. *Anais....* São Paulo: ANPAD, 2009. p.1-15.

SABORIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SCHNEIDER, Sergio. O desenvolvimento agrícola e as transformações da agricultura agrária nos países desenvolvidos: a pluriatividade. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v.24, n.3, p.1-37, 1994.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS*, São Paulo, v.18, n.51, p.99-121, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, José M.; DIESEL, Vivien. (Orgs.). *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006. 189 p.

SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium Editora, 2004. 239 p.

SILVA, Roberto M. A. da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.38, n.3, jul-set, 2007. (Documentos Técnico-Científicos).

SILVEIRA, Fernando G et. al. *Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil*. Brasília: MDA, IICA, 2006. Disponível em: <www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=333>. Acesso em: 17 set 2009.

SOARES, Adriano C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. *Proposta*, n.87, p.40-49, dez/fev, 2000/2001. Disponível em: <www.grupochochovi.org/php/doc/.../multifuncionalidad.pdf>. Acesso em: 11 mai 2009.

SOUZA, Marcelo. S.; SOUZA, Renato S. Construção social dos mercados de hortifrutigranjeiros: comparações entre dois casos no Rio Grande do Sul. COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL (PGDR). Porto Alegre: PGDR, 2008.

STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006. 134 p.

SWEDBERG, Richard. A Nova Sociologia Econômica: O que já se atingiu, o que se seguirá? In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (Eds). *A Nova Sociologia Econômica*. Oeiras: Celta, 2003. p. 229-253.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.16, n.2, p.7-34, 2004.

TENDLER, Judith. *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica*. São Paulo: Revan, 1998. 288 p.

TENDLER, Judith. Novas lições de projetos antigos: os trabalhos de desenvolvimento rural no Nordeste brasileiro – Um estudo avaliativo de operações do Banco Mundial. Disponível em: < <http://www.universia.com.br/MIT/11/11701/PDF/tendlerwrldbank2a.pdf>>. Acesso em: 11 set 2008.

URANI, André. Construção de mercados e combate à desigualdade. In *Reformas no Brasil: Balanço e Agenda*. GIAMBIAGI, Fabio; REIS, José G.; URANI, André (Orgs.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 505-526.

URANI, André.; COCCO, Giuseppe.; GALVÃO, Alexander P. (Orgs.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 269 p.

VEIGA, José E. da. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, Lena et. al. (Org.). *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo, Hucitec & ANPUR, 1993. p.149-169.

VEIGA, José E. da. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, 1998, Poços de Caldas. *Anais...* Poços de Caldas: SOBER, 1998. p. 153-186. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/%5B18%5Ddesenvolvimento_rural.htm>. Acesso em: 06 ago 2009.

VEIGA, José E. da. Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, Edson et al. (org.). *Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico*. Brasília: MDA-NEAD-CNDRS, 2000. p. 173-200.

VEIGA, José E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n..43, set./dez., p.101-191, 2001(a).

VEIGA, José E. da. et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001(b).

VEIGA, José E. da. Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura*, ano 56, n. 2, abr/jun., p.26-29, 2004.

VEIGA, José E. da. *A História não os absolverá nem a Geografia*. Campinas, SP: Armazén do Ipê (Autores Associados), 2005. 130 p.

VEIGA, José E. da. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, v.20, n.57, mai/ago, p.333-353, 2006.

VIDAL, Déa de L.; OLIVEIRA, José A. M.; MAGALHAES, Klinger A. Achieving economical and social sustainability in goat husbandry in the semi-arid of Brazil: a question

of marketing channels. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SOBER, 2000. CD ROM.

VIEIRA, Rafael C. Construção social da Produção Ecológica: racionalidade da organização das entidades de agricultores ecológicos no litoral Norte do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Brasília, v.2 , n.2, out., p.82-85, 2007.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. 364 p.

WILKINSON, John. Sociologia econômica e agroindústria. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 81-90, jul 1996.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.

WOORTMANN, Klaas. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. Brasília, 1978. (Série Antropologia, 20). Disponível em: <vsites.unb.br/ics/dan/Serie20empdf.pdf>. Acesso em: 10 abr 2009.

ZANELLA, Matheus A. Mercado mundial de carne ovina e caprina. Brasília: CNA (Confederação Nacional da Agricultura), 2007. Disponível em: <<http://www.apps.fao.org>>. Acesso em: 28 abr 2009.

ANEXOS

ANEXO I - LISTA DE ARTIGOS RELACIONADOS À CAPRINOVINOCULTURA

➤ **Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Petrolina e Região**

Os artigos abaixo selecionados foram produzidos entre os anos de 2007 e 2009.

(<http://www.asccoper.com.br/exibe.jsp?id=277&tipo=Artigo>, acesso em: 23/03/09)

Índice de artigos neste site relacionados ao tema:

A Caprinocultura e o desafio de produzir no semi-Árido
A cabra e a ovelha do Ceará
A fantástica cabra sertaneja
Curiosidades do reino animal
Cabrito Orgânico da Caatinga
Dicas para participantes em exposições de caprinos para cabriteiros de primeira viagem
Carne Caprina: verdades e mitos à luz da ciência
Um “agronegócio” para a caatinga
A Caprinocultura Leiteira no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*
Produção de cordeiros para abate
Fase de produção de Caprinos e Ovinos
Recria de Caprinos e Ovinos para produção de carne
A mastite e a qualidade do leite de cabra
Visão de futuro ou miopia técnico-científica
Acabamento de cordeiros em confinamento
Terminação de caprinos e ovinos a pasto
A lenta caminhada da caprino-ovinocultura
Caprinocultura de corte: o que produzir para o mercado?
A Caprinocultura e o desafio de produzir no semi-Árido
Sistemas agroflorestais na caatinga ? agroecologia versus desertificação
Utilização de silagem na alimentação de caprinos e ovinos
Plantas forrageiras para o semi-árido
Ovinocaprinocultura no nordeste? organização e crescimento
O controle de verminose na produção orgânica de caprinos e ovinos
Circuito fechado para colheita de embriões em caprinos
A tecnologia na convivência com a seca
A evolução da caprino-ovinocultura brasileira
Caprino-ovinocultura: uma alternativa à geração de emprego e renda
As forrageiras na alimentação de caprinos e ovinos
Leite caprino: um novo enfoque de pesquisa
A vitrificação traz praticidade à congelação de embriões caprinos
O esterco Caprino e Ovino como fonte de renda

O agronegócio das Peles Caprina e Ovina
As três carnes de ovinos do Brasil
Influência da cor da pelagem na qualidade da pele caprina/ovina curtida ao cromo
Você é um bom jogador? Escolha a sua roleta russa
Avaliação da idade pelos dentes
A Importância do leite de Cabra na nutrição humana
Cuidados na aquisição de matrizes e reprodutores

➤ **Portal Página Rural**

Os artigos abaixo selecionados foram produzidos entre os anos de 2008 e 2009.
(http://www.paginarural.com.br/artigos_detalhes.php?id=1092, acesso em: 02/03/09):

Índice de artigos neste site relacionados ao tema:

A evolução da criação de caprinos e ovinos no Brasil
O dimensionamento da caprinocultura
Ovinos e caprinos: como atender a um mercado em alta
A mulita e a ovelha

➤ **Jornal eletrônico do Cariri**

Os artigos abaixo selecionados foram produzidos entre os anos de 2006 e 2009.
(<http://www.vitrinedocariri.com.br/>, último acesso em 30/09/09)

Índice de artigos neste site relacionados ao tema:

FISP (Fundo de Investimento Sócio e Produtivo) em Ouro Velho (“Capacitação e acompanhamento das famílias que tem na caprinovinocultura mais uma alternativa na diversidade própria da agricultura familiar semi-árida...”);

Usina de leite em pó (“Primeira usina de leite de cabra em pó do Nordeste chegará à Paraíba para manter o Cariri paraibano no mesmo ritmo de desenvolvimento que apresentou em 2008...”);

Leite em pó (“Usina de leite de cabra é meta para expansão da caprinovinocultura. A fábrica transformará 100 mil litros diários de leite em pó...”);

Anúncio confirmado (“Serão anunciados secretários de governo e o Superintendente do CENDOV – Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura, e demais órgãos e autarquias que compõem a estrutura da administração direta e indireta de Monteiro...”);

Economia em ascensão (“A expansão da atividade de pecuária de corte de cabras e ovelhas da Paraíba deverá receber fortes estímulos, a partir do ano de 2009, quando entrará em operação o Abatedouro e Frigorífico de Caprinos e Ovinos do município de Monteiro. A instalação industrial, cujo investimento já ultrapassa mais de R\$ 1 milhão, tem capacidade para abater 120 animais por dia e vai explorar o segmento de cortes especiais destinados a mercados consumidores seletos de Centros urbanos...”);

Emater em eventos (“A 5ª Feira do Agronegócio do Semi-árido Nordeste é um evento regional centrado na agropecuária com foco maior para o negócio da caprinovinocultura, bovinocultura, apicultura, produção agroecológica e práticas conservacionistas do Bioma Caatinga...”);

Desertificação no Cariri (“...o desmatamento desordenado, a retirada de lenha de forma indiscriminada e o uso inadequado das terras não são as únicas causas da desertificação na região. A criação de cabras está contribuindo de forma significativa para a destruição da vegetação. Se por um lado, a economia se fortaleceu com o incentivo à caprinovinocultura, por outro, o problema ambiental só tem piorado...”);

Feira de Agronegócios (“A região que mais produz leite de cabra no país vai apresentar não só a ascensão da caprinocultura leiteira, mas as várias atividades produtivas que estão mudando o cenário do interior paraibano na 5ª Feira de Agronegócios do Semi-árido Nordeste, de 21 a 24 de agosto, na cidade de Monteiro...”);

Arranjos Produtivos (Governo do Estado investe em Arranjos Produtivos para fortalecer a agricultura familiar, informou o secretário Assis Quintans... Na caprinovinocultura o objetivo é inserir novas alternativas de suplementação alimentar e nutricional dos rebanhos através do apoio à produção de forragens, beneficiamento de ração e blocos multinutricionais...);

As propostas dos candidatos (“candidata apresenta resultados na atual gestão que comanda: ‘ao longo destes anos de governo, aproveitamos a caprinovinocultura, em especial a produção de leite de cabra, que é vendido a programas do Governo do Estado e da Prefeitura, desta forma, mais de 250 famílias de produtores rurais têm sua renda assegurada...”);

Um novo Cariri (“Lembrado outrora pela escassez de água e de perspectivas em curto prazo, o Cariri paraibano ora se apresenta como uma região com potencial para se desenvolver... Da caprinovinocultura ao turismo, da ampliação de estradas a rede de abastecimento d'água e a expansão do ensino superior, o Cariri paraibano já definiu quais são as áreas estratégicas para alavancar ainda mais o desenvolvimento conquistado nos últimos oito anos...”);

Encontro no Cariri (“Encontro apresenta plano de desenvolvimento para o Cariri paraibano até 2012. Região fortalece vocações econômicas e traça metas de longo prazo... O Encontro vai mostrar resultados expressivos nos diversos segmentos econômicos - da caprinovinocultura, artesanato ao turismo histórico e cultural do Cariri...”);

Um novo tempo (“Sebrae articula encontro do Pacto Novo Cariri, com o apoio de mais 30 entidades governamentais. O Encontro vai mostrar resultados expressivos nos diversos segmentos econômicos - da caprinovinocultura, artesanato ao turismo histórico e cultural do Cariri...”);

Pacto Novo Cariri (“A caprinovinocultura foi a primeira atividade beneficiada com as ações de capacitação do Pacto, que vão desde a organização dos produtores, treinamentos e consultorias especializadas, até o apoio na busca de mercados e comercialização dos produtos...”);

Bode na Rua (“Gurjão sedia a Festa do Bode na Rua... Os animais estão vindo de várias regiões da Paraíba e de estados vizinhos, considerando que o evento já é referência na Paraíba pelo incentivo que concede ao setor da caprinovinocultura, passando pela capacitação dos

produtores, acesso ao crédito, melhoramento genético, modernização de equipamentos, busca de parceiros e instituições para convênios...”);

Reunião produtiva (“Sebrae reúne agricultores, dirigentes de associações e de entidades governamentais, para discutir a construção de uma Central de Vendas da Caprinocultura do Cariri, na cidade de Monteiro...”);

Cariri em festa (“São Pedro anima o Cariri paraibano com muito forró e artistas de nível estadual. População de Monteiro e Gurjão aguarda com ansiedade os festejos que ocorrem neste final de semana... Além dos shows, a população de Gurjão e os visitantes vão poder acompanhar a apresentação de grupos de dança, quadrilhas, trios de forró pé de serra, além dos atrativos habituais da cidade do Bode na Rua, como a sua culinária, direcionada para a caprinovinocultura, considerada uma das atrações do Cariri Paraibano...”);

Aperfeiçoamento genético (“Genética do Santa Inês cada vez mais sofre melhorias. Estado e criadores vêm imprimindo ações que visam aperfeiçoar as características de carcaça, peso e reprodução. O especialista na área de melhoramento genético animal no setor de caprinovinocultura, Wandrick Hauss de Sousa, funcionário da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (Emepa), disse que o processo que melhora as características zootécnicas de importância econômica, ao longo de gerações, na Paraíba, tem apresentado resultados satisfatórios, mais especialmente o trabalho que engloba a raça Santa Inês...”);

Festa em Gurjão (“...Além dos shows, a população de Gurjão e os visitantes vão poder acompanhar a apresentação de grupos de dança, quadrilhas, trios de forró pé-de-serra, além dos atrativos habituais da cidade do Bode na Rua, como a sua culinária, direcionada para a caprinovinocultura, considerada uma das atrações do Cariri Paraibano...”);

Bode Rei na Internet (“A equipe de organização da Festa do Bode Rei trouxe mais uma grande inovação para comemorar os 10 anos de sucesso do maior evento nacional relativo à caprinovinocultura. Trata-se da criação do endereço eletrônico www.festadoboderei.com.br...”);

Roliúde das águas (“...Cabaceiras, na verdade, possui vários títulos famosos. Segundo defendem alguns historiadores a cidade foi a porta de entrada dos colonizadores para o Interior do Estado. Bom, era a cidade onde menos chovia no Brasil. É também um grande centro produtor do setor de caprinovinocultura e dos mais importantes do Estado. E, ainda, a cidade que mais recebe turistas internacionais na Paraíba, nos últimos anos...”);

Sim à transposição (“...projetos a exemplo da caprinovinocultura, turismo, entre outros desenvolvidos no Cariri poderão ter um andamento ainda melhor com a consolidação das obras do São Francisco...”);

Melhores dias (“...Agricultores do Cariri se reúnem para discutir melhorias e definir estratégias de como melhorar a Agricultura familiar na região... Foi com essa intenção também que os presidentes das associações de caprinovinocultura de Nova Palmeira, Barra de Santa Rosa, Picuí, e Pedra Lavrada se reuniram semana passada em Barra de Santa Rosa para a inclusão do projeto Aprisco no Curimataú e Seridó no programa de gestão orientada para resultados...”);

Resumo anual (“...Promovendo e articulando o desenvolvimento local sustentável no meio rural, o governo estadual através da SEDAP direciona as suas atividades da agricultura familiar, no segmento da pecuária, a partir de agora, para os Arranjos Produtivos, com foco na Bovinocultura leiteira, Caprinocultura leiteira e Caprinovinocultura de corte...”);

Atividade econômica (“...A Paraíba é o maior produtor de leite de cabra do país, com o beneficiamento de leite de 32 associações distribuídas nas regiões do Sertão, Cariri e Curimataú. Mais de 90% do leite de cabra da Paraíba vêm de propriedades de médio e pequeno porte que comercializam seus produtos com programas governamentais, como da Companhia Nacional de Abastecimento, o Fome Zero e o Leite na Paraíba...”);

Na UFPB (“O Governo do Estado, em parceria com o governo federal, inaugurou no campus da UFPB, em Bananeiras, modernas instalações que acomodarão 88 alunos filhos de assentados da reforma agrária. Eles freqüentam aulas dos Cursos de Agropecuária e Agroindústria... o Governo do Estado tem feito outras parcerias de igual importância com o MDA, como o Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos no município de Monteiro – PB, que irá estruturar a cadeia produtiva da caprinovinocultura de nosso Estado, e deverá ser entregue no próximo mês de dezembro, já que a parte de construção civil está concluída, os equipamentos de abate foram licitados, aguardando-se apenas a entrega desses equipamentos pela firma vencedora do processo licitatório...”);

Festival Gastronômico (“... a cidade de João Pessoa vai se transformar na Capital da Gastronomia feita à base de cabritos, cordeiros e cachaças. O evento vai reunir 13 restaurantes, bares e lanchonetes que, neste período, estarão oferecendo um cardápio diferenciado para paraibanos e turistas interessados em degustar iguarias feitas com a carne nobre e saudável advinda da caprinovinocultura e da cachaça de boa qualidade produzida na Paraíba...”);

Em Alta (“...A caprinovinocultura deixou de ser apenas atividade secundária na Paraíba e representa, em alguns municípios, uma das principais fontes de renda da população. O Estado é o quinto maior produtor do Nordeste com mais de 1 milhão de caprinos e ovinos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Investimentos nos últimos anos fizeram da Paraíba o maior produtor de leite de cabra do país, à frente, inclusive, de Minas Gerais e São Paulo...”);

3º Sincorte (Simpósio Internacional sobre Caprinos e Ovino de Corte) (“...O Sincorte é promovido pelo Sebrae Paraíba, Governo do Estado, Emepa, Faepa e Associação dos Produtores de Caprinos e Ovinos do Estado (Apacco). O evento pretende difundir novas tecnologias e conhecimentos para empresas e produtores de pequenas comunidades rurais, na interação dos diversos elos da cadeia produtiva da caprinovinocultura. Em paralelo ao Sincorte, será realizado a Feira Nacional do Agronegócio da Caprinovinocultura de Corte que pretende movimentar os negócios no campo...”);

Leilão no Cariri (...Este é o primeiro leilão de animais de excelência dos plantéis e seleção da Emepa que, neste ano, por ocasião da Exposição de Animais e Produtos Industriais de Campina Grande, devido à readequação do efetivo dos seus rebanhos e por isso, serão leiloados diretamente na Estação Experimental Pendência, berço da caprinovinocultura oficial da Paraíba...);

Leite de cabra (“...Apenas para o segmento governamental a atividade gera algo em torno de R\$ 15 mil (pagos aos produtores) por dia oriundos da comercialização de 15 mil litros por dia destinados para os programas governamentais Conab, Fome Zero e Leite da Paraíba. As informações são do Sebrae-PB... no Cariri, no Sertão e no Curimataú que a caprinocultura se tornou a principal atividade agropecuária e econômica. No Estado há 1.500 produtores em caprinovinocultura...”);

Festa do Bode Rei (“...O evento é realizado anualmente com o objetivo de congregar todos os agentes produtivos da cadeia da caprinovinocultura nordestina, bem como: profissionais do setor, instituições de pesquisa e extensão, órgãos públicos, comerciantes, estudantes da área agropecuária e o público em geral...”);

Desenvolvimento regional (“...Municípios discutem em seminários criação de plano de Desenvolvimento do Cariri... Entre as áreas em discussão estão os segmentos da caprinovinocultura, turismo, confecções, cooperativismo, cultura e apicultura...”);

Produtos nobres (“Emepa implanta indústria de beneficiamento no Cariri para disseminar produtos nobres... Produtos como lingüiça, hambúrguer, licor, carne de charque, salame, mortadela, uma diversificada linha de queijos, entre outros, estão em final de teste, e, logo mais, vão agregar valor aos negócios da caprinovinocultura paraibana...”);

Em novembro (“...O potencial da caprinovinocultura da Paraíba, que devido aos trabalhos de pesquisas de melhoramento genético realizados pela Emepa desponta como dos mais valiosos do País, poderá ser conferido no mês de novembro, quando o Governo do Estado e parceiros vão realizar o 3º Simpósio Internacional sobre Caprinos e Ovinos de Corte...”);

Sincorte (“Governo do Estado vai mostrar oportunidades de investimento na caprinocultura. O potencial da caprinovinocultura da Paraíba, que devido aos trabalhos de pesquisas de melhoramento genético realizados pela Emepa desponta como dos mais valiosos do País, poderá ser conferido no mês de novembro, quando o Governo do Estado e parceiros vão realizar o 3º Simpósio Internacional sobre Caprinos e Ovinos de Corte...”);

II Leilão Bode da Rua (“Prefeitura Municipal de Gurjão confirma realização do II Leilão Bode da Rua...”);

Cariri reflorestado (“Projeto de replantio agroflorestal irá mudar a paisagem do Cariri paraibano... A partir desta iniciativa será possível ampliar e consolidar, por exemplo, a atividade da caprinovinocultura no semi-árido, hoje uma atividade estratégica para a Paraíba...”);

Superando a seca (A escassez de água não é mais empecilho ao desenvolvimento de pequenas comunidades rurais no Cariri. Com rebanhos de cabras, cultivo de abelhas e hortas agroecológica, agricultores superam dificuldades e aumentam produção. Apenas para a caprinovinocultura, foram liberados em financiamento no último fim de semana de quase R\$ 900 mil para a compra de animais na IV Feira de Agronegócios do Semi-Árido Nordeste, em Monteiro...);

Reunião de prefeitos (“...A reunião teve como objetivo principal promover a integração dos municípios com ações viáveis para a região do semi-árido onde tiveram resultados bastante

positivo para a região caririzeira.... abertura da 4ª feira de agronegócios... prestigiado por várias autoridades do estado, de suma importância para a cadeia produtiva da caprinovinocultura e da agricultura familiar...”);

Em Monteiro (“...São esperadas 50 mil pessoas de estados do Nordeste, na IV Feira de Agronegócios do Semi-árido Nordestino... a caprinovinocultura, a apicultura e a hortifruticultura são pontos fortes das capacitações da feira...”);

Apoio total (“...O secretário de Agropecuária e da Pesca da Paraíba, Francisco de Assis Quintans, estará representando o governador Cássio Cunha Lima na solenidade de abertura da 4ª Feira de Agronegócios do Semi-Árido Nordestino, nesta sexta-feira, 1º de junho, em Monteiro. A 4ª Feira de Agronegócios do Semi-Árido, organizada pelo CENDOV – Centro de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura, é um evento regional centrado na agropecuária com destaque especial para o negócio da caprinovinocultura...”);

Mostrando raça (“...O Pacto do Novo Cariri, através do Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura - CENDOV, autarquia ligada à Prefeitura de Monteiro, realiza..., no Parque de Exposição de Animais João Feitosa Ventura, a 4ª Feira de Agronegócios do Semi-Árido Nordestino...”);

Pacto pelo Cariri (“...A caprinovinocultura foi a primeira atividade beneficiada com as ações de capacitação do Pacto, que vão desde a organização dos produtores, treinamentos e consultorias especializadas, até o apoio na busca de mercados e comercialização dos produtos...”);

Pacto (“...Pacto do Cariri reúne lideranças políticas e da sociedade civil em Barra de Santana... . A caprinovinocultura foi a primeira atividade beneficiada com as ações de capacitação do Pacto...”);

Encontro regional (“...Amcap promove encontro para fortalecimento do Pacto Novo Cariri em Barra de Santana... A caprinovinocultura foi a primeira atividade beneficiada com as ações de capacitação do Pacto, que vão desde a organização dos produtores, treinamentos e consultorias especializadas, até o apoio na busca de mercados e comercialização dos produtos....”);

Bode Rei (“...O maior festival de caprinos e ovinos da Paraíba, a festa do Bode é um evento destinado a incentivar a caprinocultura e ovinocultura como fator decisivo na sobrevivência da população do semi-árido do Cariri Paraibano, na geração de emprego e renda e o Turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável da região com a divulgação da cultura regional...”);

Feira de Agronegócios (“...CENDOV confirma programação da 4ª Feira de Agronegócios do Semi-Árido... No Espaço Aprisco haverá exposição de insumos, produtos, serviços e equipamentos. As Clínicas Tecnológicas terão como temas: Caprinocultura leiteira; Palmas para o Cariri; Caprinovinocultura de corte; Sanidade caprina....”);

Novos negócios (“...Produtores rurais da região Nordeste se reúnem em Monteiro, no Cariri Paraibano... Um dos pontos de relevância da feira é promover, por meio de palestras, a discussão sobre as principais atividades desenvolvidas no semi-árido nordestino, a exemplo da caprinovinocultura...”);

Cursos da UFCG em Sumé (“...No campus de Sumé a UFCG já pensa em criar os seguintes cursos: Ecologia, Gestão de Desenvolvimento, Tecnologia em Caprinovinocultura, Administração Rural e Sociologia Rural entre outros...”);

Vocação para o cinema (“...A fundação de Cabaceiras data da segunda metade do século XVII. Localizado na região dos Cariris paraibanos, a 180 quilômetros de João Pessoa e 70 quilômetros de Campina Grande, atualmente o município possui cerca de cinco mil habitantes. As principais atividades econômicas da cidade são a produção de artigos de couro e caprinovinocultura...”);

Escola técnica (“...futura Unidade de Ensino Descentralizada da cidade do Cariri paraibano, cuja instalação foi anunciada pelo ministro da Educação, Fernando Haddad....Monteiro tem o maior rebanho de caprinovinocultura e que está construindo o seu maior abatedouro, com capacidade para 100 animais por dia...”);

Cabaceiras é destaque (“...Utilizando exclusivamente peles de caprinos e ovinos, animais típicos da região, a cooperativa integra um elo da cadeia produtiva da caprinovinocultura, uma das principais oportunidades econômicas do Cariri...”);

Buscando experiências (“...Referência na gestão de atividades como a caprinovinocultura e o artesanato, o Cariri paraibano recebe um grupo de 16 prefeitos do Mato Grosso. A caravana passará pelos municípios de Monteiro, Sumé, Cabaceiras e Campina Grande, numa expedição onde serão conhecidas as principais atividades do projeto Pacto Novo Cariri...”);

Em Gurjão (“...Gurjão, um pequeno município do Cariri Paraibano e que há seis anos, ganhou visibilidade no cenário regional com a valorização da caprinovinocultura local, um potencial que mudou a vida de centenas de produtores locais, com a cidade sendo conhecida como a cidade do Bode na Rua, um dos maiores eventos do Estado e o mais completo do gênero.”);

Cariri destacado (“...A região é referência em todo o Brasil, pela política de integração que proporcionou o surgimento de projetos como a caprinovinocultura, com o aproveitamento da pele, do leite e da carne, além do incentivo ao próprio turismo”);

IV Bode na Rua (“...Durante os três dias de festa, cerca de 40 mil pessoas visitaram a cidade e puderam vivenciar cultura do município. O evento foi marcado pelas oportunidades de negócios para os pequenos produtores que puderam comprar e vender os animais pelas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Dentro das negociações, mais de 600 animais, entre caprinos e ovinos, foram comercializados, propiciando uma movimentação financeira superior a R\$ 130 mil liberados pelo Banco do Nordeste. `Ao todo, conseguimos que o banco aprovasse 71 propostas dos nossos produtores. Um bom número que vai ajudar na renda familiar e no fortalecimento da caprinovinocultura`, disse o prefeito Jose Carlos Vidal...”);

Gurjão é só festa (“A festa passa a ser uma das mais completas do gênero por abranger diversas atividades ligadas a caprinovinocultura e também a potencialidade do Cariri Paraibano. Estão sendo aguardadas mais de 30 mil pessoas durante os três dias...”);

Leilão de Caprinos e Ovinos (“...Serão leiloados 30 lotes de animais de diversas raças no segundo dia do evento, coordenada pela Associação Paraibana de Criadores de Caprinos e

Ovinos (APACCO), em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e o Governo do Estado. Essa é mais uma inovação da Prefeitura Municipal de Gurjão, realizadora da festa, e o início da interiorização das atividades da APACCO, que visa buscar o fortalecimento da caprinovinocultura no Estado...”);

Bode é festa (“Mais de 15 mil pessoas prestigiam primeiro dia da Festa do Bode Rei, em Cabaceiras, no Cariri....”);

I Encapri (“O I Encontro Nacional de Produção de Caprinos e Ovinos (Encapri) foi considerado um sucesso. Pelo menos é o que revelam técnicos e produtores que participaram do evento no Centro de Convenções Raimundo Asfora, em Campina Grande. Durante as palestras e debates acerca da caprinovinocultura, os participantes destacaram a importância do acontecimento para o segmento econômico no Brasil, em especial no Semi-Árido paraibano....”);

Feira movimentada Monteiro (“...Numa realização do Sebrae e da prefeitura municipal, em parceria com o governo do Estado, instituições financeiras, de ensino e pesquisa e não-governamentais, a III Feira de Agronegócios tem como eixo principal a caprinovinocultura, atividade mais praticada na região. Geradora de emprego e renda para mais de 2 mil pequenos criadores, o Cariri detém uma produção leiteira de 12 mil litros/dia...”);

Representações do Nordeste (“Com estimativa de movimentar a economia do Cariri paraibano em R\$ 2,5 milhões, a terceira Feira de Agronegócios do Semi-Árido Nordestino vai atrair neste ano os produtores regionais dos nove Estados nordestinos. Apesar de a caprinovinocultura leiteira ser ainda o principal eixo do evento, os organizadores revelam que o setor de apicultura (criação de abelhas), gastronomia regional e piscicultura (criação de peixes) serão ampliados na feira deste ano...”);

Bode na rua (“VI Bode na rua será no mês de julho e algumas atrações estão confirmadas...”);

Agronegócios em Monteiro (“Monteiro sedia a III Feira de Agronegócios do Semi-Árido do Nordeste. A caprinovinocultura continua sendo o eixo principal do evento. A Feira ainda traz a exposição Monteiro Mostra Raça; torneios leiteiros; Espaço Aprisco Nordeste - desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura...”);

Caprinovinocultura em debate (“Adeptos e interessados na caprinovinocultura terão encontro marcado em Campina Grande. Campina Grande será sede do I Encontro Nacional de Produção de Caprinos e Ovinos - Encapri. Um evento dirigido a produtores, pesquisadores, professores, técnicos, estudantes e interessados pela caprinovinocultura que irão discutir, de 29 de maio a 03 de junho, no Centro de Convenções Raimundo Asfora do Garden Hotel, o nível de produtividade, de gerenciamento e de articulação dos diversos segmentos da cadeia produtiva...”);

Nova ração animal (“Palma forrageira é alternativa para ração animal, segundo pesquisadores da Emepa e UFCG... A pesquisa: Parte do projeto "Apoio ao Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Caprinovinocultura - APLCAPRI", um convênio firmado em 2004 entre o Governo do Estado e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, através da

Fundação de Apoio à Pesquisa - FAPESQ e EMEPA, a pesquisa foi desenvolvida utilizando 32 cordeiros com 50 dias de idade...”);

Monteiro em destaque (“Sebrae entrega a Monteiro título de projetos de destaque, com a caprinovinocultura...”);

Ganho real (“O Governo do Estado da Paraíba através da Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) divulgam os resultados obtidos com as primeiras pesquisas de desempenho em caprinos Boer...”);

Reinício dos trabalhos (“São vários os motivos para que a população monteirense esteja com as suas atenções voltadas para a abertura dos trabalhos legislativos da Câmara Municipal, que volta as suas atividades... O clima tenso que vem rolando desde o final de 2005 e início de 2006, quando os vereadores da situação trocaram acusações com o Superintendente do CENDOV – Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura do Cariri...”);

Em defesa da honra (“O veterinário Rubens Remígio, Superintendente do CENDOV – Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura do Cariri, deverá responder perante a Justiça por crime de calúnia e por haver infringido a Lei de Imprensa...”);

Ouro Branco no Cariri (“Nos municípios de Amparo e Monteiro, a uma distância média de 345 Km de João Pessoa, o leite de cabra já é considerado “o ouro branco”, um produto altamente comercializável, ora transformado em iguarias diversas...”).

ANEXO II - 14 “CASOS DE SUCESSO” DO SEBRAE NA ÁREA DE CAPRINOVINOCULTURA NO NORDESTE (1999 - 2007)

Fonte: (http://www.casosdesucesso.sebrae.com.br/CasoSucesso/casosuccesso_busca.aspx?tip=1).

1. Bode potiguar conquista o Nordeste (1999 - 2002 / Rio Grande do Norte)

Tema(s): Agronegócios

Ordenha mecânica de cabra

Aumentar a renda na região, gerar novos postos de trabalho nas áreas das frentes de emergência e disputar mercado com os produtores de leite bovino, que já atendiam ao Programa do Leite⁷⁶ do governo do estado. Esses seriam alguns dos motivos que levaram os pequenos produtores da região de Angicos e Lajes, municípios do Rio Grande do Norte, a formar a Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos do Sertão Central Cabugi – ACOSC como para lutar pelo desenvolvimento do setor rural de grande importância na região do semi-árido nordestino.

Os produtores se reuniram para cobrar do governo a inclusão do leite de cabra no Programa do Leite e conseguiram a garantia da compra da produção. Mas, com ela veio o dilema: como atender ao pedido do governo de 1.000 litros por dia se a produção, em 1999, era de apenas de 200 litros por dia? Naquele momento, os animais não tinham raça definida, a alimentação era obtida pelo que a natureza oferecia e não existiam calendários de vacinação nem controle de reprodução. Havia a necessidade de melhoramento genético e adoção de práticas zootécnicas.

Com todos os problemas para solucionar, os produtores buscaram, no Sebrae, o parceiro para organizar o setor, recuperando o tempo perdido na busca de novos mercados.

Programas do Sebrae Envolvidos: Projeto Aprisco; Programa Caprinocultura; Projeto Competir.

Entidades Envolvidas: Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Sertão Central Cabugi - ACOSC; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq; Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM; Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte - FAERN; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Secretaria da Agricultura, Pesca e Pecuária do Rio Grande do Norte; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Banco do Brasil - BB; Banco do Nordeste do Brasil - BNB; Delegacia Federal de Agricultura - DFA; Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional – SENAI.

2. Agente de desenvolvimento rural: presença que transforma (2001 – 2002 / Paraíba)

Tema(s): Agronegócios; Associativismo; Desenvolvimento Sustentável; Tecnologia

⁷⁶ Programa de distribuição gratuita de leite para crianças carentes, gestantes e idosos.

No tempo das cabras magras... Em meados de 2001, as cidades de Monteiro, Zabelê, Cabaceiras, Prata e São Sebastião do Umbuzeiro, localizadas na microrregião do Cariri paraibano, passaram a sediar Miniúsinas de Beneficiamento de Leite de Cabra, em função do alto potencial no segmento caprinovinocultura leiteira.

Na época, os cerca de dois mil criadores de caprinos e ovinos estabelecidos na região estavam com sérias dificuldades produtivas, sem perspectivas de lucratividade. A pior delas era a total ausência de práticas de higiene e métodos sistemáticos de ordenha, limpeza das instalações, controle zootécnico, sanidade e armazenamento adequado do leite, o que inviabilizava a obtenção de um produto compatível com o oferecido pelo mercado, com garantias de qualidade para seus consumidores.

Foi aí que surgiu a idéia do Agente de Desenvolvimento Rural (ADR), inspirado no modelo de atuação do Agente de Saúde – Sua missão: orientar os produtores, com o objetivo de estabelecer padrões para obtenção do leite e manejo dos animais, a fim de que eles pudessem alcançar uma produção de caráter empresarial e com chances de competitividade.

"Antes das visitas do ADR, eu só tinha 20 cabras e nem dava valor ao leite, que servia de alimento para os outros animais. Hoje, minha vida melhorou muito. Ganhei na qualidade do meu rebanho, já tenho 100 animais e uma produção média de 20 litros de leite por dia que eu forneço para a usina. E quero produzir ainda mais!" (Seu Alfredo Queiroz, pequeno produtor da zona rural de Monteiro).

Programas do Sebrae Envolvidos: Consultoria Tecnológica.

Entidades Envolvidas: Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura; Universidade Federal da Paraíba; Secretaria de Agricultura, Irrigação e Abastecimento - SAIA (PB); Prefeitura Municipal de Monteiro; Prefeitura Municipal de Cabaceiras; Prefeitura Municipal de Zabelê; Prefeitura Municipal de Prata; Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro; Governo do Estado da Paraíba; Fundação de Ação Comunitária; Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia; Centro de Ciências Agrárias; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

3. Cabra nossa de cada dia: a sociedade organizada enfrenta a miséria no sertão (1990 - 2004 / Ceará)

Tema(s): Desenvolvimento dos Seres Humanos; Desenvolvimento Sustentável.

"Prepare seu coração pras coisas que eu vou contar, eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão, e posso não lhe agradecer...". Geraldo Vandré e Theo

O flagelo da seca há séculos assola o sertão nordestino, dificultando a vida de milhares de pessoas que residem na zona rural e nas periferias das cidades na região.

Em Sobral, município do sertão cearense, zona norte do Estado, as famílias mais pobres sofriam com fome, desnutrição e a mortalidade infantil agravada pela seca. Motivada pela necessidade de reverter esse quadro, a comunidade, por ocasião de um fórum de discussão, liderado pelo padre João Batista Frota, buscou alternativas de combate à fome e à desnutrição infantil.

“A gente escutou o clamor do povo, das famílias. A situação era de fome. Eu me lembro muito bem, eles diziam: Nós estamos criados, vamos procurar salvar nossos filhos. Aquilo me sensibilizou... O que fazer para salvar aquelas crianças?”, perguntava-se o padre João.

Determinado a combater o flagelo da seca no município de Sobral, padre João convidou, em setembro de 1993, a sociedade organizada e suas instituições a se engajar na formulação de alternativas sustentáveis para amenizar a pobreza local. São Domingos foi uma das comunidades que prontamente respondeu ao chamado.

Programas do Sebrae Envolvidos: Programa de Redes Associativas ; Programa Sebrae de Consultoria Tecnológica - SEBRAETEC ; Projeto Aprisco ; Missões ; Treinamento Empresarial ; Projeto Semi Árido

Entidades Envolvidas: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Prefeitura Municipal de Sobral; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP; Banco do Nordeste do Brasil - BNB; Paróquia do Patrocínio; Associação dos Produtores Rurais de São Domingos ; Secretaria de Desenvolvimento Rural de Sobral; Universidade Vale do Acaraú; Secretaria de Saúde; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Secretaria de Educação; Caso do Campo.

4. Leite de cabra é vida no Sertão de Pajeú (2001 - 2004 / Pernambuco)

Tema(s): Agronegócios

*Riacho do Navio
Corre pro Pajeú
O rio Pajeú vai despejar
no São FranciscoO rio São Francisco
Vai bater no meio do mar
Luiz Gonzaga e Zé Dantas*

Carnaíba, pequena cidade do Sertão de Pernambuco, encravada na microrregião do Pajeú, é uma cidade de músicos e poetas, berço do ilustre Zé Dantas, parceiro do não menos ilustre Luiz Gonzaga, ambos dedicados a cantar as belezas e agruras da região do semi-árido nordestino.

Situada a 417 quilômetros do Recife, Carnaíba possui uma área territorial de 543 km². A vastidão de suas terras de relevo suave ondulado, onde predomina a vegetação da caatinga, com baixa precipitação pluviométrica anual, não apresenta diferenças significativas em relação às demais cidades do semi-árido pernambucano, onde os maiores problemas sociais, cantados dolorosamente nos versos do ilustre carnaibense, são o êxodo, a subnutrição e a falta de perspectivas – de sonhos...

Contudo, o povo de Carnaíba soube fazer a diferença.

Envolvido com a enfermidade do filho, o casal Ione e José Francisco Filho, o popular Didi, atendendo às recomendações médicas, iniciou um tratamento à base de leite de cabra, animal adaptado às severas condições climáticas da região.

Solucionado o problema pessoal, Didi olhou para sua gente, que convivía com alto índice de desnutrição infantil e doenças endêmicas, e passou a ser atormentado por algumas questões sociais: como combater a desnutrição utilizando a potencialidade e os recursos

locais? Como aproveitar a solução da sua situação familiar para a melhoria da qualidade de vida dos seus conterrâneos?

Programas do Sebrae Envolvidos: Programa Sebrae de Consultoria Tecnológica - SEBRAETEC ; Missões ; Programa de Sanidade ; Saber Rural.

Entidades Envolvidas: Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária - IPA; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco; Prefeitura Municipal de Carnaíba; Secretaria de Produção Rural de Reforma Agrária de Pernambuco; Universidade Federal Rural de Pernambuco.

5. Os cabras fortes da Fazenda Icó: união, organização e perseverança (2003 - 2006 / Bahia)

Tema(s): Agronegócios

A comunidade de Barra Bonita está situada no distrito de Itamotinga, em Juazeiro (BA), ao lado da Rodovia BA 210, distante 70 quilômetros do município sede. A região possui clima árido, relevo plano, solos medianamente férteis, água salobra, vegetação predominantemente de caatinga, com visíveis sinais de raleamento, esparsas e pequenas quantidades de palma, algaroba e catingueira (vegetações típicas de regiões áridas e semi-áridas).

Em Barra Bonita contrastam, de um lado, um sistema de produção agrícola intensivo em tecnologia, baseado em projetos de fruticultura irrigada e, de outro, a agricultura familiar explorando a agricultura de sequeiro e a pecuária extensiva, com vistas à subsistência.

Foi neste pedaço de sertão nordestino que nasceu João Barbosa de Araújo que, na adolescência, migrou de sua terra natal para arriscar a vida na Grande São Paulo.

Após quase 40 anos distante, João Araújo decidiu voltar para Barra Bonita com o objetivo de se recuperar de uma doença. Tão logo se restabeleceu, uma de suas primeiras iniciativas foi recuperar a propriedade herdada da família que se encontrava em total abandono. Mais tarde, incomodado com a crise que assolava a região, passou a buscar alternativas viáveis que modificassem a dura realidade enfrentada pelos produtores da região.

Em 2003, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (Sebrae/BA) e a Prefeitura Municipal de Juazeiro selecionaram Barra Bonita e outras comunidades circunvizinhas como beneficiárias do Projeto de Apoio a Programas Regionais Integrados Sustentáveis da Cadeia da Ovinocaprinocultura (Aprisco). O objetivo do Projeto era promover a organização e desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura, visando ao aumento da competitividade e à oferta de produtos no mercado nacional. João Araújo sabia que a região tinha tradição na produção caprina e ovina, mas que faltavam investimentos. Para ele, estava claro que o êxito do projeto dependia da organização e do envolvimento dos produtores locais. Sem isso, as chances de sucesso eram bastante reduzidas. Unir e organizar os produtores locais tornou-se o seu maior desafio.

Programas do Sebrae Envolvidos: Projeto Aprisco.

Entidades Envolvidas: Governo do Estado da Bahia; Fundação Banco do Brasil; Prefeitura Municipal de Juazeiro.

6. Um consórcio que deu bode no sertão de Sergipe (2001 - 2006 / Sergipe)

Tema(s): Agronegócios

Apesar de ser conhecida como a capital do sertão, Nossa Senhora da Glória, município encravado na região mais árida de Sergipe, sempre sofreu com as condições geográficas e climáticas desfavoráveis. Solos pouco férteis devido à tradição de práticas agrícolas de subsistência, longos períodos de estiagem e falta de mananciais de água são problemas comuns em todos os 745 km² de área.

Mesmo assim, o município se tornou destaque na bovinocultura – até 2006, tinha a maior bacia leiteira de Sergipe, com uma produção de cerca de 90 mil litros de leite por dia, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas o setor não deu certo para todos, por ser uma atividade que exige investimentos altos em manutenção e grandes áreas para pastagem e plantio de forrageiras¹. Era necessário desenvolver uma outra atividade que pudesse garantir renda aos produtores rurais, especialmente aos que não dispunham de terra.

E foi, curiosamente, durante uma capacitação sobre bovinocultura que um grupo de produtores locais lembrou-se do bode – bicho do sertão como nenhum outro. De fato, a criação de cabras e bodes sempre foi tradição no interior sergipano. O caprino é um animal que come de tudo, bebe pouca água, não é caro e tem produtividade maior que o bovino.

De olho nessa possibilidade, 35 pequenos produtores rurais, liderados por Antônio Andrade, criaram, logo depois que o curso foi concluído, em junho de 2000, a Associação Sertaneja de Caprinocultores (ASCA). Em março de 2001, o grupo participou de um curso de manejo de caprinos para aprender mais sobre esse tipo de criação. Já com a idéia de trabalhar em conjunto, de forma associativa, Antônio Andrade, assim como todos do seu grupo, sonhava começar logo a produção. Mas cadê o dinheiro para comprar os animais?

Programas do Sebrae Envolvidos: Associativismo.

Entidades Envolvidas: Universidade Federal de Sergipe – UFS.

7. Ovinocaprinocultura: a marca do sertão (2003 - 2006 / Alagoas)

Tema(s): Agronegócios

Situada no sertão de Alagoas, São José da Tapera foi fundada a partir da criação de uma feira de rua por empreendedores da cidade vizinha – Pão de Açúcar. Esses, aproveitando a existência de casas de taipa chamadas taperas, batizaram o local. Uma das primeiras providências da população foi construir uma capela, oferecida a São José, o santo das chuvas.

A partir da descoberta da fertilidade das terras de São José da Tapera, agricultores de outros municípios se motivaram a instalar propriedades no novo núcleo que ali se formava. Levaram com eles, além dos arados e das sementes, a criação de ovinos e caprinos como alternativa ao semi-árido.

A criação desses animais sempre teve uma forte ligação com toda a história do sertanejo e da região do sertão. Os animais são fortes e robustos como os sertanejos e se adaptam com muita facilidade às condições adversas de clima e solo. Além disso, alimentam-se de praticamente tudo o que existe na região – capim, mato, culturas diversas e inclusive de ervas daninhas, representando uma alternativa barata e de fácil manejo, mesmo em épocas de seca.

Porém, justamente a vantagem natural vinha prejudicando e impedindo o desenvolvimento da atividade no sertão. Apesar de sua importância, a exploração desta atividade econômica por grande parte dos produtores rurais, especialmente pequenos produtores, ainda não havia sido trabalhada de forma eficiente e competitiva, em patamares que permitissem garantir a rentabilidade e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda de forma sustentável e crescente.

Foi então que, em agosto de 2003, o senhor Marco Antônio Nunes Salgueiro, presidente da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Sertão de Alagoas (Cafisa), buscou apoio em diversos órgãos para o desenvolvimento da atividade de ovinocaprinocultura de maneira mais profissional na região. A atividade era visualizada por ele como uma alternativa às condições adversas por que passavam um número expressivo de ex-assentados. Eles reivindicavam o direito à renda por meio da atuação na atividade de ovinocaprinocultura e não via transferência governamental, por intermédio de programas assistenciais, como Bolsa Família, Bolsa Escola, Auxílio-gás, dentre outros.

Entretanto, como inserir uma gestão profissional em uma atividade tradicional como a ovinocaprinocultura em um ambiente de baixo nível tecnológico empregado na criação, de endividamento do produtor, de cultura associativa incipiente, de baixo grau de instrução, de falta de investimentos estruturantes para a produção e de falta de uma identidade territorial? A organização da produção, dentro de parâmetros profissionais de gestão da atividade rural, era prioridade para que a pequena empresa rural conseguisse uma inserção competitiva nos mercados regional, nacional e, futuramente, no mercado internacional.

Programas do Sebrae Envolvidos: APL Ovinocaprinocultura no Sertão.

Entidades Envolvidas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Banco do Nordeste do Brasil - BNB; Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas - SEAGRI; Instituto de Terras de Alagoas – ITERAL.

8. Sabonete de leite de cabra: inovação na ovinocaprinocultura (2004 - 2006 / Alagoas)

Tema(s): Agronegócios; Associativismo.

O município de Maravilha está situado no semi-árido alagoano, distante 234 quilômetros da capital Maceió e, como a maioria dos municípios brasileiros, sempre ofereceu poucas oportunidades de trabalho para os seus habitantes. Em 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuía um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH de 0,563) de um estado que apresentava um dos piores índices do País (IDH de 0,649).

As ofertas de trabalho eram praticamente restritas ao serviço público e a economia da cidade era baseada na agricultura de subsistência, com a utilização de recursos de baixos níveis tecnológicos, exercida, predominantemente, por agricultores familiares. Esta situação gerava alto grau de pobreza e exclusão social.

Nesse cenário adverso, a atividade da ovinocaprinocultura se destacou como uma alternativa viável, não só para Maravilha, como para um conjunto de mais 20 municípios que constituía o Arranjo Produtivo Local (APL)⁷⁷ da Ovinocaprinocultura no Sertão Alagoano.

A partir de um dos objetivos desse programa, que era estimular atividades relacionadas aos derivados da ovinocaprinocultura, o Governo do Estado de Alagoas, o Serviço de Apoio

⁷⁷ APLs: são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividade econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes.

às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae/AL) e parceiros idealizaram um projeto para fabricação de sabonetes artesanais à base de leite de cabra.

Logo no primeiro treinamento, Maria Claudivânia, mais conhecida como Vânia, até então sustentada pelo marido, vislumbrou uma oportunidade para alcançar a sua almejada independência financeira. Junto com três mulheres de Maravilha e outras 13 provenientes do município vizinho de Ouro Branco, prontamente constituiu um grupo.

No entanto, em 2006, Vânia viu seu sonho se esvaír depois de apenas quatro meses de dedicação à produção dos sabonetes artesanais e antes da oportunidade de testar a aceitação de seus produtos em uma feira internacional. Discordâncias com as mulheres de Ouro Branco levaram a uma ruptura na relação de confiança dentro do grupo.

Diante da impossibilidade de continuar o trabalho em conjunto com as artesãs do município vizinho, Vânia se viu num impasse: desistir de seu sonho ou continuar persistindo na busca de sua independência financeira? Mas como continuar produzindo sabonetes sozinha? Será que continuaria tendo apoio das instituições de forma isolada?

Entidades Envolvidas: Departamento Nacional de Obras Contra Secas - DNOCS; Caixa Econômica Federal; Banco do Brasil - BB; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Fundação Banco do Brasil; Banco do Nordeste do Brasil - BNB; Instituto Euvaldo Lodi; Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; Agência de Desenvolvimento do Nordeste; Ministério do Desenvolvimento Agrário.

9. A organização dos pequenos produtores de ovinos e caprino em Jaguaratema (2004 - 2007 / Ceara)

Tema(s): Agronegócios

A cidade de Jaguaratema, situada na região do baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, dista 241,1 quilômetros da capital, Fortaleza. Tinha, em 2003, 18,3 mil habitantes. Com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,645, ocupava a 58ª posição no ranking dos municípios do Ceará. A economia do município era composta por: serviços (50,8%), agropecuária (36,7%) e indústria (12,5%). O Produto Interno Bruto (PIB) gerado em 2003 foi de R\$ 40 milhões, segundo o Anuário do Ceará.

Com um clima tropical quente semi-árido, com chuvas de janeiro a abril, o produtor rural que criava ovinos e caprinos nesse local sempre passava por várias dificuldades, como a escassez de água e alimentos, a morte de animais – por falta de conhecimentos sanitários – e a ausência de expectativa de desenvolvimento pessoal e de melhoramento das suas atividades.

Em 2003, muitos desses produtores não tinham esperança de um futuro promissor. Assim, Francisco Ubiratan Saldanha Lima, produtor, professor e líder comunitário, identificou a necessidade de união dos produtores de ovinos e caprinos. Unidos eles teriam mais força para superar seus problemas. Mas faltava ao grupo o espírito do associativismo.

Programas do Sebrae Envolvidos: Projeto Aprisco ; Projeto Turismo Rural.

Entidades Envolvidas: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

10. A terra do bode (2002 - 2007 / Ceará)

Tema(s): Agronegócios; Associativismo.

O município de Tejuçuoca, situado na região norte do Estado do Ceará, a 145 quilômetros da capital Fortaleza, possui uma extensão de 801 km². Seu nome origina-se do tupi e significa lugar onde residem os teiús (lagartos) grandes, animais habitantes das terras indígenas. A cidade é ocupada por uma população de 13,5 mil habitantes (30,7% na área urbana e 69,3% na área rural). Em 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 52,1% dos moradores eram do sexo masculino e 47,9 % do sexo feminino.

O município emancipou-se em 1987. Desde então, tem apresentado dificuldades para gerar alternativas de ocupação e renda à população, a maioria de baixa renda. A desarticulação dos produtores e a falta de profissionalismo do setor mantinha o município com poucas perspectivas de se desenvolver economicamente.

Prejudicada por morar em uma das regiões mais secas do País, a maioria das famílias vivia da agricultura de subsistência, sobretudo do cultivo de milho e feijão. Até 1990, o algodão era uma cultura relevante que ainda contribuía para a economia, quando, então, passou a sofrer uma grande queda na produção em razão da praga do bicudo⁷⁸, desestimulando muitos produtores.

Considerado um dos municípios mais pobres do Ceará, com uma renda média per capita de R\$ 26,00 por mês e IDH de 0,369, até meados de 2002, o município de Tejuçuoca vinha buscando soluções para a superação das dificuldades que interferiam em seu desenvolvimento.

Mesmo possuindo belezas naturais, entre elas uma visitada caverna denominada Furna dos Ossos, conhecida pelas suas inscrições rupestres, a cidade não estava organizada para aproveitar as oportunidades relacionadas ao turismo.

Isso também se aplicava aos demais setores produtivos, inclusive a agricultura e a pecuária, predominantemente de subsistência. Nas propriedades rurais, os poucos ruminantes que existiam eram considerados animais de criação, destinados à alimentação dos moradores e, ocasionalmente, para venda na feira livre para a compra de medicamento ou alimento no pequeno comércio local.

Como a maioria dos municípios brasileiros, mais notadamente os da Região Nordeste, Tejuçuoca sempre se caracterizou pela grande dependência dos recursos públicos para garantir os salários de sua população, que eram ainda complementados com os recursos de aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Essa característica se ressaltava mais ainda pela dependência de seu município-mãe, Itapajé, o que desafiava Tejuçuoca a trilhar caminhos próprios. Mesmo tendo conquistado sua emancipação, continuava dependente economicamente de seu município de origem, pois não possuía bancos, posto do INSS e comércio estruturado. A população recebia seus rendimentos em Itapajé, que possuía estrutura de comércio e absorvia grande parte das compras locais.

Um dos moradores que se destacou foi João da Silva Mota Filho. De família tradicional do Vale do Curu, ele nasceu na localidade de Caxitoré, antes Distrito de Itapajé. Com o falecimento de seu pai, precisou voltar a Tejuçuoca para assumir os negócios da família.

João Mota começou a trilhar o caminho da política em 1985, concorrendo ao cargo de vereador em Itapajé, quando começou a trabalhar para a emancipação de Tejuçuoca, alcançada ao final de 1987. Foi eleito prefeito, tendo exercido três mandatos, dois deles consecutivos.

Em 1994, João tomou conhecimento do estudo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre alternativas para o semi-árido, com destaque para a pecuária de pequenos ruminantes.

⁷⁸ Bicudo: inseto que ataca as plantas do algodoeiro.

No início de seu terceiro mandato, em 1997, ele firmou um propósito de redirecionar os caminhos do município de Tejuçuoca.

A ausência de atividades produtivas que pudessem reduzir a dependência dos recursos públicos e promover socialmente o município levou João Mota a trabalhar na elaboração de um projeto de desenvolvimento sustentável.

“O grande salto de Tejuçuoca foi a população acreditar na liderança, acreditar em mim”. João da Silva Mota Filho, ex-prefeito de Tejuçuoca.

Ainda não se sabia exatamente o que fazer para iniciar o trabalho, pois, além das belezas naturais e da vontade da população em desenvolver atividades produtivas, não se percebiam grandes oportunidades para o desenvolvimento local. Era clara a necessidade de geração de novas alternativas de trabalho para a população. Porém os recursos eram escassos no município, emancipado havia pouco mais de dez anos.

Programas do Sebrae Envolvidos: Projeto Aprisco.

Entidades Envolvidas: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE ; Prefeitura Municipal de Tejuçuoca.

11. Sítio Cedro: o carneiro na ponta do lápis (2003 - 2007 / Ceará)

Tema(s): Agronegócios; Associativismo.

Farias Brito, município do sul do Ceará, localizado no Cariri cearense, está a 47 quilômetros de Crato, capital cearense da cultura, e a 62 quilômetros de Juazeiro do Norte, terra do Padre Cícero, o santo nativo dos nordestinos. Tem uma economia modesta, baseada na agricultura, na pecuária e na indústria artesanal do calcário, atividade essa representada em sua bandeira e no slogan “Farias Brito capital da cal”. Em 2002, possuía Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,609, o 132º do Estado e o 4.503º do País. Sua população era de 29 mil habitantes, dos quais 1/3 residia no campo, conforme dados Instituto de Pesquisa de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

É região de clima semi-árido a tropical quente, com topografia ondulada e ligeiramente plana às margens dos riachos, de boa fertilidade e pouca água disponível no seu subsolo. Em função do ciclo do algodão do Ceará, a economia de Farias de Brito teve momentos áureos, mas que ficaram em um passado distante.

Antonio Aldenor viu o bocado acabar com o algodão, mas, como poucos na região das suas terras, nunca desistiu e foi embora. Acompanhou também a divisão das terras da família, o que as tornou impróprias para criação de bovinos. Depois de todos esses acontecimentos o que restou foi plantar milho, feijão, fava, arroz e amendoim para alimentar a família e os pequenos animais.

Em 2002, Aldenor percebeu que precisava encontrar uma forma de mudar essa estrutura produtiva de subsistência e dar uma condição de vida melhor para sua família. Mas na região onde o carneiro é “miunça”⁷⁹, o boi era quase rei e o algodão era a moeda. Esse era um desafio difícil de ser superado.

Programas do Sebrae Envolvidos: APL Ovinocaprinocultura no Sertão; Aprisco Cariri.

⁷⁹ Miunça: nome popular dado pelos criadores aos pequenos animais da propriedade.

Entidades Envolvidas: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; Banco do Nordeste do Brasil - BNB ; Ministério da Integração Nacional.

12. Em busca da sustentabilidade no Sertão do Araripe (2005 - 2007 / Pernambuco)

Tema(s): -----

Granito, cidade pernambucana, localizado no sertão do Araripe, está sob a influência da Chapada do Araripe, o que proporciona uma diversidade das espécies vegetais que compõem o pasto nativo. Nesse município, castigado, como tantos outros pelas adversidades do semi-árido nordestino, um grupo liderado por Flaviano Chaves Farias, com 21 criadores, fundou em maio de 2002 a Associação de Criadores de Ovinos e Caprinos de Granito (Acocag), com um plantel de 900 animais. A idéia era unir os criadores para fortalecer a atividade.

Por meio de capacitações tecnológicas e melhoramento genético do rebanho, a associação fez com que os produtores se especializassem, elevando a caprinovinocultura para primeiro plano em substituição à bovinocultura. Com isso, passaram a ser referência na região, atraindo compradores inclusive dos estados vizinhos (Ceará e Piauí), aos quais vendiam animais vivos.

Entretanto, associar-se, especializar-se e investir na melhoria da qualidade não era o suficiente para se obter a sustentabilidade da economia local. Embora tivessem animais de qualidade superior, os produtores não conseguiam vendê-los com preço diferenciado dos concorrentes, que não adotavam tecnologia. Vender animais vivos – “em pé”, como dizem no local – constituía uma forma arcaica de comercialização. Por isso, era fundamental agregar valor aos seus produtos. Esse foi o grande desafio enfrentado pelos associados da Acocag.

Programas do Sebrae Envolvidos: APL Ovinocaprinocultura no Sertão.

Entidades Envolvidas: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE ; Fundação Banco do Brasil ; Ministério da Integração Nacional.

13. Festa do bode de Batalha (2006 - 2007 / Piauí)

Tema(s): Agronegócios

Mudar de vida e construir um futuro para os filhos. Esse era o objetivo de Francisca das Chagas Amaro em 2006. Aos 33 anos, Das Chagas, como é mais conhecida, tinha três filhos, morava numa cidade no interior do Piauí e carregava uma incerteza: como garantir uma renda para melhorar sua vida e a de sua família.

O marido de Das Chagas, Francisco Sabino, trabalhava como motoboy, atividade pouco ou quase nada rentável num município pequeno como Batalha, a 154 quilômetros de Teresina.

Ao engravidar do primeiro filho, Das Chagas resolveu ser sacoleira e também consultora da Avon. As dificuldades para sustentar a família eram grandes. Seu sonho era trabalhar por conta própria e, assim, ter a certeza de uma vida mais confortável.

Em 2006, um evento realizado em Batalha trouxe boas novas para essa mulher e sua família. Começava assim um novo desafio na vida de Das Chagas.

Programas do Sebrae Envolvidos: APL Ovinocaprinocultura no Sertão.

Entidades Envolvidas: Fundação Banco do Brasil; Banco do Nordeste do Brasil - BNB; Associação Piauiense de Criadores de Caprinos e Ovinos; Agência de Defesa Agropecuária do Piauí.

14. Pio IX: Inclusão social com geração de emprego e renda (2005 - 2007 / Piauí)

Tema(s): Agronegócios; Associativismo.

O município de Pio IX, localizado 444 quilômetros de Teresina, capital do Estado do Piauí, conta com uma extensão territorial de 1,9 km² e possui clima tropical semi-árido. Pio IX apresentava, em 2000, renda per capita de R\$ 79,27, baseada em uma economia essencialmente rural, que revelava um IDH¹ de 0,572, característico de município subdesenvolvido, de acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em meio a essa realidade difícil, em 2005, surgiu um grupo de criadores de ovinos e caprinos, liderados pelo também criador Odon Alencar Neto, que percebeu a possibilidade de melhorar a geração de renda com o desenvolvimento dessa atividade.

Odon Neto foi um dos primeiros criadores do local a acreditar na ovinocaprinocultura como saída para a crise pela qual passava a agricultura familiar no município de Pio IX, estagnada com o fim da cultura do algodão, uma das principais atividades econômicas. A praga do bicudo que assolou a região em 1985 devastou toda a cultura do algodão, enfraquecendo a economia local e tirando a base de sustento das famílias que viviam dessa atividade.

Incentivados por Odon, os criadores, dispostos a mudar a sua realidade, perceberam a oportunidade surgida a partir da implantação de um projeto de fortalecimento da agricultura familiar, com foco na atividade da ovinocaprinocultura. Era o momento de dinamizarem essa atividade econômica que ultrapassava inclusive as fronteiras da seca, pois era visível a vocação do semi-árido para a atividade da ovinocaprinocultura.

Assim, os criadores foram buscar o auxílio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí (Sebrae/PI), do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Prefeitura de Pio IX, com o objetivo de encontrar alternativas para a promoção do desenvolvimento econômico e sustentável da região.

Programas do Sebrae Envolvidos: APL Ovinocaprinocultura no Sertão.

Entidades Envolvidas: Fundação Banco do Brasil; Ministério da Integração Nacional; Prefeitura Municipal de Pio IX.

ANEXO III - INSTRUÇÃO NORMATIVA N.37

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 37, DE 31 DE OUTUBRO DE 2000.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 83, inciso IV do Regimento Interno da Secretaria, aprovado pela Portaria Ministerial nº 574, de 8 de dezembro de 1998, considerando que é necessário instituir medidas que normatizem a industrialização de produtos de origem animal, garantindo condições de igualdade entre os produtores e assegurando a transparência na produção, processamento e comercialização, e o que consta do Processo MA 21000.005238/99-79, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite de Cabra, conforme consta do Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA

REGULAMENTO TÉCNICO DE PRODUÇÃO, IDENTIDADE E QUALIDADE DO LEITE DE CABRA

1. Alcance

1.1. Objetivo: O presente Regulamento fixa as condições de produção, a identidade e os requisitos mínimos de qualidade do leite de cabra destinado ao consumo humano.

1.2. Âmbito de Aplicação: O presente Regulamento se refere ao leite de cabra destinado ao comércio nacional.

2. Descrição

2.1. Definição: Leite de cabra é o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de animais da espécie caprina sadios, bem alimentados e descansados.

3. Processo de Produção:

3.1. Para a produção de leite de cabra deverão ser respeitadas as seguintes disposições gerais:

3.1.1. O criatório deverá ser localizado em área rural, admitindo-se a localização em área urbana ou suburbana desde que respeitados os códigos de postura municipais.

3.1.2. Poderá constituir-se, em princípio, de área para criação intensiva ou extensiva e dependência para ordenha. Terá sala para beneficiamento do leite, a menos que a produção seja destinada para um outro estabelecimento para pasteurização e demais operações industriais.

3.1.3. Para a implantação ou reforma dos estabelecimentos que visem exercer a atividade disciplinada por este Regulamento, deverão ser observadas as especificações

contidas na Portaria no. 368 / 97 - Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que trata do Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos, bem como as seguintes condições particulares:

3.1.3.1.O capril deve dispor de área proporcional ao número de cabras, recomendando-se 1,20 m² (um vírgula vinte metros quadrados) de área útil por matriz;

3.1.3.2.A dependência de ordenha, exclusiva para a finalidade, deverá estar afastada de fontes de mau cheiro e/ou de construções que venham a causar prejuízos à obtenção higiênica do leite, podendo ser construída contígua ao capril.

3.1.3.3.Esta dependência deverá atender, ainda, as seguintes especificações:

3.1.3.3.1. A plataforma de ordenha deverá ter piso suspenso, de madeira ou de material impermeável. Tal plataforma deverá ser mantida permanentemente limpa, devendo ser substituída quando suas condições de conservação e limpeza estiverem comprometidas.

3.1.3.3.2. Possuir abastecimento de água potável com residual máximo de cloro ativo de 2 mg/L (dois miligramas por litro), em volume e pressão suficientes para atender os trabalhos diários de higienização dos equipamentos e instalações.

3.1.3.3.3. Poderão ser utilizados os sistemas de ordenha mecânica ou manual durante o processo de obtenção do leite de cabra.

3.1.3.4.O Beneficiamento do leite de cabra deverá ocorrer em sala própria, isolada da dependência de ordenha, para que as condições higiênico-sanitárias sejam alcançadas e preservadas com maior facilidade. Para a sua construção e operação, deverão ser observadas as especificações da Portaria 368 / 97 / MA.

3.1.3.5.O congelamento e/ou a manutenção do leite beneficiado sob congelamento ou refrigeração deverão ser realizados em equipamento próprio, com capacidade de armazenamento e de produção de frio compatíveis com o volume de produção e o período de estocagem do produto no estabelecimento beneficiador. De acordo com as dimensões físicas da sala de beneficiamento, o equipamento de produção de frio poderá ser nela localizado, desde que não ocorram prejuízos de ordem higiênico-sanitária às operações conduzidas nesse local. De outra forma, deverá ser exigida dependência específica para tal finalidade, tanto para acomodar equipamentos de pequeno porte, quanto para a montagem de câmara frigorífica.

3.1.3.6.Os estabelecimentos produtores e/ou beneficiadores do leite de cabra deverão, igualmente, ser dotados de local próprio para limpeza e sanitização de equipamentos e utensílios utilizados na prática diária.

3.2.Sanidade do Rebanho

3.2.1. Só será permitido o aproveitamento do leite de cabra quando as fêmeas não apresentarem sinais clínicos ou resultado positivo a provas diagnósticas indicativas de presença de doenças infecto-contagiosas que possam ser transmitidas ao homem através do leite e, adicionalmente:

3.2.1.1.Apresentarem-se em bom estado de nutrição;

3.2.1.2.Não estiverem em período final de gestação nem na fase colostrar;

3.2.2. Qualquer alteração no estado de saúde dos animais, capaz de modificar a qualidade do leite de cabra, justifica a condenação do produto para fins alimentícios. As fêmeas em tais condições devem ser afastadas do rebanho ou da produção, conforme a gravidade do caso, em caráter provisório ou definitivo;

3.2.3. A utilização, para consumo humano, de leite proveniente de cabras submetidas a tratamento com antibióticos ou quimioterápicos, de uso autorizado pela legislação, fica condicionada à liberação pelo técnico responsável pelo capril, que, para isso, observará as recomendações e precauções de uso do produto constantes da rotulagem, de modo a assegurar que os níveis de resíduos estejam dentro dos limites máximos de resíduos (LMR) admissíveis estabelecidos por organismos científicos reconhecidos internacionalmente. O mesmo

procedimento será observado quando da utilização de antiparasitários ou outro qualquer produto passível de eliminação pelo leite.

3.2.4. Igualmente deverão ser afastadas da produção leiteira, a juízo da assistência médico-veterinária, as fêmeas que se apresentarem em estado de magreza extrema ou caquéticas, febris, com mamite, diarreia, corrimento vaginal ou qualquer outra manifestação patológica.

3.2.5. O animal afastado da produção só poderá voltar à ordenha após exame procedido pelo médico veterinário responsável pela sanidade do rebanho.

4. Higiene da Produção.

4.1. Além dos preceitos contidos na Portaria 368/97 - MA, deverão ser observadas as seguintes particularidades:

4.1.1. Os animais devem ser ordenhados com os tetos previamente lavados e devidamente enxutos com papel toalha individual e descartável. Admite-se o uso de produtos de higienização sempre que oficialmente aprovados para tal finalidade e nas condições de uso recomendadas pelo fabricante, com as devidas precauções para que seja evitada a transferência de resíduos de tais produtos ao leite.

4.1.2. Será compulsória a prática do "post-dipping", com o emprego de produto adequado e oficialmente aprovado para a prevenção de infecção do úbere.

4.1.3. O vasilhame utilizado não deverá apresentar costuras ou soldas que dificultem a limpeza e sanitização.

4.1.4. Os três primeiros jatos de cada teto devem ser obrigatoriamente rejeitados, recolhendo-os em recipiente adequado, de fundo escuro, para detectar sinais reveladores de mamite. As cabras com mamite serão ordenhadas por último e seu leite deverá ser inutilizado.

4.1.5. O leite de cabra deverá ser coado logo após a ordenha, em coador apropriado, de aço inoxidável ou plástico.

4.1.6. Após o término da ordenha, todo o equipamento utilizado deverá ser rigorosamente lavado e sanitizado com produtos de eficácia comprovada e oficialmente aprovados, de acordo com métodos preconizados nos "Procedimentos Padronizados de Higiene Operacional" (PPHO) oficiais do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

5. Controle da Produção

5.1. O leite de cabra, quando cru, deverá apresentar Contagem Padrão em Placas (CPP) de, no máximo, 500.000 UFC/mL (quinhentas mil Unidades Formadoras de Colônias por mililitro).

5.2. Para a avaliação rotineira da matéria-prima deverão ser efetuados os seguintes testes básicos no estabelecimento beneficiador:

5.2.1. Determinação da acidez titulável;

5.2.2. Determinação da densidade relativa a 15/15.

Observação: O Teste de Resistência do Leite ou Prova do Álcool/Alizarol não é aplicável à seleção do leite de cabra.

5.3. Cada estabelecimento beneficiador de leite de cabra deverá elaborar um Plano de Controle de Qualidade, onde serão descritos os métodos de acompanhamento da qualidade da matéria-prima e dos produtos, o sistema de limpeza e higienização de instalações e equipamentos, métodos e frequência de amostragem, controle de efluentes e dejetos industriais, controle de pragas e outras especificações que poderão vir a ser exigidas pelo SIF/DIPOA.

5.4. O estabelecimento poderá contratar os serviços de um laboratório de controle de qualidade para a realização rotineira dessa atividade, ficando obrigado a realizar, no mínimo

01 (uma) vez por mês, todas as análises previstas nos itens 9.3 e 14 do presente Regulamento, independentemente do volume de produção.

5.5. O SIF deverá colher amostras periódicas do leite beneficiado, no estabelecimento beneficiador ou apenas no mercado consumidor, para a realização das análises fiscais físico-químicas e microbiológicas previstas nos itens 9.3 e 14 do presente Regulamento, além de outras que julgar necessárias.

5.6. Todo vasilhame empregado no acondicionamento do leite de cabra deverá seguir as especificações contidas no item 4.1.4. da Portaria 368/97-MA.

5.7. O leite obtido em um determinado capril poderá ser transferido imediatamente após a ordenha e em temperatura ambiente a outro estabelecimento, para beneficiamento e/ou industrialização, observados os critérios de seleção e aceitação da matéria-prima especificados no presente Regulamento.

5.8. A estocagem, na fonte de produção, do leite a ser destinado a outro estabelecimento exclusivamente para industrialização, aqui entendida como sua transformação em derivados do leite, poderá ser realizada através dos seguintes processos:

a) após congelamento em latões metálicos de capacidade variável até 50L (cinquenta litros) e manutenção da matéria-prima em temperatura igual ou inferior a -18°C (dezoito graus Celsius negativos). Deverão ser empregados equipamentos que permitam alcançar essa temperatura no mais curto intervalo de tempo possível;

b) refrigeração até temperatura igual ou inferior a 4°C (quatro graus Celsius) num período de tempo não superior a 2 (duas) horas após o término da ordenha.

5.9. A estocagem, na fonte de produção, do leite a ser destinado a outro estabelecimento visando beneficiamento (pasteurização, esterilização ou tratamento UHT) e distribuição ao consumo na forma fluida, somente poderá ser realizada mediante refrigeração à temperatura igual ou inferior a 4°C (quatro graus Celsius) num período de tempo não superior a 2 (duas) horas após o término da ordenha.

5.10. A duração do período de estocagem da matéria-prima será função da sua qualidade microbiológica e físico-química intrínseca, avaliada no momento da sua recepção na indústria ou estabelecimento para onde for destinada.

5.11. A refrigeração do leite deverá ser conduzida preferentemente em tanque de expansão direta provido de dupla camisa, agitador, termômetro, termostato, tampa e válvula para transferência do produto, construído com acabamento sanitário. Será admitida a refrigeração através de outros equipamentos, desde que se alcance a temperatura de 4°C (quatro graus Celsius) no período de tempo máximo de 2 (duas) horas após a ordenha.

5.12. No transporte do leite de cabra desde a dependência de ordenha até a sala de beneficiamento ou até um outro estabelecimento para beneficiamento e/ou processamento, deverão ser observadas as seguintes condições básicas:

5.12.1. Quando o beneficiamento for executado na fonte de produção, o acondicionamento e o transporte até a sala específica para essa atividade deverão ser feitos em baldes com abertura lateral, latões ou via bombeamento através de tubulação própria.

5.12.2. Quando o beneficiamento e/ou processamento forem realizados em outro estabelecimento, o acondicionamento e o transporte da matéria-prima deverão ser realizados de maneira diferenciada, de acordo com o método empregado para a sua estocagem. Dessa forma, para o leite em temperatura ambiente ou sob refrigeração, o acondicionamento e o transporte poderão ser feitos em latões metálicos ou de plástico, bem como a granel, em veículo com tanque específico para tal finalidade. Nesse último caso, deverá ser observado o Regulamento Técnico do Ministério da Agricultura e do Abastecimento que disciplina o assunto, no que for pertinente.

5.12.3. Para a matéria-prima estocada sob congelamento em latões metálicos, o transporte deverá ser feito no próprio recipiente em que foi congelado, pelo menos já parcialmente descongelado na origem, de modo tal que, ao chegar ao seu destino, estará no estado fluido, mas com temperatura igual ou inferior a 7 °C (sete graus Celsius).

5.12.4. Além dessas especificações, os veículos transportadores de latões deverão possuir carroçarias protegidas contra o sol e a chuva. Não será permitido o transporte do leite junto a material impróprio ou o seu transvase em local que o exponha a contaminações.

6. Beneficiamento

6.1. Constituem processos de beneficiamento a serem utilizados para o leite de cabra destinado a consumo humano direto ou para industrialização:

6.1.1. Pasteurização;

6.1.1.1. Aditem-se os seguintes processos de pasteurização:

6.1.1.1.1. Pasteurização de curta duração: consiste no tratamento térmico do leite de cabra, em aparelhagem própria de camada laminar, a uma temperatura de 72 a 75 °C (setenta e dois a setenta e cinco graus Celsius) durante 15 a 20 (quinze a vinte) segundos, seguindo-se refrigeração, no mesmo equipamento, até temperatura igual ou inferior a 4 °C (quatro graus Celsius);

6.1.1.1.2. Pasteurização lenta: consiste no tratamento térmico do leite de cabra em aparelhagem própria (consistindo de tanque de aço inoxidável de dupla camisa acoplado a fontes de água quente ou vapor e de água gelada, com tampa, agitador mecânico, injeção de vapor no espaço situado acima do nível do leite ("head space"), termômetros e painel de controle com termo - registrador), a uma temperatura entre 63 e 65 °C (sessenta e três e sessenta e cinco graus Celsius) por 30 minutos, contados a partir do momento em que o leite atingir a temperatura mencionada acima. Concluída a fase de aquecimento, proceder-se-á à imediata refrigeração do leite no mesmo equipamento, até temperatura igual ou inferior a 4 °C (quatro graus Celsius), exceto se o leite for imediatamente destinado à industrialização;

6.1.1.2. Recomenda-se a pasteurização do leite imediatamente após a ordenha ou, no máximo em período não superior a 30 minutos após sua obtenção. Não atendida essa condição, o leite deverá ser imediatamente refrigerado, até atingir a temperatura de 4 °C (quatro graus Celsius).

6.1.1.3. O leite de cabra pasteurizado deverá ser destinado ao consumo no estado fluido, devidamente embalado e rotulado, deixando o estabelecimento beneficiador com a temperatura máxima de 4 °C (quatro graus Celsius) e alcançando o ponto de venda com a temperatura máxima de 7 °C (sete graus Celsius). Entretanto, poderá ser comercializado sob a forma congelada.

6.1.2. Esterilização em autoclave;

6.1.3. Processamento UHT.

6.2. Durante o beneficiamento do leite de cabra, poderão ser realizadas operações de acerto do teor de gordura através de equipamento acoplado ao circuito de beneficiamento, visando a oferta ao consumo de produtos padronizados, desnatados ou semi-desnatados, segundo parâmetros de qualidade fixados neste Regulamento.

7. Classificação

7.1. O leite de cabra pode ser classificado, quanto ao teor de gordura, em:

7.1.1. Leite de cabra integral: quando não houver qualquer alteração do teor de gordura contido na matéria-prima.

7.1.2. Leite de cabra padronizado: quando o teor de gordura, expresso em % m/m, for acertado para 3%.

7.1.3. Leite de cabra semi-desnatado: quando o teor de gordura, expresso em % m/m, for acertado para o intervalo entre 0,6 e 2,9 %.

7.1.4. Leite de cabra desnatado: quando o teor de gordura, expresso em % m/m, não superar o limite máximo de 0,5%.

NOTA: Essa classificação deverá ser seguida para o leite beneficiado e comercializado sob as formas fluida e congelada, independentemente do tipo de processamento térmico.

8. Designação (Denominação de Venda):

8.1. "Leite de Cabra Pasteurizado Integral, ou Padronizado, ou Semi-Desnatado ou Desnatado". Deverá ser adicionada a expressão "Congelado" no final da denominação de venda descrita acima, quando for o caso.

8.2. "Leite de Cabra Esterilizado...", seguindo-se a classificação quanto ao teor de gordura.

8.3. "Leite de Cabra UHT (UAT) ...", seguindo-se a classificação quanto ao teor de gordura.

O emprego de aromatizantes implicará a inscrição compulsória da expressão "Aromatizado" no final da denominação de venda do produto.

9. Composição e Requisitos

9.1 Ingrediente obrigatório: leite de cabra.

9.2. Ingredientes opcionais: ácido fólico, de acordo com os termos da Portaria 33/98 / SVS / MS. O enriquecimento com outras vitaminas, sais minerais e outros nutrientes deverá atender as especificações das Portarias 31/98, 33/98 e 41/98 - SVS/MS.

9.3. Requisitos:

9.3.1. Características sensoriais

9.3.1.1. Aspecto: líquido ou, quando for o caso, congelado.

9.3.1.2. Cor: branca.

9.3.1.3. Odor e Sabor: característicos.

9.3.2. Características Físico-Químicas

9.3.2. Características Físico-Químicas Requisitos	Leite Integral	Leite Semi-Desnatado	Leite Desnatado	Método Analítico Referencial
Gordura, % m/m (ver Nota 1)	Teor Original	0,6 a 2,9	Máx. 0,5	FIL 1 C: 1987
Acidez, em % ácido láctico	0,13 a 0,18 para todas as variedades (ver Nota 2)			LANARA/MA,1 981
Sólidos Não-Gordurosos, % m/m	Mínimo 8,20 para todas as variedades			DF 21 B : 1987
Densidade, 15/15°C	1,0280-1,0340 para todas as variedades			LANARA/MA,1 981
Índice Crioscópico, °H	-0,550 ⁰ H a -0,585 para todas as variedades			IDF 108 A: 1986
Proteína Total (N x 6,38)	Mínimo 2,8 para todas as variedades			IDF 20 B : 1993

%m/m		
Lactose % m/v	Mínimo 4,3 para todas as variedades	Lane Eynon ou Cloramina T
Cinzas, % m/v	Mínimo 0,70 para todas as variedades	LANARA/MA,1 981

Nota 1: Serão admitidos valores inferiores a 2,9% m/m para as variedades integral e semi-desnatada, mediante comprovação de que o teor médio de gordura de um determinado rebanho não atinge esse nível.

Nota 2: A faixa normal para a acidez titulável de leite de cabra cru congelado variará de 0,11% a 0,18%, expressa em ácido láctico.

8.4. Acondicionamento: O leite de cabra poderá ser embalado por processo automático ou semi - automático. Nesse último caso, o fechamento do filme plástico deverá ser feito individualmente, através de instrumento próprio, acionado mecanicamente, e dotado de resistência elétrica capaz de produzir o calor necessário à perfeita vedação da embalagem.

Qualquer material a ser empregado na embalagem do leite de cabra deverá ser previamente analisado em laboratório oficial de Saúde Pública quanto à sua adequação para o fim a que se destina (entrar em contato com alimentos).

Quando embalado em garrafas, estas deverão ser fechadas com lacre inviolável ou processo similar, que garanta proteção apropriada contra contaminação ou fraude.

Deverão ser observadas as demais especificações contidas na Portaria 371/97-MA - Regulamento Técnico para a Rotulagem de Alimentos Embalados, com particular ênfase ao item "Instruções sobre o Preparo e Uso do Alimento" e principalmente no que diz respeito ao leite congelado.

As embalagens utilizadas para o acondicionamento do leite de cabra em nenhuma hipótese poderão ser reaproveitadas.

9. Aditivos e Coadjuvantes de Tecnologia / Elaboração

9.1. Para o leite de cabra esterilizado e o leite de cabra UHT será aceito o uso dos seguintes estabilizantes - Citrato de sódio;

- Monofosfato de sódio, difosfato e trifosfato de sódio, separados ou em combinação, em quantidade não superior a 0,1g/100 mL, expressos em P_2O_5 .

9.2. Para o emprego de aromatizantes deverá ser empregada a legislação sanitária federal em vigor (para o caso de elaboração de leite de cabra aromatizado).

10. Contaminantes

Os contaminantes orgânicos e inorgânicos eventualmente presentes no leite de cabra não devem exceder os limites estabelecidos pela legislação sanitária federal específica.

11. Fraudes/Falsificações

Será considerado fraudado ou falsificado o leite de cabra que tiver sofrido:

11.1. adição de água;

11.2. adição, subtração ou substituição de quaisquer componentes naturais ou estranhos à composição normal do leite de cabra, sem a devida aprovação prévia do Serviço de Inspeção Federal e declaração na rotulagem;

11.3. adição ou presença de substâncias conservadoras ou inibidoras do crescimento de microrganismos;

11.4. estiver cru e for comercializado como pasteurizado, esterilizado ou UHT;

11.5. adição de leite de outras espécies animais.

12. Higiene

As práticas de higiene para elaboração do produto estarão de acordo com o estabelecido no Código Internacional recomendado de Práticas Gerais de Higiene dos Alimentos (Comitê do Codex Alimentarius, vol. A, 1985) e na Portaria 368/97 - MA (Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos).

13. Critérios Macroscópicos e Microscópicos

Ausência de qualquer tipo de impurezas ou elementos estranhos.

14. Critérios Microbiológicos e Tolerâncias Requisito	Critérios de Aceitação	Categoria (ICMSF)	Método de Análise
Microrganismos Aeróbios mesófilos (UFC/mL):		Portaria S.D.A/MA 101, de 11/8/93	
1- Pasteurizado:	$n= 5 ; c=2; m= 1 \times 10^4 ;$ $M= 5 \times 10^4$	5	idem item anterior
2- Esteriliz./UHT:	$n= 5 ; c=0 ; m= 10.$	10	idem item anterior
Coliformes/mL (30/35°C) 1- L. Pasteuriz. 2- L. Esteriliz./UHT	$n= 5 ; c= 2 ; m= 2 ;$ $M= 4$ $n= 5 ; c= 0 ; m= 0$	5 5	idem item anterior
Coliformes/mL (45°C) 1-L. Pasteuriz. 2-L. Esteriliz./UHT	$n= 5 ; c= 2 ; m= 0 ;$ $M= 1$ $n= 5 ; c= 0 ; m= 0$	5 5	idem item anterior
<i>Salmonella spp.</i> / 25 MI (L.Past./Esteriliz./UHT)	$N= 5 ; c= 0 ; m= 0$	10	idem item anterior